

TERESA MARIA NOVAIS MOREIRA

***O CIRCUM-ESCOLAR NO LICEU RAINHA SANTA
ISABEL (1930 A 1960)***



**F.L.U.P.
2005**

TERESA MARIA NOVAIS MOREIRA

*O CIRCUM-ESCOLAR NO LICEU RAINHA SANTA
ISABEL (1930 A 1960)*

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

EM

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

APRESENTADA

À

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO

PORTO

2005

Índice

Agradecimentos	5
-----------------------	----------

Introdução	7
-------------------	----------

Capítulo I

1. Fundamentação teórico-metodológica	11
1.1 A problemática	11
1.2 O percurso metodológico	12
1.2.1 A bibliografia de referência	12
1.2.2 As fontes primárias	13
1.2.3 O tratamento das fontes	15
1.2.3.1 Os Relatórios Gerais	15
1.2.3.2 As entrevistas	16
1.2.3.3 A terminologia	17
1.3 O quadro de referências	18
1.4 A fundamentação do corte cronológico	20
1.5 As orientações na política educativa no Estado Novo (1930 a 1960)	24
1.5.1 1935-1947 o primeiro momento	26
- Justificação externa	26
- Justificação interna	29
1.5.2 1947-1959 o segundo momento	31
- Justificação externa	31
- Justificação interna	33
1.6 O currículo e o circum-escolar	34
1.6.1 A construção do circum-escolar do Liceu durante o Estado Novo	35

Capítulo II

2. A educação feminina no Estado Novo e o circum-escolar-----	40
2.1 A educação feminina – a intemporalidade dos valores -----	40
2.2 O modelo liceal do Estado Novo -----	49
2.2.1 O liceu de 1936 a 1947-----	52
2.2.2 O liceu de 1947 a 1960-----	55
2.3 O circum-escolar e a “escolarização da vida”-----	59

Capítulo III

3. As actividades circum-escolares no Liceu-----	64
3.1 A estrutura dos Relatórios Gerais -----	66
3.2 O modelo de análise-----	67
3.3 A análise dos dados -----	70
3.3.1 A população escolar-----	70
3.3.2 As Sessões Culturais-----	75
3.3.2.1 A década de 40 -----	78
3.3.2.2 A década de 50 -----	82
3.3.2.3 Dinamização das sessões culturais-----	86
3.3.3 As saídas escolares -----	88
3.3.3.1 As excursões -----	91
3.3.3.2 As visitas de estudo-----	96
3.3.4 Festas e celebrações -----	102
3.3.4.1 Natal -----	102
3.3.4.2 Páscoa -----	105
3.3.4.3 Comemorações -----	106
3.3.4.4. As Festas de alunas-----	110
3.3.4.5 Orfeão -----	112
3.3.4.6 Jogos Escolares -----	113
3.3.4.7 Exposições escolares -----	114
3.3.4.8 Prémios Escolares -----	116

3.4 A M.P.F. – Plano de actividades e direcção -----	120
3.4.1 As relações entre o Centro da M.P.F. e o Liceu-----	123
3.4.2 As iniciativas promovidas pelo centro da M.P.F.-----	126
3.4.3 O centro da M.P.F. e a “Solidária”-----	127
3.5 A acção social-----	129
3.5.1 As Propinas -----	131
3.5.2 As Bolsas de estudo -----	135
3.5.3 Material, fardas e equipamento -----	136
3.5.4 A Cantina -----	137
 Conclusão -----	 142
 Fontes e Bibliografia -----	 150
- Da Secção e do Liceu-----	151
- Relatórios, Actas, Entrevistas e Legislação-----	151
- Jornais e Revistas-----	152
- Bibliografia-----	154
- Na Internet (w.w.w.)-----	158
 Índice de figuras e quadros-----	 159
 Anexos -----	 160
- I Grelha de recolha da informação nos Relatórios Gerais-----	160
- II Quadro – Síntese da Legislação-----	164
- III Guião das entrevistas --- -----	167
- IV Registo da entrevista realizada à Dr. ^a Maria Emília Lourenço -----	169
- V Registo da entrevista realizada à Dr. ^a Maria Aurora Pereira-----	183
- VI Registo da entrevista realizada à Dr. ^a Elisa Olga Amaral-----	205

Esta dissertação é dedicada ao meu marido, que desde o primeiro momento acreditou em mim, incentivou, acompanhou e apoiou. E às minhas filhas Ofélia e Valéria, pela compreensão das ausências da mãe.

Agradecimentos

Em primeiro lugar, agradeço ao Professor Doutor Luís Alberto Marques Alves pela forma como orientou o meu trabalho, nomeadamente a mobilização dos meios e recursos para tratamento da informação, a liberdade de acção concedida, a disponibilidade permanente e a cordialidade com que sempre me recebeu.

À Professora Doutora Maria José Santos Moutinho, sem o contributo da qual as entrevistas não teriam sido possíveis mas, sobretudo, pelas palavras afectuosas e conselhos preciosos que me transmitiu.

Às Dra. Maria Emília, Dra. Maria Aurora e Dra. Elisa Olga, que me franquearam as portas das suas casas, disponibilizando o seu tempo para comigo partilharem as suas memórias do Liceu. Jamais esquecerei o modo carinhoso como me receberam e a experiência riquíssima que foi a recolha dos seus testemunhos. O meu trabalho foi amplamente facilitado por esta disponibilidade das entrevistadas, que não manifestaram qualquer reserva ou limitação no percurso das entrevistas.

À equipa do Arquivo Histórico do Ministério da Educação que desde a primeira hora prestou a sua total colaboração na disponibilização das fontes em falta, dando provas de excelente profissionalismo.

Finalmente, a todos os que deram a sua contribuição para que esta dissertação fosse possível o meu profundo agradecimento.

*“As palavras têm um tranquilo
peso oculto
rebelde ao dicionário.*

*Por isso são palavras,
não vocábulos apenas.”*
(A. M. Pires Cabral)

Introdução

As motivações que conduziram ao estudo dos Liceus enquadram-se no facto de pretender fazer um jogo de reflexos entre o passado e o presente da instituição educativa, procurar o sentido das permanências e mudanças que explicam a realidade presente, para tentar encontrar o *“peso oculto das palavras”*, demasiado rebeldes para o dicionário.

O interesse por estas temáticas foi-se construindo ao longo das problemáticas abordadas na estrutura curricular do Mestrado de História da Educação, particularmente em Sistema Educativo, Escolas e Públicos, onde se discutiu o processo de construção e estruturação dos sistemas educativos, com vista à apropriação, pelo Estado, da educação dos cidadãos, em nome das novas realidades económicas, políticas e sociais produzidas pelo Século das Luzes.

A escolarização das crianças e jovens, inicialmente nas mãos da Igreja e das famílias, passou, a partir do século XVIII para as mãos do Estado, através da implementação das políticas educativas. Estas permitiram a instalação de uma tecnologia educativa, tendo em vista a homogeneização cultural, assente nos conceitos de cidadania, nacionalidade e soberania.

Esta tecnologia construída de acordo com os públicos visados permitiu, aos Estados, assegurar o controlo do “governo das almas”, através da selecção de um conjunto de aprendizagens escolares que fornecessem ao individuo modelos de relacionamento com a autoridade e desenvolvessem *“características da personalidade”* (M. F. Mónica;1978:29), adequadas à reprodução social.

O que se pretendeu analisar foi a *“gramática”* (M. F. Mónica;1978:29), isto é o conjunto das práticas sociais, e as *“características da personalidade”* veiculadas nas actividades circum-escolares no Liceu Rainha Santa Isabel, durante o Estado Novo.

A escolha deste Liceu, e deste período, está relacionada com a minha experiência pessoal, enquanto aluna – frequentei a escola primária do Estado Novo, fiz o ciclo preparatório numa escola feminina, para além de ter sido aluna do Liceu Carolina Michaelis.

Iniciei a minha actividade profissional como professora-estagiária no Liceu Rainha Santa Isabel e fui orientada por docentes formadas na escola do Estado Novo. De algum modo as suas práticas pedagógicas deixavam transparecer uma mentalidade e uma época.

De entre as práticas pedagógicas, as actividades extracurriculares – visitas de estudo, salas de estudo, exposições, entre outras – foram-se afirmando cada vez mais no meu espírito, à medida que ia “tropeçando” nelas na historiografia produzida sobre o ensino secundário no Estado Novo, precisamente porque me remetiam para a questão de saber se estaríamos perante velhas práticas, com novas roupagens, ou antes velhas designações para novas práticas. Tratava-se de perceber o enquadramento das práticas educativas como o Prof. Dr. Luís A. M. Alves facilmente se apercebeu e me orientou bibliograficamente, bem como proporcionou o acesso aos relatórios gerais da Secção do Liceu Carolina Michaelis e do Liceu Rainha Santa Isabel, a partir do Decreto-Lei nº 35 905 de 12 de Outubro de 1946 (de forma a simplificar a exposição designaremos, daqui em diante, por Liceu).

A dissertação é composta pela introdução, três capítulos, conclusão, bibliografia e anexos.

No primeiro capítulo procedeu-se à problematização, isto é, tratou-se de perceber o contributo do circum-escolar do Liceu para a concretização do modelo educativo feminino do Estado Novo. Identificar, no campo do circum-escolar liceal, os mecanismos de socialização e formação social desenvolvidos pelo Estado Novo.

Reflectiu-se sobre as relações entre Escola, Estado e Sociedade e traçaram-se os marcos da política educativa a nível do ensino secundário, neste período, procurando delimitar-lhes os rumos, as práticas pedagógicas e as tecnologias educativas implementadas, designadamente as actividades circum-escolares.

O corte cronológico situa-se entre 1930 e 1960, assinalados por César de Oliveira (Rosas, 1992:22) como marcos na evolução da política nacional.

O primeiro marco assinala a crescente afirmação de Salazar na política nacional, e o segundo, com o início da guerra colonial em Angola em 1961, baliza uma nova etapa que terá como desfecho a queda do regime instaurado por Salazar.

A. Nóvoa (1992:455) também considera estes anos significantes em termos de educação, na medida em que são elucidativos das solidariedades geradas em torno da instituição escolar e das dinâmicas sociais: a redução da escolaridade obrigatória para três anos (1930) e o alargamento da escolaridade obrigatória de ambos os sexos para quatro anos (1960).

Em termos de política educativa A. Nóvoa (1992:456) identificou, ainda, neste período, dois momentos de viragem – 1936 a 1947 e 1947 a 1960 – que foram adoptados como limites da investigação desenvolvida e que coincidem, grosso modo, com a história cronológica do Liceu.

Neste capítulo o percurso metodológico seguido foi o de partir das obras de referência em direcção às fontes primárias: do quadro legal (Constituição, decretos-lei, circulares, portarias); para o pensamento dos diversos actores (a imprensa pedagógica e os discursos).

Identificado o quadro de referências, a filiação intelectual, traçaram-se as linhas de evolução da política educativa do Estado Novo, no período considerado e, em particular, o processo de construção do circum-escolar.

No segundo capítulo caracterizou-se o ideal de educação feminina propagado, procurando, em simultâneo, reposicionar o discurso oficial sobre o tema, acentuando a intemporalidade ideológica dos valores veiculados pelo Estado Novo. Esta reflexão constituiu o cerne da questão levantada, o modelo de educação feminina e o circum-escolar.

Abordou-se a evolução do modelo liceal instituído, para se poder estruturar o quadro mental do espaço em que se desenrolaram as actividades circum-escolares. Assim apenas se considerou a evolução do modelo liceal durante o período considerado.

Salienta-se que o objecto de estudo desta dissertação não foi fazer a história do Liceu, mas sim a reflexão sobre o modelo educativo feminino do Estado Novo veiculado pelo circum-escolar, partindo do estudo de caso.

Também neste capítulo, a metodologia seguida foi a de caminhar das obras de referência para as fontes primárias: o quadro legal e o pensamento da época, num processo dinâmico de interacção constante.

Finalmente, no terceiro capítulo, procedeu-se ao tratamento e análise da informação sobre as actividades circum-escolares do Liceu, recolhida nos Relatórios Gerais e Actas do Conselho Geral¹.

Para efectuar o levantamento das actividades circum-escolares utilizou-se a grelha de recolha da informação de João Barroso (1995:1117 a 1120), com ligeiras adaptações ao nível dos itens considerados. Esta informação foi, depois, organizada segundo um modelo por nós construído.

A interpretação da informação resultou do cruzamento dos dados, retirados das fontes do Liceu, com as orientações dos programas de 1936 e de 1947, os testemunhos da imprensa pedagógica da época e as memórias de antigas alunas e /ou professoras. Mas também fruto de todo o percurso metodológico efectuado a partir do quadro de referências construído e da filiação intelectual assumida.

¹ O Conselho Geral era formado por todas as professoras e nele participava também a médica escolar. Era um órgão de consulta pedagógica que reunia, entre 1931 e 1947, no início do ano e de cada período. A partir de 1947 passou a reunir apenas uma vez por ano (J. Barroso; 1995: 314).

Capítulo I

1 Fundamentação teórico-metodológica.

1.1 A problemática

A investigação do Liceu Rainha Santa Isabel teve como objectivo o estudo do modelo de educação feminina liceal do Estado Novo, entre 1930/1960, partindo da análise das actividades circum-escolares na Secção do Liceu Carolina Michaelis (1935 a 1947) e, depois, Liceu Rainha Santa Isabel (a partir de 12 de Outubro de 1946).

Pretendeu-se identificar, no campo do circum-escolar do Liceu, os mecanismos de socialização e formatação social implementados pelo Estado Novo.

Assim, no estudo de caso, procurou dar-se resposta às seguintes questões:

- Quais os ideais da educação feminina liceal no Estado Novo? Qual o modelo educativo do Estado Novo? Que “*tecnologias do eu*” (Ramos do Ó, 2003:401) cumprem melhor esses preceitos? Em que medida as actividades circum-escolares no Liceu Rainha Santa Isabel cumprem os preceitos desse ideal educativo? Que outras vertentes são possíveis encontrar no circum-escolar? Em suma, de que forma se articula a “tecnologia ” com a formatação educativa?

1.2 O percurso metodológico

1.2.1 A bibliografia de referência

Nesta reflexão foram fundamentais as obras de M. F. Mónica, Rómulo de Carvalho, A. Nóvoa, João Barroso, Ramos do Ó e Irene Pimentel, que permitiram apreender, na globalidade, o ensino secundário feminino no Estado Novo e construir um quadro conceptual para abordagens das fontes.

A partir da leitura da obra de M. F. Mónica, *“Educação e sociedade no Portugal de Salazar (A Escola Primária Salazarista. 1926-1939)”*, problematizou-se o quadro das relações entre Escola, Sociedade e Poder e retirou-se um conjunto de ferramentas de natureza conceptual. Procurou-se identificar a gramática veiculada nas *“experiências de escolaridade”* (Bowles e Gintis citados por M.F. Mónica 1978:26) numa das vertentes das tecnologias educativas – o circum-escolar.

Com a leitura da obra *“Portugal e o Estado Novo (1930-1960)”*, e em particular o Capítulo *“A Educação Nacional”* de A. Nóvoa, bem assim a *“História do Ensino em Portugal”*, no período da ditadura nacional, de Rómulo de Carvalho, caracterizaram-se os marcos da política educativa do Estado Novo, procurando verificar, pelo cruzamento da informação com a legislação, as suas implicações no circum-escolar e analisando o lugar deste no currículo.

Reflectiu-se, a partir de um conjunto de obras que abordam as temáticas femininas, sobre a intemporalidade ideológica do ideal de educação feminina que o Estado Novo pretendeu apresentar como criação sua, integrada num projecto de *“renascimento nacional”*, para contextualizar o tipo de formação recebida pelas mulheres, a nível do circum-escolar, no ensino secundário.

Da obra de Ramos do Ó, *“O governo de si mesmo. Modernidade pedagógica e encenações disciplinares do aluno liceal (último quartel do século XIX- meados do século XX)”* retirou-se o processo de governamentalização da

educação, com a imposição daquilo que ele designa de “*tecnologias do eu*” (2003:401).

Da obra de João Barroso, “*Os Liceus. Organização pedagógica e administração (1836-1960)*” adaptou-se a grelha de leitura dos relatórios gerais, para o levantamento do circum-escolar. Aliás, a sua obra revelou-se da maior importância para a compreensão do processo de produção do modelo escolar e do lugar da reitora no modelo liceal do Estado Novo.

Com a obra de Irene Pimentel, “*História das Organizações femininas no Estado Novo*”, enquadrou-se a actuação da Mocidade Portuguesa Feminina no Liceu.

Finalmente, a obra coordenada por António Nóvoa e Teresa Santa-Clara, “*Liceus de Portugal: histórias, arquivos, memória*”, permitiu uma visão integradora do espaço liceal, que apesar de apresentar uma uniformidade escolar a nível nacional e mesmo internacional, pelas relações que se estabeleceram entre os liceus e os contextos locais e regionais em que se inseriam, acabavam por se tornar um elemento de afirmação local. Foi ainda possível obter uma visão comparativa do modo de implementação dos projectos educativos, com um olhar mais orientado para os liceus femininos.

A partir destas obras de referência caminhou-se em direcção às fontes primárias: o quadro legal (Constituição, decretos-lei, circulares, portarias); os discursos/pensamento dos diversos actores – a imprensa pedagógica, os discursos; a produção do Liceu – relatórios, actas; e, finalmente, a recolha das memórias – as entrevistas.

A presente dissertação pretende ser uma reflexão sobre uma das vertentes das tecnologias do governo da alma feminina – o circum-escolar – partindo de um estudo de caso.

1.2.2 As fontes primárias

Os relatórios das (vice) – reitora (s) Eulália Balacó e Hermengarda Guedes relativos à actividade desenvolvida na Secção do Carolina Michaelis e, a partir de 12 de Outubro de 1946 Liceu Rainha Santa Isabel, constituíram a

base desta investigação, fonte primária a partir da qual foram mobilizadas todas as pesquisas efectuadas; as Actas do Conselho Escolar e 3 entrevistas realizadas a antigas alunas e/ou professoras do Liceu Rainha Santa Isabel.

Os relatórios estão organizados por anos lectivos que abrangem o período cronológico acima delimitado, com excepção do ano lectivo de 1942/43 – não disponível nos Arquivos do Ministério da Educação.

Estas fontes são cópias dos originais, que foram, gentilmente, cedidas pelo Prof. Dr. Luís Alberto e pelo Arquivo do Ministério da Educação, já que foi de todo impossível aceder aos arquivos do Liceu Rainha Santa Isabel, atendendo ao encerramento formal como escola secundária, e sua integração na actual Escola Secundária Alexandre Herculano, pelo que estava totalmente vedado o acesso à documentação. Posteriormente voltaram-se a estabelecer contactos no sentido de aceder aos mesmos, mas não foi possível porque ainda se arrastavam os trâmites resultantes do processo de mudança de instalações e fusão das escolas.

Seleccionou-se a legislação ligada ao ensino secundário feminino, direccionando, sempre, o centro de interesses para o circum-escolar.

Relativamente à imprensa pedagógica analisaram-se, de modo mais aprofundado três revistas, directamente ligadas ao contexto do meu objecto de pesquisa – “*A Labor*”, “*Os Liceus de Portugal*” e “*Boletim do Liceu Pedro Nunes*”, para tentar perceber o quadro mental em que se moviam os professores do ensino secundário, isto é, os executores das políticas educativas, durante o período delineado.

A leitura dos artigos, publicados na “*A Labor*” e “*Os Liceus de Portugal*”, foi imprescindível no traçar do quadro das grandes problemáticas com que se debateram os professores, entre as décadas de 30 e 60 do século XX, em termos de pedagogia e didáctica. Discutiram-se as práticas pedagógicas, defendeu-se o recurso às metodologias activas, fazendo eco das correntes pedagógicas que eram genericamente conhecidas como “Escola Nova”, com o intuito de implementar as técnicas de “governo de si.”

A revista “*Boletim do Liceu Pedro Nunes*” foi fundamental na contextualização das práticas no domínio do circum-escolar, muitas vezes a

resposta ao “Porque se fez?”, que não surgia expresso nos Relatórios Gerais da (vice) -Reitora Hermengarda Guedes.

1.2.3 O tratamento das fontes

1.2.3.1 Os Relatórios Gerais

Nos relatórios, o centro desta pesquisa e objecto de procedimento estatístico na 3ª parte, adoptou-se a grelha de leitura do circum-escolar traçada por João Barroso com algumas adaptações no tratamento das Sessões Culturais.

Optou-se por acrescentar à categoria de “Ciências Naturais as temáticas relacionadas com a “Higiene” por se entender que, directa ou indirectamente, implicavam o fundamento científico, nomeadamente pela natureza dos conteúdos abordados². Se bem que a partir da reforma de 1947 deixe de fazer sentido esta distinção, já que as temáticas da Higiene passam a ser abordadas ao nível da M.P.F. e deixam de ser tratadas a nível das Sessões Culturais.

Igualmente importante, na categoria das “Outras”, são as questões relacionadas com as temáticas femininas entre 1936 e 1947, tendo-se optado, também aqui, por razões que se prendem com a temática do próprio trabalho, pelo seu destaque.

² Do Programa do curso de Higiene no Decreto-Lei 25 946 de 15 de Outubro de 1935, destacavam-se, a nível da Higiene Geral os seguintes conteúdos:

- 3º ano: As causas das doenças e o modo de lhes resistir. Micróbios e infecções. Doenças contagiosas (infecções e parasitárias).
- 4º ano – Desinfecção. Vacinas, imunidade.
- 5º ano – Tuberculose. Sífilis. Alcoolismo. Cancro. Lepra. Raiva. Carbúnculo. Difteria. Varíola. Febre Tifóide. Noções fundamentais contra as infecções mais vulgares. No 6º e 7º anos faziam-se repetições.

Apesar de no preâmbulo do referido decreto se afirmar claramente que não se pretendia a abordagem da anatomia e fisiologia humanas, que já eram objecto de estudo em Zoologia. Estes temas apenas deveriam ser recordados quando viesse a propósito, contrariamente ao que se passava noutros países europeus, como a França, onde faziam parte do respectivo programa de Higiene.

O que se pretende relevar com esta citação é a natureza científica do conhecimento promovido em Higiene, com reflexos no conteúdo das palestras subordinadas ao tema.

No Decreto-Lei nº 27 084 de 14 de Outubro de 1936, os conteúdos programáticos de Higiene continuam a pressupor esta preparação científica de base, na medida em que têm subjacentes a si o domínio de conhecimentos da anatomia humana e dos processos físicos, químicos e biológicos desenvolvidos nas respectivas disciplinas.

Utilizaram-se formas diferentes de abordagem do circum-escolar, no que diz respeito ao tratamento da informação. Ao tratar a informação sobre as “Sessões Culturais “ e “Excursões e Visitas de estudo” quantificaram-se os dados, que foram traduzidos em gráficos. Na abordagem destes *itens*, dadas as características quantitativas da informação recolhida, tornou-se pertinente a sua interpretação a partir dos grandes momentos de viragem das políticas educativas definidas por A. Nóvoa (1992:456)

Nos restantes *itens*, na medida em que os dados careciam de consistência, porque a Vice (s)/Reitora (s) não utilizaram sempre os mesmos critérios na apresentação das informações, não garantindo por isso uma base científica, optou-se pela descrição qualitativa, tendo como critério a apresentação da informação considerada mais relevante, quer pela natureza do conteúdo, quer pela sua fraca expressividade.

Dada a natureza sintética dos relatórios relativamente ao circum-escolar, na interpretação dos dados/informações, cruzaram-se as orientações da legislação, as informações recolhidas nos programas, os artigos das revistas e o testemunho das entrevistadas.

1.2.3.2. As entrevistas

As entrevistas surgiram para perceber o modo como se desenrolavam as actividades do circum-escolar, na medida em que os Relatórios da Reitora apenas se limitavam a fazer uma seriação, faltando a descrição.

A técnica da entrevista foi semi-directiva, por ser a mais adequada, ao nosso objectivo, captar a vivências do quotidiano no campo do circum-escolar.

Na preparação das entrevistas seguiram-se as orientações metodológicas propostas por Luís Vidigal para a recolha dos testemunhos orais (1996:53-67), não perdendo nunca de vista na reprodução das mesmas que *«os critérios de transcrição, tratamento e divulgação terão constituído uma reescrita sobre os depoimentos orais (...)»* (L. Vidigal;1996:79)

Apesar de ter elaborado um guião, a dinâmica foi impulsionada pelas entrevistadas. Todas as nossas intervenções tinham como finalidade indicar temas que se pretendiam ver abordados ou esclarecidos.

Foram três as entrevistadas, seleccionadas por terem sido alunas e professoras da instituição, embora com graus de relacionamento com o Liceu diferentes.

A Dra. Maria Aurora foi escolhida por entendermos que o seu perfil se enquadra no protótipo de mulher que aderiu ao projecto educativo do Estado Novo e esteve ao seu serviço.

Nos antípodas temos a Dra. Elisa Olga, que se manteve numa situação marginal relativamente ao projecto educativo do Estado Novo. O seu envolvimento nas actividades circum-escolares, quer como professora, quer como aluna, é superficial. As memórias mais marcantes prendem-se com as actividades escolares.

Resolvemos considerar o testemunho da Dr.^a Maria Emília, que foi apenas professora no Liceu e num período posterior ao do âmbito cronológico desta investigação, porque a sua experiência deixa transparecer memórias da presença da M.P.F. nas actividades circum-escolares e, por outro lado, a entrever o modo de actuação da Reitora, uma figura incontornável da história do Liceu, desde as suas origens, até ao 25 e Abril de 1974.

1.2.4 A terminologia

Por questões de simplificação do discurso utiliza-se o termo secundário para nos referirmos ao tipo de ensino ministrado nos liceus, independentemente da alteração sofrida em 1947, quando a Direcção Geral do Ensino Secundário passa a ser designada como Direcção Geral do Ensino Liceal.

O termo circum-escolar foi retirado do Estatuto do Ensino Secundário de 1932, continuando a ser utilizado em 1947 no “Estatuto do Ensino Liceal”.

Ao longo da dissertação, como já foi referido na introdução, utilizaremos o termo Liceu para nos referirmos à Secção do Liceu Carolina Michaelis (1933-1946) e ao Liceu Rainha Santa Isabel, a partir de 12 de Outubro de 1946.

Foi este o percurso metodológico seguido e o fundamento teórico da investigação que realizámos.

1.3 O quadro de referências

Desde a escola do século XVI, quando se iniciou a construção do modelo de escola actual, decorre um largo período durante o qual se deu o processo de apropriação da educação dos cidadãos pelo Estado. A escolarização das crianças e jovens, inicialmente nas mãos da Igreja e das famílias, passa a partir do Século das Luzes, em nome das novas realidades económicas, políticas e sociais, para as mãos do Estado.

O Estado iniciou um processo de institucionalização de sistemas escolares, que através das políticas educativas produziram a homogeneização cultural, assentes nos conceitos de cidadania, nacionalidade e soberania.

Esta mudança de tutela na educação fez-se pela substituição dos fundamentos religiosos das concepções morais pelo imperativo Kantiano da Razão. Ramos do Ó explica este processo de transferência de tutelas com a progressiva afirmação das “Pedagogias da Psi” nos sistemas escolares, através da implementação das “tecnologias do eu”, que permitiram aos Estados assegurar o controlo do “governo das almas”.

O Estado Novo implementou uma política educativa marcada pelo desejo de demarcação da escola republicana. Relançou o debate em torno das concepções de escola instrução versus educação. A primeira, supostamente, visando o treino do intelecto e a segunda a formação do carácter. A escola é encarada *«como uma agência, não de transmissão de conhecimentos (instrução), mas de formação da consciência (educação)* (M.F.Mónica;1978:31).

O Estado Novo compreendeu todas as potencialidades da Escola, como factor de socialização e de *“controlo social da classe”* (M.F.Mónica;1978:31)³, e, através dela, inculcou valores, subordinou corpos e disciplinou consciências.

³ A autora refere-se à forma de controlo social exercido pela escola ao transmitir a ideologia da classe dominante.

A clarificação das questões assinaladas na problemática implica uma reflexão sobre os pressupostos teóricos em que se fundamenta a interpretação da política educativa do Estado Novo relativamente à educação feminina.

Adoptando a linha de pensamento de M. Filomena Mónica a fundamentação da investigação terá como suporte teórico a convicção de que a escola perpetua a hierarquia social, através da inculcação da cultura das classes dominantes e da ideologia que legitima o seu poder.

Mas também a convicção de que o discurso instituído correspondia aos modos de ver, de pensar e sentir de uma parte significativa da nossa sociedade, adoptando a linha de pensamento de Luís A. Vicente Baptista⁴.

Efectivamente o discurso de Salazar⁵ fez eco, como iremos ver, das *concepções* classistas da sociedade e da educação feminina do século XIX, dos seus estereótipos, das políticas familialistas europeias de entre as duas guerras no século XX e do estatuto especial das mulheres solteiras relativamente à domesticidade. Por outro lado, enforma os valores de uma parte significativa da nossa sociedade, já que o discurso produzido pelas elites reflecte os posicionamentos sociais de cada uma delas visando a preservação da estrutura social⁶.

As aprendizagens escolares definidas por Bourdier como “*habitus*” (M.F. Mónica; 1978:27)⁷ geram um conjunto de práticas sociais que funcionam como modelos de relacionamento com a autoridade e, desenvolvem, na terminologia

⁴ Nos estudos apresentados num Colóquio realizado em Coimbra (1985) e intitulados *Valores e imagens da família em Portugal nos anos 30 - O Quadro Normativo*, in “A Mulher na Sociedade Portuguesa. Visão Histórica e Perspectivas Actuais. Actas do Colóquio” Coimbra, 20 a 22 de Março de 1985, Instituto de História Económica e Social, Faculdade de Letras.

⁵ No prefácio da obra *Discursos*, redigida em 1935, Salazar declara: «As ideias destes discursos são geralmente conhecidas: posso mesmo dizer que não são minhas, mas da colectividade; ou porque as fui beber às profundezas da consciência nacional ou porque, correspondendo ao estado de espírito do país, este as adoptou» (retirado da obra de CARVALHO, Rómulo (1986) *História do Ensino em Portugal*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, pag.723).

⁶ Maria Manuel Vieira num artigo apresentado na revista *Análise Social*, «Letras artes e boa maneiras: a educação feminina das classes dominantes» reforça esta tese ao introduzir o conceito “*identificação social*”, definido como “a determinação da sua origem e pertença de classe” (4ª série, Vol. XXVIII, 120, 1º; 1993:12), como factor condicionador das práticas dos actores sociais.

⁷ Doravante, sempre que utilizar o termo “*habitus*” será esta a referência bibliográfica.

de Bowles e Gintis, “*características da personalidade*” (M. F. Mónica;1976:29), adequadas à reprodução social.

Assim, na escola o que é ensinado não é tanto uma “*linguagem*” mas uma “*gramática*” (M. F. Mónica;1976:29). O que se pretendeu analisar foi a “*gramática*” e as “*características da personalidade*” veiculadas nas actividades circum – escolares no Liceu Rainha Santa Isabel, durante o Estado Novo, de modo a contribuir para uma inteligibilização dos processos educativos, pois “*a resistência em inteligibilizar os processos históricos é quase total no campo educativo. Porventura bem maior do que noutros domínios da realidade social (...) igualmente aplicável ao papel da mulher na sociedade e ao que é esperado pela sua educação liceal*”. (Ramos do Ó; 2003: 17).

O levantamento das experiências proporcionadas pelo circum-escolar, sob a orientação das directrizes emanadas pelo Ministério da Educação, com o objectivo de proporcionar modelos de relacionamento e de personalidade, constitui o fulcro deste estudo.

1.4 A fundamentação do corte cronológico - 1930 a 1960 –

O âmbito cronológico desta investigação situa-se entre 1930 e 1960, por constituírem dois marcos fundamentais na evolução da política nacional, em termos de Estado Novo, como assinala César de Oliveira, no Capítulo I, da Nova História de Portugal, Vol. XII (F. Rosas, 1992:22).

O ano de 1930 marca o início de um processo de crescente afirmação de Salazar na política nacional, que chegara ao governo em 27 de Março de 1928, como Ministro das Finanças.

A aplicação de uma política de rigor orçamental, reforçada com os poderes de supervisionamento e direito de veto sobre as despesas dos outros ministérios, permitiu-lhe eliminar o défice financeiro e granjear-lhe um enorme prestígio, acabando por ser conduzido à presidência do Conselho de Ministros, a convite do Presidente da República Óscar Carmona, cargo que ocupará até 1968.

Entre 1930 e 1933 são criadas as condições para a afirmação de um Estado forte, nacionalista e corporativo, de acordo com o pensamento político de Salazar.

As etapas fundamentais na construção do novo regime, designado de Estado Novo, que governou o país entre 1933 e 1974, foram:

- i. a aprovação das Bases Orgânicas da União Nacional, em 1930 (organização criada e presidida por Salazar que pretendia enquadrar todas as forças políticas e correntes de opinião em nome da defesa dos interesses nacionais);
- ii. o Acto Colonial, publicado em 1930 (para acentuar a especificidade histórica de Portugal em termos territoriais. Era uma peça fundamental no modelo de autarcia que Salazar pretendia implementar);
- iii. a Constituição da República, plebiscitada em 1933 (que transfere a iniciativa legislativa e a tomada de decisões do parlamento para o Presidente do Conselho de Ministros);
- iv. a promulgação do Estatuto do Trabalho Nacional 1933 (organizava e integrava a população e as instituições em corporações de acordo com a sua natureza). Corresponde à institucionalização do Estado Corporativo e à proclamação dos superiores interesses nacionais sobre as vontades individuais;
- v. o reforço da censura aos órgãos de comunicação social, mas também à literatura às artes e ao cinema;
- vi. a criação do Secretariado da Propaganda Nacional – SPN – em 1933 (para difundir os valores e acção do regime).

Para implementar a ideologia e os mecanismos de controlo social, o Estado Novo serviu-se da escola. Para reforçar a acção educativa desta mas também enquadrar os que lhe escapavam, assistimos no ano de 1936 à criação da Mocidade Portuguesa (M.P.)⁸, da Obra das Mães pela Educação Nacional (OMEN)⁹ e da Legião Portuguesa¹⁰ (L.P.).

⁸ Uma organização paramilitar, criada em 19 e Maio de 1936, destinada a enquadrar a juventude, pretendia inculcar nos jovens o espírito nacionalista e a obediência ao Chefe.

Este ano de 1936 torna-se crucial no processo de implantação do Estado Novo, com reflexos nas orientações da política educativa e levou-nos a escolhê-lo como primeiro corte no nosso estudo.

Igualmente importante e que não poderíamos deixar de referir, foi a assinatura da Concordata em 7 de Maio de 1940, que levou à normalização das relações com o Vaticano e traduziu um desejo de aproximação à Igreja Católica, um dos pilares do regime a que só agora aludimos, atendendo à sequência cronológica da exposição. As relações de amizade pessoal de Salazar com o Cardeal Cerejeira favoreceram esta aproximação.

Mas este período é, ainda, marcado pelo endurecimento da ditadura, com a abertura oficial do campo de concentração do Tarrafal (“*o campo da morte lenta*”¹¹), a censura e repressão de todo o tipo de revoltas (dos marinheiros e dos populares na Madeira¹²), a depuração dos serviços públicos e a obrigatoriedade da assinatura de uma declaração de aceitação e integração na ordem social vigente e, finalmente, a criação de um corpo centralizado e especializado de informação e repressão política, a Polícia de Vigilância e

⁹ Organismo formalmente criado em 15 de Agosto de 1936, patrocinado pelo Ministério da Educação, reunia as mães portuguesas que quisessem inscrever-se e outras auxiliares que, não sendo mães, também pretendessem colaborar na educação nacionalista da juventude.

¹⁰ Milícia armada, formada por voluntários adultos, criada no Verão de 1936 para participar na “cruzada antibolchevista” e para apoiar as forças nacionalistas na Guerra Civil Espanhola. Tornou-se uma importante estrutura de apoio ao governo de Salazar, da fileira da qual saiu para Presidente da República, Craveiro Lopes, que tinha sido comandante – geral da Legião Portuguesa.

¹¹ Como era vulgarmente conhecido na época o campo de concentração do Tarrafal, em Cabo Verde.

¹² A revolta dos marinheiros enquadra-se num contexto de lutas das forças republicanas e parlamentares contra o regime saído do 28 de Maio de 1926, e pretendia restaurar a democracia e as liberdades em Portugal. Iniciada no Porto em 3 de Fevereiro de 1927, estendeu-se passados 4 dias a Lisboa, com a participação de uma boa parte dos oficiais e sargentos da Marinha, da Guarda Nacional Republicana e grupos populares armados. A falta de coordenação entre os revoltosos de Porto e Lisboa facilitou a vitória das forças governamentais. Para além das centenas de mortos e feridos, muitos deles foram forçados ao exílio, como foi o caso do General Sousa Dias, obrigado a residência forçada na ilha da Madeira, após os acontecimentos de 1927. Foi este mesmo general que liderou a Revolta da Madeira, em 4 de Abril de 1931 que se prolongou até 26 de Abril do mesmo ano. Esta revolta antecedeu em 10 dias a instauração da IIª República em Espanha, que instalou um governo de clara tendência de esquerda, sem qualquer identidade com o regime do Estado Novo e levando a um azedar das relações entre os dois Estados Ibéricos.

Defesa do Estado (PVDE), que, a partir de 1945, se passa a designar de Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE).

Esta construção foi, simultaneamente, resultado e consequência da forte carga ideológica sentida neste período, correspondendo aos anos de afirmação dos regimes autoritários na Europa – com a Itália Fascista, o expansionismo germânico nazi e a vitória do general Franco em Espanha sobre as forças republicanas – que despontaram entre 1919 e 1939 e, em nome de um nacionalismo exacerbado, negaram o parlamentarismo e a filosofia liberal, exaltaram os valores do grupo e da comunidade nacional, proclamaram a subordinação dos interesses individuais à nação.

Salazar desejou a perpetuação deste regime no pós-2ª Guerra Mundial, mas as circunstâncias internas e externas abalaram profundamente os alicerces da política autoritária do Estado Novo. Com efeito, entre a década de 50 e os anos 60 assistiu-se, a nível interno e externo, a um progressivo isolamento do regime, conduzindo a uma alteração das orientações da política.

O surto de desenvolvimento económico, estimulado pelos Planos de Fomento Económico e pela abertura de Portugal ao exterior com a adesão à EFTA¹³, nos finais dos anos 50, provocou o aumento dos assalariados industriais, o crescimento da população urbana e a maior mobilidade social, em resultado do aumento das taxas de escolaridade.

Estas transformações sociais tornaram a população mais reivindicativa e desejosa de participar na vida política do país, tendo como expoente máximo o apoio popular à candidatura do General Humberto Delgado à Presidência da República, em 1958. O perfil do candidato e o apoio granjeado junto da população das principais cidades do país conduzirá o regime ao endurecimento. As preocupações com a regeneração dão lugar ao desejo de perpetuação.

¹³ São as iniciais do nome inglês da Associação Europeia para o Comércio Livre, fundada pelo Reino Unido em 1959, com a Áustria, a Dinamarca, a Noruega, Portugal, a Suécia e a Suíça. Esta organização pretende ser uma resposta à Comunidade Económica Europeia (CEE), uma união económica entre o Benelux, França, a então Alemanha Federal e Itália, criada pelo Tratado de Roma de 1957.

A evolução dos acontecimentos a nível internacional também favorecera este extremar de posições nas orientações das políticas do Estado Novo.

O desencadear dos movimentos independentistas em África¹⁴ e a tomada de posse como Presidente dos EUA do democrata John Kennedy, representavam os antípodas das posições de Salazar relativamente à questão colonial e aos direitos humanos.

O ano de 1961, com o início da guerra colonial em Angola assinala uma nova etapa no Estado Novo – a política de guerra colonial – que terá como desfecho a queda do regime instaurado por Salazar. Desta forma se justifica a nossa opção pelo ano de 1960 para assinalar o fim da nossa dissertação.

1.5 As orientações na política educativa do Estado Novo – 1930 a 1960

Já em 1909 Salazar, num discurso proferido no Liceu de Aveiro, em 1 de Dezembro, dia da Restauração, apontava como prioridade nacional a educação do cidadão, numa perspectiva integral – o desenvolvimento físico, a formação moral e a cultura intelectual – sendo estas as directrizes que caracterizaram a política educativa do Estado Novo.

A política educativa do Estado Novo, definida por A. Nóvoa como uma “*política educacional autoritária*” (1992: 456), deixa, apesar de tudo, transparecer linhas de mudança, reflexo das dinâmicas sociais, económicas e culturais geradas em torno de si, levando o mesmo autor a identificar, no período por nós considerado, três fases¹⁵ nesta política.

¹⁴ Em 1960, em volta dos territórios coloniais portugueses africanos, acederam à independência o Congo Belga, a Nigéria, o Congo-Brazaville, a Somália, o Gabão, o Senegal, a Costa do Marfim e o Chade.

¹⁵ As fases no período considerado seriam: 1930/36 – “*a difícil substituição de legitimidades*”; 1936/47- “*a construção nacionalista da educação*”; 1947/60 - “*a acomodação às novas realidades*”.

A esta classificação foi posteriormente acrescentada uma 4ª fase, balizada entre 1960 e 1974 correspondendo ao período da consagração da abertura do sistema educativo. É esta a periodização que aparece indicada no *Dicionário de História do Estado Novo* (1996). João Formosinho havia proposto em 1987 outros marcos cronológicos para assinalar a evolução da

Estas fases introduzem ou assinalam viragens na orientação da política educativa ao nível da definição das prioridades, da abordagem dos conteúdos e das actividades circum-escolares, daí termos considerados dois momentos fundamentais na abordagem do circum-escolar no Liceu:

1º momento – 1935/36, o período da construção da escola nacionalista, da manutenção de um estado de elevada tensão, num esforço sistemático de inculcação ideológica e doutrinação moral, concretizado na afirmação nacionalista do primado da educação sobre a instrução, recusando o “*estéril enciclopedismo racionalista*” (Preâmbulo do Decreto-Lei nº 27 279, de 24 de Novembro de 1936) e na alteração da denominação do ministério para Ministério da Educação Nacional.

A adopção do livro único, retirando aos professores a iniciativa e capacidade de participação na administração e tomada de decisões, bem como a imposição de programas taxativos e não meramente indicativos obedecem aos mesmos desígnios ideológicos.

Em suma, é a subordinação de todo o ensino aos fins políticos do Estado Novo, patente na criação de organismos, como a Mocidade Portuguesa (M.P.), instituída em 19 de Maio de 1936 destinada a “*estimular o desenvolvimento integral (...) a formação do carácter e a devoção à Pátria...*” (artigo 1º do Regulamento da M. P.) e a OMEN.

2º momento -1947/60, a fase da acomodação às novas realidades do pós-guerra que, em termos de vida dos liceus, se traduz num aligeirar da tensão ideológica pois a doutrinação dá lugar às preocupações com a habilitação (saber técnico).

Esta fase corresponde a um período balizado pela política dos ministros Fernando Pires de Lima (1947/55) e Francisco Pinto Leite (1955/61), cujas orientações implementadas no ensino, marcam o início de um processo de adaptação do sistema educativo às realidades sociais e económicas emergentes no pós-guerra.

política educativa do Estado Novo: “*período formativo -1927/36*”; “*período de mobilização – 1936/37*”; “*período de estabilização – 1947/64*”; “*período de estagnação e declínio*” – 1964/70”.

O fim da 2ª Guerra Mundial e, com ela, o fim de alguns dos regimes que inspiraram a política de Salazar, bem assim a necessidade de formar recursos humanos qualificados, irá prevalecer sobre a visão exclusivamente centrada no ensino como sistema de inculcação ideológica.

A aposta no combate ao analfabetismo, com os planos de educação nacional, como forma de aumentar o rendimento pátrio, a acentuação dos processos de selecção social no recrutamento das elites e o incremento do ensino técnico¹⁶, marcam as orientações da política educativa desta fase.

Estas orientações contribuem para o empalidecimento da M.P. e da OMEN, organismos vocacionados para a doutrinação. É a escola a retraduzir e a reinterpretar a dinâmica social gerada em torno de si.

A política educativa reflecte os acontecimentos que foram marcando a ditadura e determinando as orientações do circum-escolar.

A adopção dos limites cronológicos de 1935/36 a 1959/60 corresponde, ainda, grosso modo, aos grandes momentos da evolução da instituição – de secção de Liceu (1933-1946) a Liceu com uma secção (1958/59).

De igual modo é possível estabelecer um paralelismo com as fases de viragem definidas por A. Nóvoa. O período de 1936/47 corresponde ao primeiro momento importante da história do liceu ainda como Secção do Carolina Michaelis. O segundo, de 1947 a 1960, durante o qual o liceu se organiza enquanto unidade independente e se expande.

1.5.1 1935/1947 – O primeiro momento

Justificação externa

Com a aprovação da Constituição termina o período da Ditadura Militar (1926-1933), marcado pelas indecisões e hesitações entre os que pretendiam a

¹⁶ António Nóvoa cita o Ministro da Educação, Pinto Leite, para acentuar aquilo que designa como os *“antípodas das metáforas mobilizadas pelos nacionalistas nos anos 30”*, quando aquele afirma, num discurso de 1956: *«Hoje, como então sou do parecer que a célebre frase de Apeles – “ Sapateiro! Não subas acima da chinela! ” – é a negação do ensino técnico”*.

regeneração da República e os que desejavam uma nova ordem política, económica e social.

Na política nacional inicia-se aquilo que a propaganda oficial designou de Estado Novo (1933-1974), tendo como referenciais a trilogia Deus, Pátria e Família, a que a política educativa procurará dar corpo.

Assim, em termos de educação, a década de 30, traduzirá um corte, na linha de orientação da política educativa, com o ideário de raiz liberal-republicano (marcado pela valorização da instrução e laicização do ensino), dos finais do século XIX e primeiro quartel do séc. XX.

Na transição da I^a República para o Estado Novo fica claramente assumido, como se pode concluir do discurso do ex-Ministro da Instrução Gustavo Cordeiro Ramos¹⁷, proferido em 1937, subordinado ao tema “*Os fundamentos éticos da Escola do Estado Novo*”, a necessidade de fazer um corte com o passado, com a «*exagerada educação intelectual* (1937:364) (...) *com a idolatria da ciência e com o descuro completo de tudo o que se reportasse à formação moral*» (1937:365), em nome da renovação nacional e do novo homem que o Estado Novo pretendeu criar.

Para o ex-Ministro a educação estaria incompleta se tivesse, apenas, em conta as questões da inteligência e abandonasse a modelação do carácter (1937: 363). E reforça as suas posições considerando que «*o programa educativo (...) não pode prescindir de duas ideias fundamentais e orientadoras: a de Deus e a da Pátria.*» (1937: 371),¹⁸ criticando a irreligiosidade dos republicanos, responsabilizando-os pelo «*desequilíbrio moral*» (1937: 368) instalado na sociedade.

Assume-se, oficialmente, o comprometimento ideológico da Escola ao defender que a esta lhe competia educar politicamente, isto é, «*transmitir conhecimentos que (...) favoreçam os fundamentos morais do Estado*» (1937: 368) e promovam o orgulho patriótico.

¹⁷ Exerceu o cargo entre 1930 e 1933

¹⁸ A. Nóvoa assinala uma viragem na perspectiva educativa a partir de 1936, quando se subalterniza a dimensão cívica da educação e se consagra a orientação religiosa do sistema de ensino institucionalizada pela reforma de 1947, com a substituição da Educação Moral e Cívica pelo ensino da Religião e Moral.

Um outro papel atribuído à Escola, sem menosprezar o carácter formador da família, é o permanente controlo sobre a vida familiar¹⁹ para assegurar que a acção formativa do Estado não seria desvirtuada. Mas, também, pretendia-se que a escola, pela sua acção educativa junto das famílias dos alunos, contribuísse «*para a regeneração social*» (1937: 375).

A educação integral, a valorização da componente religiosa e a extensão da acção educativa do Estado à família, e por intermédio desta à sociedade, serão as grandes tarefas da Escola na consolidação da revolução empreendida em 1930.

O período de 1936 a 1947, marcado pelas reformas na educação do ministério de Carneiro Pacheco (1936/40)²⁰, que os ministérios de Mário de Figueiredo (1940/44) e Caeiro da Mata (1944/47) deram continuidade, corresponde ao triunfo do primado da educação em detrimento da instrução. À escola coube o papel de moldar as almas à nova ordem instituída.

É nesta fase que se reforçou a doutrinação com o objectivo de construir um homem novo, diferente do modelo das democracias liberais. O individualismo e a liberdade cederam lugar à submissão do indivíduo ao interesse nacional.

Os programas do ensino impregnaram-se do ideário nacionalista, e a política educativa desenvolveu-se noutras direcções, nomeadamente a educação social e a formação moral, com:

- a criação de novas áreas curriculares (Educação Moral e Cívica, Higiene e Educação Física, Canto Coral e Lavoros);

- a expansão das actividades circum-escolares (as Sessões Culturais, o Cinema, a Assistência, etc.) e, em simultâneo, a inclusão do “post-escolar” na

¹⁹ Entre os mecanismos de controlo da vida familiar pela escola inscrevem-se os inquéritos efectuados pelo médico escolar, as visitas domiciliárias das “visitadoras” escolares, as fiscais da higiene, as mães da OMEN, entre outros.

²⁰ Não devemos, contudo, esquecer que este é um projecto iniciado com as medidas dos ministros da Instrução Gustavo Cordeiro Ramos (1930/33) e Eusébio Tamagnini (1934/36), durante o período que Nóvoa designou da «*difícil substituição de legitimidades*» (A. Nóvoa 1992: 456), e que se manteve até 1947.

vida do liceu, deixa transparecer a vontade do Estado Novo em prolongar a sua acção para lá da vida escolar;

- o reforço dos dispositivos de controlo das famílias como referimos na nota 11 (os inquéritos do médico escolar e o papel das visitadoras escolares) são disso um exemplo;

- a criação de enquadramentos educativos mais amplos de formação integral (como foram o alargamento do circum-escolar e a criação da organização da juventude);

- finalmente, a defesa de uma proximidade à natureza, com fins eminentemente ideológicos.

A concretização destas ideias conduziu à construção de um modelo liceal, baseado na compartimentação do ensino, mas também à obstrução da procura do ensino liceal, com o restabelecimento dos exames nacionais e a limitação da constituição do número de turmas para 600, em todo o país.

Justificação interna

A adopção dos limites temporais em termos de anos lectivos está relacionada com a base deste trabalho – os Relatórios da (Vice) -Reitora (s) Eulália Balacó e Hermengarda Guedes da Secção do Liceu Carolina Michaelis de 1935 a 1947 e Liceu Rainha Santa Isabel entre 1946 e 1960.

Estes marcos cronológicos correspondem ao período de crescimento continuado da procura do ensino liceal pelo público feminino, como se pode aferir pela abertura da Secção do Liceu Carolina Michaelis na parte oriental do Porto onde a população masculina já encontrava, desde 1907, o Liceu Alexandre Herculano.

Com efeito, este, incapaz de responder à crescente procura, foi autorizado, em 4 de Outubro de 1933, a funcionar com uma Secção localizada na zona oriental da cidade, numas instalações situadas na Rua dos Heróis de Chaves, nº 710 (actual R. D. João IV), passando no ano lectivo seguinte para a R. de Santa Catarina, 726.

Esta mudança de instalações atesta a dinâmica económica que a parte oriental da cidade manifestava e justificava, face à crescente procura do ensino

liceal em geral e, do público feminino em particular, levando mesmo a Vice-Reitora Eulália Balacó a considerar que a secção *“Deveria de estar situada mais a oriente, apesar de servir regularmente a zona a que se destina”* (Relatório da Secção do Liceu Carolina Michaelis, 1935/36)²¹.

Em termos de vida do liceu foi, ainda, o período da institucionalização do fervor nacionalista, com a adopção de um conjunto de práticas comemoracionistas, das quais se destaca as que reflectem e condicionam o objecto de estudo desta dissertação, nomeadamente as “Comemorações do 28 de Maio”, a abertura da “Semana das Colónias” (1932), a intensificação do culto dos valores patrióticos (1935) e a “Semana das Mães” (1938), que vão ser o fulcro das temáticas desenvolvidas nas Sessões Culturais que o Liceu promoveu, de acordo com as alterações introduzidas no circum-escolar pela reforma de 1936.

O liceu reflectiu e acompanhou os acontecimentos internos e externos que condicionaram a vida nacional. No relatório geral de 1936/37, as reuniões do conselho pedagógico e disciplinar deram conta da eleição dos chefes de turma, fiscais de higiene, donas de casa²² e, igualmente, da troca de impressões sobre o pedido de tomarem parte as alunas no bando precatório a favor dos Nacionalistas de Espanha. Estes factos atestam a adesão da vice-reitora e da Secção à política do Estado Novo.

É igualmente de assinalar na vida do Liceu a entrada da M.P.F, criada em 8 de Dezembro de 1937, para *“cultivar nas filiadas a previdência, o*

²¹ Apesar das medidas restritivas de acesso aos liceus com a imposição dos exames de admissão (Decreto-Lei nº 25 461, de 5 de Junho de 1935) e do discurso institucional sobre o lugar da mulher na sociedade – como adiante demonstrarei – a verdade é que a procura do ensino liceal não afrouxa.

²² A criação destas figuras é aconselhada no preâmbulo do decreto-lei nº 25 946, de 15 Outubro de 1935, com o intuito de dar aos alunos a noção de responsabilidade e inculcar-lhes hábitos e estímulos que se tornassem exemplos, no domínio da higiene alimentar e individual. As fiscais da higiene eram alunas que funcionavam como olheiras da médica escolar, vigiando as colegas no sentido de garantir a higiene individual e a compostura moral, tanto dentro como fora das aulas, eram coadjuvadas por colegas, designadas de auxiliares e o seu mandato durava um trimestre.

As donas de casa eram alunas que exerciam idênticas funções no domínio da higiene e da moral, deveriam ainda funcionar como um estímulo ao incremento do gosto pelas actividades da vida doméstica. Exercerem funções na cantina escolar por um ano lectivo inteiro, sendo investida uma por cada 30 ou mais comensais, dispunham também de auxiliares. Eram igualmente escolhidas pela médica escolar, com aprovação da reitora.

trabalho colectivo, o gosto da vida doméstica e o de servir o Bem Comum” (artigo 5º do Regulamento da Mocidade Portuguesa Feminina), a cargo da Obra das Mães pela Educação Nacional (OMEN), que vai, progressivamente, esvaziando de funções a Associação Escolar – “A Solidária”.

1.5.2 1947/59 – o segundo momento

Justificação externa

Os ministérios de F. Pires de Lima (1947/55) e F. Leite Pinto (1955/61) assinalam um outro ponto de viragem, fruto das alterações internacionais provocadas pelo fim da IIª Guerra Mundial e a desagregação dos regimes fascista e nazi, com a necessidade de reconversão da economia de guerra e a questão colonial a despoletar-se.

Os anos 50 são marcados pela reconstrução europeia, que beneficiou da ajuda americana, com o Plano Marshall²³, de que Portugal também veio a usufruir, em 1948, e do qual veio a resultar a OECE²⁴ (Organização Europeia de Cooperação Económica).

Esta organização acabou por introduzir no debate, sobre o desenvolvimento económico, o tema da educação enquanto factor de progresso económico. Em Portugal a preocupação com o desenvolvimento desemboca nos planos de fomento económico²⁵ e introduz alterações á política educativa.

A concepção de escola como agência do desenvolvimento económico relega, para segundo plano, a concepção de escola como aparelho de

²³ O Plano Marhsall consistiu essencialmente em empréstimos, subsídios e auxílio militar prestado pelos E.U.A. aos países europeus afectados, directa ou indirectamente, pela segunda guerra mundial.

²⁴ Com a entrada dos E.U.A e Canadá transforma-se, em 1961, na OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico).

²⁵ Os planos de fomento económico eram planos de desenvolvimento da economia portuguesa, elaborados para cinco anos e centravam-se em 5 grandes áreas: energia, irrigação e indústria mineira de ferro; transportes; indústria transformadora; agricultura; saúde e educação.

doutrinação ideológica e de controlo social, que caracterizou as décadas de 30 e 40.

Mais preocupados com a necessidade de formação dos recursos humanos, de modo a ultrapassar os problemas decorrentes da fraca industrialização, da baixa produtividade e dos fracos rendimentos, os ministros F. Pires de Lima e F. Leite Pinto colocam a economia no centro das prioridades da preparação escolar procurando “*a acomodação às novas realidades*” (A. Nóvoa 1992: 460).

É neste sentido que vão as medidas de Pires de Lima com a adopção dos planos de educação popular²⁶ e a valorização do ensino técnico²⁷, numa tentativa de reservar o espaço liceal para a preparação das elites.

No campo económico estas medidas são acompanhadas de outras que visam o desenvolvimento económico do país (Iº Plano de Fomento Económico de 1953-1958).

O consulado ministerial de F. Leite Pinto²⁸ marca uma aposta clara na escola como agência do desenvolvimento económico.

Segundo Rómulo de Carvalho, o ministro, reconhecendo o atraso português em relação aos países ocidentais, tomou a iniciativa de propor à OECE (Organização Europeia de Cooperação Económica), em 1959, a elaboração de um plano de análise da estrutura escolar, denominado “Plano de Fomento Cultural”, no sentido de apostar na preparação das necessidades

²⁶ O Plano de Educação Popular promulgado em 27 de Outubro de 1952 tinha como finalidade «*Despertar e desenvolver no nosso povo, por processos directos ou indirectos, por métodos suasórios ou repressivos, um interesse esclarecido pela instrução*» (Decreto-lei, citado por Rómulo de Carvalho, 1986: 785)

²⁷ O estudo da reforma do ensino técnico iniciado ainda pelo Ministro Mário Figueiredo não teve condições políticas, económicas e sociais para se impor. Foi necessário esperar pelas alterações provocadas pelo fim da IIª Guerra Mundial, para se promulgar a reforma em 1948.

²⁸ Rómulo de Carvalho entende que esta orientação se deve ao facto de pela primeira vez ter sido eleito um ministro para a educação com uma formação em engenharia, pois tradicionalmente eram catedráticos de Direito. Para reforçar esta ideia o mesmo autor salienta, ainda, o facto de ser preciso formar homens capazes de lidar com as máquinas de modo desembaraçado. Não devemos contudo esquecer que o pensamento do ministro faz eco das tendências internacionais que colocam a educação, como o motor decisivo da evolução económica. O próprio Pires de Lima, formado na área do Direito, também apostara na formação dos recursos humanos.

económicas futuras. Este estudo foi elaborado com o apoio financeiro daquela organização²⁹.

Apesar dos efeitos do Projecto Regional do Mediterrâneo se terem feito sentir, apenas, na década seguinte, a verdade é que o seu aparecimento significou uma viragem nas prioridades da política educativa, pois as orientações de doutrinação ideológica são substituídas pelas preocupações económicas. Doravante é a economia a orientar as opções educativas.

Os ministérios de F. Pires de Lima (1947/55) e F. Pinto Leite (1955/61) não colocam em causa a ideologia do Estado Novo, limitam-se a utilizar a máquina montada pelo Estado nos liceus e escolas técnicas para libertar o ensino para outras tarefas, nomeadamente a aposta no desenvolvimento económico.

Justificação interna

Em 12 de Outubro de 1946, a Secção do Liceu Carolina Michaelis autonomizou-se, tornando-se no Liceu Rainha Santa Isabel, pelo Decreto-Lei 35 905, devido ao "*acréscimo da frequência feminina nos últimos anos (...) ao desenvolvimento que tem tomado a construção nas áreas de Lisboa e Porto (...) e que "trouxe a estas secções um aumento tal da população escolar que justifica a providência de se lhes dar vida própria transformando-os em liceus"*.

Esta autonomização da Secção resulta, ainda, do facto do ensino técnico nunca ter funcionado como verdadeira alternativa ao ensino liceal, porque, como refere A. Nóvoa, não se libertou do estigma social, pois a entrada na escola técnica representava a impossibilidade de ascender ao liceu, de vencer a barreira que constituíam os exames de acesso ao ensino liceal.

É visível a falta de convergência de interesses entre o discurso institucional e os anseios da classe média, que se apercebeu da importância da escola como factor de promoção social, mas não entendeu que o ensino técnico fosse uma alternativa credível ao Curso Geral dos Liceus, como

²⁹ A OECE acabou por alargar este estudo a outros países, resultando no *Projecto Regional do Mediterrâneo* (P.R.M.). Para além de Portugal, o P.R.M. veio a incluir outros membros da OECE da zona do Mediterrâneo, a Espanha, a Itália, a Grécia, a Turquia e a Jugoslávia.

parecem confirmar os factos descritos no Relatório Geral da Reitora no ano lectivo de 1958/59: *“Como a frequência continuasse a aumentar e já não houvesse possibilidade de acomodar todas as alunas mesmo com desdobramento, como no último ano lectivo, houve necessidade de alugar outra casa onde funcionou uma Secção”*.

Nos finais da década de 50, o aumento continuado da população escolar, o prolongamento da escolaridade e a redefinição dos objectivos do ensino secundário, tornaram obsoleto o modelo liceal, criado pelo corpo legislativo de 1935/36.

A partir da reforma de 1947 a M.P.F. assumiu a responsabilidade do circum-escolar e a Reitora Hermengarda Guedes, nas Actas do Conselho Geral, atentou nas questões do cumprimento dos programas, do aproveitamento, do comportamento e da sobrelotação. Os relatórios da Cantina e da Papelaria, a cargo da M.P.F., deixam de ser objecto de leitura, como até aí ocorria, no referido Conselho ou, pelo menos, passam a ser omitidos nas actas referenciadas.

1.6 O currículo e o circum-escolar

A análise do circum-escolar remete-nos para a questão do Currículo, isto é, procurar determinar o seu lugar no currículo.

M. Zabalza entende currículo como o conjunto de *“aprendizagens alcançadas dentro ou fora da escola, como consequência da intervenção directa ou indirecta da própria escola. Não é preciso que a escola as planifique, as guie, bastando que as torne possíveis (...) que dê sentido às experiências extra-curriculares dos alunos”* (2001:26). No currículo são, assim, considerados os pressupostos de partida, as metas que se desejam atingir e os passos que se devem dar para as alcançar, incluindo o conjunto de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores que se consideram importantes trabalhar e a razão de cada uma das opções tomadas.

Ora esta definição contém uma concepção alargada de currículo, que não se restringe, apenas, aos conteúdos programáticos, considera e está dependente da concepção de educação e de escola. Parte de uma reflexão

sobre os fins da escola, isto é da filosofia subjacente às políticas educativas, para proceder á selecção e organização das experiências de aprendizagem que possibilitem a concretização desses fins.

Na linha de pensamento dos teóricos do currículo (Dewey, Tyler, Ragan, Krug, L. Traldy, M. Zabalza, entre muitos outros), que desde os anos 30 se tem vindo a esboçar uma concepção alargada de currículo, entendido como todo o conjunto de experiências e actividades que se desenvolvem na sala de aula e fora dela, que inclui os chamados serviços escolares, como a biblioteca, os cuidados com a saúde, as actividades de complemento aos conteúdos, como as visitas de estudo, entre outras.

O Currículo será tudo aquilo que directa ou indirectamente proporcione a “ *experiência da escolaridade*”.

Nesta definição alargada de currículo, como todo o conjunto de experiências organizadas e supervisionadas pela escola, poderemos enquadrar as actividades circum-escolares, porque estas são o conjunto de actividades desenvolvidas fora do contexto da sala de aula, mas planificadas e supervisionadas pelo Liceu, com o objectivo de colocar em prática os princípios da filosofia educativa do Estado Novo.

O circum-escolar pode, ainda, ser encarado como uma vertente prática das aprendizagens efectuadas na sala de aula, na medida em que as actividades promovidas neste contexto resultam directamente da sala de aula, como eram o caso das visitas de estudo efectuadas a fábricas e museus entre outras, as actividades de cariz social promovidas pelas alunas, como aplicação dos valores interiorizados, mas também o conteúdo temático desenvolvido nas palestras.

1.6.1 A construção do circum-escolar do Liceu durante o Estado Novo

Importa, agora, analisar como se estruturou e evoluiu o sistema de valores que articula o sentido e as finalidades do ensino secundário com os modelos formativos circum-escolares.

Na clarificação do conceito circum-escolar utilizei, como base de trabalho, o “Estatuto do Ensino Secundário” (Decreto-Lei nº 20 741); a “Circular” (19 de Agosto de 1935) com as instruções para a elaboração dos relatórios dos (as) reitores (as); a reforma do ensino liceal de 1936 (Decreto-Lei nº 27 084); o “Despacho” (30 de Junho de 1938) com as normas minuciosas para a elaboração dos relatórios acima referidos; e o “Estatuto do Ensino Liceal” (Decreto-Lei nº 36 507 de 17 de Setembro de 1947).

O projecto educativo do Estado Novo, privilegiando a dimensão educativa, procurou que a experiência de escolaridade resultante das actividades organizadas na escola, mas fora do contexto da sala de aula, funcionassem como momentos de consolidação dos valores patrióticos, de práticas sociais e de “*características da personalidade*”. O conceito de circum-escolar que se vai estruturando ao longo da legislação emanada, entre 1932 e 1947, obedeceu a estes desígnios.

As reformas educativas do Estado Novo consagraram e vulgarizaram a educação integral, apostando na ocupação permanente, no alto valor disciplinar da recompensa (Ramos do Ó; 2003:348). Estes princípios, inspirados no movimento pedagógico da Escola Moderna, que defende um ensino baseado na valorização da actividade, na autodisciplina e na ligação à vida, estiveram presentes nas alterações que se foram efectuando no circum-escolar.

Iremos, agora, proceder a uma apresentação, em linhas gerais, dos momentos da evolução do conceito.

No Estatuto do Ensino Secundário de 1932, no Capítulo XII, o circum-escolar, designado como “Trabalhos circum-escolares ...” *inclui as visitas de estudo e excursões; o cinema escolar; as aprendizagens facultativas; a assistência escolar; as cantinas; as exposições escolares; as festas escolares; as associações escolares e quaisquer outras obras educativas que não entrem directamente no plano do ensino secundário*. É, ainda, recomendado que todos os trabalhos circum-escolares se realizem por intermédio das associações escolares.

Na Circular³⁰ de 1935 enviada aos reitores com as instruções para a elaboração dos relatórios, no capítulo das “obras circum-escolares de carácter geral” acresce, às actividades já referidas, as “Comemorações de carácter local ou nacional”. Na descrição dessas actividades foi solicitado aos reitores um apontamento sobre as mesmas, do seu aproveitamento e interesse despertado. Nas excursões e visitas de estudo são solicitados os nomes abreviados dos professores participantes.

Na reforma do ensino liceal de 1936 (Decreto-Lei nº 27 084) os trabalhos circum-escolares passam a integrar, ainda, as “sessões culturais” (art.11) e as actividades físicas promovidas pela Mocidade Portuguesa³¹, tornando obrigatória a colaboração dos professores nas actividades promovidas pela Mocidade, sempre que os seus serviços fossem solicitados pelos reitores.

De 1932 para 1936 assistiu-se a um nítido reforço da vertente educativa do ensino, apesar de distinguir meios de acção educativa e adjuvantes de ensino (as excursões e as visitas de estudo), a verdade é que todo o circum-escolar é mobilizado para os fins educativos.

Com efeito, o legislador determinou que os adjuvantes do ensino fossem perspectivados como meios de potenciar a acção educativa do liceu, visando a formação moral e cívica.

Foi esta a mensagem transmitida pela vice-reitora, Eulália Balacó, dirigindo-se ao corpo docente na 1ª sessão, a 18 de Outubro de 1938, «a *todas pediu que contribuíssem o mais possível para a obra de educação que nesta casa (...) se vem realizando (...). Continuemos (...) pois a encarar bem a sério o problema educativo, procurando não só instruir as nossas alunas, mas acima de tudo cuidar da sua saúde física e a incentivar-lhes o amor ao trabalho, à justiça e à verdade.*» (Actas do Conselho Geral, ano lectivo de 1937/38).

³⁰ As obras escolares discriminadas na circular de 19-08-35 são por ordem: “Associações escolares; Excursões escolares em que hajam participado alunos de mais de uma classe; Cinema escolar; Aprendizagens facultativas; Assistência escolar; Cantinas escolares; Exposições escolares; Festas escolares; Comemorações de carácter local ou nacional; quaisquer outras obras educativas”.

³¹ A sua congénere feminina só surgiria em 8 de Dezembro de 1937 pelo Decreto-Lei nº 28 262. Este determinava que todas as portuguesas, dos 7 aos 14 anos bem assim as que frequentavam o 1º ciclo do curso dos liceus, fossem obrigadas a filiar-se na organização feminina.

O Despacho³² de 30 de Junho de 1938, dirigido aos reitores, com as normas a seguir na elaboração dos relatórios, discrimina todas as actividades referidas anteriormente, acrescenta os “Prémios escolares”; as “Salas de estudo”; as “Participações em comemorações e em festas educativas”; “Jogos escolares”; e “ Associações de cooperação com o liceu”³³ e altera o item “festas escolares”, que passa a designar-se “Comemorações e festas escolares”.

Continua a acentuar-se a dimensão educativa do circum-escolar pela diversificação das experiências de aprendizagem social e da responsabilização do reitor e corpo docente pela sua execução. Entre os sub-itens que cada reitor (a) deveria ter em conta na redacção descritiva do trabalho desenvolvido nas actividades circum-escolares, surge o pedido de identificação dos dinamizadores da actividade, o interesse despertado no liceu e o valor educativo da actividade desenvolvida.

De 1936 para 1947 é de assinalar a entrada em cena da Mocidade Portuguesa que, como regista Ramos do Ó, ao longo dos anos 40 viria a receber todos os domínios educativos construídos fora do plano de estudos. Esta tendência reforça-se a partir da reforma de Pires de Lima.

Finalmente o “Estatuto do Ensino Liceal” (Decreto-Lei nº 36 507) dedica o capítulo XIII aos “Trabalhos circum-escolares”, distribuídos por vinte e dois artigos, nove dos quais são dedicados ao enquadramento da M.P/M.P.F. na orgânica do liceu, no âmbito do circum-escolar.

Os restantes artigos constam de orientações a seguir na utilização dos adjuvantes do ensino e dos meios de acção educativa já referenciados noutros pontos (visitas de estudo e excursões, sessões culturais, cinema, cantina, exercícios físicos, hinos e cânticos nacionais, exposições escolares, aprendizagens facultativas e salas de estudo). As festas educativas e

³² As obras escolares discriminadas no despacho de 30-06-38 são por ordem: “Associações escolares; Assistência escolar; Prémios escolares; Salas de estudo; Aprendizagens úteis fora do plano de estudos; Cantinas escolares; Sessões culturais; Cinema escolar; Visitas de estudo e excursões escolares; Exposições escolares; Comemorações e festas escolares; Participações em comemorações e em festas; Jogos escolares; Outras actividades circum-escolares realizadas no liceu ou com a sua participação; Mocidade português; Associações de cooperação com o liceu”.

³³ Incluída na Circular referida na nota 26 nas “Associações escolares” e no “Estatuto do Ensino Secundário” de 1932 surgia como uma actividade “post-escolar”.

comemorativas surgem de forma indirecta, a propósito dos hinos e cânticos nacionais ensaiados para as solenidades escolares ou qualquer conjuntura de exaltação do sentimento pátrio.

Foi, ainda, permitido que os liceus possuíssem publicações periódicas, de carácter essencialmente educativo, não se admitindo qualquer alusão a autoridades e professores.

Foram, também, entendidos como trabalhos circum-escolares a organização de museus regionais, a inventariação da fauna, da flora, do folclore, dos monumentos e das colecções de fotografias da localidade em que o liceu se inseria.

Todas as actividades relacionadas com a formação moral, cívica e física dos alunos passaram a ser efectuadas em cooperação com a M.P./M.P.F., sendo para o efeito reservadas duas tardes em cada semana e confiadas a direcção e inspecção do ensino a Educação Física, Canto Coral e Lavoros Femininos.

Esta progressiva concessão feita à Mocidade Portuguesa e o lugar secundário que as festas educativas e comemorativas passam a ter, é revelador do que A. Nóvoa assinalou como “*a acomodação às novas realidades*” (1992:460). O escolar passa a ocupar-se da formação dos recursos humanos, para responder às necessidades da economia, e o circum-escolar da formação moral e cívica sob a égide da M.P.

Em suma, o circum-escolar foi uma importante tecnologia educativa e o seu crescente peso no liceu, revela o desejo do Estado Novo em ocupar os alunos o mais tempo possível, numa tentativa de assegurar o monopólio da formação do aluno.

Capítulo II

2. A educação feminina no Estado Novo e o circum-escolar

2.1 A educação feminina – intemporalidade ideológica dos valores

A compreensão do modelo educativo feminino do Estado Novo só terá sentido, integrado no contexto europeu e abordado numa perspectiva diacrónica, sob pena de se apresentar uma visão redutora.

Efectivamente o discurso de Salazar faz eco, como iremos ver, das concepções classistas da sociedade e da educação feminina do século XIX e dos seus estereótipos, das políticas familialistas europeias de entre as duas guerras no século XX, que levaram o género a reinventar-se, e do estatuto especial das mulheres solteiras relativamente à domesticidade, condicionando as relações entre os géneros. Por outro lado enforma os valores de uma parte significativa da nossa sociedade, já que o discurso produzido pelas elites reflecte os posicionamentos sociais de cada uma delas, e visa a preservação da estrutura social.

Efectivamente podemos, rapidamente, constatar a intemporalidade ideológica dos valores que sustentam o ideal de educação feminina, tomando como exemplo o corte cronológico entre a Revolução das Luzes e o Estado Novo, marcado por uma sucessão de regimes políticos, que se caracterizaram, sempre, pela demarcação das práticas implementadas por cada um dos regimes que o antecedeu.

Este não é, de todo, um fenómeno exclusivamente nacional. Portugal, como país europeu, não é estanque às convulsões e transformações que marcaram a Europa entre os sécs. XVIII e XX.

A Escola e as políticas educativas surgem para institucionalizar os papéis que as famílias pretendem para as suas herdeiras e o liceu foi o lugar privilegiado da definição dos papéis sociais.

O séc. XIX europeu conserva, durante a maior parte do tempo, uma educação submetida aos modelos estabelecidos pelo costume. No entanto, como refere Irene Vaquinhas num artigo intitulado “Coeducação e igualdade de oportunidades” (1999: 9), é no contexto da Revolução Industrial que se passa, de modo radical, de uma educação essencialmente doméstica para uma escolarização que levará progressivamente as raparigas ao ensino.

Apesar da Filosofia das Luzes falar de Razão, Progresso, Direito Natural e do postulado da igualdade de direitos, a verdade é que assistimos, nas palavras de Martine Somet a «*um encontro falhado da educação das raparigas com as Luzes*» (1978: 278).

A Revolução Francesa produziu poucas reflexões sobre a educação feminina e não legislou sobre ela. Mesmo quando se fala em igualdade intelectual está sempre subjacente a repartição social das tarefas entre os dois sexos:

- a vida pública para os rapazes
- o lar e a vida conjugal para as raparigas.

Mirabeau, Talleyrand, Condorcet e muitos outros partilham da ideia que as mulheres estão destinadas à sua função de esposas e mães.

Na construção deste paradigma teve particular papel Rousseau ao conferir a igualdade e a democracia para os homens e ao atribuir a subordinação e a domesticidade às mulheres, fazendo depender a ordem social do casamento, da fidelidade conjugal e das virtudes da maternidade.

Esta visão dualista leva os pensadores a proporem conteúdos educacionais específicos. Os rapazes iniciavam-se nas matemáticas e geografias; as futuras mulheres acrescentariam à ciência do lar as artes de distracção, tão necessárias para reter o marido no lar. Irene Vaquinhas no já citado artigo refere mesmo que a «*definição de um ensino secundário feminino*,

claramente diferenciado e regendo-se por padrões de preparação inferiores aos do masculino, foi preponderante ao longo do século XIX, em muitos países europeus como a Inglaterra, a França, a Espanha, a Itália e [obviamente] Portugal» (1999:14).

A educação da mulher não é encarada como um direito natural, mas como uma necessidade social, é feita no interesse do homem, filho ou marido. Pretende-se companheiras republicanas para os homens republicanos.

O ensino feminino oitocentista fundamentou-se numa concepção de educação diferenciada para as raparigas, assente na herança cultural da existência de uma natureza feminina, que assegurasse a divisão dos papéis sociais de género e a manutenção da ordem social. É nesta linha de pensamento que se enquadravam as propostas de Alice Pestana / Caiel para a educação feminina, no século XIX, uma formação que preparasse a rapariga para ser mulher e mãe.

O estereótipo da mulher “*sacerdotisa do lar*” (Anne Marie-Sohn; 1978: 117) ou “*anjo da casa*” (Anne Marie-Sohn; 1978: 117) cristalizou-se na 2ª metade do século XIX, quando os homens sublinharam a sua fragilidade física; as elites, por sua vez, desenham um retrato moral da mulher que valoriza a sensibilidade em detrimento da inteligência.

Em Portugal, tal com no resto da Europa, não se pretende a «*mulher desencaminhada para a carreira seca das ciências positivas ou da política apaixonada*» (D. António da Costa;1870:141). O novo discurso médico sobre a educação da criança reforça a pressão em favor da mulher no lar.

A educação feminina foi encarada como um meio de obter o equilíbrio social e, com ele, o da própria Nação: «*Eduquemos as mulheres que assim preparamos à Nação os seus primeiros e mais dedicados mestres*»³⁴.

Está subjacente aos princípios da educação liberal, igualitária, a especificidade do género, de modo a permitir a reprodução dos padrões da sociedade burguesa e com ela o equilíbrio da Nação. Por outro lado subjacente a esta especificidade do género está a percepção de que há profissões especificamente femininas como questiona Bernardino Machado: «*Quem*

³⁴ Elzira Machado Rosa citando Bernardino Machado (1989:9)

desde já não votará na mulher para os pelouros municipais da educação, da enfermagem e da assistência?»³⁵

A concepção da família como uma célula fundamental da actividade social leva a atribuir à mulher, tal como na Europa, um papel essencial no seu equilíbrio: *«porque não fazemos da nossa casa um ninho alegre e fofo, que o nosso marido prefira ao botequim, ao Grémio, ao Clube, ao restaurante...»* (Maria Amália Vaz de Carvalho; 1880:182). Desta concepção de família e de casamento decorre a associação da mulher às funções de esposa, dedicada companheira do marido, e dona -de-casa competente e educadora.

A progressiva incorporação das competências domésticas na função de esposa, bem assim, a valorização do papel de educadora, foi determinando a necessidade de uma maior profissionalização. O exercício cabal destas funções exigia instrução. É legítimo que o Estado chame a si essa responsabilidade, assumindo através da escola a sua preparação integral.

Os Republicanos não abandonaram o ideal da mulher no lar, temem que demasiados conhecimentos livrescos as desviem da sua missão. Aliás, durante a República, as questões do ensino feminino centram-se em torno da problemática religiosa e da laicização. Os Republicanos estão demasiado absorvidos na criação de um ensino secundário de Estado, despojado de qualquer referência religiosa e específico para as raparigas. A preocupação fundamental é a subtracção da mulher ao convento e ao domínio religioso, para que possa empenhar-se nas suas tarefas femininas de educar os futuros cidadãos.

O feminismo da “Belle Époque” fez reivindicações em nome da igualdade dos indivíduos e, até ao final da Primeira Guerra Mundial, as mulheres lutaram pela emancipação de que as “garçonnes” e o movimento das sufragistas são um símbolo.

No entanto, no período de entre as duas guerras, os movimentos feministas aceitaram as diferenças de sexo como elementos da natureza. O ideal da mulher no lar e a repartição dos papéis parecem mais do que nunca incontestados e marcam o período que decorre entre a década de 20 e 60.

³⁵ Elzira Machado Rosa citando Bernardino Machado (1989:11)

Alienada pelas tarefas domésticas, esta mulher é a antítese da “garçonne” que, a partir dos anos 30, cai no esquecimento.

O discurso de Salazar reflecte o pensamento sobre a educação feminina e dos seus estereótipos dos finais do séc. XIX. Como acentua Marc Bloch, citando um provérbio árabe «*Os homens parecem-se mais com o seu tempo que com os seus pais*» (1974:36)

Destacam-se alguns excertos do discurso alimentado pelas elites, durante o Estado Novo, com particular incidência no período da inculcação ideológica, que construiu uma teia de ligações de tal modo apertadas entre a mulher, a família e a Nação, condicionando as orientações da política educativa relativamente às mulheres, sendo tema de debate na Assembleia Nacional, como iremos ver adiante.

O ideal feminino veiculado pela literatura, nesta 1ª metade do século XX, traduz um conceito utilitário de mulher pois não se pretende «*Nem a mulher-boneca, nem a mulher-soldado*» (Plínio Salgado; 1946: 93). «*O homem deve achar nela não só a enfermeira desvelada [mas também] a distribuidora sensata e económica (...) a dona de casa asseada (...) a mãe carinhosa (...) a companheira do seu espírito*» (Maria Amália Vaz de Carvalho;1938:167).

Relativamente à educação feminina entendeu-se que «*A mulher pode e deve ser instruída (...). É imperioso, porém, que se lembre de que – acima da profissional – ela é uma criatura de Deus e é mulher. Fazer a doutora esquecer a mulher é desvirtuar as leis da natureza que estabelecem diferenciação dos sexos*». (Plínio Salgado;1946:61-62). Logo «*Educar a mulher é levá-la a compenetrar-se do seu papel providencial na família*» (Maria Amália Vaz de Carvalho;1938:11), pois «*Que melhor capital poderá uma rapariga amealhar, ou que melhor bagagem científica poderá trazer para o seu futuro lar, do que conhecimentos preciosos para bem criar os seus filhos?...*» Se «*a menina for deixada ao sabor dos seus caprichos (...) se formarão óptimas amantes, más Esposas e péssimas Mães*», alerta Eduardo de Brito e Cunha no discurso que proferiu em 1939, na Semana da Campanha da Família, no Porto, que decorreu entre de 19 a 26 de Março e intitulado “*Higiene e Moral*”.

A família como agrupamento natural, porque é uma *«lei da natureza a união entre os sexos»* (J.G. Pinto Coelho; 1940:105) é a instituição através da qual se estabelece o encontro entre os sexos, e que importa manter inabalável, pois é a célula da vida social. Logo os valores que devem ser cultivados pela família são o Bem, a Pobreza, o Exemplo, o Lar, o Dever e o Sacrifício, considerados como valores estruturantes da sociedade portuguesa. Pelo que *«o homem e a mulher não são obrigados a ser felizes, mas sim a cumprir os seus deveres morais»*, como acentua V. B. Monteiro no seu discurso denominado «Restauração da Família em Cristo», proferido no Porto em 1940: na já referida Semana da Campanha da Família e daí se retiram as inferências de que *«o casamento é uma escola de aperfeiçoamento...»* (A Família – Estudo Doutrinário, 1938/39 Juventude Católica Feminina) e o divórcio é *«a melhor e mais perfeita escola de prostituição»* (A.Esteves;1932: 76).

Institucionaliza-se uma concepção cristã da família visto ser esta a *«crença da sociedade portuguesa em geral (...). A família, diz a Constituição, é a unidade formativa por excelência, a base primária da educação, e ao Estado incumbe só facilitar aos pais o dever de instruir e de educar os filhos»* discurso proferido por Maria Guardiola, na Assembleia Nacional, em 23 de Março de 1938.

Para preservar a família é totalmente condenável o trabalho feminino fora de casa, porque é *«abandono do lar»* (A.Esteves;1932:91) e, igualmente, a contracepção porque impede que se cumpram os desígnios de Deus permitindo *«confundir a Esposa e Mãe com a amante»* (A.Esteves;1932: 95).

Salazar, *«elegantemente antifeminista como Mussolini (...), nas palavras de António Ferro (1933:133), nas políticas educativas que adoptou limita-se a fazer eco do paradigma baseado na valorização da família, na submissão da mulher na relação entre os sexos em nome do equilíbrio social e da reprodução das elites.*

Este discurso foi institucionalizado no período do Estado Novo como se verifica pela leitura do art. 5º da Constituição de 1933: *«A igualdade perante a lei envolve a negação de quaisquer privilégios de nascimento, nobreza, título nobiliárquico, sexo ou condição social, salvas quanto à mulher as diferenças resultantes da sua natureza e do bem da família».*

A igualdade de todos os cidadãos perante a lei era, no que diz respeito às mulheres, limitada por duas cláusulas:

- o factor biológico – a “natureza”
- o factor ideológico – o “bem da família” e da Nação – enquanto somatório de famílias.

Em nome destas diferenças naturais e do bem da família, assistiu-se a uma subordinação jurídica e profissional da mulher relativamente ao homem e desenvolvem-se políticas educativas com uma vertente feminina.

No que dizia respeito aos direitos políticos, o voto era concedido por decreto, primeiro às mulheres casadas (que se tornam chefes de família por incapacidade do marido) e, depois, às mulheres solteiras, maiores ou emancipadas, com família a seu cargo, com curso superior e reconhecida idoneidade moral³⁶.

Relativamente à elegibilidade para a Assembleia Nacional e Câmara Corporativa foi igualmente concedida, em 1934, sob certas condições: eram elegíveis as mulheres com mais de 21 anos, solteiras com rendimento próprio ou que trabalhassem e as chefes de família e às casadas com diploma secundário ou que pagassem determinada contribuição predial³⁷.

³⁶ Decretos-lei nº19 694, de 5/5 /1931; nº 23 406, de 27/12/1933 e nº34 938, de 22/9/1945.

³⁷ Decreto-lei nº 24 631, de 6/12/ 1934. «A legislação eleitoral que foi sendo publicada mantinha basicamente inalteradas as exigências para inscrição dos eleitores dos diversos órgãos electivos. De referir, pela especificação que efectuava, o Decreto-lei n.º 35 426 de 31 de Dezembro de 1945, que dispunha no que diz respeito às mulheres. Eram eleitoras do Presidente da República e da Assembleia Nacional:

- 1- Os cidadãos portugueses do sexo feminino, maiores ou emancipados, com as seguintes habilitações mínimas: Curso geral dos liceus; Curso do magistério primário; Curso das escolas de belas artes; Cursos do Conservatório Nacional ou do Conservatório de Música do Porto; Cursos dos institutos industriais e comerciais.
- 2- Os cidadãos portugueses do sexo feminino, maiores ou emancipados, que, sendo chefes de família, estejam nas demais condições fixadas no n.º 2 (maiores ou emancipados que, embora não saibam ler e escrever, paguem ao estado e corpos administrativos quantia não inferior a 100\$, por algum ou alguns dos seguintes impostos: contribuição predial, contribuição industrial, imposto profissional e imposto sobre a aplicação de capitais)

Este Decreto-lei foi ratificado com emendas pela Assembleia Nacional tendo-se transformado, em consequência, em proposta de lei que deu origem à Lei n.º 2 015, de 28 de Maio de 1946. Esta lei alargou o disposto no ponto 1 aos cidadãos portugueses do sexo feminino, maiores ou emancipados, que sendo chefes de família, saibam ler e escrever português e acrescentou um número novo com a seguinte redacção: “Os cidadãos portugueses do sexo feminino que, sendo casadas, saibam ler e escrever português e paguem de contribuição predial, por bens próprios ou comuns, quantia não inferior a 200\$00.» (Ana Vargas, Mulheres na Assembleia Nacional 1933-1974, [http:// www.stape.pt/mulheres](http://www.stape.pt/mulheres)).

A situação jurídica da mulher era de total dependência e limitação em relação ao homem, mesmo com as alterações introduzidas pelo Código Civil de 1967. O chefe da família continua a ser o homem e só em caso de manifesta incapacidade deste, a mulher o poderia substituir.

O art. 31º do Decreto-lei nº23 048, de 23 de Setembro de 1933, estipulava que o trabalho das mulheres e menores fosse objecto de regulamentação especial, de acordo com «*as exigências da moral, da defesa física da maternidade, da vida doméstica, da educação e do bem social*». Só em situações muito especiais seria autorizado o trabalho das mulheres casadas, e as solteiras teriam de se sujeitar, nas escolhas, às restrições da moral, da educação e do bem social, não podendo fazer concorrência aos homens³⁸. Estava-lhes vedado o acesso à carreira diplomática, magistratura judicial, chefias na administração local e a postos de trabalho no Ministério das Obras Públicas e Comunicações. Para além, de uma série de restrições relativas ao casamento das professoras primárias, telefonistas da Anglo-Portuguese Telephone, pessoal do Ministério dos Negócios Estrangeiros, TAP e enfermeiras. Eram ainda discriminadas a nível salarial e nas promoções a cargos de chefia.

As políticas educativas foram apresentadas como forma de cumprir os desígnios da Nação e porque «*Nós não compreendemos – nós não poderíamos compreender – que a escola divorciada da Nação, não estivesse ao serviço da Nação, e não compreendesse o altíssimo papel que lhe cabe (...) a educar os portugueses para bem compreenderem e bem saberem trabalhar*» (Salazar, discurso sobre “A escola, a vida e a Nação”, em 28 de Janeiro de 1934).

Salazar assumiu as teses do comprometimento ideológico da escola, tornando-a um instrumento na formação do carácter dos indivíduos. As

³⁸ Já nos finais do séc. XIX, em nome das diferenças naturais, defendia-se um tipo de educação diferente para as mulheres, embora se admitisse a realização profissional das mulheres solteiras ou viúvas, que teriam em simultâneo, por este processo, uma forma de garantir o seu sustento como enfermeiras, professoras, criadas de servir, artífices ou operárias, de acordo com o seu estatuto social.

reformas educativas permitiram a montagem de uma tecnologia educativa que cumprisse os objectivos de uma educação integral.

Face ao exposto constata-se que em Portugal, tal como na Europa, não se registou uma ruptura no pensamento sobre a educação feminina entre o Liberalismo/Republicanismo e o Estado Novo. O paradigma afirma-se nos finais do séc. XIX e atravessa o século seguinte, independentemente das clivagens políticas desse século – monarquia/república; democracia/autoritarismo – porque os papéis exigidos à mulher eram feitos em nome do equilíbrio social e dos interesses dos Estados – Nação. Ambos solicitaram à mulher que educasse os seus filhos/cidadãos, assumisse as suas tarefas na família e aceitasse a subordinação/dependência do homem, em nome dos supremos interesses da nação e das diferenças naturais.

Em suma, a inovação não está nos valores e princípios que sustentam o modelo educativo feminino. O Estado Novo apropriou-se de conceitos e valores intemporais, apresentando-os como verdades suas, que mobilizou para atingir os fins desejados, criando nas pessoas o desconforto e a necessidade da mudança.

A novidade estará na consagração da formação feminina nas bases do ensino secundário³⁹, como um valor estruturante da educação. Nesta preparação assume importantes responsabilidades o liceu, que deve implementar uma secção de formação cultural feminina onde, a par do estudo das línguas (nacional e estrangeiras), da higiene, da puericultura e da prática dos labores, se ministrem conhecimentos da economia social e doméstica e de enfermagem, para a adequada preparação da mulher para a sua “função natural”⁴⁰.

³⁹ A consagração na lei desta atenção especial vem na sequência de uma proposta de aditamento à mesma lei por Maria Guardiola, deputada na Assembleia Nacional, em 29 de Março de 1935, por «se preocupar com a *formação cultural das raparigas que, tendo concluído o curso dos liceus com espírito certamente mobilado de matemática e latim, não possuam no entanto uma bagagem de conhecimentos úteis que lhes dêem noção social e humana da vida*». (*Diários da Assembleia Nacional, 1935/04/01, 1ª Legislatura/2ª Sessão, nº39, pp. 789 a 800.*

⁴⁰ De acordo com o art. 5º da Constituição de 1933.

O ano de 1935, durante o ministério de Eusébio Tamagnini, foi marcante no que diz respeito às orientações na política educativa relativamente às mulheres. As deputadas na Assembleia Nacional reclamaram um lugar próprio para as mulheres no espaço educativo de modo a que se concretizasse, através da escola, o discurso veiculado sobre o papel da mulher na sociedade.

Com efeito Domitília Carvalho, deputada na A.N. convicta do papel da escola na formação pessoal, preocupada com a elevada taxa de mortalidade infantil⁴¹, apresentou um projecto de lei sobre a introdução do ensino de higiene e puericultura nos liceus femininos, por entender que *«(...) usando destes meios para educarmos as mães presentes procuremos também educar as mães futuras. Evidentemente uma das melhores maneiras de o fazer é aproveitar a sua entrada na escola, porque elas estão lá e assim obrigam-se a ter esses conhecimentos (...) estamos vendo que o melhor processo é ensinar as filhas, para que elas, por sua vez, vão para casa e ensinem as mães. Desde que as filhas, na verdade, vão à escola, aí está uma maneira de as ensinar.»* (1ª Legislatura, Sessão de 1 de Abril de 1935).

O liceu assumiu, assim, esta vertente formativa da sociedade, complementando e mesmo corrigindo a acção educativa da família.

2.2 O modelo liceal do Estado Novo

Uma reflexão sobre o circum-escolar leva-nos, necessariamente, a uma caracterização do modelo liceal instituído pelo Estado Novo, na medida em que o circum-escolar se integrava num todo, que visava transformar o modo de funcionamento dos liceus. Esta reflexão toma como base de trabalho a legislação relativa ao ensino secundário entre 1930 e 1960.

Na construção do modelo liceal houve uma clara preocupação com a mobilização/implicação de todos nos projectos, bem dentro das tradições do movimento da Escola Moderna. As leis são sempre apresentadas em nome

⁴¹ «Dizem as estatísticas de 1930 a 1934 que, em Portugal, continente, morre uma criança, até cinco anos, de doze em doze minutos.» (Diários da Assembleia Nacional, 1935/03/30, 1ª Legislatura/1ª Sessão, nº38, pp. 769 a 788).

dos interesses dos visados e, depois de ouvidos todos os interessados, pelo menos na fase inicial de afirmação do Estado Novo, quando se pretendeu a mobilização nacional para o projecto, como o demonstra, claramente, a introdução do Decreto-Lei nº 13 056, de 20 de Janeiro de 1927, que refere «*a consulta de todos os indivíduos e classes a quem em Portugal o problema do ensino secundário interessa...*».

É um processo exógeno que se apresentou com uma construção endógena, reflexo da centralização do ensino implementada através de:

- i. rigorosa regulamentação das novas atribuições dos órgãos de gestão dos liceus e o esvaziar de funções dos conselhos escolares (Decreto-Lei nº 18 234, de 22 de Abril de 1930);
- ii. fiscalização de professores e alunos, não só pelo leque de atribuições que é dada aos reitores (as), mas também através de instrumentos como o caderno diário e o livro de ponto das aulas (o Decreto-Lei nº 18 827, de 6 de Setembro de 1930);
- iii. controlo de todas as actividades escolares e circum-escolares desenvolvidas no liceu: o Decreto-Lei nº 20 369, de 8 de Outubro de 1931, impõe programas taxativos e exequíveis, que todos os professores devem seguir e cumprir; o Decreto-Lei nº 18 234, de 18 de Junho de 1930 assinala a “entrada” do governo no domínio do circum-escolar, que será criteriosamente regulamentado em “O Estatuto do Ensino Secundário” pelo Decreto-Lei nº 20 741, de 11 de Janeiro de 1932.

O liceu do Estado Novo foi pensado e definido para o sexo masculino. Esta constatação torna-se tanto ou mais pertinente quanto ao nível das instâncias governativas se tentou fazer passar o discurso de que o lugar da mulher é o lar. Talvez por isso é que no processo de estruturação do liceu feminino, em Portugal, se tenha seguido a mesma organização do masculino, limitando-se a acrescentar-lhe uma vertente feminina, como acentua Ramos do Ó (2003:591), quando afirma que a socialização das raparigas se fazia com o recurso à mesma tecnologia educativa que formatava os rapazes.

O ensino liceal adquiriu identidade e autonomia face ao ensino superior, com atribuição de finalidades próprias ao tipo de ensino aí ministrado: «O

ensino secundário tem por fim ministrar os elementos de uma cultura geral, que simultaneamente sirva de preparação para a vida social e de habilitação para estudos superiores» (Estatuto do Ensino Secundário, 11 de Janeiro de 1932).

Baseia o seu projecto na afirmação do primado da educação sobre a instrução, com o destaque dado às humanidades que *«tam poderosamente contribuem para a formação do espírito»* (Decreto-Lei nº 18 779, de 26 de Agosto de 1930, Preâmbulo) e a introdução de novas disciplinas destinadas a promover a formação física e mental do aluno, numa lógica de educação integral (instrução moral e cívica, canto coral, educação física, trabalhos manuais e labores nos liceus femininos).

A reorganização da distribuição da carga horária entre as ciências e as humanidades⁴², bem como o reforço das componentes morais e religiosas em todos os cursos do secundário, foram um claro exemplo da valorização da vertente educativa no ensino liceal.

Este modelo tem subjacente a concepção de que este nível de ensino não se destina a todos. Foi, aliás, nesse sentido que o Decreto-Lei de 12 de Abril de 1928 tentou limitar o acesso ao ensino secundário, quando no art. 3º, tornou dependente a matrícula, nos liceus de Lisboa, Coimbra e Porto, das condições materiais e pedagógicas dos edifícios, reforçado com uma selecção rigorosa através dos exames de acesso ao Liceu (Decreto-Lei nº 18 884, de 27 de Setembro de 1930) e pela limitação do número de turmas (Decreto-Lei nº 27 084, de 14 de Outubro de 1936).

Uma acção social com fins de cariz, essencialmente, ideológico – a meritocracia: *«Em cada liceu poderão os conselhos administrativos dispensar o pagamento de propinas aos alunos comprovadamente pobres que tenham frequência de bom na maioria das disciplinas desde que esse nº não exceda os 3% do total da frequência.»* (Decreto-Lei nº 18 779, de 26 de Agosto de 1930, artº21). Posteriormente foram alteradas as condições de isenção de propinas, como adiante abordaremos, mas mantendo-se o princípio educativo a que

⁴² Das 42 horas atribuídas às Ciências pelo Decreto-Lei 12 425 de 2 de Outubro de 1926 passa-se para as 32 horas com o Decreto-Lei 18 779, de 26 de Agosto de 1930, por se considerar excessivo o tempo de estudo atribuído às primeiras sem paralelo «nas organizações do ensino secundária, havidas por melhores na Europa», como é referido no preâmbulo do citado Decreto-Lei 18 779.

devia obedecer a sua atribuição, já que obrigava a ter um comportamento e assiduidade exemplares.

Fazem, igualmente, parte do modelo liceal do Estado Novo espaços como as bibliotecas e laboratórios dotados com «*material suficiente para demonstrações e trabalhos práticos...para as sessões ...e para o ensino intuitivo das outras disciplinas.*» (Estatuto do Ensino Secundário, Capítulo XII, art. 142), criados numa lógica de valorização das metodologias activas.

A introdução no discurso oficial de uma terminologia caracterizada pelo uso recorrente de termos como “ordem”, “método”, “pontualidade”, “assiduidade” e “obrigatório”, que passam a estar associadas ao reitor (a), foram imagens de marca do liceu e povoam, ainda hoje, o imaginário colectivo.

A evolução deste modelo liceal foi marcada pelas reformas dos ministros da Educação Carneiro Pacheco (ministro entre 1936 e 1940), Fernando Pires de Lima (entre 1947 e 1955), cujas políticas constituíram, seguindo a linha de pensamento de A. Nóvoa, dois momentos de viragem na política educativa.

2.2.1 O Liceu de 1936 a 1947

A. Carneiro Pacheco inicia o período que Nóvoa designa de “*a construção nacionalista da educação*”⁴³, em resultado do conjunto de medidas tomadas por este ministro na Lei nº 1 941, de 11 de Abril de 1936, com vista à transformação da escola em agência de inculcação ideológica e doutrinação moral, que acabou por deixar as suas marcas na imagem do liceu.

Com efeito, há duas medidas que marcaram a imagem dos liceus até ao 25 de Abril de 1974:

⁴³ Cândida Parreira, na Iª Legislatura, 2ª Sessão Legislativa, nº75, de 8 de Fevereiro de 1936, intervém para se congratular com a proposta de reforma da instrução, que conduziria à criação do Ministério da Educação Nacional, por entender que «*é mais do que necessário, é indispensável, para que a obra de ressurgimento nacional principiada em 28 de Maio não faleça, que os sagrados princípios nacionalistas dominem as teorias individualistas, criadas pela revolução francesa, donde tão perniciosos frutos brotaram.*». Portanto estes foram, também, os valores do grupo social dirigente.

- a lei que remodela o Ministério da Instrução Pública⁴⁴ onde se consagra a valorização da acção educativa do ensino;

- o Decreto-Lei nº 26 611 (de 9 de Maio de 1936) que prevê o controlo/acompanhamento de todo o processo de formação do cidadão através da instituição de um órgão centralizador, a Junta Nacional de Educação⁴⁵.

A aplicação desta legislação conduzirá a uma alteração da fisionomia do liceu, em resultado das novas tarefas que lhe são atribuídas:

- a nível do curricular – com a reformulação dos programas, suprimindo tudo o que é pedagogicamente dispensável e introduzindo a dimensão formativa e consagrando novas disciplinas, com destaque para as aulas de Canto Coral, consideradas um elemento de educação e coesão nacional, sendo organizada, em nome destes princípios, uma colectânea de cânticos nacionais e regionais;
- a nível do circun-escolar que vê alargado o seu campo de acção e consignadas novas orientações no domínio da formação moral e cívica, fazendo, por exemplo, depender a atribuição de bolsas de estudo do estatuto moral dos candidatos; ou instituindo prémios nacionais para os melhores estudantes; ou, ainda, determinando a criação de uma organização destinada a formar a juventude no espírito patriótico.

A reforma do ensino secundário, regulamentada pelo Decreto nº 27 084, de 14 de Outubro de 1936, deu forma a estas novas orientações com uma

⁴⁴ A alteração da designação do Ministério, que passa a denominar-se da Educação Nacional é a marca fundamental desta reforma e traduz o desejo do poder instituído de colocar a escola ao serviço da ideologia, dando-lhe novas responsabilidades no domínio da formação do carácter e do espírito nacional.

⁴⁵ A J.N.E. era um órgão técnico e consultivo, directamente ligado ao Ministério da Educação Nacional responsável pela implementação das bases definidas na Lei nº 1 941, de 11 de Abril de 1936, tendo por isso um leque alargado de competências, regulamentadas no Decreto-Lei 26 611 de 9 de Maio de 1936. Constituída por representantes de todos os graus de ensino, escalonados segundo uma sequência que coloca em 1º a Educação moral e física; 2º Ensino Primário; 3º Ensino Secundário; 4º Ensino Superior; 5º Ensino Técnico; 6º Belas Artes e 7º Alta Cultura. Esta ordenação é reveladora das opções do governo em termos de ensino – *«formação moral e cívica do homem português em harmonia com a Constituição Política (...) bem como a valorização da sua energia física, no espírito de devoção à Pátria»* (art. 16º do regimento da J.N.E., Decreto-lei 26 611 de 9 de Maio de 1936).

distinção, no plano de estudos, entre aulas e sessões (Educação Moral e Cívica, Higiene e Educação Física e Canto Coral), numa lógica de ensino integral.

A ordem, a disciplina, o dever, o patriotismo, o corporativismo e o colonialismo orientaram as práticas educativas e regulamentaram os comportamentos de professores e alunos, porque, como lembra Salazar num discurso de 1935⁴⁶, «*não reconhecemos liberdade contra a Nação, contra o bem comum, contra a família, contra a moral*».

Foi deste período a decisão de exposição, por todos os liceus, de dísticos educativos, que ainda hoje são possíveis de encontrar nas paredes de alguns, como o que se encontra na porta central do Liceu A. Herculano, Porto – «*A Educação é um tesouro de que cada um de nós deve fazer bom uso*».

Neste período deu-se, ainda, a entrada da Mocidade Portuguesa no Liceu, criada para estimular na juventude escolar o desenvolvimento integral das capacidades físicas, morais e o patriotismo. As actividades promovidas por esta organização foram integradas no circum-escolar, implicando, deste modo, um alargamento da escolarização dos jovens, que passam cada vez menos tempo com as famílias.

A par da missão educadora, o liceu devia, ainda, dotar os indivíduos de uma cultura geral útil à vida. É esta finalidade que preside à criação do Curso de Educação Familiar, nas escolas de frequência exclusivamente feminina, para as alunas que não pretendessem seguir estudos superiores⁴⁷.

A criação deste curso deu forma às teses, sobre a educação feminina, de que o ensino liceal feminino deveria preparar a mulher, das classes superiores, para o seu importante papel social no seio da família. Conciliar a formação cultural com a função de educadora e esposa dos filhos da nação,

⁴⁶ Inserido numa Antologia dos Discursos, Notas, Relatórios, Teses, Artigos e Entrevistas -1909 a 1953, Edição Comemorativa do Jubileu Ministerial do Professor Dr. Oliveira Salazar (27-04-54), p309.

⁴⁷ «*Dar nova auréola à família, à maternidade, ao papel da mãe educadora, fazendo a reeducação da mulher no sentido moral, familiar e doméstico, eis um rápido esboço do programa de trabalho exposto...*» Discurso proferido por Maria Guardiola, na Assembleia Nacional, em 23 de Março de 1938 (*Diários da Assembleia Nacional*, 1ª Legislatura, 4ª Sessão, nº 175, pp.545 a 554).

como já preconizava Maria Amália Vaz de Carvalho, uma defensora acérrima de uma educação feminina que valorizasse as suas qualidades e faculdades, mas que não as preparasse “*para doutora, nem para sábias...* (1891:161)⁴⁸.

Uma outra característica do Liceu dos anos 30 foi a aproximação aos regimes autoritários, pelo menos até à 2ª Guerra Mundial, visível no currículo, nomeadamente, com o art. único do Decreto-Lei nº 18 884, de 27 de Setembro de 1930, ao consagrar o ensino da língua alemã «*sempre que um número mínimo de 6 alunos requeira o ensino do alemão, funcionará para esses alunos um curso dessa disciplina (...) e com o mesmo número de horas semanais consagradas ao ensino do Inglês*»⁴⁹.

2.2.2 O Liceu de 1947 a 1960

Os anos de 1947/48 marcaram, segundo A. Nóvoa, o mais importante momento estruturante do ensino secundário do Estado Novo, com a aprovação do Estatuto do referido ensino, em de 17 de Setembro de 1947 (Decreto-Lei nº 36 508).

A reforma do ensino secundário do ministro Pires de Lima relança o debate sobre as finalidades do ensino secundário, porque constata que em todos os sistemas experimentados anteriormente, referindo-se até ao momento do seu ministério, se chegou à conclusão que os alunos saíam do Liceu sem a preparação necessária à entrada nos cursos superiores. Mas também sem «*o grau de formação do espírito e de cultura geral necessários para o ingresso numa das profissões para que se exige o ensino liceal*» (ponto 6, do preâmbulo do Decreto-Lei nº 36 507, de 17 de Setembro de 1947).

Neste discurso, houve, relativamente à década de 30, uma clara valorização das aprendizagens traduzida na preocupação do ministro com a

⁴⁸ Em Portugal assistiu-se a um decréscimo geral da presença feminina no mercado laboral entre os anos 30 e 60 – o período de implementação do Estado Novo – e que encontra paralelo na Europa, onde o ideal da mulher no lar é incontestado.

⁴⁹ O Alemão passa a fazer parte do currículo dos cursos complementares, substituindo mesmo a Língua e Literatura Francesas, no caso do Curso Complementar de Letras (Decreto-Lei nº 18 779, de 26 de Agosto de 1930).

falta de preparação dos alunos, quer para o prosseguimento de estudos, quer para a inserção na vida activa. Por isso se escreveu nas “*Observações*” apenas aos novos programas – Decreto-Lei nº 37 112, de 22 de Outubro de 1948 – «*Nos últimos anos do liceu o aspecto informativo do ensino passa a prevalecer sobre o formativo...*».

Também não podemos esquecer que este acentuar da falta de preparação dos alunos era, também, política. Estava relacionada com o desejo de aliviar a pressão da procura dos liceus e de encaminhar os jovens para os cursos técnicos.

O modelo educativo revelava-se desajustado face às novas realidades sócio-económicas. A sua proposta ia no sentido de reforçar o carácter não profissional do ensino secundário, que se apresentava com uma vocação, tendencialmente, preparatória para os estudos superiores.

A organização do plano de estudos do ensino liceal reforçou essa componente preparatória, com a dependência estabelecida entre os ciclos: «*O 1º ciclo (...) e o 2º ciclo, tem por objectivos preparar para a sequência de estudos (...) e o 3º ciclo (...) é especialmente destinado a preparar os alunos para o ingresso em grau superior de ensino*» (art. 2º e 3º, capítulo I, do Estatuto do Ensino Liceal). O liceu foi transformado num nível de ensino intermédio, de características não profissionalizantes.

Símbolo dos ventos de mudança de prioridades é a revisão do «*velho conceito de humanidades em face das realidades do homem social moderno*» (Preâmbulo da Reforma do Ensino Liceal de 1947), considerado fundamental, em 1930, para a formação do espírito. No fundo, como argumentava o ministro Pires de Lima, no Preâmbulo da Reforma de 1947, «*Às necessidades do homem de outros tempos sucederam necessidades de diferente ordem e a cultura de que se carece para satisfação dessas necessidades é que constitui o humanismo de hoje*»

É definida a fisionomia que irá caracterizar a organização deste nível de ensino até ao 25 de Abril de 1974, com a reposição do “*regime de classes*” no 1º e 2º ciclo e o “*regime de disciplinas*” para o curso complementar no 3º ciclo.

São abolidos os cursos de Educação Familiar⁵⁰, por falta de interesse nos mesmos. Curiosamente o Ministro da Educação, Pires de Lima, lamentava que os liceus formassem as raparigas como se todas viessem a ser doutoras em vez de boas donas de casa, esposas e mães. Acusava as próprias raparigas e as suas famílias do fracasso dos cursos de educação familiar, porque só queriam um diploma. Esta posição deixa transparecer uma concepção de educação muito próxima da década de trinta, relativamente ao ensino liceal feminino, não consentânea com as ambições das jovens alunas e suas famílias.

Sinal dos tempos foi, também, a aproximação à língua inglesa, com a consagração, ao ensino desta língua, de uma maior carga horária do que até aí tinha acontecido e o acantonamento do Alemão ao 3º ciclo, apenas para os alunos que pretendessem seguir os estudos de Filologia Germânica ou Direito.

Dois factores explicaram estas mudanças. As novas realidades saídas da guerra, que levam as necessidades económicas e sociais a sobreporem-se às preocupações com a doutrinação e inculcação e, por outro lado, a consolidação de um Estado administrativo forte, que assumiu as tarefas de controlo ideológico e libertou a escola para outras missões.

A criação dos serviços de inspecção do ensino liceal⁵¹, para permitir ao Ministério da Educação «*conhecer e fiscalizar o serviço docente e graduar e classificar os professores segundo os seus verdadeiros méritos*» (ponto 12, do Decreto-Lei nº 36 507, de 17 de Setembro de 1947); a centralização da formação dos professores no Liceu D.João III, em Coimbra⁵², para garantir a

⁵⁰ Desde 1938/39 que funcionava na secção do Liceu Carolina Michaelis o 3º ciclo, mas não há, nos relatórios gerais, qualquer referência ao Curso de Educação Familiar.

⁵¹ Ficando os (as) reitores (as) obrigados a enviarem-lhe cópia do relatório.

⁵² No Decreto-Lei nº 36 507, de 17 de Setembro de 1947, no ponto 13 é justificada esta centralização da formação dos professores liceais por se considerar que a manutenção de dois Liceus Normais, pela “*inevitável divergência de critérios entre os professores metodólogos de um e outro liceu (...) não é sempre uniforme (...). Determina-se, para esse efeito, que o estágio dos professores se faça apenas em um dos liceus com funções de normal, dando-se preferência ao de Coimbra, visto essa cidade oferecer excelentes condições para a preparação dos candidatos*”.

No Estatuto do Ensino Liceal promulgado pelo Decreto-Lei nº 36 508, de 17 de Setembro de 1947, na Secção II, artigo 189, pontos 1 e 2, regulamenta-se a realização dos estágios

competência científica e pedagógica dos professores e a verificação das suas qualidades morais e cívicas; e a Mocidade Portuguesa Feminina, responsável pela formação moral, cívica e física dos alunos e «*da direcção e inspecção do ensino da Educação Física, do Canto Coral e dos Lavoros Femininos*» (art. 13, da reforma de 1947), permitiram libertar o liceu para a tarefa da instrução.

Continuou a estar presente a ideia da especificidade feminina, com a adequação dos programas de Trabalhos Manuais à educação das alunas, bem assim a manutenção dos Lavoros no plano de estudos.

Na reformulação do plano de estudos, a disciplina de Religião e Moral substituiu a Educação Moral e Cívica, e a Higiene, que acompanhava a Educação Física, foi suprimida. Estas áreas foram reforçadas com as actividades desenvolvidas pela M.P.F.

Esta preocupação com a formação dos recursos humanos, aliada à pressão sentida nos liceus pelo aumento da população escolar, enquadra a aprovação do estatuto do ensino profissional, industrial e comercial, em 25 de Agosto de 1948 e traduziu a adopção de uma estratégia dual na política educativa. Deixa, ainda, transparecer as estratégias de classe. Para umas o liceu e para outras os cursos médios, na continuidade do que já se defendia nos finais do século XIX, reforçando a tese de que o discurso sobre as questões femininas não era de todo inovador⁵³.

Com efeito para resolver a questão ideológica e, em simultâneo, o problema da sobrelotação dos liceus⁵⁴, muitas jovens foram encaminhadas

pedagógicos no Liceu D. João III, mas as docentes “*realizarão também trabalhos no Liceu Infanta D. Maria*”.

⁵³ O discurso veiculado no Estado Novo assenta numa concepção classista do ensino que já transparecia no discurso de Caiel, nos finais do séc. XIX: «*a que indivíduos se destina a tão debatida instrução secundária do sexo feminino? Às filhas, às irmãs, às futuras esposas dos médicos, dos advogados, dos engenheiros, dos burocratas, dos altos comerciantes (...) da parte mais valida da nação enfim...*» (1892) ... Para as outras: «*os asylos deveriam preparar boas creadas, ensinando-lhes durante dois ou três anos as occupaões, as práticas laboriosas, os direitos e os deveres do seu mister; ou constituíssem-se escholas profissionaes, com uma ou mais officinas onde se trabalhasse deveras para clientella, como nas escholas municipaes de Paris* (Alice Pestana;1898:350).

⁵⁴ A transformação da Secção do Carolina Michaelis em Liceu Rainha Santa Isabel é um claro exemplo deste crescimento acentuado da procura feminina. A população escolar da secção regista um crescimento contínuo, entre 1935/36 e 1947/48 (período de autonomização da

para as escolas do Magistério Primário e para o ensino técnico⁵⁵ e para a assistência.

A nova identidade conferida ao ensino liceal e a reforma do ensino técnico traduziram uma substituição das prioridades na política educativa do Estado Novo, nem sempre compreendidas como foi o caso da deputada Maria Van Zeller, quando na proposta apresentada na Assembleia Nacional, de reforma do ensino técnico profissional, se mostrou surpreendida pelo facto de não existir «*uma única referência àquela organização nacional de alta missão educativa que o próprio Estado colocou junto da escola para completar a sua acção no que respeita a educação moral, física e social dos alunos. Refiro-me à Mocidade Portuguesa masculina e feminina.*» (na IV^a Legislatura, 2^a Sessão Legislativa, de 1 de Abril de 1947).

2.3 O circum-escolar e a “escolarização da vida”

Os modelos de educação, de aprendizagem do relacionamento com a autoridade e da interacção social, são interiorizados como realidades, que cada um assume como a sua realidade, e que se traduz na adopção de um conjunto de práticas culturais, “habitus”, comuns àqueles que ocupam uma posição social semelhante, como refere P. Bourdieu a propósito do estudo das relações sociais (Campenhout;2003:168).

secção) passando a frequência feminina de 303 para 509 alunas e, em 1955/56, o número de alunas é já de 884.

⁵⁵ Maria Van Zeller, num debate no parlamento sobre o ensino técnico, em 1947, mostrou-se favorável ao reconhecimento e profissionalização do trabalho feminino nas classes trabalhadoras: «*Se as pequenas indústrias caseiras e regionais, se os trabalhos domésticos, agrícolas e hortícolas, se os manufactos por via de regra agradam à mulher, se é aí que ela tem desenvolvido maior actividade, se são compatíveis com a sua compleição física e têm ainda a vantagem social de não afastar a mulher dos seus deveres do Estado, porque não havemos de lhes dar o incremento devido a permitir que a mulher possa receber uma instrução especializada, a fim de, sem sair da sua casa ou próximo dela, quando disso necessite, poder dedicar-se a actividades mais ou menos compensadoras para a economia do agregado familiar*» (1947/02/01, IV^a Legislatura/2^aSessão, nº82, pp. 437 a 458)

A educação traduz-se num «*longo e incessante desígnio de aprendizagem e de inculcação dos gostos, maneiras de sentir e de agir*» (Campenhout;2003:169) comuns ao grupo social em que o individuo se integra. Este percurso começa por ser efectuado em contexto familiar e passa depois para a escola e outras instituições como a igreja.

Neste processo de interiorização de valores e comportamentos o Estado Novo foi reivindicando e assumindo um papel predominante. A socialização dos indivíduos foi sendo feita, cada vez mais, em contexto escolar de forma a permitir ao Estado controlar o produto final⁵⁶. Esta apropriação, efectuada por razões de cariz ideológico, criou uma sociedade de base escolar, em que a vida das crianças e dos jovens passou a estar condicionada à frequência escolar.

Na escola o Estado chamou a si a preparação científica das alunas e, sobretudo, a responsabilidade pela sua formação moral. A escola enquanto «*sagrada oficina das almas*» (Salazar, 1934) conduziu a uma “escolarização da vida” da população. Doravante as aprendizagens sociais foram efectuadas em contexto escolar, sob a orientação das directrizes emanadas pelo Ministério da Educação⁵⁷, de acordo com a gramática social definida pelo Estado Novo para a educação feminina. Assim, determinaram-se os “*habitus*” a implementar naquelas que viriam a ser as “mães”/educadoras da nação.

O Liceu mais do que um lugar de instrução tornou-se um local de educação social e foi neste sentido que a Lei nº1 904 de 21 de Maio de 1935,

⁵⁶ Eusébio Tamagnini, que foi Ministro da Instrução do Estado Novo (1934/36), já em 1927, num artigo intitulado “Questões de Educação Secundária” ao justificar a primazia da educação formal (a família, a igreja e a escola) sobre a informal (experiência da vida) pelo seu carácter sistemático e económico, está em simultâneo a deixar a porta aberta para uma afirmação da escola no processo de educação informal. Quando argumenta que as vantagens da educação formal são o proporcionar experiências de aprendizagem orientadas para o futuro e concentrar a “enorme massa de experiências adquiridas pelos outros” (“Arquivo Pedagógico”, Vol. I, nº1: 21), está implicitamente a dar um lugar de destaque à escola, espaço naturalmente potenciador dessas vantagens, tendo em conta as finalidades da sua própria existência

⁵⁷ Maria Aurora Pereira, directora-adjunta do Centro da M.P.F no Liceu Rainha Santa Isabel, acentua precisamente esta presença constante do Estado na educação das alunas, quando se refere à actividade das alunas nos campos de férias da Mocidade: «...os tempos estavam todos ocupados com as mais diversas actividades tendentes, como digo, a esta formação. Lúdicas e formativas». (Entrevista: Anexo V).

que aprovou as bases do ensino secundário, colocou como prioridades ministrarem-se «*os elementos da cultura que sirvam de preparação para a vida social e que ... tendam á formação da personalidade do aluno*» (Base III).

Os currículos foram organizados de forma a permitir o desenvolvimento normal do corpo, da inteligência e do carácter, estabelecendo-se para os dois ciclos do curso geral as lições ou sessões de higiene, educação física, educação moral e cívica, canto coral e trabalhos manuais. A formação feminina também não foi esquecida e por isso nos liceus criou-se uma secção de formação cultural feminina – puericultura, labores, economia social.

No preâmbulo do Decreto-Lei nº 25 946, de 15 de Outubro de 1935, defendeu-se, o fomento de um ensino prático e activo, mais orientado para a acção do que para a memória, sem no entanto dispensar a fixação de determinados princípios como, o sentido colonial e corporativista, o comemoracionismo patriótico, o gosto pela ordem, o mérito, a disciplina, a piedade, o amor ao trabalho, entre outros.

Este quadro de valores e comportamentos caracterizou as políticas educativas do Estado Novo, que transformaram a escola num espaço privilegiado de doutrinação e integração social, através da implementação de novas áreas curriculares, o alargamento do circum-escolar e o reforço dos dispositivos de controlo das famílias e dos alunos (A. Nóvoa; 1999:594).

Como refere Ramos do Ó «*as afirmações da nova pedagogia acerca da ocupação permanente dos alunos, em actividades lúdicas, culturais e de estudo, ou mesmo sobre o alto valor disciplinar das recompensas ao que melhores resultados apresentassem, estavam de facto a ser institucionalizadas por todo o país nos anos trinta*» (2003:348), no sentido de instituir praticas do “governo de si mesmo”, tendentes à formação da personalidade de acordo com os parâmetros definidos a nível central.

A valorização das práticas educativas que favorecessem a homogeneização social conduziu à instituição de uma organização destinada a enquadrar a formação da juventude, a “Mocidade Portuguesa” e a uma

criteriosa regulamentação do circum-escolar⁵⁸, abrindo novos territórios à socialização das jovens que frequentavam o liceu.

O circum-escolar constituiu uma das facetas da “experiência de escolaridade”, desenvolvido com o intuito de proporcionar modelos de relacionamento e de personalidade, através das experiências de aprendizagem proporcionadas neste contexto. Assim, as associações escolares, a assistência social, os prémios escolares, as cantinas escolares, as sessões culturais, as saídas escolares, as exposições escolares, as comemorações, os jogos escolares e a Mocidade Portuguesa veicularam um sistema de representações e valores, incutiram “habitus” que geraram práticas sociais e “*características da personalidade*” consideradas adequadas e contribuíram para uma definição do “thymos”⁵⁹ do liceu, no sentido de perfil identitário de uma escola, resultante da dinâmica implementada pelo seu corpo docente (L. Grosso Correia;2000:84).

Para o reforço destes processos identitários foi necessário promover «*a motivação e a mobilização do maior número de docentes em tarefas que não eram normalmente as suas e representavam além disso um acréscimo de trabalho quase nunca remunerado. O reitor deveria identificar todos quantos dessem o seu contributo para a construção de uma escola secundária activa. Ainda que no plano simbólico, a inclusão do nome de um docente no relatório enviado ao director-geral deveria significar para ele um reconhecimento e uma importante recompensa.*» (Ramos do Ó; 2003:348).

O circum-escolar foi, como Ramos do Ó demonstrou, o recurso às tecnologias do “governo de si”. Ampliou as actividades nas quais o aluno passou a ser simultaneamente sujeito e objecto, aprendendo a disciplina, o auto-domínio e a cidadania, enquanto desenvolvia o orgulho nacionalista. O território do circum-escolar foi, ainda, entendido como o local privilegiado da

⁵⁸ O “Estatuto do Ensino Secundário” (Decreto-Lei nº 20 741); a “Circular” (19 de Agosto de 1935); a reforma do ensino liceal de 1936 (Decreto-Lei nº 27 084); o “Despacho” (30 de Junho de 1938) e o “Estatuto do Ensino Liceal” (Decreto-Lei nº 36 507 de 17 de Setembro de 1947).

⁵⁹ Luís Grosso Correia retira este termo da literatura médico-ciêntifica para caracterizar «*o conjunto de reflexões, atitudes e comportamentos desenvolvidos por um conjunto de professores que concorre para a afirmação e construção da identidade de uma escola num dado conjunto de tempo.*» (CORREIA, Luís Grosso, “O thymos segundo o Liceu Feminino do Porto” in Revista da Faculdade de Letras. História, Porto, III Série, Vol. I, 2000).

promoção da iniciativa e da capacidade realizadora do indivíduo (Ramos do Ó; 2003:348).

No caso específico da educação do género feminino, o circum-escolar procurou dar resposta ao grande desafio que constituiu conciliar os programas com a preparação para o lar, no sentido de desenvolver as competências domésticas, de forma a preparar a rapariga moderna para o governo da casa, mas também as competências científicas, de acordo com o que seria a “nova” mulher que o Estado Novo queria moldar.

O Liceu do Estado Novo consagrou um modelo educativo de escolarização de vida tendente à uniformização dos comportamentos, com a formatação das experiências de socialização, visível na definição do tipo de tarefas, no conteúdo e no ritmo, ou rotina, com que as mesmas eram realizadas (Ramos do Ó; 2003:606).

Embora veiculando a máxima da associação escolar do Liceu Pedro Nunes “Nós nos educaremos”, o Estado Novo põe em prática a máxima “nós os educaremos”, tudo está minuciosamente pensado, controlado e regulamentado, mantendo, assim, sob a sua direcção e controlo, a educação da juventude. A formação do indivíduo deu-se, na linha de pensamento de Ramos do Ó, num contexto de aparente liberdade de escolha, em que o elemento regulador era os valores éticos, mas criteriosamente seleccionados, e por isso o *“liceu moderno torna-se o espaço social de condução da conduta individual”* (Ramos do Ó; 2003:716).

A valorização do circum-escolar no ensino liceal, numa lógica de educação integral e de ensino activo, permitiu reforçar os meios da acção educativa que impedissem, simultaneamente, a emergência de atitudes individualistas e as personalidades recalcadas, ou seja, inclui-se e implicou-se o indivíduo na sua própria educação, mas sem lhe perder o controlo.

O que nos propomos analisar é uma das vertentes dessa tecnologia educativa – os trabalhos circum-escolares, isto é o conjunto de práticas desenvolvidas fora do contexto da sala de aula com o intuito de proporcionar *“habitus”* que desenvolvessem a *“gramática”* de cariz nacionalista e corporativista que o Estado Novo pretendeu implementar em nome da coesão nacional.

Capítulo III

3. As actividades circum-escolares no Liceu

«A obra educativa a realizar-se, mormente nesta época de renascimento nacional, tem de partir dum acto de fé na Pátria portuguesa e inspirar-se num sã nacionalismo. É preciso amar e conhecer Portugal»⁶⁰

Salazar

Esta dissertação apresenta um modelo de abordagem de umas das tecnologias de “governo da alma” – o circum-escolar – na Secção do Liceu Carolina Michaelis e Liceu Rainha Santa Isabel desde 12 de Outubro de 1946, a partir dos relatórios gerais, entre 1935/36 e 1959/60. Aqui é visível a proposta de um ensino diferenciado que habilitasse as mulheres para a sua função “natural” de educadora da família e da sociedade.

As metodologias propostas eram o ensino activo baseado nas experiências individuais da aluna. As actividades circum-escolares desenvolvidas no Liceu, surgiam, também, como uma forma de “experimentar” conhecimentos adquiridos mas também atitudes e valores, seja pelas visitas de estudo, excursões, exposições escolares, seja pelas sessões, pela Mocidade ou mesmo através da acção social.

⁶⁰ No prefácio do livro de A. Ferro, “Salazar e a sua obra” (1933:XXV), redigido pelo próprio Salazar, estão delineadas as grandes linhas de orientação para o ensino: educação pela fé do sentimento nacionalista e patriótico.

Aliás a escolha do nome Rainha Santa Isabel, para o liceu⁶¹, não é de todo inocente, se tivermos em conta que se trata de uma figura da História nacional, conhecida pela bondade e pela protecção que dava aos mais pobres e desprotegidos, e que o Liceu se encontrava inserido numa zona deprimida da cidade, Campanhã, onde abundavam as “ilhas” e os “pátios” construídos nas traseiras das casas burguesas, a par dos palacetes da alta burguesia e das residências da pequena e média burguesia.

Na reforma dos programas de 1936, no ensino da Puericultura, afirmava-se a necessidade de fomentar nas alunas o espírito de abnegação e sacrifício para cumprimento da missão de mãe e esposa no futuro. Privilegiava-se, como metodologia de aprendizagem, o contacto com as crianças pobres como meio de intensificar o sentimento instintivo de piedade pelos que sofrem.

Todos estes predicados exigidos à mulher estavam de acordo com o perfil moral da Rainha Santa Isabel traçado pela historiografia.

Para além dos Relatórios Gerais e das Actas do Conselho Geral foram, ainda, utilizadas as entrevistas realizadas como meio de levantamento das “*experiência da escolaridade*” proporcionadas pelas actividades circum-escolares.

De Bourdieu e Passeron retém-se, ainda, o conceito de “*autonomia relativa*”, para tentar perceber a forma de actuação dos órgãos de gestão do Liceu, no caso em apreço, da reitora. Efectivamente o seu papel nunca foi de mera executora, na medida em que o Liceu funcionava segundo uma lógica interna de retradução e reinterpretação das políticas educativas e da própria dinâmica social (entre o decisor e a medida política está a figura da reitora e a sua cultura de escola).

⁶¹ O Decreto-Lei nº 27 084 de 1936, no art.14, estabelece que «*cada liceu será designado pela denominação educativa de um grande vulto da história pátria e todos os anos se celebrará em dia certo festa do respectivo patrono, para conhecimento e exemplo da sua vida*» e esta disposição mantém-se ao longo do período em estudo. A escolha do nome do liceu obedeceu a este critério.

3.1 A estrutura dos Relatórios Gerais

A elaboração de relatórios de balanço das actividades realizadas, durante os anos lectivos, era uma obrigatoriedade desde a Reforma de Passos Manuel em 17 de Novembro de 1836 que criou os liceus. A partir de 1860, a execução dessa tarefa é da responsabilidade do reitor (Decreto de Reforma de Fontes Pereira de Melo de 10 de Abril).

Com o Estado Novo procedeu-se a uma uniformização dos procedimentos, sendo publicadas, pela Secção Pedagógica da Direcção-Geral do Ensino Secundário, as normas detalhadas, sobre o conteúdo dos relatórios anuais a elaborar pelos reitores (Circular de 17 de Agosto de 1935).

Estas normas foram revistas pela Junta Nacional de Educação, e aprovadas, em 1938, por Despacho de 7 de Maio do Ministro da Educação Carneiro Pacheco.

Os relatórios deveriam ser enviados até ao dia 7 de Janeiro do ano lectivo subsequente àquele a que se reportavam. A partir da Reforma de Pires de Lima, estes relatórios passaram a ser remetidos para os Serviços de Inspecção do Ensino Liceal para apreciação «*do modo como são cumpridos os preceitos legais*» (Cap. VIII, art. 175, alínea h, do Decreto-Lei nº 36 507, de 17 de Setembro de 1947).

Os relatórios estavam organizados em oito grandes rubricas mas, atendendo ao nosso objecto de estudo, apenas privilegiamos a rubrica “obras circum-escolares”.

Na análise das alterações produzidas ao circum-escolar, entre a Circular de 1935 e o Despacho de 1938⁶², João Barroso assinala três aspectos fundamentais:

- a inclusão no circum-escolar de obras post-escolar como foram as associações de pais, de alunos e de amigos do liceu entre outras;
- a inclusão das actividades da Mocidade Portuguesa (M.P.) e da Mocidade Portuguesa Feminina (M.P.F.) no penúltimo sub-ponto das “obras

⁶² *Diário do Governo* nº 191 de 19 de Agosto de 1935 e nº 149 de 30 de Junho de 1938.

circum-escolares”, por se considerar que esta organização, assim como contribuía para toda a acção educativa liceal, tinha a cooperação de todo o liceu;

- a simplificação das rubricas exigidas às associações escolares, por se entender que estas deveriam colaborar em quase todas as “obras circum-escolares”. Não devemos, contudo, esquecer que elas foram extintas depois da implementação do Decreto-Lei nº 32 234 de 31 de Agosto de 1942, quando se deu a transferência dos bens das associações escolares e a coordenação das actividades circum-escolares para as M.P e M.P.F.

De certo modo, a simplificação das rubricas já anunciava uma secundarização das iniciativas promovidas pelas associações escolares no liceu.

Apesar de termos privilegiado o circum-escolar, no tratamento da informação dos relatórios, entendemos considerar outras rubricas, designadamente:

A) Aspectos Formais do Relatório; B) Edifício; C) Direcção e outros cargos; D) Alunas, por os considerarmos fundamentais na interpretação do circum – escolar, claramente dependente do número de alunas e da qualidade das instalações.

3.2 O modelo de análise

O levantamento das actividades circum-escolares tem por base a grelha de recolha da informação de João Barroso (1995:1117 a 1120)⁶³, embora com

⁶³ BARROSO, João, II Volume, Anexo IX: E) actividades circum–escolares; 5.1 total de conferências; 5.1.1 histórico/patriótica; 5.1.2 religiosa/moral; 5.1.3 ciências naturais; 5.1.4 outras; 5.2 total de visitas de estudo/ excursões; 5.2.1 observar a natureza; 5.2.2 fábricas; 5.2.3 escolas; 5.2.4 museus; 5.2.5 outras; 5.3 total de festas e celebrações; 5.3.1 comemorações e festas escolares; 5.3.2 comemorações e festas educativas; 5.3.3 exposição de trabalhos; 5.3.4 outras; Observações: 5.4 mocidade portuguesa; 5.4.1 director: reitora; 5.4.2 nº de filiadas; 5.4.3 % de alunas filiadas; 5.4.4 receitas; 5.4.5 despesas; 5.4.6 actividades (-em colaboração com a escola; - da sua iniciativa); 5.4.7 acção social (-refeições, -propinas, -material, - fardas/fatos de ginástica); 5.5 cantina; 5.5.1 sim; 5.5.2 total de refeições (-almoços – sopas – lanches); 5.5-3 nº de refeições grátis.

ligeiras adaptações no que diz respeito à distribuição das temáticas pelos *itens* e à forma como foram tratados os dados.

As actividades estão distribuídas nos relatórios de acordo com os parâmetros definidos para cada *item* do circum-escolar, quer no Estatuto de 1932 quer no de 1947, daí os hiatos verificados na ordenação das actividades por simples omissão ou porque não se realizaram.

A adopção da grelha de João Barroso obrigou, de imediato, a um primeiro nível de interpretação, na medida em que foi necessário proceder a uma redistribuição dos dados pelos diferentes sub-*itens*.

A análise dos dados recolhidos nos Relatórios elaborados pelas (Vice) - Reitoras Maria Eulália Balacó e Hermengarda Guedes norteia-se pelos princípios expressos no artigo 1º da Reforma do Ensino Liceal de Carneiro Pacheco, onde aparecem delineadas, como linhas de orientação para este nível de ensino:

- a preparação para a vida activa
- a formação pessoal
- a formação nacionalista.

Assim, o circum-escolar é analisado enquanto conjunto de experiências desenvolvidas em contexto escolar, de modo sistemático, com o objectivo de desenvolver práticas consideradas adequadas à integração do indivíduo na nova ordem económica, social, política e ideológica. Esta questão torna-se mais clara se tivermos em conta as ideias expressas por E. Tamagnini, num artigo publicado no “Arquivo Pedagógico” em 1927, intitulado “Questões de educação secundária” (Vol. I, nº 1:22) no qual defendia que o «*fim último da educação é o desenvolvimento de indivíduos socialmente eficientes. Isto é, de indivíduos que não representam um fardo para a sociedade que são capazes de ganhar a vida quer como agentes de produção, quer como orientadores da acção dos outros (...) e que, além disso sejam capazes de sacrificar os seus interesses próprios quando disso possa resultar um benefício social*».

As prioridades definidas por Carneiro Pacheco na reforma do ensino liceal de 1936, traçavam as linhas de orientação dos “*habitus*”, isto é das experiências de aprendizagem que importava proporcionar para orientação da conduta individual, de modo a que individuo se tornasse socialmente eficiente.

Também os marcos cronológicos das políticas educativas, do Estado Novo, definidos por Nóvoa e claramente estruturantes, sempre que se tornou pertinente, foram considerados nesta análise.

A grelha de recolha de dados resultou da conjugação do modelo de João Barroso com as nossas próprias opções, a partir da qual construímos o modelo de análise do circum-escolar da secção e depois liceu de acordo com os seguintes itens:

- **População Escolar:** relacionando o número de alunos com as condições em que se desenvolvem as actividades circum-escolares:
- **Conferências/ Sessões:** organizadas de acordo com as temáticas privilegiadas:
- **Saídas escolares:** neste item optámos por separar a visita de estudo da excursão por terem finalidades claramente diferenciadas na própria legislação.
 - Visitas de estudo: são distribuídas de acordo com os locais a que se destinam: Fábricas; Escolas/Exposições; Museus/Monumentos; Outras (bibliotecas, observatórios, consultórios, institutos de educação e beneficência).
 - Excursões: (observar a natureza/localidades; Visita a pontos de interesse educativo).
- **Festas e celebrações:** comemorações e festas educativas.
- **Centro da M.P.F.:** (actividades da sua iniciativa, em colaboração com a escola).

Nos relatórios nem sempre é clara a fronteira entre as actividades de iniciativa da Mocidade e as que foram realizadas em colaboração com o Liceu, deixando de fazer sentido, a partir de 1947, esta distinção. A actividade da M.P.F. foi objecto de análise pelo cruzamento da informação recolhida no *item* “Festas e Celebrações”.

- **Ação Social:** (Propinas/ Bolsas de estudo; Material, Fardas e Equipamentos; Cantina).

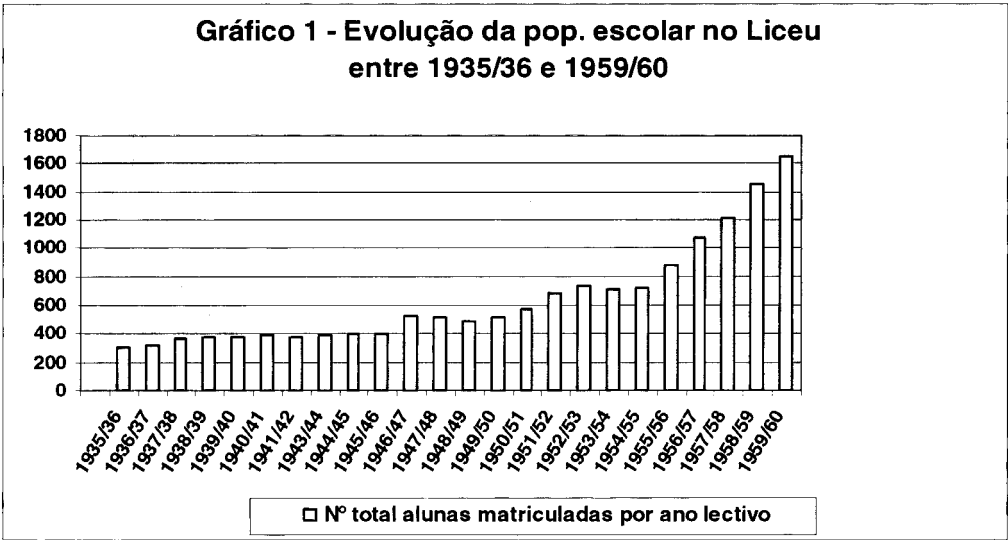
A consideração desta categoria foi, claramente, uma construção resultante do cruzamento das informações recolhidas na legislação e nas obras de referência, por se entender que fazia todo o sentido

abordar, de forma autónoma, as questões relacionadas com a assistência escolar. Apesar de não existir formalmente como serviços, têm finalidades pedagógicas, resultantes do projecto educativo do Estado Novo.

A actividade desenvolvida pela associação escolar “A Solidária” foi abordada de forma indirecta, integrada nos *itens* consagrados no modelo de análise, por razões que se prendem com o âmbito cronológico desta dissertação por um lado e, por outro, pelo limitado tempo de vida da instituição, fruto das vicissitudes que estiveram na base da sua extinção.

3.3 A análise dos dados

3.3.1 A População Escolar



(Com base na informação retirada dos Relatórios Gerais)

A população escolar do Liceu regista um crescimento contínuo, sobretudo, a partir de finais da década de 40 e inícios da década de 50, como se verifica no gráfico. De 1935/36 para 1959/60 verifica-se um aumento da frequência do número de alunas de 303 para 1655 respectivamente. Isto significa um crescimento da população escolar feminina, na ordem dos 500%, em 24 anos.

Este crescimento da população estudantil teve importantes repercussões, na transformação do próprio liceu, de Secção do Liceu Carolina Michaelis passou a partir de 1946 a ter autonomia própria, tornando-se, então, no Liceu Rainha Santa Isabel.

Estas alterações foram acompanhadas de sucessivas mudanças ao nível das instalações, quer em termos de localização, quer, ainda, em termos de dimensão.

Assim, das acanhadas instalações, arrendadas a particulares, sitas na Rua de Santa Catarina 726, constituídas por rés-do-chão e três andares com, nas palavras da vice-reitora Eulália Balacó, *“todos os inconvenientes de uma casa que não foi construída para escola. Corredores estreitos, muitas escadas e num local muito movimentado.”* (Relatório da Secção do Liceu Carolina Michaelis, ano lectivo 1935/36), passa-se, em Fevereiro de 1938, para uma casa sita no ângulo das ruas do Heroísmo e António Carneiro com a fachada maior e a porta da entrada voltadas para esta última, igualmente arrendada, com rés-do-chão e três andares cujo *“O estado geral... é bom. É uma casa adaptada, mas as salas são amplas, bem iluminadas e soalheiras”* (Relatório da Secção do Liceu Carolina Michaelis, ano lectivo 1937/38).

Contudo, esta mudança de instalações nunca conseguiu resolver de modo satisfatório o problema da sobrelotação, como se conclui das palavras da vice-reitora Hermengarda M. Guedes. As novas instalações, rapidamente se tornaram deficientes *“principalmente no que diz respeito aos gabinetes, biblioteca, sala da Mocidade, sala para as alunas poderem estar no intervalo quando o tempo não permite que estejam no recreio”* (Relatório da Secção do Liceu Carolina Michaelis, ano lectivo 1943/44).

Nas Actas do Conselho Geral do ano lectivo de 1944/45 voltam a ser destacadas as *«más condições pedagógicas do edifício»* e a *«insuficiência das instalações»* da Secção para gabinetes, biblioteca, salas de canto e ginástica.

A duplicação da população escolar a partir da década de 50 tornou a situação, no então Liceu Rainha Santa Isabel, verdadeiramente insuportável, com a reitora Hermengarda Malvar Guedes a deixar claro, nos relatórios, as dificuldades sentidas com este significativo aumento da população escolar: *«O acesso a algumas salas de aulas é com passagem por outras, as escadas*

estreitas ocasionam à hora de saída das aulas uma grande aglomeração de alunas dificultando o movimento, as alunas não têm uma sala em condições onde em dias de chuva passem os intervalos. (...) não há possibilidade de deixarem de funcionar aulas em alguns gabinetes...” (Relatório do Liceu Rainha Santa Isabel ano lectivo de 1950/51).

São as próprias condições de trabalho das alunas que são afectadas “*pois que a biblioteca teve que ser utilizada para o funcionamento de uma turma, deixando assim as alunas de poderem ocupar em leitura algum tempo em que não tivessem aulas. (...)*” (Relatório do Liceu Rainha Santa Isabel, ano lectivo de 1950/51).

Em 1951/52 a situação é de tal modo complicada que a reitora, em jeito de desabafo, escreveu no seu relatório: “*Do que me é dado a conhecer, creio que presentemente é este o Liceu de Portugal que funciona em piores condições*» (Relatório do Liceu Rainha Santa Isabel, ano lectivo de 1951/52). A verdade é que a partir desta data a população escolar continuou a crescer, mas o discurso da reitora moderou-se.

A sobrelotação das instalações reflectiu-se na falta de condições materiais para desenvolver as metodologias activas, porque os gabinetes estavam ocupados com aulas e o número de alunas por turma comprometia os trabalhos práticos, por falta de material para todas. Acresce, ainda, a questão das condições higiénicas do edifício, referindo a médica escolar, no relatório de 1953/54, sobre as mesmas “*e tantas outras deficiências que seria fácil referir, mas que são sobejamente conhecidas, tornam mau para não dizer péssimo, as condições de trabalho deste Liceu*».

Ao longo dos anos que se seguiram tornou-se cada vez mais perceptível o acentuar da procura feminina do ensino secundário, como se observa no gráfico 1 (evolução da população escolar do Liceu), e nos sucessivos lamentos da reitora, que chamava a atenção dos responsáveis escolares para o contínuo crescimento da população académica que nem os sucessivos aumentos de instalações conseguiam resolver.

O excesso de alunas colocava em causa o cumprimento do disposto no art. 27, do Decreto-Lei nº 18 234 de 22 de Abril de 1930, relativo às funções das reitoras e vice-reitoras. Estabelecia que deveriam “*Promover a*

colaboração das famílias dos alunos com o liceu por todos os meios ao seu alcance, e especialmente proporcionando-lhes os seus conselhos em assuntos relativos à educação dos alunos, convidando-as para sessões públicas, festas escolares e, em geral, para todas as reuniões em que essa colaboração possa ser devidamente orientada.» (...). Ora «tendo de ser utilizada para sala de aula, uma sala existente no rés-do-chão, à beira da rua e que era destinada a sala de espera dos encarregados de educação» (1952/53), dificilmente existiriam condições para desenvolver a acção educativa do liceu com a abertura à comunidade.

A contínua degradação das condições de funcionamento do liceu colocava em causa o desenvolvimento das actividades escolares: *«Todas as dificuldades de trabalho continuam a existir aumentadas se possível, pois já nem a Biblioteca e os ginásios estão livres...só tiveram aulas de Educação Física quando o tempo permitiu que fosse no quintal e como não podiam dispor de Biblioteca era por vezes sentadas pelas escadas que nos intervalos estudavam ou liam» (1956/57).*

Em termos de circum-escolar esta falta de espaço afectou, claramente, a sua execução. A vice-reitora, Eulália Balacó, justifica, no Relatório de 1935/36, o facto de não se ter realizado a Sessão Solene de Abertura⁶⁴ por falta de condições do edifício. No ano lectivo de 1947/48, apesar da mudança de instalações e do recurso a outros edifícios de apoio, a reitora Hermengarda M. Guedes declarou que *«ainda este ano não era possível proceder-se à abertura solene, porque as condições das instalações o não permitiam»* (Actas do Conselho Escolar, ano de 1947-1948). Julgamos poder atribuir-se a esta continuada falta de condições o facto de o liceu nunca ter realizado a sessão solene de abertura do ano lectivo, não fazendo parte da cultura de escola a célebre Lição de Sapiência.

A manifesta falta de condições físicas afectou a realização das exposições escolares, feitas em espaços exíguos (retirando-lhes parte do impacto), bem assim a introdução dos novos desportos (voleibol e

⁶⁴ Esta sessão pública assinalava a abertura do ano escolar, marcada pela Lição de Sapiência proferida pelo reitor e pela distribuição dos prémios aos alunos que se haviam distinguido no ano lectivo anterior.

basquetebol), obrigando a manter-se os jogos tradicionais, como é referido no relatório do ano lectivo de 1945/46: «*Continua a não haver possibilidade de excursão de outros diferentes dos indicados em relatórios anteriores*».

A mudança de instalações não conseguiu resolver o problema da sobrelotação do Liceu que se viu obrigado a recorrer a um espaço alugado, enquanto aquele era preparado para funcionar como escola, levando o Liceu a funcionar por turnos e inviabilizando a realização de algumas actividades circum-escolares, como foi o caso das promovidas pelo centro da Mocidade como se pode ler no Relatório Geral de 1946/47: «*O horário em vigor no ano lectivo não permitiu que funcionassem como nos anos anteriores as diversas actividades do Centro pelo que só nos 2 últimos períodos tiveram lugar algumas dessas actividades para as alunas do 3º ano. Não funcionaram também os Cursos de Corte e Culinária.*»

Mas as dificuldades não esmoreceram o espírito da vice/reitora que, ano após ano, com a mesma veemência com que se queixava da falta de espaço elogiava o trabalho desenvolvido pelo corpo docente e das alunas à sua responsabilidade.

A vice/reitora procurou, sempre, tornear a falta de condições na organização das actividades circum-escolares adaptando-as às condições físicas da Secção/ Liceu.

As actividades nunca deixaram de se realizar, mesmo que não tivessem um carácter grandioso, como as festas de Natal, referenciadas pela vice/reitora como uma “pequenina festa” ou uma “festa simples”.

Procurou-se proporcionar às alunas o acesso a tudo, compensando-as com a saída para outros espaços, como no caso das sessões de cinema realizadas no Odeon, no Teatro Rivoli, ou no Vale Formoso.

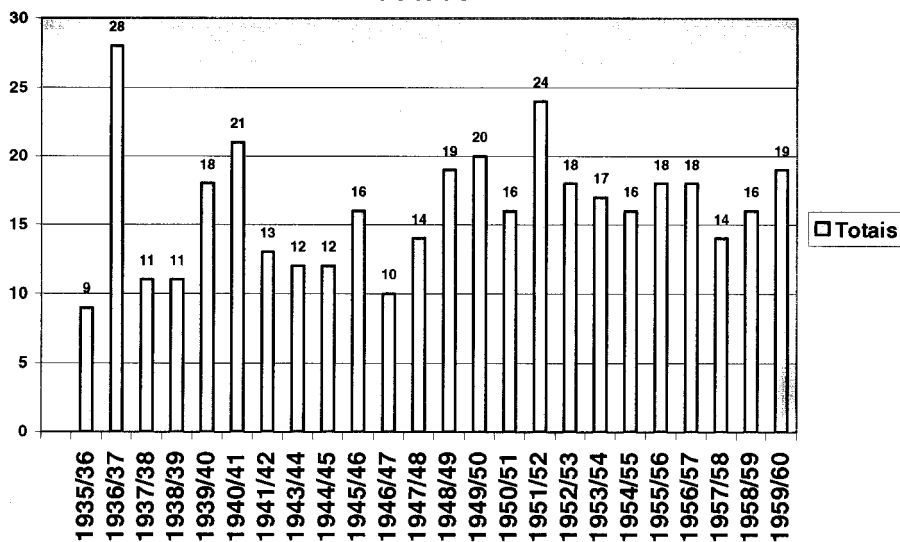
As iniciativas foram reduzidas em número, nos anos de maiores dificuldades com a gestão dos espaços, como em 1935/36 quando a vice-reitora, Eulália Balacó, diz no Relatório Geral: «*Não se realizaram mais sessões por falta de sala*». Ou em anos de mudança de instalações como 1937/38 e 1946/47.

O recurso a soluções alternativas, como no ano lectivo de 1947/48, «*no dia 17 de Junho as alunas do 6º ano realizaram no Liceu uma Sessão Cultural,*

ao ar livre...» ou à improvisação, como em 1957/58, com o desdobramento das turmas e o funcionamento do liceu em dois turnos, a «*Festa do Natal realizou-se nos dias 14 e 15 de Dezembro pois devido à grande frequência e à falta de uma sala com dimensões convenientes, houve necessidade de realizar num dia a Festa do 2º ao 7º ano e noutro dia a do 1º ano*».

Dentro do circum-escolar as actividades não afectadas com a falta de condições do edifício e a sobrelotação, por razões óbvias, foram as saídas escolares, que continuaram a registar-se a um ritmo constante, como se observa no Gráfico 2, com excepção dos anos lectivos em que se registam mudança de instalações (1937/38 e 1946/47).

Gráfico 2 - Saídas Escolares entre 1935/36 e 1959/60



(Com base na informação retirada dos Relatórios Gerais)

3.3.2 Sessões Culturais

As sessões culturais foram criadas pelo Decreto-Lei nº 27 084 de 14 de Outubro de 1936, que no art. 11 estabelecia para os alunos do 2º e 3º ciclos, «*separadamente ou em conjunto (...) sessões culturais que visarão de um modo particular o conhecimento do Império Colonial, a arte portuguesa e a educação cívica*». As sessões teriam a forma de palestras, presididas pelo reitor (a) e por professores por ele designados e obrigatórias para docentes e

discentes. Sempre que fosse pertinente os funcionários deveriam estar presentes nestas sessões.

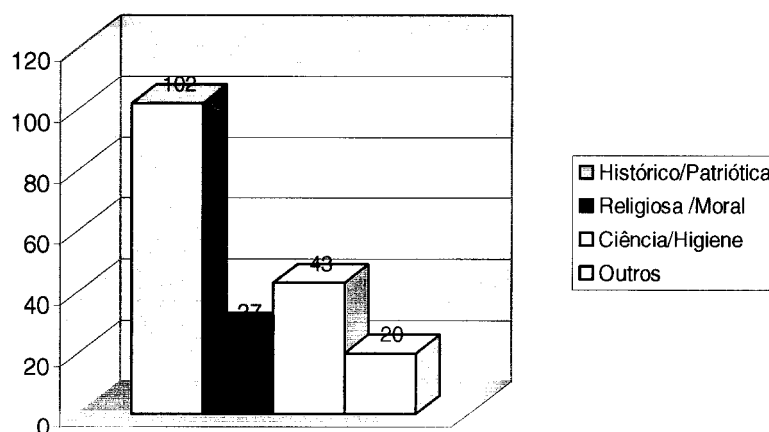
No parágrafo 2º do mesmo art.11 era, ainda, dito que «*As sessões culturais se realizarão duas vezes, pelo menos, em cada mês...*» e, no 3º parágrafo, é salvaguardada a possibilidade de se realizarem várias sessões em simultâneo.

No levantamento dos dados relativos às sessões culturais nos Relatórios das vice (s)- reitora (s), entre os anos 1935/36 e 1959/60, consideramos as categorias definidas por João Barroso:

- Histórico/Patriótico – factos e personalidades da história nacional;
- Religiosa/ Moral – a educação cívica e os temas religiosos, “exemplos” para uma eficaz educação da vontade e das virtudes Femininas;
- Ciências Naturais/ Higiene – a prevenção e a divulgação dos saberes;
- Outras – temáticas com carácter essencialmente lúdico – pedagógico.

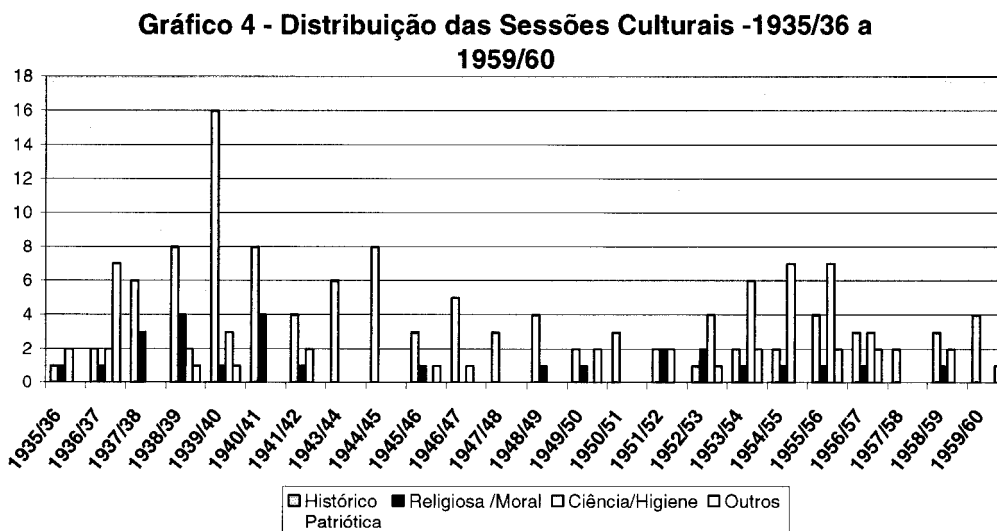
O gráfico da repartição das Sessões Culturais, em valores absolutos, permite-nos constatar que as temáticas preferencialmente abordadas, no Liceu, foram as de carácter histórico-patriótico com cerca de 53% do total das palestras efectuadas.

Gráfico 3- Sessões Culturais entre 1935/36 e 1959/60 (Valores Absolutos)



(Com base na informação retirada dos Relatórios Gerais)

Quando se procede a uma distribuição das sessões culturais por anos, entre 1935/36 e 1959/60, é possível identificar duas manchas que enunciam uma tendência entre as décadas de 40 e 50, como se verifica pela análise do Gráfico 4.

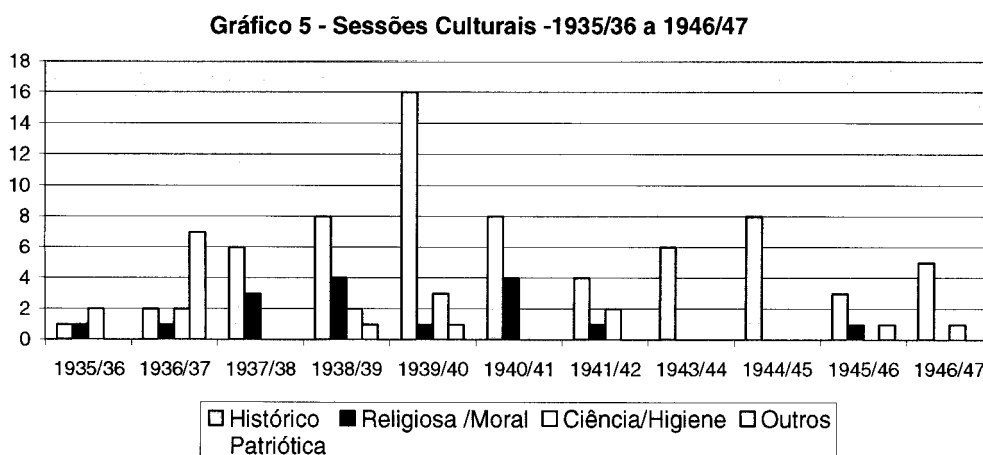


(Com base na informação retirada dos Relatórios Gerais)

Num primeiro nível de análise é possível constatar que as palestras de carácter “histórico/patriótico” dominaram a década de 40, enquanto que a de 50 foi marcada pelas palestras no domínio da “ciência/higiene”⁶⁵ e “outras”. É ainda de assinalar a presença constante da categoria “religioso/moral” ao longo de todo o período analisado.

⁶⁵ A higiene a partir de 1947 desaparece da Educação Física que passa a ser integrada actividades da Mocidade Portuguesa Feminina «*Em cada semana dois períodos da tarde serão reservados para actividades da Mocidade Português (...) devendo nesses períodos realizar-se, dentro das possibilidades, as Sessões de Educação Física, Canto Coral e Lavoros femininos*» (Capítulo X, Secção II, Art.289, paragrafo 6, do Estatuto do Ensino Liceal de 1947)

3.3.2.1 A década de 40



(Com base na informação retirada dos Relatórios Gerais)

Os anos mais expressivos da categoria “histórico/patriótico”, com cinco ou mais sessões culturais realizadas, foram: 1937/38; 1938/39; 1939/40⁶⁶; 1940/41; 1941/42; 1943/44 e 1944/45⁶⁷. Reportam-se aos anos imediatos à reforma de 1936 com as palestras a centrarem-se no estudo dos acontecimentos e heróis da História de Portugal.

A “Fundação do Reino de Portugal”, “Os Descobrimentos dos Portugueses”, “O 1º de Dezembro de 1640” e o “O nosso domínio colonial” eram temáticas recorrentes nas palestras de cariz “histórico-patriótico”, seleccionados com o objectivo de cumprir as directrizes do Ministério da Educação, expressas no “Programa de Português do 1º Ciclo, de 1936, Observações” quanto à formação nacionalista: *«dar noticia dos acontecimentos históricos que nos seus vários recantos se efectuaram.»*. Fazer compreender às alunas *«que o sentimento de grandeza da Pátria está intimamente ligado à nossa tradição colonial»*. Seria igualmente *«indispensável atrair a sua atenção*

⁶⁶ O ano de 1939/40 destacou-se dos demais. Neste ano lectivo realizaram-se 16 palestras. Este número está ligado às Comemorações Centenárias da Nacionalidade – 1140 e 1640.

⁶⁷ O ano lectivo de 1944/45 coincide com o fim da 2ª Guerra Mundial. As consequentes implicações ao nível do aparecimento dos primeiros movimentos autonomistas, justifica a necessidade de reafirmação da nossa vocação colonial, tendência que marcará, na década seguinte, as palestras neste domínio.

para as condições de vida e progresso do Império Colonial Português, pela leitura e redacção sobre assuntos coloniais...»

Neste nível de ensino a exaltação nacionalista foi reforçada pelo cultivo dos exemplos morais e cívicos dos heróis da nossa História, como D. Nuno Álvares Pereira (o estratega), a Rainha Santa Isabel (a benemérita), D. Filipa de Lencastre (mãe e educadora da Ínclita Geração), o Infante D. Henrique, D. João II (o Príncipe Perfeito) e D. Leonor (a fundadora das Misericórdias). Estas personagens históricas eram apresentadas como modelos de virtudes cívicas e domésticas e guias ideais de acção.

Temos, também, patente nas palestras o interesse por aqueles que foram intérpretes de uma época da vida da Nação como Fernão Lopes e Camões, o primeiro como narrador da independência política da nação e o segundo como testemunha da construção do império colonial português e da missão histórica de Portugal.

Também Gil Vicente era objecto de interesse, enquanto criador do género dramático na literatura portuguesa e um dos protegidos da rainha D. Leonor, viúva de D. João II.

Bernardim Ribeiro, cuja obra se caracteriza pelo sentimento da natureza, o saudosismo, a sensibilidade e delicadeza femininas, a submissão fatalista ao destino, vincula valores baseados na espiritualidade que se adequam aos objectivos do modelo educativo do Estado Novo.

Alexandre Herculano e Almeida Garrett, enquanto líderes de um movimento de renovação literária, serviam os interesses do Estado Novo que se apresentava, igualmente, como renovador.

Júlio Dinis, pelo modo como cultiva nas suas obras as virtudes humanas e a apologia da simplicidade da vida rural: imagens idílicas com o campo no centro da acção e as manifestações folclóricas, como as desfolhadas. Também as figuras femininas eram apresentadas com ternura e delicadeza, bem ao gosto do que o Estado Novo pretendia para a educação e formação femininas.

Significativamente Eça de Queirós que deveria ser abordado «*mas de modo a evitar o escolho de abafar sob o interesse forte de mórbidas emoções a disposição para a actividade crítica de análise*» (Programa de Português do 1º Ciclo, de 1936, Observações), não foi objecto de nenhuma palestra no Liceu.

O cultivo do espírito histórico patriótico deste período tem, ainda, lugar na abordagem das temáticas relacionadas com a exaltação da acção política do regime, com temas como “O Estado Novo e a sua obra”, “A comemoração do 28 de Maio”, no ano lectivo de 1935/36, “A Comemoração do 27 de Abril”, data do Xº aniversário da investidura de Oliveira Salazar na Pasta das Finanças (no começo as alunas cantaram a Portuguesa e no final o Hino da Mocidade Portuguesa).

Faziam ainda parte deste conjunto, palestras onde era visível a forte carga ideológica criada em torno da propalada “restauração nacional” com temas sobre os “Monumentos nacionais do Porto e arredores” (em 1937/38); “A Mocidade Portuguesa”; “O espírito de sacrifício dos portugueses”; “Deus, Pátria e Família” (em 1939/40, ano lectivo de todas as comemorações); e “A mulher na colonização” e “Por que me orgulho de ser Português” em 1943/44.

Em suma, estas palestras, traduzem uma adequação das tecnologias educativas às realidades femininas, procuram integrar as jovens adolescentes, futuras mães das elites da nação, no projecto de renovação nacional do Estado Novo, privilegiando o “*habitus*” patriótico, pelo recurso ao exemplo, cultivo do orgulho nacionalista, pela submissão ao interesse nacional e pela valorização da delicadeza feminina. Pretendia-se, deste modo, desenvolver «*características da personalidade*» (M.F. Mónica 1976:29) que permitissem estender a acção educativa do Estado às futuras gerações.

As palestras cumprem os objectivos de uma pedagogia “patriótica” pois recorrem, permanentemente, ao conhecimento dos factos e personagens da história pátria. É formativa porque cultivam a boa moral e as atitudes cívicas.

Ainda nesta década destaca-se o conjunto de sessões culturais promovidas no domínio da Higiene, claramente preponderantes na categoria “Ciência /Higiene”, reflectindo a preocupação da vertente formativa nas opções da política educativa deste período.

Os temas das palestras – “A Higiene e a Moda”, “sessão cinematográfica” sobre a “Higiene Feminina” (ambas em 1935/36), a “Higiene e civismo” (1936/37), a “Tuberculose doença social” (1939/40) e a “Vacina anti-variólica” (1941/42) – abordaram as grandes áreas do programa de Higiene, na vertente profiláctica, limpeza, alimentação e contágios.

Proporcionam-se «*habitus*» para implementar práticas de higiene, apresentadas como um dever cívico e moral.

Finalmente, ainda, dentro desta década há a sobrelevar as sete sessões culturais de Canto Coral no ano lectivo de 1936/37, que não voltamos a registar nos anos lectivos seguintes, com excepção da palestra realizada por uma professora (presume-se que da área) sobre Canto Coral em 1938/39, embora em todas as festas educativas, o Canto Coral estivesse sempre, e obrigatoriamente, presente como refere a Lei nº 1 941 de Remodelação do Ministério da Instrução Pública, de 11 de Abril de 1936.

Esta lei estabelecia, como uma das bases da educação nacional, a execução de cânticos para exaltação das glórias portuguesas, da dignidade do trabalho e o amor à Pátria. Estes cânticos deveriam ser executados em todas as festas escolares e grandes expressões do sentimento nacional⁶⁸.

O mentor desta Lei, Carneiro Pacheco, proferiu um discurso no Sarau de Gala do Orfeão de Escolas Superiores de Lisboa em 1934, sobre a importância do Canto Coral como elemento de coesão nacional. Ao longo da prelecção foi estabelecendo pontes entre os «*habitus*» proporcionados pela experiência de pertença a um grupo orfeónico e a sociedade: «*O Canto é um (...) precioso instrumento de sociabilidade... ao aproximar estudantes de diversas escolas e condições (...) todos filhos Portugueses (...); lição prática e querida de como autoridade e disciplina é impreterível condição de toda a obra colectiva. (...) escola de perseverança e de espírito progressivo (...) afirma a utilidade dos que, não ocupando embora na escala social os primeiros lugares, servem escrupulosamente o “seu” lugar, aparentemente secundário, mas por igual imprescindível para o Bem Comum. E ao mesmo tempo, pelo duplo sentimento da responsabilidade própria e da confiança que o orfeonista adquire em si mesmo, vinca-se no seu espírito a ideia exacta de que na obra colectiva, seja ela qual for, a personalidade de cada um se não diminue, antes se afirma, sob o modo da autonomia cooperante.*» (1940: 59-61).

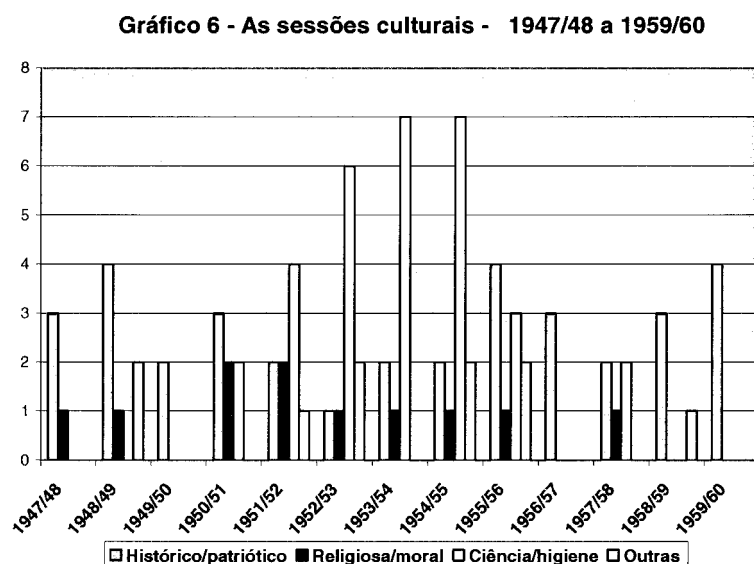
⁶⁸ É interessante registar na entrevista realizada à antiga directora-adjunta do Centro da M.P.F. Dra. Maria Aurora Pereira, do Rainha Santa Isabel, a forma recorrente como evoca versos melódicos para situações vividas em contexto escolar, quer como aluna, quer como professora.

Pela leitura do excerto do discurso, acima citado, percebe-se a importância atribuída ao Canto Coral na educação em geral pelo ministro. A prática frequente e continuada do cântico contribuía para a coesão social ao desenvolver o «*habitus*» da «*autonomia cooperante*».

No feminino essa «*autonomia cooperante*» passaria pelo assumir do feminismo, sem ser feminista, e terá sido, provavelmente, o tema das palestras o “Feminismo” proferida por uma professora e uma outra, de uma aluna, designada “Cultura física da mulher moderna”, ambas em 1938/39.

Em suma a década de 40 foi, claramente, marcada pela “construção nacionalista da educação” com a mobilização de tudo e de todos para esse fim.

3.3.2.2 A década de 50



(Com base na informação retirada dos Relatórios Gerais)

Na década de 50 os anos de maior incidência da categoria “Ciência”, com 4 ou mais sessões culturais, foram os anos de 1952/53, 1953/54, 1954/55 e 1955/56.

A reforma do ensino de 1947 delineada pelo Ministro Pires de Lima e completada pela reforma dos programas colocou como objectivos centrais, do ensino, a formação, entendida não como o conjunto de atitudes e valores (de forte carga ideológica), mas como um “saber fazer” baseado na observação, na experiência e na informação, através da qual se construía o saber. Contudo os

seus efeitos, a nível das sessões culturais no Liceu, só se farão sentir a partir do ano lectivo de 1952/53.

As referências ao cultivo dos valores morais e à exaltação patriótica acabaram por ocupar um lugar secundário nas finalidades do ensino. O destaque foi dado ao desenvolvimento das capacidades do aluno (raciocínio, inteligência, interpretação, análise, produção de sínteses, investigação etc.).

Um outro aspecto reforçado foi a valorização, até ao 2º ciclo, das aprendizagens utilitárias com aplicação imediata na vida activa. No caso da Zoologia, por exemplo, privilegiou-se o estudo das espécies com interesse económico pelo papel que desempenham, ou por serem parasitas, que pudessem pôr em causa o progresso económico (abelhas, insectos, etc.).

A inclusão, no 3º Ciclo, de Sessões⁶⁹ de Trabalhos Práticos de Ciências Naturais e de Ciências Físico-Químicas (uma sessão para cada uma das disciplinas) teve reflexos nas temáticas abordadas nas sessões culturais. As palestras sobre a ciência dominaram as preferências das alunas que assumiram a sua autoria, nos 4 anos considerados⁷⁰. Nas palestras, as alunas abordaram as aprendizagens efectuadas nas aulas e sessões de trabalhos práticos das referidas disciplinas.

Despertaram particular interesse as temáticas da área das Ciências Biológicas, abordadas de forma recorrente. Neste contexto integram-se as prelecções das alunas intituladas “Os insectos, seus costumes, nocividade e utilidade”, “As abelhas e seus costumes” (1952/53), “As térmitas”, “A vida das aranhas”, “As formigas”, “A utilidade e a nocividade dos insectos” (1953/54), “As abelhas ” (1954/55) e “A disseminação” (1955/56).

Não deixa, também, de ser interessante verificar que algumas das espécies de insectos abordadas, nas palestras, se referiam a insectos sociais, que vivem em sociedades muito organizadas e hierarquizadas, dirigidas por um líder incontestado, que possui um exército de servidores disciplinado e obediente. Nessas sociedades há uma distribuição de tarefas, cada uma das

⁶⁹ O plano de estudo estava organizado em aulas e sessões.

⁷⁰ Com excepção de uma emanada pela administração central no “Dia Mundial da Saúde” em 4 de Maio de 1955, sobre as “Doenças que a água pode trazer”.

partes tem um papel indispensável ao equilíbrio do todo que funciona como um corpo. Estão subjacentes à sua organização social, valores como a submissão ao interesse colectivo, a cooperação, a solidariedade, a disciplina, a hierarquia, a liderança, que estão de acordo com a ideologia veiculada pelo poder instituído. Esta convergência leva-nos a reflectir em que medida o discurso oficial da década de trinta continuava ainda vivo no Liceu e a questionar-nos até que ponto o corpo docente não conseguiu absorver o novo discurso sobre a educação. Ou então em que medida estas palestras representavam uma síntese das directrizes das reformas de 1936/47, isto é, continuava-se a valorizar a vertente educativa do ensino, mas deslocava-se para o espaço do circum-escolar.

Fazia ainda parte das orientações programáticas, na rubrica das “Observações”, a inclusão, nos compêndios, de notas biográficas de físicos, químicos ou biólogos ilustres.

Esta indicação surtiu efeitos nas palestras realizadas pelas alunas, do Liceu, neste período, que dedicaram uma boa parte das suas comunicações à divulgação dos cientistas e das suas descobertas/contributos para a Ciência: “Pasteur e a sua obra”, “Vida e obra de Newton”, (1952/53), “As vitaminas”, “Madame Curie e a radioactividade”, “Curvier ” (1953/54, “Os mistérios da electricidade”, “Os fungos sua utilidade e nocividade”, “Bactérias” (1954/55); “Lavoisier”, “Fabre”, “Lineu” e “Darwin” (1955/56).

Estas práticas parecem conciliar a preparação para a vida activa com a educação pelo exemplo, uma tendência herdada da década anterior, mantendo-se, deste modo, a prática educativa centrada no desenvolvimento de “características da personalidade” tendentes à manutenção da ordem estabelecida.

Ao longo destes dois períodos foi comum a introdução das temáticas religiosa/morais nas “Sessões Culturais”. Pretendeu-se desenvolver/reforçar os mecanismos do «*governo de si mesmo*» (Decreto-Lei nº 27 085 de 14 de Outubro de 1936) como se infere do objecto das palestras, “O culto da Mentira” (1935/36), “Querer é poder” (1936/37), “Da força de vontade” (1940/41) e “A vontade” (1952/53).

Uma outra vertente do «*governo de si mesmo*» foram as palestras sobre “A imaginação” (1937/38) e a “A curiosidade” (1938/39), que pretendiam responsabilizar as alunas pelo domínio das suas impulsões e paixões, reforçando a acção educativa do Estado sobre elas, no domínio mais íntimo da moral.

Num outro conjunto de palestras é evidente o incentivo de “*habitus*” conducentes a uma higiene intelectual e moral baseadas na valorização do trabalho (“A perfeição do trabalho”, 1940/41), da responsabilidade (“A mulher no lar”, 1941/42), da contenção dos sentimentos considerados excessivos (“Onde está a felicidade?”, 1939/40), da lealdade e da solidariedade (palestra do Snr. Dr. Emílio de Magalhães, aquando da “distribuição aos pobres” no Natal em 1938/39 e as palestras sobre as “missões de 1936/37, 1949/50 1958/59), da virtude (sessão de cinema de 1957/58 “As pupilas do Sr. Reitor”), e dos deveres para com a sociedade (“Serviço Social”, 1945/46 e “A Educação da criança”, 1951/52).

A esfera educativa do ensino secundário alargou, assim, a acção à profilaxia mental, pela introdução nas “experiências de escolaridade” do «*habitus*» moral e cívico na estruturação dos comportamentos e práticas femininas.

O fundamento ético destas práticas educativas foi a religião católica porque, como se argumentava nas Observações aduzidas ao programa de Religião e Moral (Decreto-Lei nº 37 112 de 22 de Outubro de 1948), a quase totalidade do povo português professava o catolicismo.

Já em 1937 Gustavo Cordeiro Ramos fundamentava o projecto educativo do Estado Novo com a inclusão dos valores religiosos, pois entendia que a juventude pautava as suas normas de conduta pela doutrina e moral cristãs e não pelo dever (Kant), nem pelo altruísmo social (Comte) nem pelo utilitarismo (Stuart Mill e Spencer).

É neste contexto, de afirmação da tradição católica, que se promoveram as palestras inspiradas nas temáticas religiosos “A Cruz” (1940/41), “Christus nobis natus est” (1945/46), “O verdadeiro filosofar é amar a Deus” (1948/49), “S. Tomaz de Aquino” (1951/52), “Nossa Senhora na vida portuguesa:

tradições, costumes e lendas” (1953/54), e “Considerações sobre a pessoa de Cristo” (1955/56).

Contrariamente ao que seria expectável, não se pode considerar que tenha existido uma orientação predominantemente feminina nas “Sessões Culturais”. O número de palestras versando temáticas exclusivamente femininas não era significativo, pois de um total de 192 apenas 7 se centralizaram nos temas femininos.

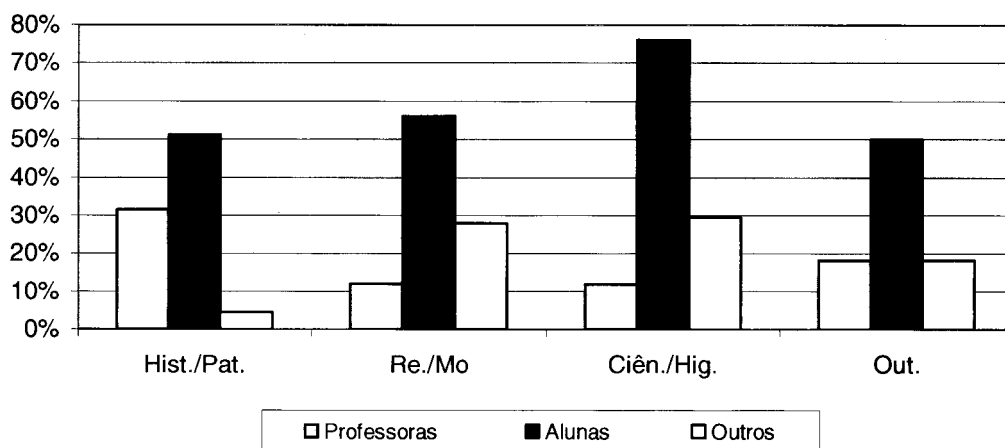
3.3.2.3 Dinamização das sessões culturais (1935/36- 1959/60)

As “Sessões Culturais” propagavam uma “gramática” baseada no civismo. Procurava-se incutir na comunidade escolar, e através dela à sociedade, práticas sociais consideradas adequadas à manutenção da ordem instituída.

O parágrafo 1º, do art.11º, do Decreto-Lei nº 27 084 de 14 de Outubro de 1936, estabelecia que «*As sessões culturais revestirão a forma de palestras, feitas por professores, médicos escolares e outras pessoas competentes*», mas no Despacho enviado aos reitores, com as normas de elaboração dos relatórios, de 30 de Junho de 1938, afirmava-se que os prelectores poderiam ser professores, alunos e pessoas estranhas ao liceu.

No Estatuto do Ensino Secundário de 17 de Setembro de 1947 no Capítulo XIII, relativo aos Trabalhos Circum-escolares, no art. 436º foi clarificado a participação dos alunos acrescentando-se «*alunos especialmente dotados e designados pelo Reitor*».

O envolvimento das alunas e professoras nas “Sessões Culturais” foi uma forma de as implicar no projecto educativo do Liceu e a referência aos seus nomes nos relatórios significava, como salientou Ramos do Ó (2003:348), o reconhecimento e a recompensa pelo seu empenho.

Gráfico 7 - Dinamização das Palestras (%)

(Com base na informação retirada dos Relatórios Gerais)

A análise do gráfico apresentado permite-nos retirar as seguintes ilações sobre a dinamização das “Sessões Culturais”:

- i. o grosso das prelecções (num total de 192) mais de 50% (120), foram da responsabilidade das alunas, ainda que sob a orientação das professoras que presidiram às sessões;
- ii. de entre as quatro categorias consideradas verifica-se um claro domínio das alunas nas palestras que dizem respeito aos temas relacionados com a “Ciência/Higiene” (33 num total de 44), quase 80% das intervenções; e no *item* “Histórico/Patriótico” (59 num total de 100), cerca de 60% das intervenções.
- iii. nas categorias dos valores “Morais/Religiosos” e “Outras”, a participação das alunas constitui uma parte significativa das prelecções, com cerca de 50%;
- iv. os dados relativos à participação de “Outros Elementos”, na dinamização das Sessões Culturais do Liceu, estão desvirtuados, pois na maioria das vezes a (Vice) Reitora serviu-se da “prata da casa”, sobretudo no período entre 1935/36 e 1941/42 (atente-se que a médica escolar, Leonor Borlido⁷¹, efectuou 5 palestras).

⁷¹ A intervenção da médica escolar ocorre na fase de forte componente ideológica que caracterizou o ministério de Carneiro Pacheco.

Relativamente à participação de pessoas estranhas ao liceu apenas há a referir, em todo o período de 1935/36 a 1959/60, as intervenções de D. Alcinda Carvalho (a convite da Associação Escolar – A Solidária), do Padre José Figueiredo (ligado às missões - duas vezes) e do Dr. Emílio de Magalhães (Director da Liga da Profilaxia Social).

Pelo protagonismo assumido pelas alunas na dinamização das “Sessões Culturais” parece poder concluir-se que a aquisição, no Liceu, da “gramática” moral e cívica, incluída no projecto educativo do Estado Novo, foi um processo endógeno. Apesar de emanada pela autoridade educativa foi assumida pelas alunas como uma “gramática” sua, confirmando as teses de Ramos do Ó quanto ao processo de educação das alunas (Ramos do Ó; 2003:348). Seria interessante reflectir-se sobre estas participações e eventuais reflexos sobre o percurso de vida destas alunas, tendo ainda em conta que a própria legislação delimitava a participação aos particularmente dotados.

3.3.3 Saídas escolares

As saídas escolares foram objecto de uma rigorosa disposição legislativa, designadamente, no Decreto-Lei nº 18 234 de 22 de Abril de 1930, onde se delimitam, criteriosamente, as visitas de estudo e as excursões de forma a «*extrair-se o maior rendimento pedagógico*» e o regular funcionamento do ano lectivo.

As reformas de 1936 e 1947 não trouxeram alterações significativas às orientações sobre as saídas escolares, definidas como adjuvantes do ensino e meios de acção educativa, obrigatórias para professores e alunos e que não deveriam, em circunstância alguma, realizar-se com prejuízo das aulas.

Para enquadrarmos a abordagem das saídas escolares no âmbito da temática desta dissertação – o circum-escolar no Liceu Rainha Santa Isabel, salientamos o art.1, do referido Decreto, onde estavam clarificados os objectivos da excursão e da visita de estudo:

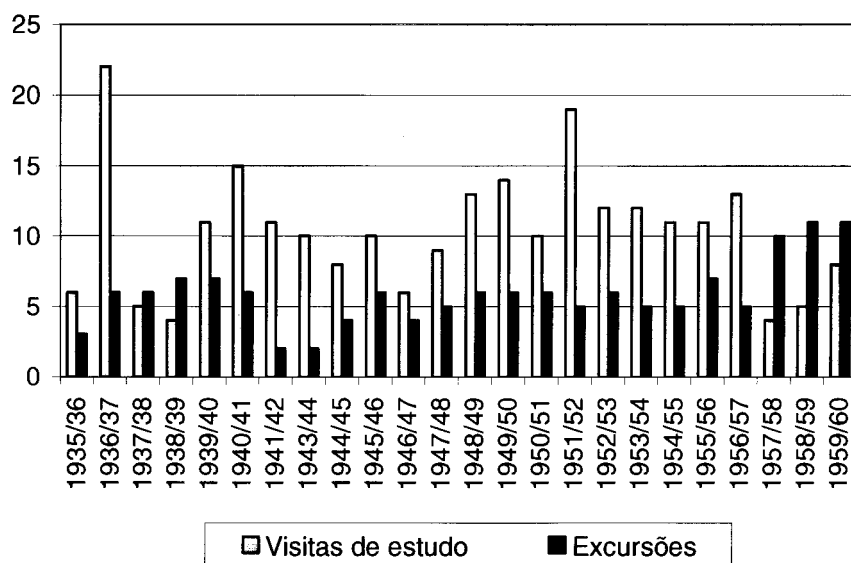
- «dar ao ensino das ciências (...) o carácter objectivo (...) captar o interesse dos alunos (...) e formar convenientemente o seu espírito para o estudo;

- incutir nos alunos o respeito pelos monumentos artísticos e chamar atenção para os locais onde se passaram factos históricos;

- respeitar o trabalho e toda a obra de solidariedade humana»

É a partir destas orientações que iremos reflectir sobre as opções tomadas neste domínio, partindo do levantamento dos «*habitus*» proporcionados às alunas do Liceu no âmbito das saídas escolares.

Gráfico 8- Saídas escolares - 1935/36 a 1959/60



(Com base na informação retirada dos Relatórios Gerais)

A observação atenta do Gráfico 8 permite-nos perceber que nas saídas escolares da Secção/ Liceu se verifica uma clara predominância das visitas de estudo sobre as excursões, com excepção dos anos de 1938/39, 1957/58, 1958/59 e 1959/60. Estes anos de excepção deve-se ao modo como foram organizadas as saídas escolares.

No ano lectivo de 1938/39 fizeram-se duas excursões para o 1º ano, quando, normalmente se fazia apenas uma. Por outro lado, as saídas organizavam-se por ciclos e neste ano lectivo fizeram-se por anos escolares.

Os anos de 1957/58, 1958/59 e 1959/60 só aparentemente invertem esta tendência. Efectivamente o que aconteceu, nestes anos, foi a duplicação do número de excursões no 1º ciclo, em resultado do desdobramento de turma no ano lectivo de 1957/58; da abertura da secção do Liceu em 1958/59; e da construção de pré-fabricados no Liceu e na Secção no ano lectivo de 1959/60.

Destacam-se, ainda, dois anos lectivos que registam apenas duas excursões, o de 1941/42 e o de 1942/43.

No ano lectivo de 1941/42 as excursões ficaram circunscritas à cidade Porto e destinadas às alunas que frequentavam o 1º ano. As saídas para fora da cidade parecem ter-se concentrado em torno da excursão-peregrinação «*organizada de colaboração com a M.P.F.*⁷²» (Relatório Geral do ano lectivo de 1941/42), na qual participaram alunas de todos os anos.

Para o ano lectivo de 1942/43 não se descortinou no Relatório Geral nem nas Actas do Conselho Geral qualquer razão para o facto de apenas se ter efectuado uma excursão, quando o normal seria três. O número de visitas de estudo apresenta valores normais.

A visita de estudo também designada de “pequena excursão” distingue-se, de acordo com o Decreto-Lei nº 18 486 de 18 de Junho de 1930, da “excursão grande” pela distância a percorrer e pelos seus objectivos.

A visita de estudo diz respeito a todas as saídas efectuadas nas proximidades do Liceu e a excursão reporta-se às saídas para fora da localidade do Liceu ou seus arredores.

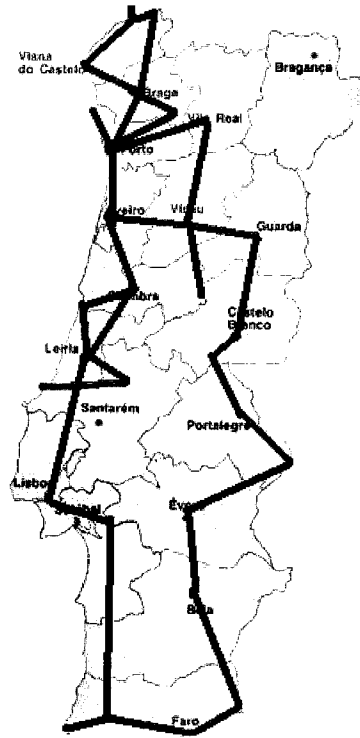
A visita de estudo deve sempre “*ligar-se com algum assunto ensinado ou a ensinar*” (art. 5º) e a excursão “*há-de ter sempre intuítos acentuadamente pedagógicos, ainda que o seu objectivo não se ligue directamente a qualquer ensino*” (art. 6º).

As saídas escolares, como adjuvantes do ensino, funcionarão como meio de instrução geral, com o objectivo de auxiliar a preparação do aluno para toda a vida prática e como meio de educação moral e cívica, para reforçar a identidade nacional e implementar hábitos culturais.

⁷² Atente-se na forma como é apresentada a organização desta excursão-peregrinação. A vice-reitora deixa claro que se trata de uma organização da Secção na qual a M.P.F. teve, apenas, um papel de colaboração.

3.3.3.1 As excursões

Mapa 1 – Âmbito geográfico das excursões



Legenda: a verde os circuitos

(Retirado de <http://portugalsite.no.sapo.pt/>)

As excursões enquanto «*habitus*» tinham uma finalidade educativa muito clara: «*É preciso amar e conhecer Portugal*» (Salazar no prefácio do livro de A. Ferro (1933: XXV).

Orientadas por esta máxima as (vice) – reitoras, Eulália Balacó e Hermengarda Guedes, aprovaram e participaram em muitas das excursões organizadas pelas professoras do Liceu, e distribuídas pelo litoral, Costa Algarvia, Alentejo e Beiras como se pode constatar no mapa 1, com o traçado dos principais itinerários das excursões.

As excursões apesar de definidas como saídas para fora da localidade do Liceu, neste caso o Porto, apresentavam características específicas relacionadas com os objectivos e o público-alvo, daí não se verificar a junção, na mesma excursão, de alunos do curso geral e do complementar.

No 1º ciclo a excursão tinha como lugar de eleição o Monte de N. Sra. da Saúde nos Carvalhos e, em alternativa, o Monte da Virgem em Vila Nova de Gaia ou o Farol da Boa Nova em Leça. Com carácter excepcional temos as excursões ao Monte Crastro em Gondomar e ao Aquário na Foz do Douro, uma única vez. Por vezes estas excursões ocupavam apenas uma parte do dia, normalmente a tarde.

Estas excursões tinham, essencialmente, um carácter de passeio, de confraternização das professoras e alunas, não tinham um intuito acentuadamente pedagógico, como deixa transparecer o testemunho da Dr.^a Maria Aurora (Anexo V), enquanto aluna da Secção: «*E nós ...aproveitávamos para brincar, levar um lanche, comer e correr...*» e, depois, como professora «*...eu aproveitava para uma maior aproximação com elas [as alunas]*».

É interessante assinalar, ainda dentro do âmbito das excursões para o 1º ano a inclusão, no final da década de 50, de novos espaços como as praias da Boa Nova, Cabo do Mundo e Mindelo, em alternativa aos locais de culto como, ainda, são o Monte de Nossa Senhora da Saúde ou o Monte da Virgem.

Para os 2º e 3º anos alargava-se o âmbito geográfico da excursão, indo-se até à foz do Rio Sousa, Santo Tirso, Vila do Conde e Furadouro em Ovar. Embora privilegiando sempre a componente de passeio, iniciava já as alunas do 3º ano nas visitas a pontos de interesse, como por exemplo a excursão a Vila do Conde em 1944/45, com visita à Igreja Matriz e à Estação Aquícola.

Nos 2º e 3º ciclos a excursão inclui, obrigatoriamente, a visita de estudo a castelos, museus, santuários, termas, fábricas, barragens e outros pontos de interesse educativo das localidades visitadas. Tinham a duração de um dia e o âmbito geográfico era claramente superior.

Estas excursões englobavam as localidades em torno do Vale do Ave (Santo Tirso, Vizela, Guimarães, Braga, Barcelos); Alto Minho (Viana do Castelo, Caminha, Valença, Monção, Arcos de Valdevez e Ponte de Lima); Entre – Douro e Vouga/Baixo Vouga (Vila da Feira, S. João da Madeira e Oliveira de Azeméis) e Aveiro, Luso, Buçaco, Coimbra/Conímbriga.

Finalmente, havia um outro tipo de excursões que funcionavam, muitas vezes, como passeio de finalistas de ciclo (2º ciclo), ou de curso (3º ciclo), com uma duração que variava de 2 a 5 dias, privilegiando o interior e o sul do país,

embora também tenham efectuado uma excursão a Espanha. Normalmente as saídas de 2 dias destinavam-se às alunas do 5º ano.

Muitas vezes a (Vice) -Reitora acompanhava as alunas nestas deslocações, embora nunca nos relatórios se assinalasse a sua participação com a indicação do cargo que ocupava. Aparecia referenciada como uma das professoras que acompanhava o grupo das alunas, excepção feita nas excursão – peregrinação patrocinada pela M.P.F. e na excursão do 3º ciclo a Lisboa no ano lectivo de 1957/58 onde se refere, claramente, a participação da (Vice) -Reitora, Hermengarda Guedes.

As excursões eram realizadas fora dos tempos lectivos, à tarde ou fins-de-semana e, as de maior duração, durante as férias do Carnaval ou Páscoa.

Nas grandes excursões é possível identificar cinco grandes áreas nos circuitos percorridos.

O Litoral-Centro nos anos lectivos de 1939/40 e 1940/41, abrangendo as localidades de Coimbra, Condeixa, Leiria, Marinha Grande, Nazaré, S. Martinho do Porto, Caldas da Rainha, Óbidos, Alcobaça, Tomar, Batalha, Figueira da Foz e Aveiro, para alunas do 7º ano, com a duração de 3 dias.

O mesmo circuito, mas incluindo Castelo do Bode, foi realizado no ano lectivo de 1950/51, para as alunas do 5º ano, com a duração de 2 dias.

Por sua vez os 6º e 7º anos foram a Espanha (Vigo, Santiago de Compostela e Corunha), durante 3 dias.

A excursão-peregrinação nos dias 11,12, 13 e 14 de Maio de 1942, para as alunas de todos os anos, organizada em colaboração com a Mocidade Portuguesa Feminina, visitando Leiria, Fátima e Batalha, apesar de se enquadrar no perfil das excursões de longa duração, parece-nos fugir ao carácter das mesmas na medida em que os seus destinatários são outros – estendem-se a todos os anos escolares – e os objectivos são eminentemente religiosos/doutrinários, como se pode depreender das datas e das localidades privilegiadas.

O Algarve, nos anos lectivos de 1952/53⁷³ e 1956/57⁷⁴, o primeiro incluindo a Costa Vicentina com a duração de 5 dias. O segundo com o mesmo

percurso, à excepção da Costa Vicentina e Portimão, mas abrangendo, na parte final do percurso, a região do Caramulo, com a duração de 3 dias.

No ano lectivo de 1959/60⁷⁵ tivemos, novamente, uma excursão ao Algarve visitando, no regresso, localidades do interior profundo do Baixo e Alto Alentejo, região Beirã e com a duração de 5 dias.

O Centro-Norte no ano lectivo de 1955/56⁷⁶ com a duração de 2 dias, e a participação de Hermengarda Guedes. No ano lectivo de 1958/59⁷⁷, mas contemplando mais a região interior, nomeadamente a Serra da Estrela e áreas periféricas. Não há registo da duração da excursão mas enquadrámo-la no âmbito da grande excursão, atendendo ao percurso e tomando como base de comparação a que foi efectuada no ano lectivo de 1955/56.

Também a excursão a Lamego, Vila Real, Viseu e Caramulo para as alunas do 6º ano em Abril de 1939, apesar de aparecer referenciada como uma excursão com a duração de um dia, mas pelo percurso efectuado e tendo em

⁷³ As alunas do 6º e 7º anos realizaram nos dias 14, 15, 16, 17, e 18 de Fevereiro uma excursão ao Algarve com o seguinte itinerário: Porto, Lisboa – jantar e dormida – Setúbal, Alcácer, Santiago do Cacem – almoço – Odemira, Aljezur, Sagres com visita à Praia, Fortaleza, Casa do Infante, Farol e Cabo de S. Vicente, Lagos – jantar e dormida. Nesta cidade visita ao Museu e Ponta da Piedade, Portimão e Praia da Rocha – almoço – Almodôvar, Castro Verde, jantar e dormida – Beja, Évora, com visita à cidade e almoço – Vila Viçosa com visita ao Palácio, Estremoz, Niza, Castelo Branco – jantar e dormida – Covilhã, Guarda e Viseu – almoço – e regresso ao Porto. Curiosamente não refere as professoras que acompanharam as alunas.

⁷⁴ Excursão do 3º ciclo ao Algarve com passagem em Coimbra, Batalha, Alcobaça, Caldas da Rainha, Lisboa, Setúbal, Alcácer do Sal, Santiago do Cacém, Lagos, Faro, Almodôvar, Beja, Évora, Vila Viçosa, Castelo Branco, Guarda, Viseu, Caramulo, Águeda, Porto – 23, 24, e 26 de Fevereiro de 1957.

⁷⁵ Excursão do 7º ano a Setúbal, Lagos, Praia da Rocha, Faro, Vila Real de Santo António, Mértola, Beja, Évora, Vila Viçosa, Elvas, Portalegre, Castelo Branco, Guarda, Viseu e Albergaria, dias 3, 4, 5, 6 e 7 de Abril.

⁷⁶ Excursão do 3º ciclo, em Abril de 1956, com o seguinte itinerário: Porto, Albergaria-a-Velha, Oliveira de Azeméis, Vouzela, S. Pedro do Sul com visita às Termas. Viseu com almoço na Mata do Fontelo e em seguida visita à Sé e Museu de João Vasco. Seguiu-se Mangualde, Fornos de Algodres, Celorico da Beira e Guarda onde jantaram e dormiram. No dia seguinte, missa na Sé e visita à cidade partindo para Celorico da Beira, Gouveia, Seia, Canas de Senhorim, Carregal do Sal e Santa Comba Dão onde almoçaram; seguiram depois para Mortágua, Campo de Besteiros seguindo pelo Caramulo para Águeda e Porto.

⁷⁷ Excursão do 6º e 7º anos com o seguinte percurso: Mealhada – Luso – Mortágua – Santa Comba Dão – Urgueiriça – Nelas – Mangualde – Gouveia – Penhas Douradas – Manteigas – Covilhã – Guarda – Celorico da Beira – Viseu – Tondela – Caramulo e Águeda.

conta o que significavam as distâncias, numa época em que as ligações pelas estradas nacionais eram francamente demoradas, não excluimos a hipótese de se ter realizado em 2 dias, ajustando-se ao perfil das excursões de longa duração.

A região de Lisboa/Península de Setúbal no ano lectivo de 1957/58⁷⁸, com a duração de 5 dias, destacando-se a alusão à presença da Reitora, Hermengarda Guedes que, como atrás foi referido, pela 1ª vez surge referenciada pelo cargo que ocupa. Há, ainda, um outro aspecto a salientar no registo da excursão, a menção ao facto de as alunas terem feito «dois relatórios que foram lidos em Sessão Cultural com a passagem dos diapositivos adquiridos no Museu dos Coches, em Queluz e em Mafra». A reitora parece sentir necessidade de justificar esta saída como uma actividade de interesse pedagógico e não apenas de carácter lúdico.

O Centro-Sul no ano 1959/60⁷⁹, abrangendo um espaço territorial de difícil tipificação, atendendo ao binómio interior/litoral: Coimbra, Tomar, Castelo de Bode, Évora, Vila Viçosa, Estremoz, Lisboa, Sintra, Cascais, Nazaré, Alcobaça, Batalha, Leiria, Figueira e Aveiro. O percurso seguido parece ter obedecido, essencialmente, a prioridades históricas, com a duração de 4 dias.

Sublinha-se o facto de a partir de meados da década de 50 existir uma clara preocupação, nos Relatórios da Reitora, de explicitar os objectivos das saídas escolares, acentuando o seu carácter eminentemente pedagógico – didáctico, para além da componente cultural que estaria presente em todas estas actividades, com o objectivo de proporcionar às alunas um contacto vivo com a memória.

⁷⁸ Excursão do 3º ciclo a Lisboa que obedeceu ao seguinte plano: dia 23 de Março: partida do Porto – Coimbra – Leiria – visita ao túmulo da professora Isabel Barroso (falecida em 22 de Dezembro de 1957), Lisboa – Estoril (jantar e dormida); dia 24 de Março: Visita a Lisboa, passeio pela cidade, Sé, Jerónimos, Jardim Zoológico (almoço em Belém), regresso ao Estoril (jantar e dormida); dia 25 de Março: Cacilhas, Serra d' Arrábida, Portinho d' Arrábida, Setúbal (almoço no Portinho d'Arrábida) visita à Colónia Balnear da U.E.P, regresso ao Estoril (jantar e dormida); dia 26 de Março: Montes Claros, Queluz, Sintra, (almoço) Lisboa, Estoril (jantar e dormida), visita Palácio de Queluz, D'Ajuda e ao Museu dos Coches; dia 27 de Março: Mafra, Nazaré (almoço), Marinha Grande com visita a uma Fábrica de Vidros, Coimbra e Porto.

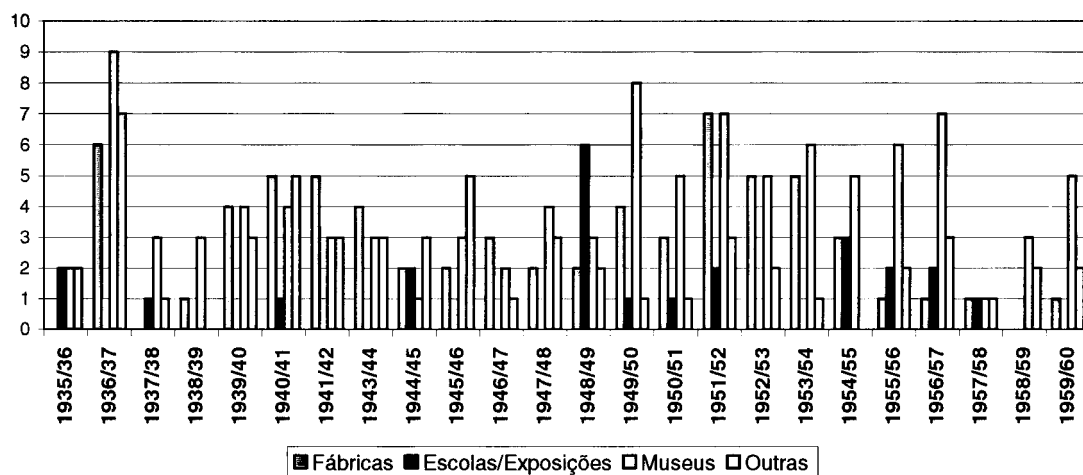
⁷⁹ Excursão do 6ºano realizada nos dias 4, 5,6 e 7 de Abril.

Aliás a nota deixada pela Reitora no Relatório de 1958/59 e 1959/60 a propósito das saídas escolares – «*Todas estas visitas e passeios foram previamente tratadas e explicadas, fazendo, depois, as alunas, os respectivos relatórios*» – corrobora esta posição. Convirá esclarecer que a legislação a isso obrigava, desde a década de 30, conforme decorre da leitura do art. 30º do Decreto-Lei nº 18 486 de 18 de Junho de 1930, que estabelecia como dever dos reitores «*Velar para que as excursões escolares obedeçam rigorosamente aos intuitos pedagógicos que têm em vista, impedindo as que dentro dela não se comportem*» e reforçado, no Estatuto do Ensino Secundário de 17 de Setembro de 1947, quando no Capítulo XIII, relativo aos Trabalhos Circum-escolares, art.435º, é dito, claramente, que as saídas escolares deverão ser «*objecto de palestras de professores ou de palestras e exercícios de alunos*». A novidade é as justificações que surgiram, apenas, a partir de meados da década de 50.

É nesta linha de pensamento que nos surpreende, igualmente, no registo das saídas escolares do relatório do ano lectivo de 1957/58, pela primeira vez se fazer uma separação clara, entre visitas de estudo e excursões, o que parece indiciar um maior rigor nas orientações recebidas sobre esta matéria.

3.3.3.2 As visitas de estudo

O Decreto-Lei nº 18 486, de 18 de Junho de 1930, estabelece, como já referimos, uma distinção clara entre visita de estudo e excursão, embora também considere as visitas de estudo como uma pequena excursão. Para evitar qualquer confusão terminológica utilizaremos, sempre, o termo “visita de estudo” para nos referirmos às saídas efectuadas nas proximidades do Liceu, no âmbito das matérias leccionadas.

Gráfico 9 - Visitas de estudo - 1935/36 a 1959/60

(Com base na informação retirada dos Relatórios Gerais)

A análise do gráfico 9 – da distribuição das visitas de estudo por anos, na Secção /Liceu, entre 1936/37 e 1959/60 – permite-nos concluir que as visitas de estudo aos museus/monumentos dominaram as preferências das professoras.

No ano lectivo de 1936/37 registou-se um pico nas visitas a museus que não voltou a acontecer. Este ano correspondeu ao período de intenso fervor nacionalista então vivido, marcado pela entrada de reforma de Carneiro Pacheco nos liceus e favorecido, como já referimos, pela conjuntura internacional.

Com um peso significativo temos também as visitas às fábricas, dos mais variados sectores de produção, sobretudo entre 1936/37 e os meados da década de 50, chegando mesmo a ultrapassar, em alguns anos lectivos, as visitas a museus e monumentos.

No conjunto destas saídas escolares, sobressai também o item “Outras”, que registam, tal como as visitas a fábricas, uma maior pujança entre 1936/37 e finais da década de 50.

Nos finais da década de 50 verifica-se uma queda acentuada nas visitas às fábricas, enquanto que os museus/monumentos, que tinham assistido um abrandamento ao longo dos anos 40, voltam a ter um forte vigor na década de 50.

As visitas de estudo, tal como as excursões, deveriam efectuar-se sem prejuízo dos trabalhos escolares, numa tarde em que a turma ou classe não tivesse aulas, e eram obrigatórias para todos os alunos.

Gráfico 10 - Distribuição das visitas de estudo entre 1935/36 e 1959/60



(Com base na informação retirada dos Relatórios Gerais)

As reformas de 1936 e 1947, no capítulo das visitas de estudo, reforçam a inclusão dos museus e monumentos nacionais nos roteiros das saídas escolares, cuja visita se torna gratuita para as escolas. Conforme se observa no gráfico 10 representam 41% do total das saídas do Liceu, revelador de uma tendência patriótica.

Com o Estado Novo acentua-se o papel do museu como lugar de memória de uma Nação que se quer forte e coesa. Aos museus foi dada uma nova dinâmica estabelecendo-se novas práticas culturais, com programas de exposições de colecções, de carácter temporário ou permanente.

As visitas aos museus do Porto, entre as quais se destacaram o “Museu Etnográfico do Douro Litoral”⁸⁰, o “Museu Soares dos Reis”⁸¹ e a “Casa-Museu

⁸⁰ O “Museu de Etnografia e História do Douro Litoral” foi criado em 1945 e instalado no Palácio de S. João Novo, um edifício datado do século XVIII, da autoria de António Pereira, com as colecções etnográficas das alfaías agrícolas e cerâmica da região ([http:// www.rpmuseus.pt](http://www.rpmuseus.pt)).

Guerra Junqueiro”⁸², integravam-se nesta valorização das práticas de fomento da coesão nacional.

A preservação da memória e a exaltação nacionalista foram, também, alimentadas pelas visitas aos monumentos do Porto e arredores, que evocam as raízes da história pátria, do período da formação de Portugal e visitados pelas alunas do Liceu, de forma quase contínua, ao longo do período abordado. Trata-se do conjunto de monumentos constituído pelo Palácio da Bolsa⁸³/Igreja de S. Francisco, o Mosteiro de Leça e a Sé, ordenados segundo o volume das visitas.

As alunas do Liceu visitaram as secções do Museu da Universidade (Zoologia, História Natural, Antropologia e Mineralogia), onde puderam observar colecções zoológicas, mineralógicas e a botânica, tomando contacto com os objectos de estudo.

As visitas às fábricas permitiam o contacto e a valorização da actividade industrial da região onde o Liceu se encontrava inserido. A sua enumeração permite-nos ter um quadro ilustrativo das indústrias do Porto e concelhos limítrofes, que englobava um leque alargado de indústrias as dos têxteis (Areosa, Sra. da Hora, e a Leonesa em Leça do Balio), calçado, conservas (Matosinhos), fósforos, gás, filigrana (Oficinas de Filigrana), cromagem (Cromagem França), electro-cerâmica (nas Devesas), mineração (Separadora do Minério e Minas de S. Pedro da Cova), fundição (Fundição do ferro e

⁸¹ Em 1932, um século depois da sua criação, o Museu Soares dos Reis adquire estatuto de Museu Nacional e em 1940 é instalado no Palácio das Carrancas. Esta nova etapa é inaugurada com a grande mostra *A Obra de Soares dos Reis*, integrada nas Comemorações do Centenário da Nacionalidade. Ainda em 1940 (e nos dois anos seguintes), o Museu é enriquecido com as colecções do Museu Municipal. De museu clássico, de Belas-Artes, passa a museu misto, incorporando as chamadas artes decorativas que assentam bem a um Porto industrial. Na década de 50, o Museu adquire obras de Pintura e Escultura a jovens artistas, adeptos de correntes artísticas ainda em definição ([http:// www.rpmuseus.pt](http://www.rpmuseus.pt)).

⁸² A Casa-Museu Guerra Junqueiro é um edifício do segundo quartel do século XVIII atribuído ao arquitecto António Pereira, contemporâneo de Nicolau Nasoni com quem trabalhou nas obras da Sé do Porto. Foi doada à Câmara Municipal do Porto em 1934 pela filha do poeta, que recriou o ambiente onde o poeta viveu (<http://www.cm-porto.pt/pagegen.asp>).

⁸³ Apesar de não constituir um monumento que se reporte às raízes da nacionalidade, mas sim um símbolo da tradição e poder burguês nesta cidade, aparece sempre associado às visitas à Igreja de S. Francisco Daí a opção pela sua inclusão sob pena de não estarmos a ser fidedignos às fontes.

Fundição do Ouro), esmaltagem (Esmaltagem Minchi), química (Acetileno, Carboreto e Cerveja), e a produção de electricidade (Central Eléctrica do Freixo), logo em sintonia com a aspiração de autarcia do Estado Novo.

Os jornais do Porto, “Primeiro de Janeiro” e o “O Comércio do Porto”, enquanto unidades de produção, foram também considerados no *item* das visitas a fábricas.

Enquanto observam os processos de fabrico as alunas, de forma implícita, vão adquirindo noções de organização, disciplina, autoridade, método e higiene, mas também valorização do trabalho.

É, contudo, no *item* “Outras” que se encontram as visitas mais direccionadas para o incremento das práticas da higiene e da prevenção que, no âmbito de uma instrumentalização governamental do circum-escolar, servem para introduzir o conceito de dever cívico.

As alunas visitaram «*estabelecimentos de defesa sanitária*» (Instituto Vacínico Portuense, a Maternidade Júlio Dinis e o Hospital Joaquim Urbano) e «*obras em que se cuide de promover a higiene da criança*» (“Abrigo dos Pequenininos”, Creche de “S. Vicente de Paula”, e a Creche de Miragaia) para, conforme se delineava no Preâmbulo do Decreto-Lei nº 25 946 de 15 de Outubro de 1935⁸⁴, fomentar a criação da consciência higiénica.

Estas visitas dirigidas às alunas do 3º ciclo têm uma vertente eminentemente feminina, na medida em que os locais visitados serviam para reforçar no espírito das raparigas a sua vocação maternal. Preparava-as, ainda, para a função social que mais tarde iriam desempenhar, incentivando a solidariedade social sob a forma da caridade (as distribuições de donativos aos pobres e às instituições).

Há depois um conjunto de saídas, integradas neste *item*, que acontecem no período de maior tensão ideológica, como no ano lectivo de 1936/37, com o “Peditório a favor dos feridos espanhóis [os nacionalistas]”, a “Recepção do Presidente da República” e a “Manifestação da Academia do Porto aos antigos estudantes”.

⁸⁴ Este decreto destinava-se a regulamentar os cursos de Higiene e Puericultura nos Liceus.

Com um carácter eminentemente propagandístico temos as visitas às obras sociais do Estado Novo como à “Casa dos Pescadores” (1941/42), ao “Bairro de Contumil” (1945/46), ao Centro Social da Sé (1945/46 e 1947/48) e à Emissora Nacional (1948/49 e 1951/52).

Estas visitas, pese embora os seus objectivos, são localizadas no tempo, não chegando a ter expressividade no conjunto das visitas de estudo, apenas se realizaram uma ou duas vezes no período cronológico abordado. Isto não significa que o Liceu não desse a devida importância a estes aspectos educativos. O que aconteceu é que a formação moral e cívica foi deslocada para outros espaços como as “Sessões Culturais” (já analisadas), as “Festas Escolares” e a “Mocidade Portuguesa Feminina”.

Com maior expressividade ao longo deste período, pelo número de deslocações, constituindo uma rotina, incluídas no item das “Outras”, temos as visitas ao “Observatório da Serra do Pilar” e à “Biblioteca Municipal”, numa lógica de valorização da vertente prática do ensino quer no aspecto técnico-geográfico quer no gosto pela leitura.

Para finalizar temos as vistas a escolas/exposições, com as temáticas propagandísticas a dominarem as apresentações, “Trabalhos Coloniais”, “Feira das Colheitas”, “Escola Agrícola”, “Obras Públicas”, “Grandes Empreendimentos Nacionais”, “Exposição Garrettiana”, “Bordados Regionais de Castelo Branco”, “Exposição Histórico-Militar”, e “Exposição Agrícola”, constituindo uma apologética do comemoracionismo que tanto caracterizou o Estado Novo. Esta é uma das vertentes das visitas de estudo que se manteve constante ao longo do período analisado. Apesar de apenas representar 10% do total das visitas de estudo efectuadas, a verdade é que aconteceram, em média, de dois em dois anos, não devendo ser marginalizado o seu papel nas opções educativas do Estado.

As visitas de estudo do Liceu cumprem as finalidades impostas pela legislação, que determinava para este tipo de saídas a observação dos fenómenos geográficos, o contacto com colecções zoológicas, a ida a jardins botânicos, a museus, arquivos, monumentos, fábricas e afins para além das instituições de educação e beneficência.

3.3.4 Festas e celebrações

As festas e celebrações escolares surgiram igualmente com intuitos pedagógicos e educativos. Ensinam-se os alunos a trabalhar em cooperação e educam-se do ponto de vista moral, cívico, físico e social, fomentando as práticas consideradas adequadas à integração social e à coesão nacional. Comemora-se, não só, para exaltar o esforço individual e o trabalho de cooperação, mas também o orgulho nacionalista.

De entre as festas e celebrações consideraram-se, neste *item*, aquelas que resultaram directamente das actividades escolares, como as exposições de trabalhos no final do ano lectivo e as que foram implementadas com um carácter nacionalista, como a “Semana das Colónias”. Todas realizadas com objectivos educativos.

3.3.4.1 O Natal

Uma das festas com maior expressividade, o Natal, que se realizou incondicionalmente todos os anos, pode ser entendida como a principal forma de interacção do Liceu com a comunidade, constituindo mesmo a sua imagem de marca.

O contacto fazia-se através das festas promovidas no Liceu onde tinham lugar as récitas, cânticos e danças alusivas à quadra natalícia, para as quais eram convidadas, a assistir, as crianças pobres das proximidades (entre 20 a 30) sendo-lhes, geralmente, no fim oferecido um lanche e o bodo⁸⁵.

Também se fazia através das saídas aos lares de idosos como “As Lázaras”, às creches como o “Abrigo dos Pequeninos” e à “Creche de S. Vicente de Paula”. Estas actividades foram enquadradas nas “Embaixadas da Alegria e da Bondade”, quando as filiadas da M.P.F. se deslocavam aos centros de apoio social para confortar os necessitados, particularmente no Natal.

⁸⁵ Consistia na distribuição de alimentos, dinheiro e vestuário aos pobres em dias festivos.

Era durante a festa de Natal que o Liceu exteriorizava os valores ligados ao fomento das práticas da solidariedade social pela caridade, incutidos nas alunas durante o ano. Com efeito, a distribuição de géneros, de brinquedos e roupas⁸⁶ aos pobres e em particular às crianças, constituíram momentos de exteriorização dos valores incutidos. Estas iniciativas tinham um carácter didáctico, eram um processo de formação social, serviam para transmitir os conceitos caritativos e paternalista do Estado Novo.

Assistência aos mais necessitados era um dos valores “sui generis” do regime implementado por Salazar, que se demarcava das teorias de Nietzsche, divulgadas pelo nazismo, de horror à piedade e desprezo pelos fracos.

Nos Cadernos de Ressurgimento Nacional⁸⁷, dedicados à questão da assistência pública, na página 31, a piedade era apresentada como uma tendência natural do povo português: «*Na verdade, através de toda a nossa história, a piedade pelos que sofrem domina (...). A História de Portugal está cheia de exemplos, a Rainha Santa Isabel*». Entendia-se que a assistência pública não poderia, nem deveria substituir a privada pois desumanizava as almas, como é sugerido na página 34: «*A doutrina cristã (...) exige que cada um destine aos pobres o supérfluo dos seus rendimentos*». A piedade, entendida como um imperativo moral, era uma obrigação do Estado, pois competia-lhe zelar pela boa formação moral das almas das alunas.

No âmbito destas iniciativas sociais do Liceu junto da comunidade é interessante aduzir o testemunho da Dra. Maria (Anexo V), sobre as relações estabelecidas com a “Conferência de S. Vicente de Paula”. Não só nos dá conta dos valores veiculados, mas também deixa transparecer os aspectos organizacionais destas actividades, que partiam da envolvimento e responsabilização das alunas em todo o processo, desde a recolha dos fundos até à sua distribuição:

[Visitávamos] «*Para ai uma ou duas vezes por ano ... e visitávamos famílias carecidas uma vez por semana, através da Conferência de S. Vicente*

⁸⁶ Roupas usadas e outras “roupinhas” confeccionadas pelas alunas.

⁸⁷ Estes Cadernos eram editados pela Imprensa Nacional de Publicidade e não apresentam data nem autor, presume-se que seriam da responsabilidade do Secretariado da Propaganda Nacional.

de Paula, que lá no Liceu tinha o nome de Conferência de N. Sra. da Conceição.

Íamos às famílias acompanhadas por uma professora e cada turma tinha o seu pobre. Nós íamos lá a casa, levávamos géneros, um dinheirinho. Todas as semanas, ao sábado, reunia a Conferência de S. Vicente de Paula, que tinha uma Presidente, uma Secretária e uma Tesoureira e fazia-se a colecta. Era um saquinho onde deitávamos umas moedas e que se iam guardando para depois distribuir pelas diversas turmas para irem fazer a distribuição.

...era a própria escola que determinava, por exemplo, Maria Aurora vai para presidente, depois outra a secretária, outra a tesoureira, formava-se um grupo, havia uma sala, havia um armário, e aquilo de vez em quando tinha uma professora a assistir à Conferência de S. Vicente de Paula, que era um quarto de hora, vinte minutos. Tinha-se uma oração prévia, fazia-se uma leitura do Evangelho, falava-se dos protegidos, da visita que tínhamos feito, cada grupo dizia o que tinha feito na conferência com os pobres. Eu lembro-me de se ter arranjado uma velhinha que estava muito doente, de se ter limpo o quartinho...

Portanto, não era da Mocidade era uma actividade do próprio Liceu, o Liceu tinha [acentua o termo] a Conferência de S. Vicente de Paula ...

A Conferência servia também para darmos conta ao grupo das necessidades daquelas pessoas e dizer até ao grupo aquilo que nos parecia que era necessário para aquela família... íamos semanalmente.

Mas havia muitas pessoas. A própria reitora ia visitar aqui uma pobrezinha daqui desta zona das Antas, eu ia com outro grupo de uma turma minha ...

- A zona envolvente ao Liceu era muito desfavorecida não era?
- Sim...sim a zona de Campanhã, Barros Lima, havia ali umas ilhas...

Portanto, a Conferência tinha um professor que estava por trás, digamos assim, do grupo a quem era confiada a direcção e a programação das actividades que iriam fazer junto dessas famílias, da acção social junto das famílias. As professoras tinham que estar presentes também, mas eram as alunas que orientavam a reunião. Começavam com a parte, como disse, da oração, com a leitura da Bíblia, uma reflexão muito rápida» (Entrevista: Anexo IV).

A festa do Natal foi assumida como uma iniciativa promovida pelo Liceu, ainda que a partir de 31 de Agosto de 1942 por força do Decreto-Lei nº 32 234⁸⁸, passasse a ser realizada em colaboração com a M.P.F..

3.3.4.2 Páscoa

A comemoração da Páscoa, era organizada pela M.P.F.. A primeira referência a esta comemoração escolar surge no relatório anual do ano lectivo de 1946/47, quando a vice-reitora faz referência à «*Comunhão Pascal, promovida pela M.P.F. numa das salas armada em Capela e no dia 31 de Maio, numa Capela anexa ao Liceu realizou-se a 1ª Comunhão de algumas filiadas*» (sic).

Apresentando-se como uma actividade para o Liceu, é cada vez mais notório nos relatórios da reitora, o seu acantonamento à M.P.F. como iniciativa das filiadas e para as filiadas: «*No dia 4 de Março (...) realizou-se a Comunhão Pascal das filiadas da M.P.F., alunas do Liceu (...) e no dia 3 de Junho fizeram a 1ª Comunhão algumas filiadas.*» (Ano lectivo de 1949/50). No final das cerimónias era servido no refeitório da Cantina o pequeno-almoço às filiadas participantes.

Á medida que a população escolar cresce e por força da obrigatoriedade da filiação das alunas na M.P.F. no acto da matrícula, as cerimónias deixam de se realizar nas instalações da Secção/ Liceu e passam, a partir de 1953/54⁸⁹, a realizar-se na Igreja do Bonfim.

No ano lectivo de 1958/59, tomou parte nesta festa a «*quase totalidade das alunas do Liceu e Secção*» e nesse mesmo dia, integrada na Comemoração do 20º aniversário da M.P.F., foi inaugurada no pátio do Liceu

⁸⁸ Extingue as Associações Escolares e transfere a coordenação das actividades circum-escolares para as M.P./M.P.F, reforçada no Estatuto do Ensino Liceal de 17 de Setembro de 1947, quando se afirma que as organizações nacionais – M.P./M.P.F – «*cooperam activamente com os liceus na sua missão educativa*».

⁸⁹ «No dia 22 de Maio 130 alunas receberam o Sacramento do Crisma na Igreja do Bonfim. Nesse mesmo dia assistiram a uma sessão sobre assuntos relativos a Nossa Senhora e integrados nas Comemorações do Ano Mariano promovidas pela M.P.F. e que se realizou no Ginásio do Liceu Carolina Michaelis» (Relatório Anual do Liceu Rainha Santa Isabel, 1953/54).

uma imagem de Nossa Senhora, obra das filiadas, executada na aula de artes plásticas orientadas pela respectiva professora.

A introdução destas comemorações assinala a crescente influência/presença da Igreja Católica na vida dos liceus e um desejo de incremento da religiosidade junto das alunas, de que as comemorações Marianas são também um sinal. O que se pretendia, com este “*habitus*”, era alicerçar a formação moral das alunas na religiosidade.

3.3.4.3 Comemorações

Integradas numa lógica de «*hegemonização das realidades sociais*», como refere A. Nóvoa (1992:510), surgem as comemorações do 1º de Dezembro, o 28 de Maio e o 10 de Junho, rapidamente enquadradas pela M.P/M.P.F que as assume como momentos da sua própria história e ocasião de mobilização geral.

Assim o 1º de Dezembro data da Restauração, escolhido para assinalar o dia da Mocidade Portuguesa; o 10 de Junho, Dia de Portugal, assinalado com grandes manifestações públicas; e o 28 de Maio, data do golpe militar que pôs fim à “anarquia e ao caos e iniciou a regeneração”, passaram a ser objecto de palestras, desfiles e paradas cuidadosamente planeadas pelo comissariado da M.P/M.P. F.

Estas datas assumiram uma forte carga ideológica apresentadas como momentos altos da “regeneração” (Irene Pimentel 2000:301). Associando-se a essa regeneração a figura de Salazar, também a data de 27 de Abril assumiu uma carga ideológica, sendo objecto de comemoração no Liceu no ano lectivo de 1937/38, quando «... *todas as alunas do 1º ciclo assistiram a uma conferência (...) comemorando o 10º aniversário da posse do Exmo. Snr. Dr. Oliveira Salazar na pasta das Finanças. No início as alunas cantaram a Portuguesa e terminaram com o Hino da Mocidade. No mesmo dia as alunas do 2º ciclo assistiram também a uma conferência....*» (Relatório Geral de 1937/38).

Esta comemoração integrou-se nas comemorações promovidas por todo o país, centralizadas em Lisboa, a capital do Império, com a presença do

Cardeal Patriarca, assistência dos representantes das nações amigas e activa colaboração da Mocidade Portuguesa, para homenagear «*o condutor e obreiro genial da Revolução*» como refere Carneiro Pacheco (1940:285).

No ano lectivo seguinte esta comemoração assumiu, ainda, um carácter de festa nacional e educativa na Secção. Foi-lhe dado tanto ou mais relevo que à comemoração do 28 de Maio, a avaliar pela forma como foi feito o registo destas comemorações no Relatório Geral. O 27 de Abril surge como a «*comemoração do 11º aniversário da investidura de Sua Excelência o Sr. Dr. Oliveira Salazar na pasta das Finanças*» na Secção, enquanto o 28 de Maio foi apresentado como uma iniciativa exterior á escola: «*As alunas tomaram parte na festa da Mocidade no Teatro Rivoli*».

Passado este momento inicial da institucionalização do fervor nacionalista, em termos de vida do Liceu, o que os Relatórios Gerais deixam transparecer é que estas datas foram ultrapassadas pelas comemorações da “Semana da Mãe” e da “Semana das Colónias”, assinaladas de forma regular a partir do ano lectivo de 1941/42, correspondendo ao período de instalação de um dos mais importantes instrumentos de controlo ideológico, a M.P/M.P.F.

O 1º de Dezembro continuou a ser objecto de palestras, enquanto o 27 de Abril e o 28 de Maio desapareceram das comemorações. O 10 de Junho, assinalado como Dia de Portugal, apenas é referenciado nos anos lectivos de 1955/56 e 1956/57 como festas da M.P.F.⁹⁰: «*Dia de Portugal – 10 de Junho – As filiadas deste Centro tomaram parte na festa realizada no Palácio dos Desportos em colaboração com o Centro nº 1 e vários centros da M.P.F. O programa que este Centro apresentou constou de 2 números de canto coral, 2 números de danças e um desafio de Basket – Ball*».

⁹⁰ A Dra. Maria Emília que foi professora de Educação Física no Liceu entre 1966 e 1993, já depois dos centros da Mocidade terem sido transformados em CACE (Centro de Actividades Circum-escolares) recorda, ainda, as festas promovidas no 10 Junho, como actividades da M.P.F. [No] «*Fim do ano, geralmente, era as festas da Mocidade, que eram aquelas festas promovidas pela Mocidade Portuguesa em que íamos para as Antas, para o Bessa. Eu lembro-me de uma vez levei 14 grupos, de 14 meninas, com arcos, eu fiz 4000 e não sei quantas flores (...) Outra com bolas, cada menina... 14 grupos de 16 ou 14 meninas, todas cada uma com a sua bola rítmica imagine o que é controlar aquilo tudo...* (Entrevista: Anexo IV).

A “Semana das Colónias”⁹¹ era comemorada com palestras, seguindo as directrizes emanadas do Ministério da Educação, podendo os professores recorrer às mais variadas estratégias de apresentação, como nos explica a Dra. Maria Aurora: «Mandavam-nos um livrinho sobre a Semana do Ultramar e esse livro era entregue a uma professora que iria falar a todas as alunas, portanto uma, duas ou três vezes, sobre aquele assunto. Eu lembro que fiz mais vezes sobre o Ultramar, mas do que me lembro muito bem é de S. Tomé e Príncipe, porque foi o 1º ano que entrei para o Liceu. Na casa velha, a sala estava absolutamente cheia e naquela altura para ilustrar a dita palestra eu só pude arranjar fotografias, para aí umas 20 fotografias sobre S. Tomé e Príncipe e 2/3 mapas e sei que fiz uns cartões e coloquei as fotografias que iam ilustrar ... mas aquilo foi inédito para época, as pessoas ficaram... como é que eu tinha arranjado aquelas fotografias e como é que eu tinha conseguido dizer aquelas palavrinhas ilustrando-as com as fotografias. Da primeira foi só com os cartazes, depois fiz a projecção com o episcópio, que projecta fotografias de livros» (Entrevista: Anexo V).

A “Semana das Colónias” foi assinalada, como no ano lectivo de 1944/45, com palestras que se realizaram no Liceu e «ainda uma Sessão de Cinema com filmes culturais sobre as Colónias, organizada pela Sub-Delegacia da Mocidade Portuguesa Feminina e na qual leu uma pequena palestra uma aluna» (Relatório Geral de 1944/45).

A “Semana da Mãe” foi criada com o objectivo de «lembrar a importância e a grandeza da missão maternal (...) despertar nas raparigas o sentimento de gratidão e devoção pelas suas mães e o desejo de serem, no futuro, as continuadoras da admirável tradição das mães portuguesas» (Irene Pimentel; 2000:316). É, ainda, um momento de aprendizagem das práticas caritativas e de manifestação da religiosidade das alunas, sobretudo das filiadas. No Liceu «as filiadas assistiram à missa celebrada no dia 8 e contribuíram com um berço e respectivo enxoval» (Relatório Geral, ano lectivo de 1945/46). O “berço” surge como um símbolo da homenagem prestada à mulher porque, como o

⁹¹ Designada “Semana do Ultramar” a partir do ano lectivo de 1951/52.

próprio Ministro da Educação afirmou, nas comemorações da IIª Semana da Mãe, em 15 de Dezembro de 1939, «*tudo anda à roda do berço*» (1940:356). Nos anos de 1948/49 e 1949/50 foi recordado o papel da OMEN nesta iniciativa, quando é dito que a missa foi oferecida pelas Mães Portuguesas.

Esta iniciativa parece ter registado um interregno entre 1949/50 e 1955/56, ano em que foi retomado o registo destas comemorações no Relatório Geral, contrariamente à “Semana das Colónias/Ultramar” cujas iniciativas nunca deixaram de ser arroladas.

A colocação do crucifixo «*na Reitoria cumprindo-se todas as ordens recebidas superiormente*» em 5 de Abril de 1940⁹² e as comemorações Marianas⁹³, foram o assumir do compromisso de formação religiosa das alunas. A moral social será sustentada pela moral cristã católica, correspondendo, assim, a um desejo de assumir a presença da religião católica na sociedade portuguesa, demarcando-se do laicismo da Primeira República⁹⁴.

A fronteira, em termos de postura religiosa, entre a República e Estado Novo é clara no testemunho da Dra. Maria Aurora, enquanto aluna da Secção, quando recorda a participação nas comemorações Marianas: «*Lembro-me que no meu 7º ano, isto já foi na Mocidade, a Comissária Nacional decidiu que deveria ir uma representante de cada Liceu (eram 2, com o Carolina) a Vila Viçosa, num Centenário da Coroação de Nossa Senhora, Rainha de Portugal e então eu sei que fui escolhida... e o meu pai não era católico, era Republicano e não gostava nada dessas coisas e a Sra. Reitora (até nisso a Sra. Reitora foi admirável) telefonou ao meu pai e ele disse-lhe:*

-“Eu não gosto nada dessas coisas Sra. Reitora.

-Oh Sr. Silva Pereira, mas eu gostava que fosse a sua filha.”

⁹² É curioso constatar que a colocação do crucifixo na Reitoria é efectuada antes da assinatura da Concordata, feita, como já se referiu, em 7 de Maio de 1940.

⁹³ «*No dia 22 de Maio 130 alunas receberam o Sacramento do Crisma na Igreja do Bonfim. Nesse mesmo dia assistiram a uma sessão sobre assuntos relativos a Nossa Senhora e integrados nas Comemorações do Ano Mariano promovidas pela M.P.F. e que se realizou no Ginásio do Liceu Carolina Michaelis. No dia 23 de Maio um grupo de alunas assistiu no Coliseu à Assembleia Mariana organizado pela M.P.F.*» (Relatório Geral, ano lectivo 1952/53).

⁹⁴ Carneiro Pacheco justifica a necessidade da presença da religião na educação com a afirmação: «*Deus e Pátria andam juntos desde que Portugal nasceu...*» (1940: 222).

E pronto, não foi preciso mais nada, porque ele entregou a menina à Sra. Reitora e não houve problema nenhum ...» (Entrevista: Anexo V).

A leitura do testemunho permite-nos ter uma percepção clara da fronteira educativa entre a 1ª República e o Estado Novo. Um pai formado no ideário republicano, apresentado como não católico e a filha, educada no ideário do Estado Novo, escolhida para representar a Secção numa comemoração religiosa.

Uma outra leitura possível, a partir das palavras do pai, é a aceitação do modelo educativo do Estado Novo na educação da filha. Esta aparente contradição reflecte uma realidade plausível nestes tempos.

A “Semana das Colónias”, a “Semana da Mãe” e as comemorações Marianas eram iniciativas que visavam a formação feminina, dentro dos parâmetros definidos pela ideologia do Estado Novo. Como salienta Irene Pimentel a «*“nova” mulher seria cristã, “moralmente sã”, “portuguesa” e ao serviço do Estado Novo no espaço próprio que lhe era reservado*» (2000:310).

No entanto, estes desejos não são cumpridos na plenitude, pois a partir de 1955/56, a comemoração da “Semana da Mãe” dá lugar ao “Dia da Mãe”, perdendo em simultâneo o seu carácter comemorativo e público. Com efeito, nos relatórios gerais é dito que no «*Dia da Mãe – 8 de Dezembro – Não se realizou nenhuma festa de carácter colectivo. O dia da mãe foi comemorado com vários actos de iniciativa particular sugeridos e orientados nas aulas de Formação Moral*» (Relatório Geral de 1955/56), o que parece indiciar um aligeirar nas experiências de escolaridade do “*habitus*” maternal.

3.3.4.4 As festas de alunas

O Decreto-Lei nº 18 234 de 22 de Abril de 1930, no art.28º atribuía como tarefas do reitor(a) a responsabilidade de «*Velar para que todas as festas escolares se não desviem dos intuitos rigorosamente educativos que têm em vista, impedindo as que perturbem a boa organização e regularidade dos serviços lectivos*». Deste modo as festas realizadas pelas alunas, tal como todas as outras realizadas no Liceu, deveriam obedecer a critérios educativos e a reitora não negligenciou as suas obrigações.

As referências a festas de alunas não têm expressividade, surgiram referidas pela primeira vez no Relatório Geral do ano lectivo de 1948/49. Tiveram como suporte educativo as representações teatrais, danças e canções inspiradas nos autores estudados, como Gil Vicente⁹⁵, classificadas, pela Reitora, como sessões culturais⁹⁶. Repetiram-se no ano lectivo seguinte para as alunas do 2º, 3º ano e 4º anos, tendo como motivo os recitativos de poesias em Português para o 3º ano e em Francês para os outros dois anos.

No ano lectivo de 1954/55 apresentaram-se as festas, promovidas pelas alunas, «*com o intuito altruísta de proteger os pobres da “Conferência de S. Vicente de Paula” do nosso Liceu e angariar meios de contribuir para a Obra do Padre Américo, o Liceu levou a efeito uma festa em 7 de Maio, repetida no dia 11 do mesmo mês.*» (Relatório Geral de 1954/55). Foi a festa de despedida das alunas do 7º ano mas envolvendo as de outros anos.

Ainda neste ano lectivo de 1954/55, levadas pelo mesmo entusiasmo altruísta, segundo a reitora, as alunas do 2º ano organizaram a tarde cultural do 1º Ciclo, no Salão de Música, «*uma pequenina festa, preparada quase exclusivamente por elas*» (Relatório Geral de 1954/55). A reitora legitimou-a, não só através da justificação dos seus fins mas, também, pelo destaque que deu à iniciativa das alunas. Terminou salientando o facto de se ter realizado no último dia e ter sido preparada sem prejuízo das aulas, já que para o efeito as alunas aproveitaram as faltas dadas por algumas professoras.

Finalmente no ano lectivo de 1955/56 a festa de despedida das alunas do 7º ano, no cinema Odeon, cujo programação merece ser destacada, porque não nos parece inocente a escolha do tema, apresenta todos os lugares-comuns sobre o ideal de educação feminina, veiculado no Estado Novo. Ou

⁹⁵ “No dia 2 de Abril, uma sessão cultural promovida pelas alunas do 5º ano, em que foi representado o “Auto da Alma” de Gil Vicente e várias recitações”; No dia 17 de Junho as alunas do 6º ano realizaram no Liceu uma Sessão Cultural, ao ar livre, em que foram representados alguns números de dança e canções, o “Auto do Purgatório” de Gil Vicente e o auto de Mofina Mendes. No dia 29 de Abril as alunas do 7º ano realizaram no Teatro Vale Formoso a sua Festa de despedida, sob a orientação da professora Maria Rafaela Medina (4º Grupo) e Maria de Lourdes Taveira (Educação Física), que deve ter tido como suporte a representação de factos históricos e/ou danças, a avaliar pelos grupos disciplinares a que as professoras pertenciam.

⁹⁶ Não confundir com as “Sessões Culturais” de carácter obrigatório e amplamente abordadas no ponto 3.3.2 desta dissertação. Neste caso tratam-se de tardes culturais.

seja uma mulher com uma formação global, preparada para assumir as suas funções no lar e para o serviço social:

«Programa da Festa escolar das Finalistas:

- Algumas palavras por uma aluna do 7º ano;

- Orfeão do Liceu em 1) Boina – Boina, 2) Casebres Doirados, 3) Ave Maria, 4) Jimbilo (sic) de Mozart.

- Tema da Festa – Páginas soltas sobre a mulher

I) A mulher no Lar; Fantasia ilustrada por alunas do 1º ano – 1) Haverá Fadas? 2) Uma história da Carochinha – Dança das Flores.

II) A mulher na economia -1) Dança popular portuguesa – 2) Dança popular sueca – 3) Corridinho do Algarve

III) A mulher na Arte – Número de Dança

IV) A mulher na Política, com o 2º acto da peça de Almeida Garrett, Filipa de Vilhena

V) A mulher na Ciência – Diálogo por alunas do 7º ano

VI) A mulher na Sociologia com a “Lenda das Rosas”

Quadro final – homenagem de gratidão ao Liceu das alunas do 7º ano.»

Estas comemorações e festas escolares tiveram um claro objectivo educativo, a formação nacionalista, moral e cristã das alunas, visaram estender a sua acção no tempo e espaço, educando a sociedade.

3.3.4.5 O orfeão

O canto coral, enquanto prática colectiva, necessita de um líder e da cooperação de todos os seus membros. Assumiu um lugar, muito importante, na formação da juventude, como anteriormente referimos. Esteve na génese da fundação do Orfeão na Secção, dirigido inicialmente pela professora Rosa Hália, reunia semanalmente e teve o maior impacto no período imediato à aprovação da Reforma de Carneiro Pacheco, exteriorizado, em termos de circum-escolar, na série de conferências subordinadas ao tema “O canto Coral” em 1936/37 e na actuação de todas as alunas do 1º ciclo, por duas vezes, em Março de 1938.

Fora isso o Orfeão do Liceu não parece ter desempenhado um papel mobilizador. As suas actuações restringiram-se às que estavam determinadas na lei, ou seja, actuava por alturas do Natal, na Comunhão Pascal e em todas as festas educativas realizadas ou em que o Liceu participava⁹⁷.

Dos cânticos faziam parte o Hino Nacional e as temáticas relacionadas com a quadra em que se inseriam ou, no caso das festas nacionalistas, com temas como os que a Dra. Maria Aurora evoca: *«Lembro-me até, já não sei em que comemoração foi, que o orfeão do Rainha Santa Isabel se juntou com o orfeão do Carolina Michaelis e fomos orientadas pelo maestro Afonso Valentim, sei que foi para uma festa da cidade e que nós íamos cantar era o “Porto amado – terra amiga”:*

*“E por quanto vales
e por quanto és
quem nasceu portuense
é duas vezes português”*

Era a quatro vozes, mas já não me recordo quando foi, pode ser até que tivesse sido em 1947, no meu último ano» (Entrevista: Anexo V).

3.3.4.6 Jogos Escolares

O enquadramento dos jogos escolares no âmbito do circum-escolar surgiu ligado ao conceito de uma educação integral, que pretendeu incentivar a preparação física das alunas, sem as tornar musculadas.

Os jogos escolares pretendem fomentar a preparação física, mas também incentivar hábitos de equipa, o espírito corporativo e a competição. Nos relatórios anuais o reitor(a) tinha a obrigatoriedade de mencionar a s

⁹⁷ Questionada sobre o Orfeão – *Faziam actuações?* A Dra. Maria Aurora responde: - *«Poucas, muito poucas. Era mais para o Liceu. Só em dias de festa do Liceu que o Orfeão actuava»* (Entrevista: Anexo V). No entanto a Dra. Elisa Olga, que não guarda grandes memórias do circum-escolar, até porque contrariamente à Dra. Maria Aurora era mais reservada e envolvia-se menos nas actividades, deixa passar a ideia de que as participações no exterior eram mais frequentes *«Cá fora havia actuações, eu lembro-me de um evento, a morte do Bispo do Porto e de muitos eventos da Mocidade»* (Entrevista: Anexo VI).

espécies de jogos usados e os torneios realizados. O Liceu privilegiou os jogos tradicionais, como as estafetas com sacos, pilha três, gato e rato, bola que rebola, jogo da mata, do túnel, críquete, arcos e cordas, que exigiam destreza e incentivavam a competição entre as alunas. A falta de condições da Secção levou a vice-reitora a afirmar em 1945/46, sobre os jogos escolares «*Continua a não haver possibilidade de excursão de outros diferentes dos indicados em relatórios anteriores*» (Relatório Geral de 1945/46).

A última referência aos jogos tradicionais foi no ano lectivo de 1947/48. O próprio Estatuto do Ensino Liceal de 17 de Setembro de 1947, não faz qualquer referência aos jogos escolares, levando-nos a considerar que esta prática circum-escolar foi, progressivamente, caindo em desuso. Em simultâneo vemos surgir outros jogos, como as modalidades de basquetebol e o voleibol, introduzidas no Liceu por acção da M.P/M.P.F. Como actividades promovidas por este organismo deixam de ser consideradas nos Relatórios Gerais num *item* à parte, na medida em que são integrados na Mocidade.

3.3.4.7 Exposições escolares

As exposições de trabalhos foram realizadas de forma contínua no Liceu, constituindo um motivo de orgulho para a vice-reitora Eulália Balacó que não se cansou de as elogiar nas reuniões do Conselho Geral, onde propõe e aprova para as professoras que têm a seu cargo a exposição – Trabalhos Manuais, Desenho – um louvor (Acta do Conselho Geral de 1938/39).

No registo destas exposições escolares foi salientada a iniciativa e capacidade organizadora das alunas, sem nunca descorar o papel orientador das professoras.

O preâmbulo do Decreto-Lei nº 18 779 de 26 de Agosto de 1930 salienta a importância destas actividades manuais para a formação dos alunos, enquanto «*auxiliar precioso do ensino intuitivo e elemento eficaz da educação da vontade*».

Da exposição faziam parte os trabalhos efectuados no âmbito das disciplinas como os Lavoros, Desenho e Trabalhos Manuais, como recorda a

Dra. Maria Aurora: «No final do ano, era muito giro (...), porque eram os trabalhos que nós fazíamos em Laves, os desenhos, os trabalhos manuais, eu aprendi a trabalhar naqueles bancos de carpinteiro, uma coisa que eu me lembro de fazer em madeira foram as figuras geométricas, o quadrado, o rectângulo, o trapézio, fiz tudo isso em madeira» (Entrevista: Anexo V).

Este testemunho deixa transparecer o sentimento de autoconfiança que se desejava inculcar nas alunas e a preocupação com a formação global que passava pela valorização da habilidade manual. As actividades desenvolvidas integravam-se no projecto educativo do Estado Novo de desenvolvimento harmonioso da personalidade feminina. Com efeito, do programa de Laves⁹⁸ (Bordados Artísticos, Flores, Pintura a óleo, Desenho à pena, Coreoplastia, Metaloplastia, Pirogravura, Vitral, Iluminura), por exemplo, faziam parte um conjunto de técnicas que cultivavam a atenção aos pormenores, a perfeição e rigor, transformando as nossas alunas em autênticas fadas do lar – no sentido privado e público, já que os seus dotes eram, também, colocados ao serviço da solidariedade.

O incremento destas actividades tinha como objectivo facilitar o acesso às obras de arte, pelo desenvolvimento da sensibilidade estética e permitir a inserção na vida cultural da comunidade, mas também desenvolviam faculdades fundamentais a nível dos métodos de estudo e trabalho, como sejam a atenção aos pormenores, a perfeição e rigor na realização das tarefas e fomento da cooperação.

Era no âmbito das exposições escolares que se faziam as célebres exposições de berços: «Juntamente com os trabalhos escolares do Liceu foram expostos 12 enxovais confeccionados sendo 3 com os respectivos berços, perfazendo um total de 318 peças confeccionadas» (Relatório Geral de 1951/52).

Estas exposições são um dos aspectos mais marcantes das experiências de escolaridade. Fazem parte da memória colectiva das gerações

⁹⁸ Com base no Decreto-Lei nº 20 369 de 8 de Outubro de 1931.

de alunas que frequentaram o Liceu, ainda que possam não ter participado⁹⁹ activamente nas mesmas.

Também se expunham os Cadernos de Moral, realizados nas aulas de Formação Moral e Cívica, ministradas pela Mocidade – «*vinham umas folhas mensalmente para as dirigentes tratarem um assunto e depois havia uma folhinha que era entregue a aluna e a aluna respondia ao questionário e às vezes acompanhava com os desenhos ilustrativos.*» (Entrevista: Anexo IV). No final do ano juntavam-se as folhinhas, formavam-se os cadernos e os que tivessem melhor apresentação eram expostos.

Estas exposições escolares eram abertas ao público, conforme referem as Actas do Conselho Geral, «*Foi comunicado ao Conselho que a Exposição dos Trabalhos (...) devia estar patente ao público nos dias dezoito e dezanove*» (5ª Sessão, página 23v, em 1947/48).

A partir de 1955/56 quando a reitora Hermengarda Guedes se refere à exposição escolar, invariavelmente, diz: «*...não se pode realizar a Exposição escolar devido às dificuldades de organização compatíveis com outros serviços inadiáveis*». Apesar de tudo, «*a Exposição dos Berços e enxovais executados nas aulas da M.P.F....e mais alguns trabalhos de Arte aplicada, Arte e Folclore, Corte e Costura*» executados no âmbito das actividades da mesma organização, não deixam de se efectuar.

3.3.4.8 Prémios escolares

A atribuição de prémios foi, a par da concessão das bolsas de estudo, uma das bases do projecto de Educação Nacional, daí ter sido uma prática consignada no circum-escolar a partir do Despacho de 30 de Junho de 1938. Os prémios poderiam ser pecuniários ou consistir em viagens/visitas de estudo e livros.

⁹⁹ Como foi o caso da Dra. Elisa Olga que, a propósito da festa do Natal, refere as exposições de berços dizendo: «*Sim recordo-me, lá não havia grandes condições para isso, era feito em baixo, a mim parece-me que nunca cheguei a dar a volta aos berços que se faziam nem nada...*» (Entrevista: Anexo VI).

A atribuição de prémios escolares era da responsabilidade da Junta Nacional de Educação em colaboração com entidades públicas ou particulares e destinava-se a premiar os melhores estudantes (deixa perceber que o projecto educativo assentava no princípio da meritocracia).

De entre os prémios atribuídos no Liceu é possível estabelecer uma hierarquia, não só em função do seu valor pecuniário, mas também em função das instituições envolvidas.

Assim, entre os mais prestigiantes pelo seu valor pecuniário e significado, foram os Prémios Nacionais atribuídos a um reduzido número de alunas do 5º, 6º e 7º anos, cujo aproveitamento oscilava entre os 20 e os 18 valores¹⁰⁰. No Estatuto do Ensino Secundário de 1947 são delineados os requisitos para a atribuição dos prémios nacionais, destinados aos alunos internos e externos, que apresentassem, nos exames, uma classificação não inferior a 18 valores, tivessem tido uma conduta irrepreensível durante todo o curso e participado «*com devoção*» nos trabalhos da Mocidade Portuguesa.

Durante 4 anos consecutivos, de 1947/48 a 1950/51, o Liceu viu figurar os nomes de alunas suas entre os premiados, proeza que se repetiu no ano lectivo de 1954/55.

Esta distinção significava o reconhecimento do trabalho desenvolvido pelo corpo docente para além do enorme prestígio e importância para a imagem pública do Liceu.

O simples facto de existir uma aluna em condições de ser proposta para o prémio nacional como aconteceu no ano lectivo de 1953/54, constituía por si só uma distinção e objecto de referência no Relatório Geral, em virtude do prestígio que acarretava para o Liceu e que a reitora não marginalizou, pretendendo acentuar a qualidade da acção educativa do liceu.

¹⁰⁰ Em 1948 no semanário “O Educador” são apresentados os valores dos Prémios Nacionais hierarquizados em função das classificações dos candidatos:

- 2000\$00, para os que completaram o 7º ano com 20 valores
- 1500\$00, para os que completaram o 7º ano com 19 valores
- 1200\$00, para os que completaram o 7º ano com 18 valores
- 1200\$00, para os que completaram o 6º ano com 18 valores

A distinção, como refere António Nóvoa não se destinava apenas a premiar as qualidades intelectuais. A par do aproveitamento escolar, também os valores morais e sociais eram considerados. Este autor cita os sete critérios apresentados num inquérito sobre as condições a observar na atribuição dos prémios escolares: o amor ao trabalho (o empenho, a dedicação e o esmero), amor da responsabilidade, amor da verdade, gosto da independência, disciplina, lealdade e respeito dos outros (1992: 515).

A nível local havia os prémios concedidos pela Câmara Municipal como o Prémio Camões, cujo valor pecuniário era de 200\$00 e se destinava a alunas que se distinguissem, a nível concelhio, pelo seu aproveitamento escolar, ainda que fora das médias definidas para os prémios nacionais. Concedidos nos anos lectivos de 1947/48, 1949/50 e 1950/51.

No ano lectivo de 1954/55 foi atribuído o Prémio Maria Honorina Gomes de Sousa no valor de 1.546\$00, distribuído por 4 alunas da Freguesia do Bonfim, que completaram, com distinção, os exames de Julho de 1954. Pelas mesmas razões, mas provavelmente por terem obtido médias inferiores, o Prémio Lemos Júnior no valor pecuniário de 100\$00, destinado às alunas que se haviam distinguido na conclusão do 2º ciclo.

Há depois a referir todo o conjunto de prémios atribuídos por outros organismos, destinados essencialmente a fomentar o interesse pelo estudo da Língua Inglesa, como os prémios, em livros, atribuídos pelo Instituto Britânico às alunas mais classificadas a Inglês entre 1947/48 e 1949/50. Ou a premiar o empenho das alunas do Liceu nas actividades¹⁰¹ e nos quais se integram os prémios da Mocidade Portuguesa Feminina concedidos: pelo Centro – prémios de assiduidade; pela Subdelegacia Regional – pelos berços; ou pela Delegacia

¹⁰¹ A Menção Honrosa concedida pela Sociedade Portuguesa de Geografia ao trabalho apresentado na exposição escolar – "Memória Descritiva da Colónia da Guiné, no ano lectivo de 1941/42". Em 1959/60 foi atribuído um prémio a 2 sonetos, de uma aluna do 7º ano sobre a Mãe; Menções Honrosas por trabalhos literários a outra aluna do 7º ano; Menções Honrosas a duas alunas do 3º ano por trabalhos literários; a todas as alunas que colaboraram nas Comemorações Centenárias do Infante D. Henrique foram atribuídos livros recebidos do Ministério, edições referentes às comemorações.

Provincial¹⁰² – no caso dos trabalhos premiados no Salão Provincial de Educação Estética¹⁰³.

No ano lectivo de 1953/54 a Santa Casa da Misericórdia atribuiu 5 prémios de 309\$20 a outras tantas alunas, mas não refere as razões da distinção.

Os prémios eram distribuídos na Secção /Liceu na festa do 1º de Dezembro, segundo uma referência que aparece no relatório anual de 1948/49, reportando-se ao ano lectivo anterior. Não há indicações sobre os anos seguintes, mas parece-nos plausível a generalização desta data de distribuição dos prémios aos outros anos escolares, uma vez que não existindo uma sessão solene de abertura das aulas, faz todo o sentido que tenha lugar no primeiro momento de festa educativa do Liceu e dedicada, como se sabe, à Mocidade.

Os Relatórios Gerais dos anos lectivos de 1949/50 e 1950/51 de algum modo confirmam que a distribuição dos prémios era feita no dia em que se comemorava o 1º de Dezembro, já que indicavam os dias 3 e 14 de Dezembro respectivamente, para a distribuição dos prémios pelo Centro da M.P.F.

O Estatuto da Mocidade Portuguesa aprovado pelo Decreto-Lei nº 38 122 de 29 de Dezembro de 1950 alterou o dia da M.P.F., que passou a ser a 8 de Dezembro, coincidindo com o dia da Mãe e iniciando, habitualmente, a “Semana da Mãe”. Portanto o 1º de Dezembro parece-nos ser a data mais plausível para a distribuição dos prémios.

Estes prémios significavam o reconhecimento do papel educativo do Liceu a nível nacional e local, constituindo, não só para as alunas distinguidas, mas também para o corpo docente e restantes alunas, um motivo de orgulho que contribuía para desenvolver uma identidade, um sentimento de pertença, que importava incutir num Liceu que se tinha autonomizado muito recentemente e funcionava em condições materiais deficientes. Visavam

¹⁰² Designadas de Distritais, a partir de 1958.

¹⁰³ Segundo Irene Pimentel, tratavam-se de exposições-concursos nacionais, provinciais e regionais de trabalhos confeccionados pelas filiadas. As subdelegadas regionais faziam uma escolha prévia dos trabalhos que, depois de subdivididos em categorias de acordo com o nível e o tipo de ensino ministrado, eram submetidos a um júri. A partir de 1940, os salões provinciais e nacionais realizavam-se em Lisboa no Palácio da Independência.

mobilizar professoras e alunas para o empenho nas actividades educativas, fomentando o orgulho e a honra de ser ou ter contribuído para a distinção e prestígio do seu liceu.

3.4 A M.P.F. – Plano de actividades e direcção

O regime chamou a si a tarefa e a responsabilidade pela educação das jovens, numa lógica de governamentalização da educação, visando a sua formatação de acordo com os valores ideológicos do Estado Novo. À Mocidade foi solicitada a cooperação na concretização do «*projecto doutrinário totalizante*» para «*educar e formar na moral nacionalista, corporativista e cristã*» (Fernando Rosas; 1992:141).

À organização da juventude feminina caberia «*formar mulheres capazes para a vida, de corpo e espírito sãos, senso prático, poder de realização, carácter forte, prontas a servir (...) a Deus e á Pátria e á Família*» (Carneiro Pacheco; 1940:353).

A M.P.F. era entendida como uma forma de cooperação do Estado na educação da juventude, no sentido de suprir as deficiências educativas da família. Em face de tão importantes desígnios, o Estatuto da M.P.F, regulamentado em 8 de Dezembro de 1937 pelo Decreto-Lei nº 28 262, estabeleceu a obrigatoriedade da filiação a todas as portuguesas, estudantes ou não, entre os 9 e os 14 anos, e a todas as que frequentavam o 1º ciclo dos liceus, oficial ou particular. Nos liceus a direcção do centro da Mocidade ficava a cargo do (a) reitor (a) que poderia ser auxiliado (a) por um ou dois adjuntos.

Nos liceus, entre 1937 e 1947, assistiu-se a uma crescente afirmação desta organização no plano do circum-escolar, sobretudo a partir do Decreto-Lei nº 32 234 de 31 de Agosto de 1942, do Ministro da Educação Nacional Mário de Figueiredo, que transferia a coordenação das actividades circum-escolares e assistenciais das escolas para a tutela das Mocidades. O Estado deu-lhes, ainda, autonomia financeira ao integrar nos centros todos os bens das associações escolares, ao reverter para as Mocidades todos os subsídios e receitas até então encaminhados para as associações escolares e

determinando que todos os estudantes, filiados ou não, pagassem uma cota ao respectivo centro escolar.

O Decreto-Lei nº 36 507 de 17 de Setembro de 1947 ao integrar as actividades da Mocidade no circum-escolar reforçou a sua influência na escola.

Além das actividades de Religião, Higiene, Educação Física, Lavoros/Trabalhos Manuais e Canto Coral, há ainda a informação de que no centro funcionavam cursos especializados de Culinária, Economia Doméstica, Jogos, e Corte. Em 1944/45 e 1945/46 funcionou um curso de Francês Prático e o Curso de Graduadas¹⁰⁴.

A partir o Decreto-Lei nº 36 507 de 17 de Setembro de 1947 assistiu-se a uma reorganização das actividades promovidas pela Mocidade, centradas «*no desenvolvimento da capacidade física, na formação do carácter, na criação do espírito de solidariedade e no fortalecimento do amor pátrio dos alunos*». Todas as alunas do Liceu deveriam frequentar, obrigatoriamente, as actividades de Formação Moral e Nacionalista, o Orfeão e os Jogos. A partir do 4º ano iam sendo ministradas as actividades que permitissem desenvolver nas alunas «*o gosto da vida doméstica e o de servir o bem comum (...) orientando para o cabal desempenho da missão da mulher na família, no meio a que pertence e da vida do Estado*»¹⁰⁵ como a Enfermagem (4º ano), a Economia Doméstica (5º ano), a Culinária (6º ano) e a Puericultura (7º ano).

As actividades eram pensadas tendo em vista o fomento da «*previdência e o gosto pelo trabalho colectivo*»¹⁰⁶ e é dentro deste quadro de intenções que foram implementados no Liceu, no ano lectivo de 1957/58, os cursos de Enfermagem, Culinária, Puericultura, Psicologia Infantil e Pedagogia

¹⁰⁴ No ano lectivo de 1944/45 «*No Curso de Graduadas tomaram parte 9 filiadas, sendo 1 chefe de quinas, 5 chefes de castelo, 3 chefes de grupo. Em 1945/46 tomaram parte 5 filiadas, sendo 3 Chefes de castelo, 1 Chefe de grupo e 1 Chefe de bandeira*» (Relatórios Gerais). Os Cursos de Graduadas destinavam-se a formar dirigentes – chefes de quina, de castelo, de grupo e de bandeira – e iniciaram-se em 1939. As filiadas eram escolhidas, como refere Irene Pimentel, pelas suas qualidades morais e pelos seus resultados académicos, pois pretendia-se que fossem modelos de conduta para as restantes alunas (Irene Pimentel; 2000:258). As que frequentavam o Curso de Graduadas colaboravam nas actividades desenvolvidas no centro, como é dito no Relatório Geral de 1938/39, «*Estas filiadas auxiliaram os serviços da Mocidade não só no que diz respeito à Educação Física como nas aulas de Higiene e Religião.*»

¹⁰⁵ Artigo 5º do “Estatuto da M.P.F”, Decreto-lei nº 38 122 de 29 de Dezembro de 1950.

¹⁰⁶ Idem

Catequística e, ainda, o Curso de Graduadas e os Grupos de BasKett – Ball e Voley-Ball (Relatório Geral), em regime de voluntariado para as alunas do 3º ano.

Apesar do número de filiações apresentado andar na ordem dos 80 a 90%, segundo os registos efectuados nos relatórios gerais, a verdade é que as alunas não parecem manifestar o mesmo fervor a nível da adesão às actividades promovidas, levando as responsáveis pelo centro a premiar a assiduidade com o *“Passeio à Vila da Feira, organizado pelo Centro para premiar as filiadas que não tinham nenhuma falta, tomaram parte cerca de 60 filiadas»* (Relatório Geral 1943/44), ou *«Às alunas que frequentaram sem falta as actividades da Mocidade Portuguesa Feminina foram oferecidos também livros»* (Relatório Geral 1945/46).

Inicialmente os trabalhos tinham lugar aos sábados de manhã, entre as 9h00 e as 11h50. A partir de 1947, com a integração das actividades no horário escolar das alunas o Centro passou a funcionar, para o 1º ciclo nas tardes de quartas-feiras e sábados, para o 2º ciclo nas tardes de quinta-feira e sábados e para o 3º ciclo às terças-feiras de tarde e sábados. A inscrição das jovens na organização fazia -se no acto da matrícula.

A directora do centro, por inerência do cargo exercido, foi a vice-reitora Eulália Balacó em 1937/38 e Hermengarda Guedes, como vice-reitora, de 1938/39 a 1946/47 e reitora de 1947/48 em diante.

Como directora-adjunta do centro da M.P.F. na Secção esteve, no primeiro ano de funcionamento, Maria Adelaide Aleixo, professora efectiva do 4º grupo, sucedendo-lhe Elvira Clotilde Guimarães Ferreira Cardoso¹⁰⁷,

¹⁰⁷ Irene Pimentel (2000:288) indica o nome de Elvira Nunes, professora de Educação Física e Ciências Físico-Naturais, que em 1942 teria ido dirigir o centro do Liceu da Infanta D. Maria de Coimbra. Contudo não é esse o nome referenciado nos Relatórios Gerais de 1937/38, 1938/39 e 1940/41 onde surge o nome de Elvira Cardoso, irmã de Helena Cardoso, professora efectiva do Liceu Carolina Michaelis a exercer funções na Secção onde, certamente, teria algum prestígio, pois virá a ser escolhida para o cargo de vice-reitora do Liceu Rainha Santa Isabel em 1947. Só assim se justifica que a sua irmã, uma professora contratada, fosse nomeada para o exercício de funções de direcção do centro da M.P.F.

Por não ter sido possível o acesso ao Relatório Geral de 1942/43, por razões já explicitadas, não é possível determinar quem teria exercido as funções de directora nesse ano, mas presume-se, pelo que é dito no Relatório Geral de 1943/44 – *«Continuou com a mesma...»* – que teria sido a vice reitora Hermengarda Guedes. O mesmo relatório indica os nomes das professoras Elvira Arriscado e Maria Romeira como directoras-adjuntas. Apesar de também se chamar Elvira, a directora-adjunta, tem outros sobrenomes, nomeadamente os de

professora contratada de Educação Física, substituída em 1942 por Maria Romeira Sá Ferreira¹⁰⁸. Nos anos lectivos de 1943/44 e 1944/45 teremos como directoras-adjuntas as professoras Elvira Arriscado e Maria Romeira. Em 1945/46 surge apenas o nome da professora Elvira Arriscado como directora-adjunta. Nos anos lectivos seguintes até 1950/51 foram directoras-adjuntas as professoras Elvira Arriscado do 6º Grupo e Irene Guedes do 7º Grupo, encarregues, respectivamente, das Secções de Refeitório e Papelaria. Em 1950/51 aparece uma terceira directora-adjunta, Maria do Céu Trigo Barreiros do 5º Grupo, encarregue do movimento da correspondência. No ano lectivo de 1953/54 sai Maria do Céu Trigo Barreiros e entra Clemência Ferreira¹⁰⁹ do 9º Grupo, que ficará encarregue da M.P.F. na Secção do Liceu Rainha Santa Isabel a partir do ano lectivo de 1958/59.

3.4.1 As relações entre o centro da M.P.F e o Liceu

No ano lectivo de 1937/38, que correspondeu à fase de instalação da M.P.F. na Secção, a actividade desenvolvida foi muito incipiente. De 1938/39 a 1941/42 é visível a crescente aspiração desta organização em alargar a sua acção ao circum-escolar, não limitando o seu desempenho às actividades desenvolvidas no âmbito da sua organização, como sejam as aulas e cursos de complemento de formação feminina ou nas festas da Mocidade Portuguesa, mas também associando-se às actividades desenvolvidas pela Secção, colaborando nas festas da Semana da Mãe e do Natal: «*Foram feitos enxovais*

Eduarda Arriscado Nunes, pertencia ao 6º Grupo (Ciências) e teria exercido funções idênticas no Liceu da Infanta Dona Maria de Coimbra no ano lectivo de 1942/43. Portanto, o movimento desta professora foi em sentido oposto ao apontado por Irene Pimentel. Elvira Arriscado veio de Coimbra para o Porto e aqui ficou pelo menos até ao período considerado.

De salientar que Elvira Cardoso continuou a exercer funções no Liceu, como contratada, até ao ano lectivo de 1948/49.

¹⁰⁸ Maria Romeira era professora auxiliar do 9º Grupo (Desenho) e não de Matemáticas como refere Irene Pimentel. Teria sido, segundo esta autora, nomeada Delegada provincial e distrital do Porto entre 1951 e 1964 (Irene Pimentel; 2000:249)

¹⁰⁹ Irene Pimentel (2000:288) apontava o nome desta professora como adjunta desde 1947/48.

e roupas para os pobres que foram distribuídos na Semana da Mãe e ainda pelo Natal».

Na Secção e depois no Liceu, iremos assistir ao longo dos finais da década de 40 a uma crescente presença do centro nas actividades do circum-escolar, sobretudo a nível das festas e comemorações, assinalada nos relatórios da reitora como no ano lectivo de 1948/49 quando regista que «*O centro colaborou em todas as festas escolares*».

Aparentemente a reitora assumiu sem conflito a presença da M.P.F no circum-escolar. No entanto a expressão frequentemente utilizada para assinalar esta colaboração das filiadas do centro, nas actividades da “Semana da Mãe”, da “Semana das Colónias” e “Natal”, é “associou-se”. Apesar de não manifestar qualquer situação de conflito (lactente ou explícito, como refere João Barroso; 1995:606), ou mesmo fricção, entre o Liceu e o centro, a reitora deixa bem claro, nos relatórios, que as iniciativas eram promovidas pelo Liceu e o Centro participava.

Embora tenha havido a vontade de marcar a presença do centro nas excursões, como foi o caso do destaque dado à participação da M.P.F. no ano lectivo de 1950/51¹¹⁰, a verdade é que essa colaboração não foi tão evidente, mesmo quando os seus objectivos se prendiam com a educação nacionalista. As únicas excursões onde se fez referência, expressa, à presença da Mocidade foram a peregrinação a Fátima¹¹¹ ou então os passeios oferecidos às filiadas, conforme refere o Relatório Geral de 1946/47: «*Como prémio pela execução dos melhores enxovais foram oferecidos pelo Centro às alunas do 7º e 2º anos dois passeios à casa da Mocidade na Granja, onde lhes foi servida uma merenda*».

Nas festas do Natal foi notória a presença da M.P.F com as “Embaixadas da Alegria e da Bondade” e as distribuições de berços, enxovais

¹¹⁰ «*O centro colaborou em todas as excursões e bem assim nas festas e comemorações escolares, principalmente no Natal*» – Relatório Geral. Em 1957/58 a reitora chega mesmo a referir que «*O centro colaborou em todas as excursões e festas escolares, tendo dispendido um total de 3.097\$00 em visitas de estudo e 6.814\$70 em excursões*».

¹¹¹ Um grupo de filiadas tomou parte em Maio na peregrinação a Fátima, «*organizada pela Mocidade em colaboração com o Liceu*» (Relatório Geral de 1941/42).

e peças de vestuário. Torna-se evidente a vontade de identificar a organização com a festa de Natal.

Igualmente a presença do centro da M.P.F nas exposições escolares de final de ano lectivo, com os berços, enxovais e peças de vestuário, executados no âmbito das actividades do centro, ofuscam a exposição de outros trabalhos desenvolvidos a nível escolar.

As actuações do Orfeão foram cada vez mais condicionadas pelo calendário da M.P.F.¹¹², ou integradas em acções das actividades desenvolvidas pelo centro, como no ano lectivo de 1952/53¹¹³ quando se realizou «*uma Festa no quintal do Liceu, organizada pela professora de Canto Coral, Lucília Socorro, na qual tomaram parte filiadas dos vários anos*».

Contudo, quer numas, quer noutras iniciativas e apesar da Reitora Hermengarda Guedes ser parca em comentários, não restam dúvidas que a presença do centro nas actividades circum-escolares foi resultado de uma colaboração, por associação, às actividades realizadas pelo Liceu. Em 1951/52, a reitora continuou a referir, no Relatório Geral, a colaboração do centro em todas as festas e comemorações escolares.

Estes factos e outros, como o reduzido número de alunas que se inscrevia nos cursos voluntários, como o «*Curso de Culinária frequentado por 24 filiadas*»¹¹⁴, segundo os valores apresentados no Relatório Geral de 1940/41, levam-nos a reflectir sobre a real eficácia educativa das iniciativas da M.P.F no Liceu e a considerar até que ponto a sua acção não terá ficado no plano das intenções. A supressão da obrigatoriedade de inscrição na M.P.F, entre 1947 e 1956, terá esbatido ainda mais a sua acção. Aliás o testemunho recolhido da Dra. Maria Aurora, sobre a sua experiência nos campos de férias e de de que adiante deixámos excerto (ponto 3.4.2), reforça a nossa convicção de

¹¹² No ano lectivo de 1951/52 há percepção de que o canto coral fica acantonado às actuações do centro, «*Um grupo coral de filiadas apresentou-se também nas competições organizadas pela M.P.F. no Teatro Vale Formoso....*»

¹¹³ Do programa da festa no quintal constava na Iª PARTE: Mocidade entoa os seus hinos, algumas palavras por uma aluna do 7º ano, Orfeão; Sonho duma pobrezinha; Auto das 4 Estações, Senhor da Serra (dança). IIªPARTE: Vira Poveiro (dança); Serão da Infanta de Virgínia Gersão; Valsa de Strauss.

¹¹⁴ Num total de 343 alunas inscritas no centro da M.P.F. no ano lectivo 1940/41.

que o papel educativo da M.P.F terá sido mais eficaz em contextos exteriores ao Liceu.

3.4.2 As iniciativas promovidas pelo centro da M.P.F

O conjunto de iniciativas promovidas pela M.P.F que visam complementar a acção educativa do liceu, no plano da formação moral, nacionalista e feminina, eram da sua exclusiva responsabilidade e tinham lugar, por vezes, fora do liceu. Foi o caso das festas, que o Regulamento de 1937 da M.P.F. definiu como datas comemorativas, o 28 de Maio, o 1º de Dezembro (Dia da Restauração e da Mocidade) e depois, pelo Estatuto da M.P.F. de 1950, o dia 8 de Dezembro como dia da M.P.F.¹¹⁵

A comemoração do dia da Mocidade Portuguesa Feminina fazia-se num espaço exterior ao liceu, onde os centros se deslocavam, como foi a ida ao Teatro Rivoli no ano de 1938/39. Nestas comemorações tinham lugar a imposição das insígnias às filiadas. A partir de 1951/52 as filiadas associando-se à “Semana da Mãe” assistiram, como de costume, à missa oferecida pelas Mães Portuguesas no dia 8 de Dezembro.

O destaque dado á participação das filiadas, deste centro, nos momentos de exaltação nacionalista em 1938/39, «*nas Comemorações em honra do Infante D. Henrique promovidas pela ala regional do Porto da Mocidade Portuguesa*» e em 1939/40, «*Em Maio tomaram parte nas Festas Centenárias de Guimarães e em Junho nas do Porto*», obviamente reportando-se ao Dia de Portugal.

A Comunhão Pascal introduzida na Secção por acção da Comissão Nacional¹¹⁶ foi, a par das festas do Natal, uma das actividades que mais mobilizou o circum-escolar da Secção e, depois de 1946, do Liceu. À medida

¹¹⁵ A escolha desta data não foi de todo inocente. Coincidia com o dia da Mãe, numa altura em que parecia ser tão necessário recordar às jovens a sua missão natural.

¹¹⁶ «Atendendo à Circular enviada pela Exma. Sra. Comissão Nacional instou-se junto das filiadas para que cada uma tomasse parte na Comunhão Pascal promovida pelos organismos da Acção Católica.» - Relatório Geral de 1937/38.

que a população escolar crescia, aumentava o número de alunas interessadas em participar na Comunhão Pascal, obrigando à deslocação desta cerimónia para a igreja. Este facto leva-nos a considerar que do triplo objectivo de formação da M.P.F – moral, portuguesa e feminina – o «*habitus*» religioso, enquanto componente da formação moral, foi dos que mais sucesso teve em termos de iniciativas da M.P.F.

Apesar de serem «*habitus*» desenvolvidos em contextos exteriores ao liceu, envolveu recursos humanos do liceu (alunas e professoras) do Liceu, que reflectiram na sua actuação quotidiana no espaço escolar a formação recebida.

Não é possível avaliar neste trabalho toda a actividade da M.P.F mas também não é esse o seu objecto de estudo. É visível nos relatórios o desejo de proporcionar «*habitus*» que fossem de encontro ao projecto educativo do Estado Novo.

3.4.3 O centro da M.P.F. e a “Solidária”

No período em que se inicia este estudo a Secção possuía uma associação escolar designada a “A Solidária”, sob a direcção da professora Alice Morais que «*dirige a cantina e a papelaria*» e da qual eram associadas «*quase todas as alunas e todas as professoras*». Esta associação funcionava como um suporte educativo na Secção, integrando-se a sua actividade no âmbito do circum-escolar, colaborando na educação e promovendo a acção social: «*subsidiou passeios escolares... na aula de labores foram confeccionados pequenos enxovais entregues a casas de beneficência sob orientação da Médica Escolar e um enxoval completo para o filho de uma das creadas da cantina*». Forneceu refeições gratuitas incluindo «*a super alimentação de alunas enfraquecidas*» e, ainda, «*artigos de papelaria*» (Relatório Geral, 1935/36). Colaborou na formação moral e cívica das alunas com o patrocínio de conferências como o “O culto da Mentira”.

Ao longo da sua existência, no período analisado, elegeu como lema de conduta os valores da solidariedade e do patriotismo, adoptados como divisas pelas alunas:

- 1935/36 - “Uma por todas e todas por uma”;
- 1936/37 - “Pelo Lar e pela Pátria”;

Os lucros desta associação resultavam da exploração da Cantina e Papelaria, cotas de professoras e alunas e subsídios do Estado.

Destacamos ainda o contributo da “Solidária” no melhoramento das condições materiais do processo educativo das alunas, nomeadamente com a aquisição de um piano no ano lectivo de 1936/37, para as sessões orfeónicas e de um banco de carpinteiro para as aulas de Trabalhos Manuais, no ano lectivo de 1937/38. Estas iniciativas revelaram um total empenhamento no projecto educativo do Estado Novo.

As fricções entre a Solidária e a M.P.F são detectáveis, logo no início, ainda que de modo indirecto, nomeadamente quando em 1937/38 “A Solidária” lembra que «*Contribuiu com 153\$00 para a aquisição de lã destinada a confeccionar agasalhos para as crianças necessitadas e a serem distribuídas por ocasião do Natal*» pelo centro da M.P.F. Releva o seu contributo para o reforço do espírito nacionalista, patrocinando a palestra para as alunas do 1º ciclo, sobre as colónias, sendo orador o Snr. Padre José Maria Figueiredo, com a oferta de 100\$00 para as Missões de Angola e Moçambique¹¹⁷. Ou em 1938/39 quando as responsáveis pela associação escolar e cantina explicam a redução dos lucros com a «*diminuição da receita e o aumento das despesas*», devido ao elevado número de alunas beneficiadas «*situação que será forçoso evitar no próximo ano lectivo*».

Com a publicação do Decreto-Lei nº 32 234 de 31 de Agosto de 1942, dá-se a extinção das associações escolares, pelo menos nos moldes em que, até então, tinham funcionado.

A transferência de poderes na Secção fez-se, aparentemente, sem grandes sobressaltos, limitando-se as actas do Conselho Geral do ano lectivo de 1942/43 a assinalar que, em face da integração da Cantina e Papelaria nas

¹¹⁷ No ano lectivo de 1941/42, apesar das dificuldades financeiras, a “Solidária” volta a dar o seu contributo com duas palestras, por um padre Missionário do Seminário de Cucujães, para as alunas do 1º, do 2º e 3º ciclos e subordinada ao tema “Missões nas regiões polares”, (2 sessões) e a oferta de 100\$00 para as Missões. Aliás a associação parece ter um relacionamento privilegiado com os missionários e que não volta a suceder depois de extinta.

actividades da Mocidade Portuguesa Feminina, as professoras responsáveis por esses serviços foram dispensadas da leitura dos respectivos relatórios. No ano seguinte a reitora, de certo modo, explicou a dispensa da leitura dos referidos relatórios, ao informar o Conselho Geral que «*todos os relatórios apresentados pelas duas professoras (Ana Brandariz e Irene Guedes) e, bem como os de todos os outros serviços da Cantina serão enviados ao Comissariado Nacional da Mocidade Portuguesa Feminina, conforme foi superiormente determinado*»¹¹⁸.

Não encontramos registos nas actas do Conselho Geral do final do ano lectivo de 1941/42 qualquer informação sobre o “terminus” das actividades da “Solidária”. Não há qualquer alusão ao Decreto-Lei nº 32 234 de 31 de Agosto, nem qualquer palavra de apreço ou agradecimento da vice-reitora à professora Alice Morais¹¹⁹, pelos serviços prestados à frente da associação escolar.

Todas as professoras que colaboraram com a “Solidária” acabaram por ser integradas nos serviços da M.P.F., não se verificando rupturas.

3.5 Acção Social

A acção social é entendida como o conjunto de medidas empreendidas para pôr em marcha um projecto educativo, que pretendeu fazer de todo o espaço escolar um momento de aprendizagem social. Incluímos as propinas, as bolsas de estudo e a cantina. Mas também o fornecimento às alunas de material e, a partir da M.P.F., de fardas e equipamentos de Educação Física.

A expressão “acção social” foi posterior ao momento a que se reporta esta tese. A utilização da expressão ocorreu-nos depois da leitura de um

¹¹⁸ A última referência aos serviços da Cantina nas Actas do Conselho Geral foi no 3º sessão em 31 de Julho de 1947, quando a professora Ana Brandariz, directora daqueles serviços, informou o Conselho sobre o movimento da Cantina. A partir daquela data a prestação de contas não voltou a ser tema nas reuniões do Conselho Geral, ficando adstritas ao Comissariado da Mocidade e da reitora, por inerência do cargo que ocupava.

¹¹⁹ No ano lectivo de 1941/42 como directora de ciclo, o seu nome surge entre as colaboradoras do centro. Alice Morais, segundo informação retirada de Irene Pimentel, entre 1947/48 e 1960/61, irá exercer funções de directora-adjunta do centro da M.P.F do Liceu Carolina Michaelis (2000: 287).

excerto de um discurso¹²⁰ efectuado pelo Ministro da Educação Galvão Telles em 22 de Fevereiro de 1967, durante a inauguração da sede dos Serviços Sociais da Universidade de Lisboa, quando recordava os fins educativos da acção social escolar: *“o fim educativo que deve ser inerente à acção social escolar, porque ela própria deve por si educar, criando estímulos ao estudo, fazendo apelo ao cumprimento dos deveres escolares, encaixando o sentido de justiça social, o conceito de mérito, proporcionando aos estudantes ambientes moralmente saudáveis (...) e proporcionando-lhes assim útil experiência”*.

Apesar das palavras terem sido proferidas posteriormente (anos 60) considerámos válida a sua aplicação ao período a que nos reportamos, porque as palavras do ministro expressavam o pensamento institucional sobre os fins educativos da assistência social em contexto escolar: educar, cumprir os deveres, a justiça social, o mérito e a higiene moral.

O que se pretende relevar com o recurso à expressão “acção social” é a finalidade educativa, o tipo de experiência de aprendizagem que se pretendeu implementar e não o seu carácter assistencial, ainda que assistência, sob a forma de solidariedade, seja em si mesmo um valor cultivado pelo Estado Novo.

Com efeito esta foi a orientação dada à assistência escolar a partir do Decreto-Lei nº 20 065 de 13 de Julho de 1931, quando se estabeleceu que a *«defesa dos mais pobres no concurso à assistência»* se deveria alcançar *«por uma documentação mais responsabilizada»*, que não impedisse *«o aproveitamento social dos melhores valores das escolas»*, excluindo da assistência os que não atingissem *«uma classificação, possível a todos os que possuem os necessários estímulos e uma mediania intelectual»*.

Demarca-se do ideal de cariz liberal-republicano, baseado no direito de igualdade de acesso à educação. A escola, nomeadamente o ensino secundário, não era para todos, mas para os mais capazes,

¹²⁰ Este excerto foi retirado da obra “Sistemas de Ensino em Portugal, coordenada por Manuela Silva e M. Isabel Tamen, editado pela Fundação Calouste Gulbenkian dedicado às problemáticas educativas, nomeadamente da Parte V, de um artigo de António Caldeira Cabral, designado “*Acção social escolar*”, p. 453. No entanto o autor dá a indicação que este discurso está publicado, fazendo a respectiva citação bibliográfica TELLES, Inocêncio Galvão (1967) – *Política Social Escolar*, discurso proferido na inauguração da sede dos Serviços Sociais da Universidade de Lisboa, em 22 de Fevereiro de 1967, MEN, Lisboa.

independentemente da sua origem social. Esta foi a primeira lição educativa da acção social.

O apoio social, pelos menos até à década de 50, tem mais um propósito eminentemente educativo do que uma preocupação com a democratização das oportunidades. Visava premiar o aluno excepcional e pretendeu educar o carácter pelo exemplo e pela experiência.

A partir dos finais da década de 50 a acção social escolar seguiu outras orientações. A crescente massificação do ensino liceal e a pressão social parecem ter introduzido novas matizes à acção social, nomeadamente:

- a tonalidade assistencial que visa corrigir os desvios que podem afectar a igualdade de oportunidades;
- a tonalidade pedagógica que visa fomentar condições na Escola que assegurem a mais completa rentabilidade do ensino e da aprendizagem.

O fim educativo que o Ministro da Educação Inocêncio Galvão Teles tanto fazia questão de recordar parece ter-se esbatido.

Até à entrada da Mocidade Portuguesa Feminina no Liceu a acção social era desenvolvida pela Associação Escolar “A Solidária”, como é atestado no Relatório Geral da Vice-Reitora Eulália Balacó no ano lectivo de 1936/37: *«a associação escolar auxilia as alunas necessitadas pagando propinas, fornecendo livros, cadernos, subsidia excursões ...»* (Relatório Geral de 1936/37).

3.5.1 As Propinas

A isenção das propinas, incluída no circum-escolar no âmbito da assistência escolar, foi objecto de minuciosa disposição regulamentar pelo Decreto-Lei nº 20 065 de 13 de Janeiro de 1931, com vista a garantir que a sua atribuição obedecesse a critérios eminentemente educativos.

Com efeito esta nova legislação substituiu a referida no Decreto-Lei nº 13 056 de 22 de Janeiro de 1927, que colocava como condições para a isenção propinas, tratarem-se de alunos comprovadamente pobres e com “bom” na maioria das disciplinas, desde que o número não excedesse os 3% do total da frequência.

O novo Decreto ao baixar a classificação de “bom” para 12 valores, ao introduzir o conceito de isenção parcial e total na atribuição das isenções e ao alargar a limitação das isenções para 5% e 10% do total da frequência da população escolar, respectivamente, parecia estar a abrir a frequência do ensino secundário à população, mas não foi, com efeito, esse o propósito. Mais do que o rendimento escolar relevavam as qualidades morais do candidato. O legislador pretendia destacar o «*aproveitamento social dos melhores valores das escolas*», apenas exigindo ao aluno «*uma mediania intelectual*»¹²¹.

A concessão de isenção das propinas ficou sujeita à aceitação da integração na ordem estabelecida. O Decreto-Lei nº 20 065 de 13 de Janeiro de 1931, no art. 4º determinava que fossem indeferidos todos os pedidos, quando os respectivos candidatos tivessem obtido nota de mau comportamento no ano lectivo anterior, perdido o ano por faltas (por motivo insuficientemente justificado), ou quando no processo de pedido da isenção tivessem produzido qualquer afirmação menos verdadeira.

No relatório do Decreto-Lei nº 20 741 de 11 de Janeiro de 1932 explicitaram-se os objectivos do Decreto-Lei de Janeiro de 1931, isto é possibilitava-se o acesso aos cursos secundários dos menos protegidos da fortuna, desde que para isso possuíssem comprovadas aptidões. Entre as aptidões contavam-se as morais: comportamento, assiduidade e integridade.

O Decreto-Lei nº 36 508 de 17 de Setembro de 1947 que promulgou o Estatuto do Ensino Secundário, no capítulo da isenção das propinas, apresentava algumas diferenças relativamente ao anterior. Desapareceu a distinção entre a isenção total e parcial, fixando como limite máximo 10% sobre o total de alunos internos matriculados. Deixava transparecer outras preocupações, nomeadamente, economicistas, quando no art. 316º regulamenta as condições da concessão da isenção, relevando a prova de carência de recursos do candidato no conjunto das prioridades estabelecidas.

¹²¹ Os critérios de prioridades definidos revelam igualmente esta preocupação. A atribuição das isenções totais era feita segundo esta ordem: órfãos de pai e mãe; órfãos de pai; aos pupilos dos estabelecimentos de ensino dependentes da Direcção Geral de Assistência Pública; filhos de funcionários tuberculosos; filhos de empregados e operários despedidos por motivos de crise de trabalho; candidatos à matrícula do 1º ano, segundo ordem das alíneas anteriores; alunos nas condições de poderem obter isenções parciais.

Não é feita qualquer apreciação específica relativamente ao comportamento, assiduidade e integridade dos candidatos, embora obrigue a que o aluno apresente a classificação mínima de 12 valores e que as faltas dadas tivessem sido justificadas por motivo de doença.

Na análise da concessão das propinas no Liceu é possível observar, até 1947 a presença da legislação na sua atribuição, designadamente nas justificações da vice-reitora Eulália Balacó em 1937/38, a propósito da redução dos encargos da “Solidária” com as propinas: *«é que a maior parte das alunas perderam o seu direito a este auxílio em resultado do seu fraco aproveitamento»*. No mesmo sentido seguem as declarações da então vice-reitora Hermengarda Guedes no Relatório Geral de 1940/41, quando menciona a contribuição da “Solidária” para as propinas das alunas: *«pagou as propinas a 12 alunas sendo algumas beneficiadas durante todo o ano e outras só em alguns períodos por não terem o aproveitamento exigido»*. Em 1941/42 regista-se uma situação análoga, das treze isenções concedidas só nove se mantiveram durante todo o ano.

Curiosamente, ou não, a partir deste ano lectivo não se voltam a registar situações similares. Apenas se faz menção ao contributo do centro da Mocidade, como em 1945/46 e 1946/47, *«Pelo centro da Mocidade (...) pagaram-se propinas no valor ...»*. A esta situação não deve estar dissociada a aplicação do Decreto-Lei nº 32 234 de 31 de Agosto de 1942, a partir do qual a M.P.F. passou a ter a seu encargo a coordenação das actividades circum-escolares e assistenciais das escolas.

Depois de implementado o Estatuto do Ensino Secundário de 1947 deixamos de encontrar referências aos contributos da M.P.F para as propinas, limitando-se a reitora a mencionar o registo o número de alunas beneficiadas pela isenção.

Quadro 1 – Propinas 1947/48 a 1959/60

Ano lectivo	Nº total alunas	Isentas de Propinas	
		Nº	%
1947/48	509	25	4.9
1948/49	488	41	8.4
1949/50	510	55	10.8
1950/51	572	49	8.6
1951/52	688	59	8.6
1952/53	735	64	8.7
1953/54	716	63	8.8
1954/55	725	63	8.7
1955/56	884	79	8.9
1956/57	1075	108	10.0
1957/58	1218	122	10.0
1958/59	1452	148	10.1
1959/60	1655	155	9.4

(Com base na informação retirada dos Relatórios Gerais)

O quadro 1 permite constatar, a partir do ano lectivo 1948/49, uma duplicação do número de alunas beneficiadas com a isenção das propinas e este dado poderá, eventualmente, estar relacionado com qualquer tipo de centralização das isenções, nas mãos do Estado, que não é, contudo, possível confirmar face aos dados disponíveis. O que dizem os Relatórios Gerais em 1947/48 «*Tiveram isenção do Estado 55 alunas, sendo 51 concedidas pelo Liceu e 4 pela Direcção Geral*»¹²². Nos anos lectivos de 1949/50 e 1950/51 a situação foi idêntica, embora com outros valores.

A duplicação do número de alunas beneficiadas, a ausência de registos dos contributos da M.P.F. para a concessão de isenção de propinas, em resultado de uma eventual centralização do processo da concessão e o inegável crescente acesso de outros públicos ao liceu, de fracos recursos económicos, parece anunciar uma nova orientação na concessão de isenção

¹²² O art. 321º, Secção VI, ponto 1 do Estatuto do Ensino Secundário, considerava esta possibilidade de atribuição de isenções pela Direcção-Geral, pois definia que: «*Se, pelo apuramento das isenções concedidas em todos os liceus, se verificar que não foi atingida para a totalidade a percentagem estabelecida, pode o Ministro conceder a alguns alunos de quaisquer liceus as isenções restantes...*»

das propinas. De fim educativo transforma-se numa obrigação social do Estado.

3.5.2 As Bolsas de Estudo

A regulamentação¹²³ da concessão de bolsas de estudo integrava-se na mesma finalidade de «*aproveitamento social dos melhores valores das escolas*» e, tal como a isenção das propinas, determinava a exclusão do candidato se este apresentasse média inferior a 15 valores, mau comportamento, assiduidade irregular por razões injustificáveis e falta de integridade moral.

A Lei nº 1 941 de 11 de Abril de 1936 que transformou o Ministério da Instrução em Ministério da Educação Nacional, reforçou esta finalidade educativa ao fazer depender a concessão de bolsas de estudo, não só dos baixos recursos económicos do aluno, mas também da sua estrutura moral e intelectual.

Portanto as bolsas de estudo, tal como os prémios, seriam utilizadas para criar exemplos da força moral, do carácter e do trabalho. Na nossa perspectiva as bolsas de estudo destinavam-se aos estudantes carenciados e, por isso, funcionavam como uma espécie de estímulo, de esperança, às classes “desremediadas”.

O Estatuto do Ensino Secundário de 1947 restringe estas disposições ao elevar para 16 a média exigida aos candidatos para a atribuição da bolsa de estudos. No entanto mantinha o limite de 50¹²⁴ bolsas a atribuir a nível nacional.

A Mocidade utilizou este instrumento de formação educativa nas suas filiadas concedendo bolsas de estudo «*para distinção da conduta e aproveitamento e para galardão de serviços prestados pelas filiadas ...*» (art.

¹²³ Decreto-lei 20 065 de 13 de Janeiro de 1931.

¹²⁴ Já consignado no Decreto-Lei nº 15 941 de 11 de Agosto de 1928.

28º do Estatuto da Mocidade Portuguesa Feminina de 29 de Dezembro de 1950).

Os números apresentados nos Relatórios Gerais permitem identificar dois momentos na atribuição de bolsas escolares: um de 1943/44 a 1947/48 que corresponde ao tempo da Secção e outro de 1955/56 a 1959/60 já no período do Liceu. Ambos os momentos estão relacionados com ciclos de crescimento da procura do ensino liceal¹²⁵, a que o liceu não só vai dando resposta com a atribuição de bolsas, como também vai dando o seu contributo para o «aproveitamento *social dos melhores valores das escolas*».

As condicionantes impostas à concessão das bolsas escolares, em particular a média exigida, contribuiu para criar no colectivo a imagem que ainda se mantém, nas gerações mais velhas, do grau de excelência que se deveria possuir para receber uma bolsa no Liceu, ou pelo menos ter condições para se candidatar à mesma.

3.5.3 Material, fardas e equipamentos

No desejo de proporcionar as adequadas condições de aprendizagem em contexto escolar, como o acompanhamento das disciplinas, ou em contexto circum-escolar como seja as actividades da M.P.F, desenvolve-se toda uma acção de apoio social aos alunos carenciados, com a cedência de livros, material escolar, fardas e equipamento desportivo e, esporadicamente, medicamentos nos anos lectivos de 1946/47, 1950/51 e 19 55/56.

Tal como as iniciativas anteriores, este apoio estava dependente das condições económicas do aluno mas também da sua integração na ordem estabelecida.

A forma como foi funcionando este apoio social na Secção e depois no Liceu, atesta bem as suas finalidades educativas. Inicialmente os livros, fardas e equipamentos eram dados. A partir de 1944/45 passa a ser ressaltado que os livros adquiridos pelo centro eram para «*emprestar às filiadas*» e de 1948/49

¹²⁵ De 1943/44 a 1947/48 a população estudantil feminina passa de 387 para 509 alunas, sendo concedidas, neste período, 8 bolsas. De 1955/56 a 1959/60 o número de discentes femininas aumenta de 884 para 1655, com 6 bolsas atribuídas.

também os fatos de ginástica são emprestados às filiadas. Quanto às fardas não foi feito nos Relatórios Gerais qualquer comentário.

A devolução do material emprestado às alunas parecia não estar a ocorrer conforme o determinado, pois a reitora a este propósito escreve, no Relatório Geral do ano lectivo de 1955/56: «*os livros continuam a ser emprestados durante o ano lectivo, fazendo as alunas a sua entrega antes das férias, podendo aquelas que o desejarem fazerem a sua requisição para as férias*». Quanto aos fatos de ginástica, em 1956/57 anotou, «*continuou-se a emprestar alguns fatos de ginástica que são pertença do Centro*» e em 1959/60 recordou que «*O Centro tem também alguns fatos de ginástica para uso das filiadas que os não podem adquirir e que se utilizam deles durante o ano lectivo*».

Pretende-se apresentar a cedência do material e equipamentos como um meio para servir os fins educativos do Estado, reservado às filiadas carenciadas, que os devem devolver à proveniência para usufruto de todas as que estiverem nas mesmas condições.

3.5.4 A Cantina

Os serviços de cantina surgem regulamentados no Decreto-Lei nº 20 741 de 18 de Dezembro de 1931 no Capítulo XIII, como trabalhos circum-escolares «*com administração directa, em que participem professores e alunos*» (art. 152º).

No Despacho de 19 de Agosto de 1935 relativo às normas de elaboração dos relatórios gerais, no *item* das Cantinas escolares, são explicitados os pontos a abordar que deveriam incluir a descrição das instalações, a forma de administração, o movimento anual e situação económica.

O Despacho de 30 de Junho de 1938 atesta a importância concedida a estes serviços circum-escolares, quando estabeleceu que os relatórios passassem também a discriminar a constituição da comissão administrativa, o pessoal dirigente e afecto ao serviço, o número de refeições (distinguindo entre

almoços e lanches, etc.), as ementas mais frequentes, o aproveitamento das cantinas como factores de educação¹²⁶ e as receitas e despesas.

Apesar de todas as disposições regulamentares a verdade é que os Relatórios Gerais do Liceu são bastante omissos em muitos destes aspectos. Só a partir de meados da década de 50 é que começam a existir registos mais pormenorizados, em relação às ementas e ao «*aproveitamento das cantinas como factores de educação*».

A administração da cantina¹²⁷ na Secção era efectuada até 1942 pela “Solidária”, que congregava professores e alunos. A partir deste ano, por força da transferência da coordenação das actividades circum-escolares, passa para administração directa do centro da M.P.F.¹²⁸. Esta mudança da gestão significa, também, uma alteração na forma da administração da cantina – de directa (“Solidária”) para indirecta (M.P.F.).

Irene Pimentel refere que as cantinas não eram bem vistas pelo Estado Novo que preferiria os almoços em família, no entanto está a esquecer que foram um instrumento de educação do Estado Novo¹²⁹. Aliás a própria Mocidade Portuguesa Feminina, como o refere Irene Pimentel, irá servir-se das cantinas como complemento da formação às filiadas.

Os serviços da cantina foram enquadrados no projecto educativo do Estado Novo obedecendo a sua inclusão, no circum-escolar, a objectivos

¹²⁶ Embora a legislação seja omissa em relação a estes «*factores de educação*» julgamos que estão ligados ao desenvolvimento das competências sociais das alunas e à aquisição das noções de economia doméstica.

¹²⁷ A este propósito há um artigo no Boletim do Liceu Pedro Nunes de 1934, nº 6, intitulado “Cantinas Escolares”, onde são apresentadas as vantagens educativas e higiénicas do funcionamento das cantinas escolares e igualmente se aborda as vantagens e desvantagens da administração directa ou indirecta das mesmas.

¹²⁸ Esta situação é clarificada no Estatuto do Ensino Liceal de 1947, que na regulamentação dos trabalhos circum-escolares, dispunha no art. 440º que “*em cada liceu funcionará uma cantina, com regulamento privativo e a cargo das respectivas delegações da M.P./M.P.F.*”.

¹²⁹ Num artigo publicado no “Educador” em 26 de Setembro de 1937, denominado “Cantinas Escolares”, um articulista com o nome “Mir-Andul”, que assina diversos artigos dedicados à educação social, apresenta as actividades desenvolvidas na cantina como um instrumento de educação, que possibilitaria o ensino da higiene pessoal e alimentar, das regras da etiqueta, da matemática (as contas), da geografia (onde se produzem os alimentos) e das ciências da natureza, do ensino da economia doméstica, da culinária e do arranjo da casa. Meio de educação das famílias e como instituição de assistência, a cantina desenvolveria a sua acção para auxílio dos alunos pobres fornecendo refeições gratuitas.

educativos. Pretendia-se que funcionassem como centros de experimentação de “habitus” de educação social, como por diversas vezes se faz referência na imprensa pedagógica da época e foi consagrado no Despacho de 1938.

Os princípios da higiene alimentar foram incutidos no espírito das raparigas, em especial através do trabalho na cantina e da instituição da figura das “donas de casa”, mas também as regras sociais de etiqueta á mesa, e a economia doméstica. Por intermédio das alunas o Estado estendeu a sua acção às famílias, constituindo um importante instrumento de educação social, que partia do meio escolar para a sociedade em geral.

Os Relatórios Gerais da Secção deixam transparecer estas preocupações educativas, mormente com uma alimentação equilibrada, económica e de qualidade, *«a refeição consta de sopa e um prato, pão, fruta e custa 2\$50. Utilizam-se géneros de primeira qualidade e são escolhidos pratos substanciais e do agrado das alunas, porque o que interessa é que dela recebam conforto e proveito»* (ano lectivo de 1936/37).

As cantinas desempenharam um papel fundamental na aprendizagem de práticas sociais e cívicas. Com intuítos duplamente educativos prestou-se assistência às alunas de mais baixos recursos económicos, servindo-se refeições grátis (almoços e sopas), de acordo com as necessidades de cada uma e fez-se *«a super alimentação de alunas enfraquecidas»* (Relatório Geral de 1935/36). Por um lado fez-se a acção social, criando condições de frequência das alunas carenciadas, aproveitando-se os melhores valores e, por outro, criaram-se condições de aprendizagem da prática social da solidariedade.

Foi, ainda, um espaço privilegiado de fomento das práticas de higiene, da ordem e da disciplina e por isso, a partir de 1937/38: *«a sala de jantar ampla e bem iluminada passou (...) a permitir que as refeições fossem servidas conjuntamente a professoras e alunas o que muito contribuiu para os bons resultados no que diz respeito á ordem e disciplina»* (Relatório Geral de 1937/38).

O crescimento da população escolar levou a organizar os horários de almoço em turnos *«O almoço era fornecido em 2 turnos, utilizando-se 20 mesas de 4 lugares cada»* (de 1939/40 em diante).

Quadro 2 – Receitas e Despesas da Cantina

Anos Lectivos	Nº Total Alunos	Receitas	Despesas
1935/36	303	44.613\$00	35.826\$85
1936/37	324	41.295\$65	39.262\$80
1937/38	367	42.126\$95	40.126\$95
1938/39	381	38.827\$35	38.108\$25
1939/40	380	38.055\$35	35.108\$40
1940/41	393	34.316\$50	30.890\$40
1941/42	384	44.151\$50	42.350\$45
1943/44	387	?	?
1944/45	405	?	?
1945/46	405	?	?
1946/47	523	?	?
1947/48	509	197.181\$60	189.018\$85
1948/49	488	218.625\$35	204.638\$00
1949/50	510	217.912\$60	205.092\$40
1950/51	572	203.701\$50	197.303\$10
1951/52	688	242.414\$00	233.343\$10
1952/53	735	229.827\$10	218.886\$70
1953/54	716	258.384\$60	238.933\$30
1954/55	725	246.012\$00	235.284\$40
1955/56	884	280.240\$00	267.213\$00
1956/57	1075	302.629\$60	286.678\$60
1957/58	1218	176.276\$20	167.272\$90
1958/59	1452	367.130\$10	343.605\$00
1959/60	1655	464.102\$60	431.647\$10

(Com base na informação retirada dos Relatórios Gerais)

A cantina, pelo que temos vindo a expor, reveste-se de grande importância a nível do circum-escolar, não só pelo tipo de aprendizagens proporcionadas (e por nós já apontadas), mas também como uma fonte de financiamento do próprio circum-escolar.

Era uma importante infra-estrutura de financiamento das iniciativas de cariz social e educativo empreendidas no liceu, como se pode concluir da análise das receitas e despesas inventariadas no Quadro 2, porque os lucros da sua actividade revertiam para os organismos responsáveis pela gestão do circum-escolar. Inicialmente a favor das associações escolares e, depois, a favor da Mocidade.

A partir de 1947/48 regista-se um aumento assinalável a nível das receitas e despesas da cantina, em resultado do surto inflacionário do pós-guerra mas também do crescimento da população escolar e da integração das actividades da Mocidade Portuguesa Feminina no circum-escolar, como foi o

caso das Comunhões Pascais realizadas pelo centro do Liceu, que se encarrega de servir na Cantina os pequenos-almoços e lanches às filiadas.

Nos Relatórios Gerais a partir de meados da década de 50, passou a fazer-se referência à colaboração das alunas nas tarefas da cantina, dando a entender que era um procedimento habitual: *«Além do pessoal do refeitório contratado pela M.P.F. e que consta de uma cozinheira, uma auxiliar desta e 4 criadas, há sempre um grupo de alunas que auxiliam no serviço dos almoços ao meio-dia. Esse serviço é escalado entre todas as alunas que se utilizam dos serviços do Refeitório»* (Relatório Geral de 1955/56).

Não se possuem elementos para avaliar, na sua plenitude, as razões da referência, contínua, à participação das alunas. Poderia, eventualmente, ter a ver com dificuldades de organização das refeições, devido ao elevado número de alunas a recorrer aos serviços, obrigando a repensar a forma de organização, não sendo suficientes as acções de voluntariado das filiadas. Ou seria a aplicação dos *«factores de educação»* que o Despacho de 1938 apregoava? Contudo não deixa de nos surpreender que só a partir de 1955/56 passem a constar, de modo continuado, nos relatórios as referências à colaboração das alunas nas tarefas da cantina.

Finalmente salienta-se, a partir de finais da década de 50, aquilo que parece delinear uma profissionalização dos serviços, com a definição das ementas-tipo¹³⁰ indiciador de novas orientações a nível das cantinas.

A forma como foi, progressivamente, organizado o serviço de refeições acentua a nossa convicção de uma alteração nas finalidades da cantina. O escalonamento de serviços, entre todas as alunas que se servem do refeitório, parece indiciar a prática do “self-service”, dando-lhes uma nova orientação. Perde a finalidade educativa¹³¹ em geral e adquire o estatuto de prestação de serviço.

¹³⁰ O relatório de 1959/60 apresentava em anexo as seguintes ementas 1ª – Sopa, Carne e batatas assadas, Arroz Laranjas; 2ª – Sopa, Batatas guisadas com carne, Arroz, Castanhas; 3ª- Sopa, Feijão guisado com carne, Arroz, Maçã

¹³¹ Esta finalidade educativa refere-se aos modos como ela foi tratada neste ponto, de acordo com o ideário definido pelo Estado Novo.

Conclusão

A abordagem do circum-escolar a partir da análise das actividades promovidas na Secção do Liceu Carolina Michaelis e, depois, Liceu Rainha Santa Isabel pretendeu conciliar a visão institucional, isto é as normas e o quadro legal que estruturaram o funcionamento destas actividades circum-escolares com a forma como as mesmas se organizaram no liceu. Não se quis uma descrição pitoresca do circum-escolar do Liceu, nem uma visão meramente institucional do mesmo. Com efeito, procurou-se destacar o protagonismo assumido pelos seus actores (alunas, professoras e (vice)-Reitora), identificar o contexto em que actuaram e o modo como a tecnologia se articulou com a formatação educativa.

O circum-escolar, pelo peso progressivo que adquiriu na legislação, foi cada vez mais entendido como um espaço privilegiado de inculcação dos valores nacionalistas, de educação do carácter e da promoção da iniciativa individual, para além de um meio de estender a acção educativa do Estado à sociedade. As actividades foram organizadas de modo a colocar o indivíduo perante o exemplo moral e a experiência para a vida numa perspectiva de serviço nacional. Assim, no campo do circum-escolar do Liceu, identificaram-se os mecanismos de socialização e formatação social, implementados pelo Estado Novo a nível da educação feminina para dar resposta às questões de partida, nomeadamente: Quais os ideais da educação feminina liceal no Estado Novo? Qual o modelo educativo do Estado Novo? Que *“tecnologias do eu”* (Ramos do Ó, 2003:401) cumprem melhor esses preceitos? Em que medida as actividades circum-escolares no Liceu Rainha Santa Isabel cumprem os preceitos desse ideal educativo? Que outras vertentes são possíveis encontrar no circum-escolar?

Um artigo do Dr. Serras e Silva de 1928¹³², intitulado “Uma educação boa deve ser nacional”, permitiu-nos ter uma percepção clara dos vectores que estruturaram as opções educativas do Estado Novo e que se articulam em torno de três vertentes fundamentais:

- nacional (partir do conhecimento da História de Portugal, da geografia do país e das colónias);
- social (a educação do carácter, o governar-se a si mesmo, a capacidade de iniciativa, a responsabilidade, a independência. Tendo como suporte a formação religiosa¹³³; deste modo se justifica a presença da religião em todo o processo educativo);
- instrutiva (o desenvolvimento de aptidões adequadas à integração no grupo social a que pertence - dirigir ou ser dirigido);

Em face destas orientações solicitou-se à mulher que educasse os filhos dentro dos valores patrióticos e assumisse as tarefas na família e na sociedade, em nome dos supremos interesses da nação. A educação foi encarada como um processo de implementação de práticas que corroborassem as tendências boas e contrariassem as negativas ou indesejáveis, de acordo com o projecto educativo definido.

O circum-escolar, pela evolução que foi registando, parece ter sido o campo mais adequado de desenvolvimento das tecnologias fomentadoras do “governo das almas” e de habilitação das mulheres para a sua “função natural”¹³⁴. Pretendeu-se incrementar nas alunas uma gramática, indutora de “*características da personalidade*” consideradas adequadas à reprodução do modelo político e social instituído e preparar as jovens para o seu lugar na sociedade.

A análise das actividades circum-escolares do Liceu Rainha Santa Isabel permitiu-nos constatar a consagração dos “*habitus*” relacionados com a higiene física, moral (a disciplina interna) e cívica, o patriotismo, a iniciativa, a

¹³² Publicado no “Arquivo Pedagógico. Boletim da Escola Normal Superior de Coimbra”, Vol. II, Junho (2), pp. 117 a 140.

¹³³ Entende o autor que a par das necessidades biológicas o homem tem também necessidades como a justiça a benevolência, a caridade e a fé.

¹³⁴ De acordo com o já referido art. 5º da Constituição de 1933.

solidariedade/caridade, o exemplo, o mérito, a ordem e a hierarquia (a reitora, a directora de classe, a chefe de sala, as fiscais da higiene, as donas de casa, etc.), mas também a noção de cooperação. E, ainda, a prática dos labores, os conhecimentos de economia social e doméstica.

Contudo é possível assinalar nos Relatórios Gerais uma evolução ao nível destas práticas circum-escolares, não permaneceram estagnadas ao longo destes 24 anos, mostraram-se permeáveis às mudanças da própria sociedade, deixando mesmo transparecer outras vertentes a nível do circum-escolar, que não apenas as que estavam delimitadas institucionalmente.

Nas “Sessões Culturais” realizadas no Liceu relevam-se três vectores: a «*construção nacionalista da educação*» (A. Nóvoa; 1992:458), particularmente entre a década de 30 e 40 com as palestras de carácter “histórico/patriótico” a dominarem¹³⁵; o “governo de si mesmo” visível na presença constante da categoria “religioso/moral” ao longo de todo o período analisado; e a plasticidade das sessões às orientações das reformas notório nas palestras realizadas na década de 50 onde dominam as temáticas da “ciência/higiene” e “outras”. Por outro lado, é de assinalar a fraca presença das temáticas femininas, contrariamente ao que seria de esperar de um liceu de frequência exclusivamente feminina. O que nos leva a considerar que a aquisição das competências femininas se fez em outros domínios, terão passado mais pelas situações de aprendizagem, como sejam as aulas de formação feminina, as visitas e as festas, do que pelo plano dos discursos.

Finalmente, são detectáveis nas “Sessões Culturais” as práticas da Escola Nova nomeadamente a implicação do sujeito na sua formação. As alunas do Liceu tiveram um papel preponderante na dinamização destas sessões, contrariamente ao que seria de esperar face à limitação imposta na própria legislação, aos particularmente dotados.

Nas excursões as alunas aprenderam a amar e conhecer Portugal, atravessaram todo o país, do litoral para o interior, tomando conhecimento do património cultural e da actividade económica das localidades visitadas, numa

¹³⁵ Integra-se no contexto de criação da nova mulher onde o patriotismo deveria ter um lugar de destaque.

lógica, que se pretendeu transmitir, de complementaridade das províncias portuguesas, de acordo com o ideário das décadas de 30/40, período de maior intensidade do fervor nacionalista. Estas excursões, sobretudo as de longa duração, a partir da década de 50, serviram também de pretexto para os passeios das alunas, cada vez mais frequentes e com o aval da reitora, que nos relatórios vai justificando o carácter educativo destas saídas. Apesar destas justificações, esta tendência revela uma progressiva evolução nas finalidades destas saídas, assumindo um carácter mais lúdico.

Seria interessante reflectir-se sobre os efeitos, a longo prazo, destas excursões nos hábitos culturais das famílias portuenses em particular e portuguesas em geral.

A análise das visitas de estudo efectuadas no Liceu deixam transparecer o predomínio da preservação da memória histórico/cultural, pois registam 41% do total, enquanto as visitas às fábricas, numa lógica de valorização da actividade económica da região, foram uma presença significativa no conjunto das visitas de estudo com cerca de 27%. A partir de meados da década de 50 as visitas às fábricas parecem manifestar alguma perda de fôlego, levando-nos a questionar sobre as orientações do circum-escolar neste campo. Os dados que possuímos são insuficientes para determinar se é uma tendência dentro do circum-escolar do liceu, ou um fenómeno de carácter geral a nível do ensino liceal, fruto de um abrandamento da doutrinação ideológica.

É clara a preocupação com a educação das futuras elites nas saídas efectuadas pelas alunas a lares e creches de beneficência, com as quais se procurava proporcionar o contacto com as massas populares para as habilitar às suas tarefas de dirigentes. Ao desenvolverem competências de solidariedade e caridade assegurariam o equilíbrio social.

Nas festas e comemorações promovidas no Liceu cultivou-se o patriotismo (Semana das Colónias/Ultramar); a educação social (a festa do Natal) estruturada na formação religiosa (a Páscoa); a valorização da mãe (a Semana das Mães); a iniciativa e capacidade de organização das alunas (a Conferência de S. Vicente de Paula, o bodo, os berços, as roupas, as festas das alunas).

Nos finais da década de 40 surgem, com regularidade, as festas de alunas que se sobrepõem, em termos organizacionais, às festas educativas, sendo objecto de uma cuidadosa explanação em termos de programa e que de algum modo parecem revelar uma forma de contornar o sistema, na medida em que a coberto de uma fundamentação educativa as alunas criaram momentos de convívio e festa, que colocaram em segundo plano os objectivos formativos das iniciativas.

Foram igualmente marcantes as “Exposições de berços” que todas as alunas recordam independentemente do grau de adesão à iniciativa. Estas exposições a par das actividades relacionadas com a solidariedade social parecem constituir a identidade fundamental do Liceu a nível do circum-escolar, o que atesta a clara articulação entre os aspectos organizacionais do liceu e o contexto em que o mesmo desenvolve a sua acção, na medida em que é clara a interacção do Liceu com o meio social envolvente.

Não são visíveis grandes manifestações desportivas no circum-escolar do Liceu prevalecendo os jogos escolares tradicionais nas actividades físicas desenvolvidas no âmbito do circum-escolar. A partir da reforma de 1947 deixam de ser assinalados nos Relatórios Gerais e na própria legislação.

A inclusão da M.P.F. no circum-escolar acentuou a governamentalização da educação já que a esta instituição se solicitou o incremento de “*habitus*” que deveriam ser desenvolvidos em contexto familiar, nomeadamente o desenvolvimento das competências domésticas. Desde a entrada em acção da Mocidade no Liceu que se tornou clara a tendência monopolizadora desta organização no que diz respeito à formação moral, cívica e religiosa, tornando-se difícil traçar a fronteira entre as iniciativas do Liceu e as da M.P.F., sobretudo no âmbito das “Comemorações”, mormente nas festas educativas e na “Acção Social”, onde é praticamente impossível referir as iniciativas sem nos reportarmos à presença da M. P.F..

Nas “Sessões Culturais” e nas “Saídas Escolares” foi menos notória a presença da M.P.F., quase imperceptível em termos organizacionais, apesar de a Reitora, nos Relatórios Gerais, referir de forma recorrente a colaboração da M.P.F.. Estas iniciativas quase poderiam ser apresentadas como actividades

de professoras e alunas, ainda que devidamente integradas no projecto educativo do Estado Novo.

Apesar do desejo do legislador de desenvolver a partir do centro da M.P.F. uma formação tipicamente feminina, com recurso a iniciativas especificamente femininas¹³⁶, a verdade é se assistiu, progressivamente, a uma falta de mobilização das alunas, levando à instituição de prémios de assiduidade, o que parece comprovar a ideia de que as alunas procuravam o liceu essencialmente para se instruírem. Aliás, a visão sobre a actuação da M.P.F. não foi obtida através da análise dos registos efectuados nos Relatórios Gerais da Reitora mas sim no testemunho recolhido, onde é clara a noção de que a acção educativa da Mocidade foi mais intensa em contextos exteriores à escola.

A “Acção Social” do Liceu estava estruturada em torno de dois eixos fundamentais na filosofia educativa do Estado Novo: a promoção do mérito, visível nos critérios de concessão de bolsas de estudo, isenção de propinas e fornecimento de material/equipamento escolar e refeições gratuitas, numa lógica de *«aproveitamento social dos melhores valores das escolas»* (Decreto-Lei nº 20 065 de 13 de Janeiro de 1931); e a educação social das jovens.

No domínio da educação social salienta-se o papel da cantina no incremento das práticas da higiene, das regras sociais, da tomada de contacto das jovens alunas com outras realidades sociais, do incremento das noções de economia doméstica, mas também de sustentabilidade financeira de muitas das iniciativas do circum-escolar, já que os lucros da cantina revertiam para “A Solidária” e depois para a M.P.F.. A cantina foi pois uma tecnologia fundamental no projecto educativo do Estado Novo.

Contudo foi cada vez mais notória, a nível da “Acção Social” desenvolvida no Liceu, ao longo da década de 50, uma transformação das orientações na concessão da isenção das propinas e no funcionamento da cantina, onde as finalidades educativas foram dando lugar à obrigação social do Estado.

¹³⁶ O Curso de Educação Familiar criado na reforma de 1936 para as alunas que não seguissem o Ensino Superior desaparece na reforma de 1947 por falta de alunas; os Lances e as iniciativas da M.P.F. destinadas as raparigas.

O território do circum-escolar no Liceu estava organizado de modo a cumprir o projecto educativo do Estado Novo, numa lógica de formatação das consciências de forma a permitir o “governo das almas”. No entanto, se considerarmos os testemunhos recolhidos junto das entrevistadas, poderemos questionarmo-nos sobre a forma como decorreu este processo. Para aquelas cujo grau de envolvimento nas práticas circum-escolares foi maior, parece ter existido uma absorção mais intensa dos valores veiculados. Enquanto outras com um menor grau de envolvimento nessas práticas, evocam mais os aspectos externos (institucionais), do que os internos (valores). Com efeito na sua educação parecem ter tido maior peso os valores veiculados em contexto familiar. A confrontação entre os registos escritos e os testemunhos orais parece-nos ser uma via importante a considerar nas reflexões sobre o circum-escolar.

Finalmente uma última palavra sobre as principais fontes do nosso objecto de estudo – os Relatórios Gerais, que terão simultaneamente constituído a base de algumas das dificuldades sentidas ao longo do estudo. Aplicando o mote da filosofia inscrita no “Boletim do Liceu Pedro Nunes” registar “O que se fez”, “Como se fez” e “Porque se fez”, ao modo como foram elaborados os Relatórios Gerais, podemos considerar que a (Vice-) Reitora Hermengarda Guedes se limitou a registar «o que se fez». Oscilando entre os papéis de “administradora”, responsável pela execução das normas que regem o funcionamento dos liceus e de “profissional”, líder pedagógica e educativa (J. Barroso 1992:783), a sua actuação parece pender para a “administradora”, contrariamente à anterior (Vice-) Reitora Eulália Balacó¹³⁷. Se analisarmos o balanço da actividade apresentado na “Parte Final” do Relatório Geral, as preocupações da Reitora centraram-se quase exclusivamente na falta de condições físicas das instalações e na sobrevalorização da acção das professoras do liceu no cumprimento dos programas e na preparação das

¹³⁷ Tomando em conta número de páginas dos relatórios enviados por ambas, há a registar diferenças entre as (vice) -reitoras Eulália Balacó e Hermengarda Guedes, não só em termos de quantidade, mas também de qualidade da informação. Eulália Balacó nos Relatórios Gerais (anos lectivos de 1935/36 e 1936/37) faz descrições muito exaustivas das actividades e do seu interesse educativo. Também é assinalável esta diferença nas Actas do Conselho Geral.

alunas para os exames finais. Nunca fez considerações de natureza pedagógica e educativa.

Há ainda um outro factor que reforça esta posição, tendo em atenção a informação recolhida por Ramos do Ó - este liceu faz parte do grupo de 409 relatórios enviados à Inspeção do Ensino Liceal entre 1935/36 e 1954/55 dos 760 possíveis (2003:350). Este dado ajuda-nos a perceber melhor o modo como a (Vice-) Reitora encarou as suas funções e a dificuldade que constituiu a caracterização do modelo educativo feminino do Estado Novo a partir do circum-escolar do Liceu, tendo como principal fonte os Relatórios Gerais, dado o carácter lacunar dos registos efectuados. Nem sempre os “vocábulos” foram “palavras” e muitas vezes teria sido importante perceber o “tranquilo peso oculto das palavras”.

As particularidades delineadas ao longo desta conclusão sobre o modo como o circum-escolar foi desenvolvido no Liceu, leva-nos a considerar que só uma abordagem individualizada do universo circum-escolar de cada liceu, nos moldes em que aqui foi efectuada, permitirá uma visão efectiva e adequada do impacto das tecnologias educativas desencadeadas neste domínio. A abordagem a partir do interior do circum-escolar do Liceu pretende contribuir para a construção de uma visão mais ampla dos aspectos organizacionais da dimensão institucional da questão educativa relativamente a problemáticas comuns.

Com esta dissertação procurou dar-se um contributo para a construção de uma visão pluridimensional do processo de homogeneização cultural desencadeado pela escolarização da vida dos cidadãos e, em simultâneo, uma visão peculiar do modo de implementação das *“pedagogias da psi”* no circum-escolar do Liceu Rainha Santa Isabel.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Na organização das fontes e bibliografia optou-se por seguir alguns dos critérios adoptados por João Barroso (1992: 807 a 808), por se considerar que do ponto de vista metodológico facilitam a consulta e identificação das fontes, livros e artigos citados no texto.

FONTES

Nas fontes considerou-se a documentação que foi objecto de tratamento directo – relatórios, actas, entrevistas e legislação.

Nos Relatórios Gerais distinguiu-se o período da Secção do Liceu, por uma questão de clarificação da história do liceu, pois em termos de estrutura os relatórios não sofrem alterações.

As Actas do Conselho surgem num livro único, dando a reitora continuidade ao livro iniciado com a Secção em 1933/34 e que se manteve até ao ano lectivo de 1973/74.

A legislação foi ordenada cronologicamente e apenas referenciada aquela que foi compulsada e se reportava directa ou indirectamente ao objecto de estudo.

Também as revistas e imprensa pedagógica foram consideradas como fontes, contribuindo para o suporte teórico desta dissertação, ou mesmo para a clarificação de algumas das actividades circum-escolares.

Quando utilizadas de modo indirecto optou-se por se fazer a citação geral, assinalando apenas os limites cronológicos considerados. Sempre que se tornou pertinente destacar um artigo mencionou-se o seu autor e deu-se entrada na bibliografia.

Da Secção e do Liceu:

Relatórios:

- Relatórios Gerais da Secção do Liceu Carolina Michaelis – anos lectivos de 1935/36 a 1945/46, com excepção do ano lectivo de 1942/43
- Relatórios Gerais do Liceu da Rainha Santa Isabel de 1946/47 a 1959/60

Actas:

- Livro de Actas do Conselho Geral da Secção do Liceu Carolina Michaelis do ano lectivo de 1935/36 a 1945/46 e do Liceu da Rainha Santa Isabel de 1946/47 a 1959/60

Entrevistas:

- Dra. Maria Emília Lourenço, em 11 de Março de 2004
- Dra. Maria Aurora Pereira em 29 de Março de 2004
- Dra. Elisa Olga Amaral em 13 de Abril de 2004

Legislação:

Decreto – Lei nº 13:058	de 20 de Janeiro de 1927
Decreto – Lei nº 18:235	de 22 de Abril de 1930
Decreto – Lei nº 18:486	de 18 de Junho de 1930
Decreto – Lei nº 18:779	de 26 de Agosto de 1930
Decreto – Lei nº 18 827	de 6 de Setembro de 1930
Decreto – Lei nº 18 884	de 27 de Setembro de 1930
Decreto – Lei nº 19:605	de 15 de Abril de 1931
Decreto – Lei nº 20:065	de 13 de Julho de 1931
Decreto – Lei nº 20:369	de 8 de Outubro de 1931
Decreto – Lei nº 20:741	de 11 de Janeiro de 1932

Decreto – Lei nº 21:150	de 23 de Abril de 1932
Decreto – Lei nº 21:566	de 3 de Agosto de 1932
Decreto – Lei nº 22:040	de 20 de Dezembro de 1932
Portaria	de 2 de Maio de 1932
Lei nº 1904	de 21 de Maio de 1935
Lei nº 1916	de 25 de Abril de 1935
Circular	de 19 de Agosto de 1935
Portaria nº 8:292	de 28 de Novembro de 1935
Lei nº 1941	de 11 de Abril de 1936
Decreto – Lei nº 26:611	de 19 de Maio de 1936
Decreto – Lei nº 27:084	de 14 de Outubro de 1936
Decreto – Lei nº 27:085	de 14 de Outubro de 1936
Decreto – Lei nº 28:262	de 8 de Dezembro de 1937
Despacho	de 30 de Junho de 1938
Decreto – Lei nº 32:234	de 31 de Agosto de 1942
Decreto – Lei nº 33:018	de 1 de Setembro de 1943
Decreto – Lei nº 34:616	de 18 de Maio de 1945
Decreto – Lei nº 35:905	de 12 de Outubro de 1946
Decreto – Lei nº 35:918	de 26 de Outubro de 1946
Decreto – Lei nº 36:507	de 17 de Setembro de 1947
Decreto – Lei nº 36:508	de 17 de Setembro de 1947
Decreto – Lei nº 37:712	de 22 de Outubro de 1948
Decreto – Lei nº 37:765	de 25 de Fevereiro de 1950
Decreto – Lei nº 38:122	de 29 de Dezembro de 1950

Jornais e Revistas:

- O Educador. Semanário Pedagógico, Lisboa:

Gueirano, “A mulher como educadora”, 5 de Setembro de 1937;

Mir-Andul, “Educação Social”, 12 de Setembro de 1937;

Idem, “As Cantinas Escolares”, 26 de Setembro de 1937;

Sélia, “Festas Escolares”, 21 de Novembro de 1937;

Mir-Andul, 2º Hábito na Educação “, 27 de Março de 1938;

Maria Simões Anjos, “Instrução e Educação”, 17 de Março de 1948;

- Labor.

(Revista Bimestral de Educação de 1936 a 1940)

(Revista de Ensino Liceal de 1951 a 1960)

- Liceus de Portugal. Boletim da Acção Educativa do Ensino Liceal.
(1940 a 1946)

BIBLIOGRAFIA

Assistência Social, [s.d.] col. Cadernos do Ressurgimento Social, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, S.N.I.

AMADO (P.) (1948), *A mulher anjo do lar*, Coimbra.

BARRETO, António, MÓNICA, M.F. (1999), *Dicionário de História de Portugal*, Livraria Figueirinhas, Porto, Vol. VII, Suplemento, 1ª edição.

BARROSO João (1992), *Os Liceus. Organização pedagógica e administração (1836-1960)*, Fundação Calouste Gulbenkian, J.N.I.C.T., 2 volumes.

BAPTISTA, L. Vicente (1985), *Valores e imagens da família em Portugal nos anos 30 – O Quadro Normativo*, in “A Mulher na Sociedade Portuguesa. Visão Histórica e Perspectivas Actuais. Actas do Colóquio” Coimbra, 20 a 22 de Março de 1985, Instituto de História Económica e Social, Faculdade de Letras.

BLOCH, Marc (1974), *Introdução à História*, Coleção Saber, Publicações Europa-América, 2ª edição.

BUESCU, Maria Leonor Carvalhão (1980), *Apontamentos de Literatura Portuguesa*, Porto, Porto Editora, 3ª edição.

CABRAL, Aníbal (1927), *Ensino Secundário Oficial. Normas gerais a seguir nas inspecções*. Vária, in “Arquivo Pedagógico. Boletim da Escola Normal Superior de Coimbra”, Vol. II, Dezembro (nº4), pp. 411 a 415

CAIEL (1892), *O que deve ser a instrução secundária da mulher?* Congresso Pedagógico Hispano – Português – Americano, Secção Portuguesa, Lisboa, Centro de Documentação da Comissão da Condição Feminina.

CAMPENHOUDT, Luc Van (2003), *Introdução à análise dos fenómenos sociais*, Coleção Trajectos 60, Gradiva, Lisboa, 1ª edição.

CASIMIRO, Amado, *A escola única em Portugal*, in “O sistema de ensino em Portugal, sécs. XIX e XX”, Maria Cândida Proença.

CARVALHO, Maria Amália Vaz de (1938), *Mulheres e crianças: notas sobre a educação*, Porto, Editora Educação Nacional.

CARVALHO, Rómulo (1986), *História do Ensino em Portugal*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.

IXª Conferência Pedagógica «Cantinas Escolares», proferida a 27 de Maio de 1933, in “Boletim do Liceu Pedro Nunes”, 1934 (6), pp. 216 a 221

COULOONJOU, Hélène (1990), *Pourquoi l'école de Jules Ferry divise la France?* in “L'Histoire”, nº 130.

CORREIA, Luís Grosso (2000), « O *thymos* segundo o Liceu Feminino do Porto » in *Revista da Faculdade de Letras. HISTÓRIA*, Porto, IIIª Série, vol.I, pp 83-100

Em Defesa da Família, (1939), Discursos Pronunciados na Semana da Campanha da Família no Porto de 19 a 26 de Março de 1939, Ed. Junta Diocesana da A. C. do Porto.

ESTEVES, Alberto (1932), *A Família*, Coimbra.

FERRO, António (1933), *Salazar e a sua obra*, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 3ª edição.

GUIMARÃES, Elina (1975), *Coisas de mulheres*, Portugal, Ed. Editorial Promoções, Colecção Promoção da Mulher, 3.

GUIMARÃES Dra. Elina (1967), *Evolução da situação Jurídica da Mulher Portuguesa*, in “A Mulher na Sociedade Contemporânea. Ciclo de Colóquios organizado pela Secção Cultural da Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa”, Lisboa, Colecção Cadernos de Hoje 8, Prelo Editora.

LE GOFF, Jacques; CHARTIER, Roger; REVEL, Jacques (dir.) (1990), *A Nova História, Educação, Estrutura, História das Estruturas*, Coimbra, Livraria Almedina.

LESSARD-HÉBERT, Michelle; GOYETTE, Gabriel; BOUTIN, Gérald (1994), *Investigação Qualitativa. Fundamentos e Práticas*, Instituto Piaget (Epistemologia e sociedade), Lisboa

MAYEUR, Françoise (1994), *A Educação das raparigas: o modelo laico*. In “História das mulheres – O Século XX”, Vol. 4 e 5, dirig. G. Duby e M. Perrot, Círculo de Leitores, Porto.

MÓNICA, Maria Filomena (1978), *Educação e sociedade no Portugal de Salazar (A Escola Primária Salazarista. 1926-1939)*, Lisboa: Presença.

MONTEIRO. Agostinho dos Reis, (s.d.) *Educação, acto político*, Livros Horizonte, 2ª edição, Lisboa.

NÓVOA, António (1992), “*A Educação Nacional*” in Fernando Rosas, coord. *Portugal e o Estado Novo (1930-1960)*, Lisboa, Presença.

NÓVOA, António (1999), “Ideologia, ensino e pedagogia”, in António Barreto e M. Filomena Mónica, coord. *Dicionário de História de Portugal*, Livraria Figueirinhas, Porto, Vol. VII, Suplemento, 1ª edição.

NÓVOA, António e SANTA-CLARA, Teresa (Coord.) (2003), *Liceus de Portugal: histórias, arquivos, memórias*, Edições Asa, Porto.

Ó, Jorge Manuel Nunes Ramos do (2003) – *O governo de si mesmo. Modernidade pedagógica e encenações disciplinares do aluno liceal (último quartel do século XIX- meados do século XX)*, Coleção Educa – Ciências Sociais, nº2, Lisboa .

PACHECO, A. Carneiro (1940), *Portugal renovado (Discursos)*, Lisboa.

Parecer do Prof. Luiz Cabral de Moncada (1934) (reforma nos diversos graus de ensino), in “Boletim Oficial do Ministério da Instrução Pública – Quesitos, relatório, pareceres, sugestões e alvitres”, Lisboa, pp. 325 a 385

PIMENTEL Irene Flunser (2000), *História das Organizações femininas no Estado Novo*, Círculo de Leitores, 1ª edição, Lisboa.

PINTO, António Costa e RIBEIRO, Nuno Afonso (1982), “ *Fascismo e juventude nos primórdios do Estado Novo: a Acção Escolar Vanguarda (1933/36)* in “Actas do Colóquio: O Fascismo em Portugal”, Lisboa, A Regra do Jogo.

PINTO, Teresa (2000), *O ensino industrial feminino oitocentista. A Escola de Damião de Góis em Alenquer*, Edições Colibri, Lisboa

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van (1998), *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Coleção Trajectos, Gradiva, Lisboa.

RAMOS, Gustavo Cordeiro (1937), *Os fundamentos éticos da Escola do Estado Novo*, in “Série de conferências”, pp. 363-378.

RAMOS, Dr. Silveira (1958) *A escola, as actividades circum-escolares e a Mocidade Portuguesa*, Jornal de 26 de Abril, in “A Palestra. Revista da Pedagogia e Cultura (nº3), Liceu Normal Pedro Nunes”, Lisboa pp.84 a 96.

RIPA Yannick (2002), *La Fabrique des filles*, in “L`Histoire”, nº 262.

RODRIGUES, Urbano Tavares (1968), *Sobre a condição da mulher portuguesa. Depoimentos*, Editorial Estampa, Lisboa.

ROSA, Elzira Machado (1989), *Bernardino Machado. Alice Pestana e a educação da mulher nos fins do séc. XIX*, Cadernos da Condição Feminina, nº 27, Edição da Condição Feminina, Lisboa.

ROSAS, Fernando e BRITO, J.M.Brandão de (dir.). (1996), *Dicionário de História do Estado Novo*. Lisboa, Círculo de Leitores, Vol. I e II.

SALAZAR, (1954), Antologia. Discursos, Notas, Relatórios, Teses, Artigos e Entrevistas -1909 a 1953, Editorial Vanguarda, Edição Comemorativa do Jubileu Ministerial do Professor Dr. Oliveira Salazar (27-04-54).

SALGADO, Plínio (1946), *A mulher no séc. XX*, Porto, Livraria Tavares Martins, Coleção Ortodoxia.

SANTOS, Dr. João (1967), *A Mulher, a Família e o Amor*, in “A Mulher na Sociedade Contemporânea. Ciclo de Colóquios organizado pela Secção Cultural da Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa”, Coleção Cadernos de Hoje 8, Prelo Editora, Lisboa.

SERRÃO, Joel; OLIVEIRA MARQUES, A. H. de (dir.) (1992) *Nova História de Portugal*. Vol. XII Portugal e o Estado Novo (1930-1960), coordenação de Fernando Rosas, Editorial Presença, Lisboa.

SILVA, Manuela e TAMEN, Isabel (Coord.) (1981), *Sistema de Ensino em Portugal*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.

SILVA, Maria Regina Tavares da (1992), *Feminismo em Portugal na voz de mulheres escritoras no início do séc. XX*, Coleção “Cadernos condição Feminina” CIDM, 2ª edição, Lisboa.

SILVA, Dr. Serras (1928) *Uma educação boa deve ser nacional* in “Arquivo Pedagógico. Boletim da Escola Normal Superior de Coimbra”, Vol. II, Junho (2), pp. 117 a 140

TAMAGNINI, Eusébio (1927) *Questões de Educação Secundária* in “Arquivo Pedagógico. Boletim da Escola Normal Superior de Coimbra”, Vol. I, Março (1), pp. 21 a 29

TEODORO, António (2001) *A Construção Política da Educação*, Edições Afrontamento, Porto

VAQUINHAS Irene, PINTO, Maria Teresa Valente, HENRIQUES, Fernanda (1999), *Coeducação e igualdade de oportunidades*, Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, Cadernos Coeducação, Lisboa.

VIDIGAL, Luís (1996), *Os testemunhos orais na Escola. A História Oral e Projectos Pedagógicos*, Coleção Perspectivas Actuais/Educação, Edições Asa, 1ª Edição, Porto

VIEIRA, Maria Manuel (1993), *Letras artes e boas maneiras: a educação feminina das classes dominantes* in “Análise Social”, 4ª série. Vol. XXVIII (120) (1º).

ZABALZA, Miguel (2001), *Planificação e desenvolvimento curricular na Escola*, Edições Asa, Coleção/Perspectivas Actuais, 6ª edição, Porto

Na Internet (w.w.w):

[http:// www.stape.pt/mulheres](http://www.stape.pt/mulheres)

Ana Vargas, *Mulheres na Assembleia Nacional (1933-1974)*.

http://debates.parlamento.pt/r2/dan/search1_dan.asp

Diários da Assembleia Nacional (I a IV Legislatura 1935 a 1949)

1935/01/23, Iª Legislatura/1ªSessão, nº8, pp. 67 a 110

1935/03/30, Iª Legislatura/1ªSessão, nº38, pp. 769 a 788

1935/04/01, Iª Legislatura/2ªSessão, nº39, pp. 789 a 800

1936/02/08, Iª Legislatura/2ªSessão, nº75, pp. 427 a 446

1938/03/23, Iª Legislatura/4ª Sessão, nº175, pp. 545 a 554

1939/02/27, IIª Legislatura/1ªSessão, nº42, pp. 377 a 392

1940/02/08, IIª Legislatura/2ªSessão, nº71, pp. 237 a 254

1947/02/01, IVª Legislatura/2ªSessão, nº82, pp. 437 a 458

1948/03/04, IVª Legislatura/3ªSessão, nº1325, pp. 17 a 180

[http:// www.rpmuseus.pt](http://www.rpmuseus.pt)

[http:// www.fc.up.pt/home/museus](http://www.fc.up.pt/home/museus)

<http://www.cm-porto.pt/pagegen.asp>

ÍNDICE DE FIGURAS E QUADROS

GRÁFICO 1	
Evolução da população escolar no Liceu entre 1935/36 e 1959/60-----	70
GRÁFICO 2	
Saídas escolares entre 1935/36 e 1959/60-----	75
GRÁFICO 3	
Sessões Culturais entre 1935/36 e 1959/60-----	76
GRÁFICO 4	
Distribuição das Sessões Culturais -1935/36 a 1959/60-----	77
GRÁFICO 5	
Sessões Culturais – 1935/36 a 1946/47-----	78
GRÁFICO 6	
Sessões Culturais – 1947/48 a 1959/60-----	82
GRÁFICO 7	
Dinamização das palestras-----	87
GRÁFICO 8	
Saídas Escolares – 1935/36 a 1959/60-----	89
MAPA 1	
Âmbito geográfico das excursões-----	91
GRÁFICO 9	
Visitas de estudo – 1935/36 a 1959/60-----	97
GRÁFICO 10	
Distribuição das visitas de estudo entre 1935/36 e 1959/60-----	98
QUADRO 1	
Propinas 1947/48 a 1959/60-----	134
QUADRO 2	
Receitas e despesas da Cantina-----	140

ANEXOS

I) Grelha de recolha da informação nos Relatórios Gerais

RELATÓRIOS DO LICEU RAINHA SANTA ISABEL

ANO LECTIVO _____ / _____

A) ASPECTOS FORMAIS DO RELATÓRIO

1.1 DACTILOGRAFADO _____

1.2 TOTAL DE PÁGINAS _____

1.3 ENVIADO EM _____

1.4 MESES EM ATRASO _____

B) EDIFÍCIO

2.1 CONSTRUÍDO EXPRESSAMENTE

2.2 CONVENTO

2.3 ALUGADO

2.4 BOM ESTADO

2.5 REGULAR

2.6 MAU

OBSERVAÇÕES:

C) DIRECÇÃO E OUTROS CARGOS

3.1 REITOR

GRUPO

3.2 VICE-REITOR

GRUPO

3.3 SECRETÁRIO

GRUPO

3.4 DIRECTOR DO 1º CICLO

GRUPO

3.5 DIRECTOR DO 2º CICLO

GRUPO

3.6 DIRECTOR DO 3º CICLO

GRUPO

D)ALUNAS

4.1 TOTAL

4.2 ALUNAS DO 1º CICLO

4.3 ALUNAS DO 2º CICLO

4.4 ALUNAS DO 3º CICLO

4.5 TOTAL DE TURMAS

NO 1º CICLO

NO 2º CICLO

NO 3º CICLO

E) ACTIVIDADES CIRCUM – ESCOLARES

5.1 TOTAL DE CONFERÊNCIAS

5.1.1 HISTÓRICO7PATRIÓTICA

5.1.2 RELIGIOSA/MORAL

5.1.3 CIÊNCIAS NATURAIS

5.1.4 OUTRAS

5.2 TOTAL DE VISITAS DE ESTUDO/ EXCURSÕES

5.2.1 OBSERVAR A NATUREZA

5.2.2 FÁBRICAS

5.2.3 ESCOLAS

5.2.4 MUSEUS

5.2.5 OUTRAS

5.3 TOT. FESTAS E CELEBRAÇÕES

5.3.1 COMEMORAÇÕES E FESTAS ESCOLARES

5.3.2 COMEMORAÇÕES E FESTAS EDUCATIVAS

5.3.3 EXPOSIÇÃO DE TRABALHOS

5.3.4 OUTRAS

OBSERVAÇÕES:

5.4 MOCIDADE PORTUGUESA

5.4.1 DIRECTOR: REITORA

5.4.2 Nº DE FILIADAS

5.4.3 % DE ALUNAS FILIADAS

5.4.4 RECEITAS

5.4.5 DESPESAS

5.4.6 ACTIVIDADES

-EM COLABORAÇÃO COM A ESCOLA

-DA SUA INICIATIVA

5.4.7 ACÇÃO SOCIAL

-REFEIÇÕES

-PROPINAS

-MATERIAL

- FARDAS/FATOS DE GINÁSTICA

5.5 CANTINA

5.5.1 SIM

5.5.2 TOTAL DE REFEIÇÕES

-ALMOÇOS

-SOPAS

-LANCHES

5.5-3 Nº DE REFEIÇÕES GRÁTIS

II) Quadro – Síntese da Legislação

DATA -SÉRIE	DIPLOMA	ASSUNTO
2 Out. 1926	Dec.-Lei 12 425	Estatuto da Instrução Secundária de Ricardo Jorge
20 Jan. 1927	Dec.-Lei 13 056	Organização provisória do ensino secundário, aproveitando alguma da legislação do Decreto 12 425, de 2 de Outubro 1926
22 Abril 1930	Dec.-Lei 18 235	Regulamenta as funções dos reitores
18 Junho 1930	Dec.-Lei 18 486	Regulamenta as visitas de estudo e excursões escolares
26 Agosto 1930	Dec.-Lei 18 779	Reorganização do Ensino Secundário, em curso geral e curso complementar
6 Set. 1930	Dec.-Lei 18 827	Fiscalização do ensino: cadernos diários, livros de ponto e directores de classe e classificação do serviço docente
27 Set. 1930	Dec.-Lei 18 884	Reforma dos exames - valorização das provas escritas e práticas e o princípio do anonimato
15 Abril 1931	Dec.-Lei 19 605	Critérios de adopção de manuais escolares
13 Julho 1931	Dec.-Lei 20 065	Regula a concessão de isenção de propinas e de bolsas de estudo
8 Out. 1931	Dec.-Lei 20 369	Reforma dos programas do ensino secundário: critérios de exequibilidade e coordenação. As "Observações" dão indicações precisas que devem ser rigorosamente seguidas. Os programas são como guias.
11 Jan. 1932	Dec.-Lei 20 741	Relatório: síntese de toda a legislação que fundamenta as orientações do ensino secundário; Estatuto do Ensino Secundário, o corolário
23 Abril 1932	Dec.-Lei 21 150	Aprova e manda pôr em execução o regulamento de canto coral nos liceus.
3 Agosto 1932	Dec.-Lei 21 566	Regula o funcionamento das instituições associativas escolares destinadas a fins culturais e beneficentes.
20 Dez. 1932	Dec.-Lei 22 040	Torna obrigatório em todos os estabelecimentos de ensino público e privado e em todas as bibliotecas públicas a afixação de diversos pensamentos nas paredes das respectivas salas de aula e leitura, corredores, pátios
2 Maio 1932	Portaria	Manda a todos os alunos dos liceus fazerem conferências sobre o descobrimento do Brasil. "devendo focar o esforço nacionalista que representa"
21 Maio 1935	Lei nº 1904	Promulga a reforma do Ensino Secundário *
25 Abril 1935	Lei nº 1916	Instituem os cursos de Higiene Geral em todos os Liceus e o ainda o de Puericultura para as alunas nos Liceus femininos ou mistos nas escolas secundárias onde houver turmas exclusivamente femininas
25 Abril 1935	Dec.-Lei 25 414	Estabelece os novos programas do ensino secundário
1 Junho 1935	Dec.-Lei 25 447	Regulamenta os critérios da aprovação dos livros a adoptar nos liceus
5 Junho 1935	Dec.-Lei 25 461	Regula as provas de admissão aos liceus
7 Junho 1935	Circular	Dirigidas aos reitores e correndo as normas a observar nos exames de Julho

22 Junho 1935	Circular	Dirigidas aos reitores e correndo as normas a observar nos exames de Agosto
6 Julho 1935	Circular	Alterações à circular anterior
25 Julho 1935	Dec.-Lei 25 676	Cria 6 lugares de Médicos Escolares para os liceus entre aos quais o Liceu Carolina Michaelis no Porto e , ainda 16 lugares de visitadoras escolares
6 Agosto 1935	Dec.-Lei 25 723	Considera serviço oficial o Cruzeiro de Férias às Colónias dos Professores de qualquer grau de ensino, dependente do Ministério.
19 Agosto 1935	Circular	Normas para os relatórios anuais
21 Agosto 1935	Portaria nº 8 206	Relativa aos exames de admissão
28 Agosto 1935	Portaria nº 8 210	Afixação da data para apresentação dos pareceres, pelas respectivas comissões, sobre os manuais adoptar no secundário
15 Out. 1935	Dec.-Lei 25 946	Institui em todos os liceus, a partir de da 3ª Classe, cursos obrigatórios de higiene
24 Out. 1935	Portaria nº 8 251	Relativa a exames de alunos externos
28 Nov. 1935	Portaria nº 8 292	Estabelece que a disciplina de Higiene e Puericultura seja considerada para todos os efeitos do estabelecido nos artigos do Estatuto do Ensino Secundário como " perda do ano por faltas " ou "deficiência de aproveitamento"
11 Abril 1936	Lei nº 1941	Remodelação do Ministério da Instrução Pública
19 Maio 1936	Dec.-Lei 26 611	Regimento da Junta Nacional de Educação: organização, competências
14 Out. 1936	Dec.-Lei 27 084	Reforma do sistema de ensino: ciclos, regime de disciplinas; aulas e sessões, classificação dos liceus; situação profissional dos professores; Matrícula e exames
14 Out. 1936	Dec.-Lei 27 085	Programas do Ensino Liceal: programa de Puericultura no 7º ano - curso de Educação Familiar
8 Dez. 1937	Dec.-Lei 28 262	Aprova o regulamento da Mocidade Portuguesa Feminina (MPF).
7 Janeiro 1938	Dec.-Lei 28 410	Aprova o plano de uniformes, emblemas e distintivos para os dirigentes auxiliares e filiados da M.P. e M.P.F.
30 Junho 1938	Despacho	Torna públicas as normas para os relatórios liceais
30 Out. 1939	Portaria 1939	Autoriza a OMEN a instituir o " curso de Visitadoras escolares", com a duração de 3 meses, abrangendo as disciplinas de Educação Moral e Cívica e Moral Profissional, Noções Gerais de Educação, Higiene Geral e Higiene Escolar, Enfermagem e Elementos de Legislação Sanitária e Formação Técnica, e bem assim a estabelecer as condições gerais de matrícula. Programas a adoptar no ano lectivo de 1939-194
9 Set. 1941	Circular 758	Dirigida aos reitores e dispõe sobre a publicação e circulação de jornais escolares
31 Agosto 1942	Dec.-Lei 32 234	Extingue as Associações Escolares e transfere a coordenação das actividades circum-escolares para as M.P e M.P.F.
19 Março 1943	Circular 924	Determina que os liceus façam a entrega aos centros escolares da Mocidade Portuguesa dos bens das associações escolares.
26 Out. 1943	Portaria 10515	Estabelece as normas a observar nas cantinas escolares da Mocidade Portuguesa e da Mocidade Portuguesa Feminina.

1 Set. 1943	Dec.-Lei 33 018	Estabeleceu a preferência na colocação nos Liceus das professoras auxiliares que prestavam serviço nos centros das M.P. e M.P.F.
1 Set. 1943	Dec. -Lei 33 018	Alteração da carga horária a Trabalhos Manuais, Desenho...
18 Maio 1945	Dec.-Lei 34 616	Reforça o apoio às actividades extracurriculares da M.P.F. ao dar redução de horas aos professores do liceu ao serviço da M.P. e M.P.F
8 Out. 1945	Circular 1207	Transcreve uma proposta do comissário nacional relativa à resolução de conflitos registados no processo de incorporação na Mocidade Portuguesa de bens com origem nas extintas associações escolares.
2 Nov. 1945	Circular 1212	Obriga a que se cumpram as medidas legisladas sobre as actividades circum-escolares que a Mocidade Portuguesa tem à sua responsabilidade nos liceus.
12 Out. 1946	Dec.-Lei 35 905	Transformação da secção em Liceu Rainha Sta.Isabel..."o acréscimo da frequência feminina nos últimos anos (....)o desenvolvimento que tem tomado a construção nas áreas de Lisboa e Porto, que são servidas respectivamente(...) pela secção do Liceu Carolina Michaelis trouxe a estas secções um aumento tal da população escolar que justifica a providência de se lhes dar vida própria transformando-os em liceus"
26 Out. 1946	Dec.-Lei 35 918	Autoriza o Ministério a celebrar contrato de arrendamento do edifício contíguo ao das actuais instalações do Liceu Rainha Santa Isabel para ampliação das referidas instalações
17 Set. 1947	Dec.-Lei 36 507	Reforma do Ensino Liceal de Pires de Lima
17 Set. 1947	Dec.-Lei 36 508	Estatuto do Ensino Liceal
22 Out. 1948	Dec.-Lei 37 112	Novos Programas do Ensino Liceal
22 Abril 1949	Circular 1579	Trata da Semana das Colónias
21 Julho 1948	Circular 1524	Processos de isenções de propinas e bolsas de estudo
15 Abril 1950	Circular 1635	Trata da interferência da M.P.F. nas festas escolares a realizar nos Liceus
18 Abril 1950	Circular 1638	Trata das faltas dos alunos à milícia da M.P. e M.P.F.
20 Maio 1950	Circular 1646	Trata da relevação das faltas às actividades da M.P.F dadas pelas alunas dos 2º ciclos do Liceu
14 Junho 1950	Circular 1662	Diz que nenhuma festa pode ser efectuada no Liceu sem autorização da Reitora e sempre em colaboração com as entidades da M.P. e M.P.F.
13 Out. 1950	Circular 1695	Diz -se que os alunos dos 6º e 7º anos devem frequentar obrigatoriamente as Sessões de Religião e Moral, Ed. Física, Canto Coral, Lances e da M.P/M.P.F.
29 Dez. 1950	Dec.-Lei 38 122	Autonomizou a M.P.F. da OMEN e tornou obrigatório aos professores o serviço nos centros escolares da Mocidade.
16 Dez. 1952	Circular 1830	Trata da redução de serviço docente por cargos desempenhados na M.P/M.P.F

III) Guião das entrevistas ¹³⁸

A. Dados Pessoais

Ano de nascimento:

Habilitações Literárias:

Estado Civil:

Relação com a instituição:

- período em que foi aluna:
- período em que foi professora:

B. Dados Familiares

Profissão do Pai:

Profissão da Mãe:

Nº de irmãos:

C. Tópicos de reflexão no campo das experiências pessoais na área das Actividades Circum-Escolares:

- Sessões Culturais
- Teatro/Festas Escolares/Orfeão

¹³⁸ Na recolha do testemunho da Dra. Maria Aurora pelos diversos papéis que desempenhou no Liceu foram ainda considerados outros itens no guião nomeadamente:

- Relação com a instituição: período em que foi directora-adjunta do Centro da M.P.F., Vice-Reitora e Reitora
- Ser mulher à luz dos valores promovidos pela M.P.F era...
- Algum episódio marcante... dificuldades sentidas como responsável do Centro...
- Até que ponto considera que a educação recebida no Liceu e aprofundada pelo envolvimento na M.P.F. foi importante nas opções de vida e na forma de se relacionar com a sociedade?

A resposta a estes tópicos foi dada de modo indirecto, na medida em que a entrevistada imprimiu sempre uma dinâmica pessoal à entrevista que optámos por respeitar.

- Visitas de Estudo/Excursões
- Assistência Social
- M.P.F. (farda, hino, desportos, colónias/campos de férias)
- Outras iniciativas

Até que ponto considera que a educação recebida no Liceu foi importante nas opções de vida que tomou e na forma de se relacionar com a sociedade?

Algum episódio marcante como professora ou aluna....

IV) Registo da entrevista realizada à Dra. Maria Emília Lourenço em 11 de Março de 2004

A entrevista inicia-se com a indicação dos dados pessoais da entrevistada e é a propósito do início da relação da mesma com a instituição que a dinâmica da entrevista é encaminhada para a reitora Hermengarda Guedes que:

-... era uma pessoa seca, mas de um coração de ouro. Ela o que tivesse a dizer dizia, mas (paragem de alguns segundos) depois tinha logo a seguir uma palavra amiga a dar-nos. Portanto isso marcou-me sempre muito, coisa que outras pessoas não me marcaram, não é ...Essa realmente foi uma pessoa extraordinária

A seguir fala de quando concorreu para lugar de efectiva e conta que quando entregou o boletim apenas se candidatou ao lugar no Rainha e a reitora mostrou a sua surpresa, ao que Maria Emília argumentou que apenas lhe interessava aquele lugar por razões de residência (não transcrevi este excerto da entrevista porque desgravei acidentalmente, parte dele)

-...entreguei-lhe o boletim e pronto aceitou o boletim e imediatamente fiquei colocada lá efectiva e fiquei lá colocada até 1993.... Gostei muito foi o liceu a quem eu me dei na totalidade fiz tudo o que podia... e ... (pára, reflecte sobre o passado e continua) ... coisa como é que era possível no tempo da nossa ex-reitora meterem-se meninos dentro do nosso liceu, quando era um liceu de meninas. Não é?!... É um bocado difícil não é... e eu consegui fazer o primeiro baile de finalistas de Rainha e Alexandre Herculano no nosso ginásio, servido, elas todas de vestido comprido, eles com as suas capas e batinas, todos bonecos ...e andei eu a ensinar-lhes a dançar a valsa porque eles não sabiam!... Não sabiam. E fiquei um dia com um calcanhar ...com um bocado da carne tirada, porque eles, coitadinhos, eram uns pés de chumbo, mas eu dizia-lhes: Oh

rapazes não tenham problemas (... eu era catraia também, não é...) agarre-se ... deixe-se levar e tal... e pronto eles lá iam coitados.

(com uma voz entusiasmada e contagiante, ao recordar o episódio). **E a reitora autorizou** (com um tom de voz mais circunspecto, sério) **por alguma coisa era, é porque ela realmente entendia que eu que tinha, que era uma rapariga com** (interrompi para perguntar se ainda tinha sido antes do 25 de Abril) **... foi antes do 25 de Abril, antes do 25 de Abril...**

Perguntei-lhe se recordava quando tinha sido esse baile de finalistas ...

-Ora bem eu tenho para aí fotografias, mas assim nomes, datas não sei..., ora bem isto foi antes do 75... (Presumo que se queria referir ao 25 de Abril). **Uma portanto, não sei... eu fui para lá em 66...70...72... não sei ... também é uma coisa que eu depois veja, nas fotografias que tenho e então fiz, esse baile.**

-Perguntei-lhe se ainda era a reitora a Hermengarda Guedes confirmou-me e eu pedi-lhe para me esclarecer da data em que a Maria Aurora se tinha tornado reitora...

-A D. Aurora (corrige o termo Dra. para D. como se referiam na época à reitora e vice reitora) era a vice – reitora da casa de baixo, da velha ... (explica-me que o liceu funcionava nas instalações que possuía até recentemente e ainda numa extensão em baixo. Tendo sido professora inicialmente em baixo, depois em baixo e em cima e depois passou só para cima) **... depois, entretanto, foi aquela mudança radical, não é... que se teve que se fechar a secção, ...**

Perguntei se a secção tinha sido fechada a seguir ao 25 de Abril...

- Sim. Sim... O 25 de Abril eu passei-o ainda lá em baixo, onde os pais naquela ...(procura a palavra adequada) **ânsia não sabiam dos filhos, os carros dos militares a passarem, a irem buscar os filhos, toda a gente... professores e tudo fugiu tudo... porque todos eles tinham filhos aqui e acolá ...eu só telefonei ao meu filho... que era ali à beira...** (morava na rua D. António Carneiro, do liceu, próximo da casa - museu sita nessa rua) **... e eu telefonei ao meu filho e disse-lhe: Zé vai buscar a tua irmã a D. João IV.... Metei-vos em casa, porque ele já estava no Alexandre, ... e ficas lá com a tua irmã...Telefonei ao meu marido para o consultório, muito aflita, e**

disse: ...tem cuidado, olha que houve uma revolução... e ele disse: Oh! Eu não tenho medo..! (repetiu o que o marido lhe respondera num tom de voz relaxada e depois volta ao relato da situação no liceu) **Toda a gente fugiu... fiquei eu, a Maria Aurora, que era a vice reitora, e a Maria Augusta Cramês(?), que era professora de Educação Visual. ...Eu julguei... aquilo podia-se dar ali uma catástrofe, uma coisa terrível, porque aquilo era uma casa muitíssimo velha, as escadas, todas de madeira, elas rangiam por todos os lados... Toda a gente a subir e a descer, aquilo era um horror** (dito com um tom de voz muito intenso) **aquilo podia ter sido um horror. Mas eu é que achei que não devia abandonar aquilo, porque as crianças é que estavam ali, e eu também tinha filhos!!!. Mas eu já tinha tratado dos meus, já os mandei para casa, pronto. Agora o resto a pessoa também tem que ver o que é que se passava, e, entretanto aquilo terminou, as crianças pusemo-las todas na rua e viemos embora.** (Ao referir-se à apreciação da sua atitude durante os acontecimentos, ainda que eu não tenha levantado nenhuma questão) **...as benesse eram só feitas para alguém, mas pronto tudo bem aquilo era um, como é que hei-de dizer, era um casulo onde entravam só os bichos-da-seda que elas queriam ...**

-Pronto e corri e sofri, quer dizer trabalhei muito, dei tudo o que tinha, fiz coisas maravilhosas naquela casa, coisas que nunca se fizeram, nunca se fizeram, mas claro como tinha já lá uma... (pausa) mais velha, que até foi minha professora...a D. Maria Antonieta, que já morreu coitadinha...

(Relata episódios a este propósito)

-...fui tirar uma bola de um armário, que estavam completamente novas. Eu quando para lá fui claro, (sorri) acabada de tirar o curso, o que é que eu queria?!... Queria fazer tudo quanto o que houvesse de melhor... claro as luzes no ginásio, o tecto era muito baixo, as bolas iam lá, estavam a descoberto as luzes... a bola na mão é uma pedra, portanto, vai para qualquer lado... Então a reitora, coitada ... ela percorria o liceu todo todos os dias, era desde o recreio até às salas, corria tudo, ela passava assim o dedo pelo peitoril das janelas (e exemplifica como procedia a reitora) **...Ela um dia chegou lá, à porta, bateu à porta, bateu à porta não,**

que ela não batia à porta, abriu a porta do ginásio, eu estava a dar uma aula de voleibol e diz-me ela assim. (Num aparte recorda que a reitora dissera às meninas para se sentarem no que elas obedeceram prontamente pois elas tinham **um medo à reitora desgraçado.** (E continua recordando o que a reitora lhe havia dito, num tom de voz duro e elevado)”**Maria Emília isto não pode continuar, as lâmpadas estão sempre a ser partidas, isto não pode continuar.” Eu disse** (também num registo de voz elevado): **“Meninas façam favor... virei-me para trás... e disse Meninas façam favor... Ah, eu só lhe disse assim** (O tom de voz suaviza-se): **Sra. Reitora, eu não tenho culpa o tecto é baixo, não tem protecção, uma bola vai lá e parte”** (Volta ao tom de voz mais elevado, ao lembrar o que disse às alunas): **“Meninas façam favor, peguem nas bolas, guardam-nas nos armário” Porque até nunca tinham sido usadas, portanto nunca se tinha partido uma lâmpada. Mas claro** (recorda), **aquilo diante das alunas... ela estava a falar comigo e as lágrimas a correrem-me pela cara abaixo e chorei que Deus me livre... Entretanto ela saiu, estava quase acabar a aula aparece-me a D. Débora a empregada e disse-me assim: “Sra. Dra. a Sra. Reitora pede para falar”. Lá bati, ...a Sra. Reitora dá-me licença.** (faz um aparte para explicar que quando chora fica com o rosto muito inchado e deformado, para se perceber o comentário da reitora)...**Olhou para mim e disse: “Ainda está assim?! Ora ponha lá essa cara bonita que tem e vamos embora.” Está a ver?!** (diz para mim) **Eram estes... contrastes que ela tinha que deixavam uma pessoa E eu digo-lhe, sinceramente, eu acho que ela realmente de vez em quando exagerava, porque ela não tinha, ela não media. Ela podia-nos chamar atenção fora, fosse de uma empregada fosse uma aluna ou qualquer coisa, não interessava. Mas não. O que é ... ela tinha... o íntimo dela era tão bom que ela imediatamente nos chamava, para nos dar logo a volta. No dia em que foi esse dito cujo baile, eu tinha aulas até à uma e meia, num sábado, e eram para aí 10 horas, eu andava ajudar as alunas a porem as mesas no ginásio, a dispormos aquilo tudo e tal. E ela entra** (o tom de voz denuncia o respeito que a reitora impunha). **Eu fui logo à porta claro, a gente tinha-lhe um medo terrível, e diz-me ela assim: “Maria Emília o que está aqui a fazer? Sra. Reitora estou a ajudar a pôr as mesas**

para logo e tal.” (diz isto num tom de voz submisso) E diz ela assim: “As mesas?! Faça favor vai ao cabeleireiro, vai-se pôr bonita, porque logo tem de estar jeitosa. Tá bem?... Mas ó Sra. Reitora eu tenho aulas até à uma e meia (diz isto num tom de voz submisso). *Já lhe disse faça favor vá embora, vá ao cabeleireiro, vá arranjar-se.*”. Portanto eram estas coisas que nos... (procura o termo mais adequado) *enchiam e de quem eu tenho muitas saudades mesmo. Tenho mesmo... Mas era pior a vice-reitora do que ela, a vice – reitora era má.* (Pedi para esclarecer se tratava de Maria Helena Cardoso, confirmou-me, e reforça:). *Essa era má. Depois de uma récita que nós fizemos no Coliseu, com o Alexandre Herculano, em que a Dra. Mariberta que ensaiou o teatro e eu ensaiei as danças e aquelas coisas todas e tal* (manifestei a minha surpresa pela colaboração constante que parecia existir entre os dois liceus e a Dra. Maria Emília respondeu-me que era bastante frequente, embora não fosse sempre). *E ela chamou-me, encontrou-me no corredor e diz-me ela assim:”Olhe lá, ó Maria Emília* (tom de voz autoritário) *como é, então diz que apareceu uma menina grávida do nosso Liceu na festa?! Sra. vice- reitora que eu saiba, não* (faz esta afirmação num tom de voz que revela subtileza), *que eu tenha conhecimento, não. Uma menina grávida!!! Sim toda a gente na cidade do Porto comenta isso* (tom de voz elevado e inquisitivo, quando reproduz a afirmação da vice-reitora), *que apareceu uma menina grávida do Rainha Santa Isabel, por causa da festa, na festa e não sei que mais. E eu disse ó Sra. vice-reitora eu peço muita desculpa, mas isso aí deve haver um grande equívoco, porque só se for, estar relacionado, de certeza absoluta, com um nº que apareceu que era uma passagem de modelos feita com rapazes e raparigas, em que ia um rapaz do Alexandre vestido à mulher grávida”...A nossa reitora dizia assim:”Cala-te, cala-te Helena, não digas nada. Quer dizer ela no fundo era uma pessoa ... de uma certa idade, mas via as coisas por outro prisma, era uma pessoa realmente com muito nível. Eu acho que ela tinha muito nível a nossa reitora. Embora, pronto, como lhe digo tivesse esses defeitos, mas que a par desses defeitos tinha muitas virtudes.*

-Essas coisas que me falou, quer do 1º baile, quer o teatro eram sempre no final do ano? Eram as festas do encerramento do ano? Ou eram noutro período?

-Não eu acho que não eram no fim do ano, acho que não. Fim do ano geralmente era as festas da Mocidade, que eram aquelas festas promovidas pela Mocidade Portuguesa em que íamos para as Antas, para o Bessa. Eu lembro-me de uma vez levei 14 grupos, de 14 meninas, com arcos, eu fiz 4000 e não sei quantas flores, eu fiquei doida (recorda, agora, o evento num tom divertido)!!! **Eu estava doida** (diz num tom muito divertido), **mas realmente.... Outra com bolas cada menina... 14 grupos de 16 ou 14 meninas todas cada uma com a sua bola rítmica imagine o que é controlar aquilo tudo... É de uma pessoa ficar doida** (diz num tom carinhoso), **mas eu realmente era mesmo doida naquela altura.**

- Mas metia-se....

- Metia-me. Ai metia-me, e adorei aquilo que fiz. Dei...

-Cansava-se? ...

- Sim. (mas não parece ser importante agora que recorda., pela forma rápida com que avança para outras evocações). Mas fazíamos muita coisa, fizemos ...Tínhamos um grupo de ... de corte e costura com a D. Olga Bastos que era a professora de Trabalhos Manuais ...fizemos uma passagem de modelos lá no Liceu também muito engraçada, também tenho fotografias, mas no Liceu, no arquivo, lá no álbum que há estão lá ...

(Explico que não posso ir ao arquivo...porque não me deixam, porque está em obras e a Dra. Maria Emília disponibiliza-se a compilar as que tem, ... voltámos depois ao tema que estávamos a recordar.)

- ... era trabalho que ficou e tal e foi muito engraçado essa passagem de modelos foi muito gira ...

-As roupas foram feitas pelas alunas?

-As ...

- O grupo de corte e costura..?

- Sim, sim, sim, sim, e elas iam ... eram vestidos compridos, havia duas que era a Angélica e a outra moça, já não me lembro muito bem o

nome dela, que apresentavam o desfile, foi no ginásio, muito engraçado que estava ... entre robe e camisinha de dormir, entre vestidos compridos, saias, blusas, vestidos ...estava muito engraçado...Foi muito giro (recorda num tom de voz carinhoso, mas não saudosista).

Pronto, quer dizer, foram actividades giríssimas que nós tivemos.

No tempo do Professor Godofredo, que era de Música, que já morreu também, tínhamos o nosso grupo de música ...

- Era um grupo que funcionava como o orfeão, ou assim, ou não tinha nada a ver?

- Houve como lhe disse à dias (em conversa telefónica) de facto, um orfeão, mas de alunas, mas isso num tempo que eu já não conheci (Esclarece num tom de voz afirmativo, de modo a que não persistam dúvidas). Que era no tempo da Maria Aurora Pereira, quando ela era aluna. Portanto já não é do meu tempo.

Agora nós tínhamos era o grupo de professores era ... muito giro (expressão muito recorrente nestas evocações) e fizemos uma vez uma récita à noite no Liceu, no Rainha, e eu fui ali à Capela das Almas, que dou- me muito bem com o dono e fui lá pedir e ele ofereceu- me, mandou-me lá pôr uma passadeira vermelha, de alto abaixo do ginásio. Aquilo estava muito giro, estava muito giro ... Nós vestidas com ... deixe-me ver, de branco... era saia... saia e blusa branca, parece que era assim e depois havia outra parte em que estávamos vestidas, eu e outra que era a Maria do Carmo Castelo Branco, que era professora de Românicas, e era orientadora de Estágio, de “Vianesas” as duas e então eram aqueles versos à desgarrada uma e outra... Estava, muito engraçado, foram coisas ... (E atalha ...) Passaram-se coisas realmente muito, muito bonitas. Passaram-se outras não tão bonitas, não tão agradáveis ...Eu posso dizer que para mim, para mim (reforça) ... Agora havia claro, como lhe disse à bocado, um casulo onde entravam só as pessoas que ...

-Eu ia exactamente colocar-lhe esta questão que era a seguinte: Se a Sra. Dra. se propusesse a realizar uma actividade, por exemplo, tinha liberdade para a fazer, para a propor ou...?

- **Não eu fazia ... primeiro propunha à reitora e a reitora é que me dava ou não autorização. Nunca me disse: “Não faça”** (eleva o tom de voz, para reforçar a ideia) **Nunca me disse: “Não faça”** (Repete, num tom mais sereno). **E depois dessa récita que fizemos no Coliseu, em que a Dra. Mariberta ensaiou....**

Ai fizemos outra muito engraçada lá no Liceu que foram no Centenário das Comemorações Luso-brasileiras, também que a Mariberta ensaiou o teatro, muito engraçado, e eu ensaiei o samba, elas estavam muito giras, muito giras ... há coisas muito engraçadas (o tom de voz deixa transparecer uma certa nostalgia,). **E pronto** (recupera o tom de voz vigoroso), **quer dizer, coisas bonitas que se fizeram, mas nunca a nossa reitora me disse: “Não faça Maria Emília”** Ela dizia-me sempre que sim: **“Quer fazer Maria Emília? Faça, tem todo o meu apoio”**. **E eu fazia. Eu fazia e dava, olhe que chegava a sair ... eu chegava a entrar no Liceu às 8,30h e chegava a casa às 9h da noite. Nunca ninguém me pagou uma hora!?... Mas eu dava-a porque queria, porque gostava que aquilo saísse à minha maneira. Pronto, ou tinha que sair bem ou então não me propunha. E pronto coisas realmente, que eu não gostei tanto, mas pronto, mas essas coisas acontecem sempre... não é?... Ainda hoje, mesmo, há coisas que eu noto que ...pronto era tudo muito bonito e tudo isso, mas há sempre aquele ressentimento em que a pessoa que me antecedeu nunca fez nada e como tal eu depois quando comecei a fazer isso não foi aceite por muita gente.** (O tom da voz revela alguma mágoa). **Na maioria foram... mas aquelas mais antigas não aceitaram muito... achavam que realmente ela é que era...**

- Se calhar até pensaram que seria um abuso da pessoa?...

- **A vice – reitora, coitadinha que também já morreu, a Helena Cardoso, dizia muitas vezes às empregadas: “Ela não é doutora. A única doutora aqui é a doutora Antonieta.”** (Tom de voz elevado).

- Sentia-se essa discriminação no tratamento... não é!?

-**Sim, ... eu isso marcou-me muito, marcou-me muito e digo-lhe - entristeceu-me muito e muitas vezes me lembro disso e até penso: “ Meu Deus, tirai-me essas coisas da minha cabeça porque isso**

martiriza-me” Porque eu dei tanto, eu sei que dei tanto aquela casa, dei tanto aquela escola, que realmente ... Pronto, mas havia só... E um dia a Dra. Mariberta, honra lhe seja feita, ela disse-me:”Maria Emília estão a fazer-lhe essas coisas deixe, eu trato de a defender, que eu sei. Pois é, a Maria Emília fez coisas que as outras não fizeram!?” Está a ver... e ela realmente ...

-Não queria louros, eu não queria, fiz porque sentia que me dava gozo. Pronto dava-me gozo, mas acho que realmente, não sei se hoje? Bem, também tinha outra mentalidade ...

- Se calhar voltava a fazer o mesmo ?

- É. É capaz, já estava dentro de mim...

- Penso que é uma pessoa dinâmica que nunca se sujeitaria a um papel de ficar a olhar...

- Eu, por exemplo, hoje tenho problemas graves na coluna ... e todos os médicos dizem: “A senhora está a pagar a factura daquilo que fez.”Quer dizer não devia ter feito, porque enquanto colegas minhas ficavam no ginásio a fumar e a conversar e davam a bolinha para os meninos irem lá para fora. Eu não!! Estava a dar a aula a jogar, a fazer cambalhotas, a saltar no plinto etc., etc., etc., tanto fazia para eles verem, como depois os estava a ajudar... (Refere-se ao período pós 25 de Abril) Ora alunos já com o 11ºano ...(Volta novamente as actividades extra-curriculares)

-Pois tudo bem, olhe fiz coisas muito engraçadas ...fiz um dia por altura do Carnaval uma dança dos palhaços que aquilo foi um espectáculo mesmo ... bem, olhe fiz muita coisa, muita coisa...

-Estas actividades eram ...

- Eram circum-escolares...

-... mas eu também queria perguntar onde é que elas se realizavam? No liceu, em que parte é que vocês faziam estas demonstrações?

-Tudo no ginásio.

- Tudo no ginásio e o teatro faziam no ...?

-Muitas delas, outras no Coliseu...

- E como é que isso acontecia? Vocês contactavam o Coliseu?

- **A Dra. Mariberta é que tratava disso.**

- Visitas de estudo Sra. Dra. ...?

- **Fizemos muitas, muitas, não é, a Conimbriga, ali a Singeverga, a Alcobaça, sei lá. tantas Coimbra, Aveiro, Viseu, sei lá ...**

- Essas visitas de estudo...

- **Essas já eram organizadas pelas directoras de turma, não é? E depois geralmente juntavam-se duas ou três turmas ...**

- E eram os directores de turma que escolhiam os professores ou eram os professores que se propunham?

- **Não, geralmente eram os directores de turma que pediam aos colegas para irem. Claro que eu, como lhe digo, fui a muitas, porque as minhas colegas gostavam, porque eu era animada, muito animada e tal. Havia outras que nem sequer se lembravam de mim porque achavam que eu não entrava naquele tal casulo, não é?... Estava fechado demais, tinha muitas fechaduras e não dava para eu poder dar largas à minha imaginação** (diz isto num tom de brincadeira e com alguma ironia).

Podia estar tudo muito bonito...

- Em termos de Biblioteca? Era muito procurada?

- **A Biblioteca ultimamente ela mudou e para melhor foi uma pena até termos mudado do Rainha porque era um biblioteca moderna e estava muito bonita e era bastante procurada pelos alunos. A princípio não, estava assim muito antiquada e tal só mesmo aqueles marrões, como se costuma dizer, é que iam para lá. Mas ultimamente não, tinham actividades muito engraçadas, faziam muitos colóquios levavam muitos escritores lá...**

- Já me falou do teatro, das festas, do orfeão, e as sessões?

- **No meu tempo, mas não foi aqui no Rainha, foi quando eu andava a estudar, lá em Viseu, tínhamos sempre uma Sessão Solene em que eram entregues os diplomas de assiduidade, que eu tenho imensos, que eu nunca faltava, mesmo nem como aluna nem como professora, não gostava de faltar. Entrega de prémios aos melhores alunos ou aqueles que entravam nos quadros de honra ...Ali nunca... pelo menos no meu tempo nunca houve nenhum.**

- Os relatórios a que tive acesso também não fazem referência a nenhuma sessão de abertura...

- ***Era lá em Viseu fazíamos muito ... isso... muito, muito engraçados, até essas sessões eram bastante, bastante ...***(procura o termo adequado) ***culturais e as crianças gostavam imenso, acho que sim. Mas ali não. Nunca. Não me lembro. Eu não me lembro. Eu estive lá desde 66 a 93. Mas nunca assisti a nenhuma, nem tenho conhecimento realmente de nenhuma. Lembro-me, a única coisa no 25 de Abril, uma Assembleia Magna... de resto. Lembro-me no 25 de Abril também, que nós estávamos numa reunião na Sala de Geografia e havia alunas a dizer: "Olhe Sra. Dra. já há sangue lá fora, eles têm o portão fechado a cadeado, não deixaram entrar ninguém" Mas não estava a cadeado. " Agora há professoras que querem ir buscar os filhos". Os infantários depois fechavam, não é?*** (Saiu para fora para averiguar o que se passava) ***"Ei aquilo é que era ...rapazes e raparigas e elas queriam sair eles não as deixavam ...***

(***Há*** uma troca de palavras entre a Dra. Maria Emília e os jovens que resistem a deixar passar e as portas acabam por ser abertas por Maria Emília, que apesar de tudo refere que ***"tivemos de tirar as miúdas, as comunas todas pela Rua da Lomba que ainda existia lá o portão... senão eles linchavam-nas, linchavam-nas, pura e simplesmente"***)

Fala depois de acontecimentos mais recentes ligados à reflexão da sua relação com os alunos e que optei por não transcrever por estarem fora do âmbito desta investigação.

- Nos cursos de formação feminina que falámos a bocado, já me falou de alguns do Corte e Costura, ...que outros existiam?

- ***Haviam os bordados ... no Natal fazíamos sempre...as alunas, carapinzinhos, casaquinhos ...***

- Há os tais enxovais ...?

- ***O enxovaizinhos que depois nós íamos levar...***

- Como é que vocês escolhiam para dar? A quem é que davam?

- ***Geralmente íamos a instituições de caridade, não é? Ou íamos onde houvesse...***

- Portanto não eram entregues directamente às famílias?

- **Não, às instituições ...**

- "O Abrigo dos Pequenininhos" era para aqui?

- **Era junto às Fontainhas... quem vai mesmo para a Feira da Vandoma ...Íamos às Lazaras também, mas isso já levávamos rebuçados chocolates, arroz, bolachas ... Pronto... coisas para as velhinhas. Depois aproveitávamos sempre cantávamos umas coisas, dançávamos para elas ... enfim.**

- Mas isso era promovido por vocês ou pela Mocidade Portuguesa? Era integrado nas actividades da Mocidade não era?

-**Era integrado... pois, quem organizava isso... nós andávamos sempre a reboque ...**

- Como é que eram escolhidos os professores que colaboravam com a Mocidade Portuguesa?

- **Éramos obrigadas todas a participar ...**

- Mas tinham reduções no horário ou não?

- **Nada, não, não nada, nadinha, nadinha nós trabalhávamos após o nosso horário de trabalho. Ah, pois era pós-laboral.**

- E eram obrigadas a participar?

- **Éramos obrigadas porque por exemplo o Liceu... tem de fazer isto, tem que apresentar tantos grupos e nós tínhamos que fazer...**

- Eles é que determinavam os grupos!?

- **Ah sim, mas aquilo vinha de lá de cima ...**

-As coreografias e tudo?

-**Sim, sim, nós só treinávamos aquilo que nos vinham demonstrar de Lisboa. Vinha sempre cá uma professora para nos exemplificar o esquema. E depois nós perante aquele esquema, era nos dado a cassete, e nós depois durante aquele tempo tínhamos que treinar as criancinhas todas.**

- E essas diversas demonstrações depois eram para o final do ano ou ...?

- **Era geralmente para o 10 de Junho...**

- Para o 1 de Dezembro nunca faziam nada?

-Não, era só o 10 de Junho. Que era ou nas Antas, no Estádio das Antas... fizemos um de rítmica no Estádio das Antas, fizemos um com arcos que foi no Bessa, fizemos outro no Estádio do Lima, no antigo...não sei se era só de ginástica?

- Mas sempre organizados pela Mocidade?

- Pela Mocidade...

- E estes berços e enxovais que se faziam eram actividades desenvolvidas dentro da Mocidade?

- Dentro da Mocidade...dentro das aulas ...

- Mas estas aulas aconteciam depois das outras... das aulas normais?

- Não, eram aulas normais, era o horário que as alunas tivessem, não é? Pronto, se haviam de estar a fazer outras coisas faziam aquilo. Não estava pronto?

-Tinham que acabar em casa?

- Acabavam em casa e levavam e depois iam juntando, por exemplo, menina tu trazes uma dúzia de ovos, outra traz 2 kg de arroz, outra traz isto, outra traz aquilo, não é obrigado era o que quisessem levar. Pronto, assim se ia juntando fazia-se o cabaz e depois no final, então, entregava-se, geralmente no Natal.

- Em termos de fardas da Mocidade Portuguesa, as alunas não aderiram muito pois não?

- Não, não aderiram muito, porque aquilo já era... já era... (pausa procura os termos adequados) cada uma, quer dizer, aquilo já era estipulado para determinadas... (notório embaraço na descrição da situação, não quer, não se recorda, não sabe...) Como isso era não sei. Mas que eram meninas escolhidas lá pela “comandita”, como se costuma dizer, era.

- E essa “comandita”era?

-Eram as superiores, não é? Pronto.

- A D. Maria Aurora era a directora do Centro, mas a reitora ...?

- A nossa reitora nunca se metia nisso.

- Pois, mas ela é que aparecia como directora do Centro?

-A Maria Aurora é que era, era ela que ...

- Mas a reitora é que aparece como responsável?

- Não, não ela era uma pessoa muito comedida, que não dava nas vistas ...

- A Cantina e a Papelaria estavam também a cargo da Mocidade Portuguesa. Eu ouço muitas vezes as referências a almoços e sopas...

- Eu durante o tempo que lá estive o almoço era, então uns pãezinhos, assim pequeninhos, eu lembro-me perfeitamente disso, havia lá uma empregada que era a Paulina ... mas era uma refeição normal.

- Naquelas aulas de Culinária que havia elas nunca estavam a fazer nada na Cantina?

- Houve uma época em que havia aulas de Culinária... (Não parece ter memórias destas aulas tem é presente um curso para professoras criado já posteriormente, fora do âmbito do Estado Novo)

V) Registo da entrevista realizada à Dra. Maria Aurora Pereira
em 29 de Março de 2004

A entrevista iniciou-se com a relação da entrevistada com a instituição ...

- **Eu andei até 1946/47...**

- Portanto saiu mesmo no ano da reforma de Pires de Lima...

- **Sim, sim. Foi nesse ano de 46, no dia 12 de Outubro, a secção do Liceu Carolina Michaelis passa a Liceu Rainha Santa Isabel.**

- As instalações?

- **As instalações de 1940 a 1946 eram apenas** (faz uma ligeira desaceleração da voz para pensar) **constituídas pela 1ª casa que faz esquina entre a rua do Heroísmo e a Rua António Carneiro. Essa primeira casa ... que se prolongava por um quintal, ... e que se prolongava por uma mata. Em 1947, portanto já em 1946 se iniciaram as obras, o Liceu passa a anexar o edifício contíguo... que pertenceu ao antigo Colégio Nun`Alvares, colégio de rapazes. Portanto durante tempo em que eu andei no Liceu, funcionava ao lado o Colégio Nun`Alvares... Portanto a partir de 47/48 as aulas passaram a ser dadas não só neste antigo edifício (vai desenhando com os dedos os diferentes espaços) como também no outro edifício contíguo e ainda num outro, separado por um espaço, (que funcionava como recreio) ao qual nós chamávamos cavalariça. Está ali ... (aponta para um desenho do antigo edifício do Liceu, que se encontra na parede do Salão, oferecido por uma aluna) desenhado por uma aluna... Deram-me quando eu saí... (Pega na reprodução e aponta-me os diversos espaços que havia referido).**

- **A secção do Liceu Carolina Michaelis tinha, nessa altura, como Vice-Reitora a Dra. Hermengarda Malvar Guedes e a Reitora era a Dra. Maria Eulália Balacó, que pontualmente ia à secção fazer uma visita ao sábado na Cantina e conversava um bocadinho, já nessa altura, conversava um bocadinho com as alunas. Mas muito pouco, era uma**

conversa aqui, outra conversa acolá, nunca houve um diálogo muito grande ...

- Próprio da época também...?

- Sim, nunca houve grande diálogo entre professores e alunos....

- Mesmo depois com a D. Hermengarda ...?

- Mesmo depois com Dra. Hermengarda. A Dra. Hermengarda, para mim, foi uma pessoa austera, quer dizer, a 1ª imagem que tenho da Dra. Hermengarda é de uma pessoa austera, da qual eu tinha um certo receio. Mas à medida que foi passando o tempo eu encontrei nela uma amiga, uma conselheira, uma pessoa que sabia ralhar, mas também sabia dar um sorriso (reforça esta palavra), percebe, quando realmente nós nos portávamos bem, ou fazíamos qualquer coisa bem feita. Sabia estimular no momento próprio, sabia limpar uma lágrima, portanto, à medida que o tempo passou eu fui modificando a imagem da nossa Reitora. Mais tarde quando entrei como professora para aquela casa, foi ela quem me acolheu de braços abertos na Reitoria, mas sempre (reforça esta palavra) com aquele aspecto austero. Simplesmente me entregou o horário e disse-me: “Aqui tens o teu horário. Bem-vinda a esta casa.” E lembro-me que eu nem tive coragem de ir para a sala dos professores. Fiquei assim no corredor e entretanto passou uma professora que tinha sido minha antiga professora, penso que foi a Dra. Elvira Arriscado, que me disse: “Ó Maria Aurora venha para a sala dos professores”. Então eu fui para a sala dos professores. Tinha um horário com 8 turmas, 4 do 1º ano, portanto as meninas de 10 anos, e 4 do 4º ano, jovens adolescentes dos seus 14 aos 16 anos.

Portanto eu frequentei o Liceu como aluna e mais tarde vim a frequentá-lo como professora. Mesmo antes já de completar o curso a minha antiga professora de Geografia, a Dra. Maria do Céu Trigo Barreiros, falando com a Reitora pediu-lhe para que eu viesse, na altura dos exames, fazer exames de Geografia de 5º ano. Eu não tive possibilidade de recusar e então venho de Coimbra, no meu último ano de Faculdade, fazer exames de 5º ano. Quero dizer que estava mais aflita do que todos os alunos que passaram por mim (diz num tom de confiança) e

fui calhar a um Júri daquelas pessoas que me pareciam muito severas, era a D. Maria Rodrigues, a Dra. Catarina Peralta, Margarida Reis e eu. E, portanto, eu era uma jovem de vinte e poucos anos e de véspera tinha já ensaiado com a D. Maria do Céu ... mas de qualquer maneira sentia-me muito nervosa (reforça estas duas últimas palavras). Eu acho que estava mais nervosa que as próprias alunas, eu acho que fazia a pergunta e quando as alunas não respondiam logo de imediato eu começava a dar a resposta ... (este episódio é relatado com muito humor).

Ao fim da manhã, depois de ter feito 4 provas orais eu vim à Reitora e disse-lhe: “O Sra. Reitora, eu não continuo fazer exames. Eu sinto-me ali tão pequenina na frente daquelas Sras. todas”. Entretanto apareceu a Sra. D. Maria Rodrigues e eu achei um gesto muito bonito. Reproduz em seguida a conversa entre a Reitora e a D. Maria Rodrigues:

- “Sabes o que a Maria Aurora está a dizer? Está a dizer que se vai embora logo à tarde, que não faz mais exames, porque parece que está sempre a repetir a mesma coisa.

- Mas é a primeira vez que está a fazer exames? Olhe que eu não me parecia nada! Parecia-me já que tinha muito treino e muita prática:”

Penso que teria dito para me animar. Penso, hoje penso que me teria dito para me animar. E assim fiquei aquele ano, no ano seguinte voltei, nos anos de estágio voltei ...

- Fez o Estágio..?

- Fiz o estágio no Liceu do então D. João III, em Coimbra, porque em 52/53, quando fiz o estágio, só havia um Liceu Normal, em todo o país, que era o Liceu D. João III. Fazia-se um exame de admissão, eu fui realmente...passei muito enfiadinha a fazer o exame de admissão, porque eu tinha a certeza que em todo o país só podiam entrar 2 raparigas e 4 rapazes. Já havia discriminação, em todo o país só faziam exame 2 raparigas e 4 rapazes. Sei que no meu ano só entrei eu. Eram 4 provas escritas dificílimas, que nós tínhamos e depois tínhamos ainda duas práticas e depois tínhamos ainda umas 4 orais. Enfim era ... muito, muito apertado. Sei que as pessoas que fizeram comigo foram desistindo e eu fui até à última prova, fui até à última prova... Fui, ainda a última prova era

de Geografia e Matemática e entreguei o ponto e vim para casa e disse à minha irmã, estava em Coimbra: “Ai eu vou-me embora para o Porto, porque realmente tudo desistiu e hoje desistiu a última rapariga. Eu vou embora para o Porto.” E foi nessa altura que uma professora, também transgredindo as regras disse à minha irmã: “A Maria Aurora tem o problema de Geografia certo, (um problema que era lá de astronomia), e portanto, olha que ela vai à prova oral.” E consegui entrar... era a única....

- Qual foi o sentimento que teve quando entrou como professora?

- Lembro-me perfeitamente o que senti foi: eu voltei ao Liceu e já não entrei pela porta estreita (eu estou muito comovida sabe, são coisas que me fazem vibrar muito), já não subi pelas escadas estreitas, eu entrei pela porta larga e subi a escadaria monumental e fui ter à Reitoria. Foi-me entregue um horário e dizendo que as aulas começavam no dia seguinte. Peguei no horário, vim para casa e comecei a pensar como é que iria dar a 1ª aula aquelas meninas do 1º ano de batas brancas e laçarotes brancos na cabeça. Eram 4 turmas, todos uns amores ...(fala num tom de voz muito suave e pausadamente). Voltei a pensar, mas disse para comigo: “ Nada de planos, vou só fazer a minha apresentação, ter uma conversa individual com cada uma delas e mostrar-lhes o que é a Geografia, o que são as Ciências, portanto a beleza da pessoa conhecer o mundo em que vive, conhecer o nosso planeta Terra. Pensei só nisto em 3 pontos, julgo eu, tendo na mão apenas...sei lá bem...na mão, o livro. Tinha o livro e tinha também como material didático apenas a lousa, o giz de cor e uma vontade enorme (diz com muito ênfase) de ser professora. Uma vontade enorme, uma vontade enorme, uma paixão enorme de realmente conseguir ser eu na sala de aula e puder dar a aula como eu queria.

Penso que estou a ver-me, penso que estou a ver-me, é que desfilam na minha frente, eu estou a ver precisamente a turma A, daquele tempo e as alunas que sou capaz quase de fazer a chamada pelo seu nome, sou capaz... Então, ainda ontem estiveram cá duas dessas alunas que hoje tem 58 anos e recordam-se com todo o pormenor daquelas aulas.

Entretanto o que foi que eu fiz, portanto ...fiz a apresentação, disse-lhes realmente que era uma pessoa que vinha para o ensino com uma paixão muito grande, que gostava dos jovens, que gostava das crianças, e que portanto gostaria de estabelecer com eles um diálogo. E disse-lhes (isto era uma graça) que havia muitas coisas que eles (sic, não sei se trata de um lapso) sabiam e eu não sabia, e havia muitas coisas que eu sabia que eles também não sabiam e, portanto, que seria deste intercâmbio, desta complementaridade que iria surgir uma riqueza muito grande... Enfim eu vi aquelas carinhas assim, a olhar para mim, muito espantadas (acentua as palavras e sorri ao recordar a expressão das caras) **espantadas, eram tão engraçadas, muito espantadas... (novo sorriso ao evocar o momento) **Depois lá lhes disse o material que teriam de trazer, os cadernos, etc.... Disse-lhes que realmente que eu era uma pessoa bastante exigente comigo própria e que portanto seria exigente para com elas, que gostaria realmente, que elas levassem, quando partissem do Liceu, as mesmas recordações que eu tive quando fui lá aluna, porque para mim foi um céu aberto, aquela escola. Como escola do saber, como escola de transmissão de valores... Também penso que víamos isto de outra maneira, não é ...! Uma escola de valores, de alegria, escola de camaradagem, uma escola de vivências únicas. Portanto gostaria que elas ao partirem tivessem vivências diferentes, mas igualmente belas e realmente com oportunidades. E disse-lhes para serem grandes era preciso começarem desde logo a terem aquela verdade dentro delas e que era muito melhor dizerem sempre a verdade, mesmo que às vezes me zangasse, porque era um vulcão do tipo Stromboliano (?) (a expressão provoca o riso) Ficaram a olhar para mim... (este episódio é relatado com muito humor). Já lhes expliquei o que era um vulcão, já lhes expliquei os vários tipos de vulcões e depois qual era o vulcão de Stromboliano (?) e elas depois deram uma grande gargalhada, porque no fundo o que era? É um tipo de vulcão que tem erupções violentas, mas depois tem grandes períodos de acalmia...Depois as aulas correram dali para a frente, eu penso que ganhei a confiança, se bem que naquele tempo... (procura os****

termos que entende mais adequados), **porque tive um bom metodólogo, as aulas eram muito dialogadas ...**

- Efectivamente a Sra. Dra. imprimiu uma dinâmica às aulas que foge um bocado àquela imagem que nós temos...!?

- **Exactamente.... Exactamente ...**

- A Sra. Dra. começa logo por apelar aos sentimentos ...

- **Á verdade, à lealdade, à camaradagem ... e naquela altura, eu tenho o testemunho das antigas alunas, o que é que elas acham era a autenticidade a alegria, o entusiasmo, a diversidade das aulas que eram, para aquela altura, um pouco diferentes, porque uma grande parte das professoras, que eram óptimas, tinham as aulas muito descritivas**

- Não tinham aquela aproximação Eu estou sobretudo muito surpreendida porque de facto a Sra. Dra. fez uma abordagem...

- **Ah, sim Acho que isso eu consegui... lembro-me de uma aula em que eu mandei fazer os trabalhos de casa, pequeninas de 10 anos, que elas observassem o céu e que tentassem localizar uma estrela ou um planeta em relação a uma chaminé, ou uma torre, ou qualquer edifício que vissem da casa. Depois que, passado uma hora, voltassem a ver e vissem qual a posição em relação aquele objecto, se seria a mesma ou se teria variado. Mandei fazer um desenho para que pudessem ver o movimento de rotação da Terra. Passado um dia ou dois, as aulas eram 4 vezes por semana, então vejo uma que era Alicinha, até lhe fiz uma quadra:**

**“ Alice que foste
Alice, Alice que já não és
Alice que te voltaste
Da cabeça para os pés”**

(Rimo-nos no fim da quadra)

Era muito esperta, muito boa aluna e a certa altura estudava pouco, então não tinha aquele resultado que poderia ter se estudasse!... Um belo dia saiu aquilo. Eu vi os cadernos lá vi a torre, lá vi as estrelas, lá vi aquilo tudo muito bem, chego à Alice:

- **“Então passado uma hora onde é que estava a estrela Alice?”**

Ela só tinha aquilo, lembro-me perfeitamente, era uma chaminé e ela tinha aqui o astro, na 1ª hora e na 2ª hora não tinha nada. Eu disse- lhe:

-“Então tu não fizeste as observações?

- Eu fiz – diz ela para mim – mas somente eu não vi nada porque estava lá uma nuvem.”

(Rimo-nos)

- “Ah -diziam as outras – mas é que na minha casa não estava nuvem nenhuma!”... porque dependia da localização.

E como isto fiz com elas muitas experiências, tudo o que era práticas...tudo era feito nas aulas, tudo era registado nos cadernos diários, portanto isto dava um certo dinamismo às aulas. Quando havia uma visita de estudo ou mesmo uma excursão nessa altura eu aproveitava para uma maior aproximação com elas. Nessa altura as excursões não tinham este cariz que têm hoje, não é? Mas de qualquer maneira elas observavam...

- Eram obrigatórias não eram?

- Eram....eram.

- Sra. Dra. na excursão não podia também haver visita de estudo?

- Às vezes havia ... às vezes havia. Aproveitava-se sempre para ver qualquer coisa, mesmo no meu tempo ... no 1º ano fomos aos Carvalhos

- É um sítio onde vão muitas vezes, vão aos Carvalhos, ao Monte

- Ao Monte de Nossa Senhora da Saúde. E nós ...aproveitávamos para brincar, levar um lanche, comer e correr...

- Portanto era mesmo uma excursão...?

- Depois a pessoa teria que descrever...

- Teriam que apresentar o relatório..?

- Sim...Sim, 1º e 2º ano. A partir do 3º ano, já ...já começam a incluir outras coisas, portanto, Vila da Feira, o castelo... Mas há mais, eu lembro-me que fomos a Valença do Minho, ...

- Viajavam muito... há inclusive uma ida ao Algarve ...

- Sim, mas isso não foi no meu tempo (perdi um pouco da resposta porque havia muito ruído de fundo). Lembro-me que no meu 7º ano, isto já foi na Mocidade, a Comissária Nacional decidiu que deveria ir uma

representante de cada Liceu (eram 2, com o Carolina) a Vila Viçosa, num Centenário da Coroação de Nossa Senhora, Rainha de Portugal e então eu sei que fui escolhida... e o meu pai não era católico, era Republicano e não gostava nada dessas coisas e a Sra. Reitora (até nisso a Sra. Reitora foi admirável) telefonou ao meu pai e ele disse-lhe:

-“Eu não gosto nada dessas coisas Sra. Reitora.

-Oh Sr. Silva Pereira, mas eu gostava que fosse a sua filha.”

E pronto, não foi preciso mais nada, porque ele entregou a menina à Sra. Reitora e não houve problema nenhum ...Não me deixou sempre, foi a partir da minha entrada no Liceu, aos 14 ou 15 anos é que eu tive liberdade de ter uma opção na vida ...

- E não levantava obstáculos por causa dos campismos ou das saídas..?

- Não, nunca...nunca levantou, naquela altura a Mocidade era obrigatória, mas o meu pai ouvia-me, dizia as suas coisas, mas ele era uma pessoa muito recta ...Eu fui praticamente educada pelo meu pai e por uma irmã do meu pai, ele insistia numa visão correcta e numa verdade que conseguiu transmitir aos filhos. E a minha tia era católica e ia-me ensinando as coisas... Mas eu realmente assim a praticar só a partir do 6º, 7º ano ...eu assistia a tudo, eu ia a tudo no meu 4º 5º ano, mas assim com mais responsabilidade só naquela altura. Fui para o campo de férias da Mocidade no meu 7º ano.

- Quanto tempo durava os campos de férias?

- Vinte dias.

- Como passavam o tempo?

- Eu posso dar o meu testemunho como filiada e depois como directora de campos de férias. Como filiada fiz dois, um em S. João do Estoril, no meu 5º ano e outro na Granja, no meu 7º ano. Estes campos de férias tiveram perspectivas diferentes, embora fossem os dois junto ao mar. Portanto nós estávamos divididas em equipas, em grupos, eu lembro-me que era da Equipa da Natureza, estava no 5º ano, havia a Equipa da Cultura, havia várias equipas e portanto íamos sempre em equipa. De manhã havia, todos os dias havia, uma missa, não era obrigatória e aí está a parte talvez um bocadinho negativa da Mocidade,

não era obrigatória, mas as pessoas que não iam eram apontadas e portanto, reparava-se naquelas que não iam. Visto agora, à distância, não me pareceu muito bem, visto agora, porque na altura eu concordei todos os dias. Depois tínhamos o pequeno-almoço, depois tínhamos uma aula de Formação Moral ou Religiosa, uma aula de Canto Coral, tínhamos uma aula de Ginástica, de Folclore, aulas de Culinária ...Íamos a Lisboa ter uma aula de Culinária por semana numa casa lá da Mocidade. À noite tínhamos um serão em que representávamos, em que se lia poesia, em que se cantava muito. Tínhamos aulas de ciclismo, fazíamos passeios, subíamos até à serra, mas sempre todas em conjunto, ninguém podia sair sozinha. É engraçado, não usei uniforme, no meu tempo ...

- Ai nunca usou...?

- Não...Não. Era o meu vestidinho, tinha de ser era de algodão... Tínhamos aulas de natação (e reforça), de natação...

Havia sempre um diálogo tendente à formação da rapariga para a sua missão de mãe, de mulher, de esposa, e aquilo que uma menina devia fazer, não devia fazer, como estar à mesa, como devia estar, o que seria uma dona de casa. Portanto, toda esta formação, isto como aluna. Depois tínhamos sempre o passeio grande. Era uma vida em família, uma família grande onde havia uma certa disciplina, uma grande disciplina e os tempos estavam todos ocupados com as mais diversas actividades tendentes, como digo, a esta formação, lúdicas e formativas. Lembro-me tão bem... Olhe até lhe vou cantar uma cantiga desse tempo, do 5º ano, a nossa professora de Ginástica e Educação era sueca, era o que havia de melhor no país e tinha aquele sotaque sueco e lembro-me no último dia, quando saímos nós fizemos um verso que era assim:

“Menina venha aqui
vamos formar coluna
um passo para cá,
um passo para lá,
que não falte nenhuma
porque depois do passeio
faremos campismo

**há-de nos dar sem receio
sua lição de ciclismo
Recordarei para sempre a
Rosa linda companheira ...”**

A canção mostra que havia uma certa familiaridade com a S....?, que era sueca, tinha uns bebés pequeninos, veio para Portugal, era uma grande ginasta, eu lembro-me de ter aulas com ela, mas aquilo era mesmo.... Portanto, acho que foi de uma verdade e de uma força muito grande, que eu vivi esse tempo da adolescência. Apesar de ser o meu pai republicano e ateu, como ele se dizia, eu não fui nada politizada, portanto eu via naquilo a parte agradável, que me trazia. Isto foi com aluna.

- Como Directora...?

- Como Directora, acho que foi das maiores maravilhas, das melhores experiências que eu tive na vida. Apesar percebe, de como directora... eu fui directora de muitos campos de férias e o 1º que fiz foi aqui na Granja, com raparigas vindas de todo o país ...

- Ai, não era só...!?

- Não... não eram jovens vindas de todo o país, pertencentes à Mocidade, desde o Norte até ao Algarve, e fiz com as mais velhas, portanto alunas do 6º, 7º ano, e eram raparigas que em cada Centro eram escolhidas. Também não sei até que ponto se deveria ter feito essa escolha, porque era privilegiar um grupo de elite, portanto quem vinha eram realmente as melhores...

- As melhores alunas ou...?

- As melhores alunas.

- Por exemplo se fosse boa aluna, mas tivesse uma origem social humilde?

- Não ... não isso não. Essa segregação nunca existiu. (exprime no tom de voz indignação por tal sugestão)

- Então era um prémio no fundo?

- Exacto, eu estou-me a lembrar de uma aluna de uma Olívia que foi minha aluna, ali no Rainha Santa Isabel, era paupérrima a rapariga, era

uma aluna estupenda, ela chegava a passar fome em casa, mas tinha um temperamento, era exigentíssima... E eu disse-lhe:

“- Olívia queres vir para o campo de férias? E ela disse:

- Eu gostava.”

E foi difícil a integração dela no meio das jovens, porque era mais exigente na alimentação, no fundo era a mais exigente em todos os aspectos. No meu tempo as que vinham de meio social mais humilde eram aquelas que eram mais exigentes nos campos de férias.

Essa experiência para mim foi ótima, porque a Sra. D. Maria Guardiola, que era a Comissária Nacional, confiou em mim.... Eu fui o 1º campo de férias, também era novata, havia uma equipa de dirigentes, era eu que estava como Directora, depois havia uma sub-directora, depois havia uma professora de Ginástica, havia uma professora de Canto Coral, havia uma Economa. A pessoa fazia um plano do que iriam ser aqueles dias, aqueles 20 dias.

- Qual era o nº de filiadas que participavam?

- 40 ou 50 era muita gente, era um grupo ...

- Tinham de as manter ocupadas todo o tempo e controlar todas as situações que fossem surgindo?

- Sim...sim. Depois terminava sempre com uma chama que era o momento que soava por todo o campo, era por assim dizer um zunzum por todo o campo. Fazíamos uma chama, no quintal, e depois era um serão diferente que terminava sempre com testemunhos... Eu...eu acabei com esses testemunhos, porque acho que pode provocar um, não sei, mal-estar, às vezes, e uma obrigatoriedade que pode realmente, não sei...as pessoas mais tímidas ficarem um pouco infelizes por não poderem dizer nada ... Portanto quem quisesse dizer alguma palavra no fim dizia, mas não era como testemunho e como, por exemplo de um voto de que para ali para a frente iria ser melhor...Eu sempre achei que isso não era muito positivo, não era muito positivo marcar as pessoas assim com esses votos...Portanto, acabei um pouco com isso. Também estavam ocupadas durante todo o dia, mas tive a sorte de encontrar raparigas ali excelentes (reforça o termo), com capacidade criativa extraordinária e

também estavam divididas em equipas, equipas agora um bocado diferentes, era a equipa dos jogos, da cultura, este houve sempre, da religião...

-E da natureza?

- Da natureza também. Fazíamos um dia de campismo, fazíamos um passeio, cultural...

- O dia de campismo?

- A pessoa saía de manhã e levava uma ou duas tendas, elas aprendiam a montar a tenda e levava-se as panelas o arroz, a batata, o atum, portanto tudo o que era preciso para uma refeição que seria feita no campo e as raparigas tinham que montar as duas tendas, que serviam de apoio a toda esta vida ao ar livre, e tinham que preparar o espaço. Arranjar uma mesa com produtos naturais encontrados, arranjar a retrete, regra geral faziam uma cova, que tapavam...Levavam sacos, penso eu que no meu tempo (como directora) já deveriam ser sacos de plástico, para meter o lixo. Depois havia uma equipa que tratava da cozinha e outra que ajudava, outra tratava do arranjo do espaço, outra fazia ou programava os jogos que se iam fazer naquela tarde, havia um que se fazia muito mas eu não me recordo o nome...Era um percurso que elas tinham que fazer e levavam um guião com pistas.

Ao fim da tarde também havia uma reunião, um serãozinho, as pessoas conversavam diziam realmente o que tinha sido o dia para elas (parece estar a evitar qualquer comparação com o testemunho)

- Sempre a reflexão?

- Sempre a reflexão. Esqueci-me de dizer que também era engraçado, de manhã, em casa, havia o içar da bandeira da Mocidade e as raparigas punham-se por equipas todas, assim (exemplifica), havia a equipa das dirigentes, uma ia içar a bandeira e enquanto içava havia um cântico, lembro-me também de um:

“Na manhã do novo dia que começa
nosso cântico se eleva e o vento ajuda”

Ao fim da tarde também havia e havia também as orações da noite. Eu lembro-me que nesse ano havia uma rapariga, que ainda hoje me trata por

tu e tornou-se uma grande companheira, que tocava viola com uma poesia que era.... (qualquer coisa como Merecer ser Mulher?) que era uma coisa lindíssima. Todo aquele ambiente era de maravilha e um dos aspectos negativos que algumas jovens me dizem era que nos campos de férias se criavam condições fora do vulgar, quer dizer elas nas casas, muitas vezes, não tinham aquele ambiente que iam encontrar na Mocidade, elas viviam mais num mundo de sonho, porque tudo lhes era apresentado com uma facilidade extraordinária.

Esse campo de férias foi de tal maneira... a Sra. D. Maria Guardiola era uma pessoa extraordinariamente ríspida... ríspida ...ríspida e não queria nada dessas lamechices das alunas com as professoras. Houve uma época que na adolescência as alunas se prendiam muito aos professores que gostavam, assim umas paixonetas, mas eu penso porque eram na época certa aquilo não tinha mal nenhum ... passava e ficava uma amizade. Mas isso a Sra. D. Maria Guardiola era rígida, quando via que realmente havia uma grande admiração das filiadas pela dirigente ela não gostava nada. Mas isso olhe repare como ela foi justa, ela foi lá, foi o Dr. Gustavo de Almeida, que era o capelão e depois lá transmitiu Sra. D. Maria Guardiola e ela foi lá e viu, gostou, ela ia ver todos os quartos (nós íamos ao fim da tarde fazer uma classificação dos quartos, se estavam bem arranjados).

As pequenas, no fim de Agosto, escreveram uma carta à Sra. D. Maria Guardiola a pedirem para voltarem a encontrar-se comigo, fosse onde fosse, num fim-de-semana. A Sra. D. Maria Guardiola disse que não, mas passado, mais ou menos, uns 6 meses veio a resposta e então a proporcionarmos um fim-de-semana a mim e a todas as filiadas em Sintra, numa casa lindíssima. Portanto a Sra. D. Maria Guardiola passou a ter muita confiança em mim e embora eu realmente fizesse campos diferentes, porque eu sei que os fazia, não era tão rígida (procura o termo mais adequado) nisto de ir à missa. Havia directoras que quando as meninas não iam à missa pronto punham-nas a descascar batatas, eu acho que isso não se devia fazer, se não há obrigatoriedade, livremente a pessoa vai. Ao domingo era obrigatório aos outros dias não. Ao domingo

era obrigatório e todas as pessoas que iam já sabiam, portanto se não queriam ir à missa não iam (para o campo de férias).

- Também enquanto directora teve sempre a preocupação de formação e ao mesmo tempo de lazer?

- Sempre as duas coisas.

- E sempre a presença da reflexão ...no fundo avaliar-se a si própria...

- Exactlymente fazer uma avaliação de si própria e dos outros, sobretudo do corpo dirigente.

- Elas faziam avaliação do corpo dirigente!?

- Às vezes faziam também, fizeram uma vez num campo, já não sei qual foi...assim uma coisa informal, mas já faziam...faziam...

- Sra. Dra. nos Relatórios da Reitora surge muitas referências à exposição dos Cadernos de Moral. O que são os Cadernos de Moral? São pensamentos?

- Em que anos?

- 1946, 1947 e por aí fora.

- Ah, já sei...já sei. Tenho o meu do 1º ano, nº 15, turma C. Portanto era assim a Formação Moral e Cívica era da Mocidade, vinham umas folhas mensalmente para as dirigentes tratarem um assunto e depois havia uma folhinha que era entregue a aluna e a aluna respondia ao questionário e às vezes acompanhava com os desenhos ilustrativos.

- Eram expostos na exposição do final do ano.

- No final do ano, era muito giro... ai era muito giro, porque eram os trabalhos que nós fazíamos em Lavoros, os desenhos, os trabalhos manuais, eu aprendi a trabalhar naqueles bancos de carpinteiro, uma coisa que eu me lembro de fazer em madeira foram as figuras geométricas, o quadrado, o rectângulo, o trapézio, fiz tudo isso em madeira.

- Portanto tinham a Formação Moral e Cívica, os Trabalhos Manuais, os Lavoros, a Culinária...

- A Puericultura ...

- A Puericultura devia ser interessante...

- **Muito interessante, era com um boneco (rimo-nos) nos anos mais adiantados, nos cursos de Graduadas. Era chefe de Quina, chefe de Castelo, chefe de Grupo, chefe de Bandeira. Eu fui chefe de Grupo, depois deixei.**

- Deixou porque...?

- **Porque não podia, depois fui para a Faculdade e tinha alguma dificuldade em conciliar toda a minha vida.**

- Às vezes algumas alunas queixam-se que o grande problema, como alunas, era a falta de tempo para estudar, porque as actividades as absorviam muito...

- **Nunca senti ... nunca senti isso. Para mim o sábado era uma maravilha, porque era todo o dia ...não, toda a manhã.**

- Levantavam-se cedo...

- **Era às 8,30m ...formávamos as quinas e depois havia todos exercícios um bocado militarizados, havia aquelas marchas (tom de voz baixo) ... mas eu achava graça (eleva o tom de voz) ...**

- Eu estou-me a lembrar que por exemplo a nível do escotismo também há muita actividade parecida...

- **Há ...há sim senhora.**

- Falamos dos Cadernos de Moral e eu estou também a lembrar-me das palestras. A Sra. Dra. fez alguma palestra?

- **Fiz uma, assim que me lembre, como professora sobre S.Tomé e Príncipe, porque dava-se muito ênfase ao estudo das províncias ultramarinas e eu como professora de Geografia, percebe, tinha de obedecer a certas directrizes (escolhe cuidadosamente as palavras), e portanto, quer no 5º ano, quer depois no 7º ano, nós tínhamos de fazer com os alunos, isto já nas aulas; um estudo exaustivo de todas as províncias ultramarinas. Depois havia um dia que se chamava a Semana do Ultramar...**

- Era a semana toda?

- **Era...era. Mandavam-nos um livrinho sobre a Semana do Ultramar e esse livro era entregue a uma professora que iria falar a todas as alunas, portanto uma, duas ou três vezes, sobre aquele assunto. Eu**

lembro que fiz mais vezes sobre o Ultramar, mas do que me lembro muito bem é de S.Tomé e Príncipe, porque foi o 1º ano que entrei para o Liceu. Na casa velha, a sala estava absolutamente cheia e naquela altura para ilustrar a dita palestra eu só pude arranjar fotografias, para aí umas 20 fotografias sobre S.Tomé e Príncipe e 2/3 mapas e sei que fiz uns cartões e coloquei as fotografias que iam ilustrar ... mas aquilo foi inédito para época as pessoas ficaram como é que eu tinha arranjado aquelas fotografias e como é que eu tinha conseguido dizer aquelas palavrinhas ilustrando-as com as fotografias. Da primeira foi só com os cartazes, depois fiz a projecção com o episcópio, que projecta fotografias de livros.

-E como aluna não se lembra de ter feito nenhuma?

-Como aluna também me lembro de ter feito uma ... no Dia da Mãe, sobre a mãe, no 5º ou 6º ano.

- Qual era imagem que tinham destas palestras.... maçadoras, agradáveis?

- Havia de tudo, dependia do dinamismo da pessoa, havia umas muito interessantes e outras muito maçadoras. Estou a falar como aluna, mas como professora acontecia a mesma coisa, podia ser uma coisa muito bonita, muito bem feita, mas se não tivesse um certo dinamismo, uma certa novidade, eu não me interessava assim muito.

- Havia cinema...eu sei que não tinham grandes condições de sala...

- Cinema!

- Sessões cinematográficas?

- Poucas ... poucas. Só nos últimos anos como professora, porque como aluna eu não me lembro nada...nada...nada. Lembro-me sim de uma sessão de cinema, não lá no Liceu, que nem era realmente de cinema, era mais uma coisa distrativa, não era propriamente cultural e me lembro até do filme, era “Às nove – Lição de Química” e foi no Coliseu. Nós fomos todas ver esse filme, todas não, as mais velhas. E também um ou outro filmezito de romance ou ficção no Odeon, onde se faziam as festas do Liceu ...

- Ah, era lá que se faziam as festas do Liceu!?

- As festas do Liceu, não como aluna...não como aluna.

Já como professora, nos primeiros anos, as primeiras festas de fim de ano foram no Liceu.

Como aluna as festas eram feitas numa sala grande, depois de toda aberta...

- E o que constava do programa nessas festas de final de ano?

- Por exemplo uma representação de um auto de Gil Vicente, outras festas mais pequeninas havia danças populares, havia às vezes a representação de uma história da Carochinha por exemplo, ou qualquer outra do tipo de história, havia recitativos, música, tocavam piano ...

- Era o dia todo ou só uma parte do dia?

- Da parte de tarde.

- Era uma tarde cultural. E depois transferiram para o cinema, porque já era muita gente, provavelmente?

- Sim...sim. Depois voltaram a ser lá no Liceu quando passou para a casa nova.

- Sra. Dra. em relação às sessões de abertura do início do ano? Eu nunca vi nenhuma referência... não havia!?

- Não... não havia. Eu lembro-me no meu tempo, nunca vi uma sessão inaugural, nunca vi, com professores e alunas. Lá no Liceu nunca vi. No meu tempo como aluna, nós entrávamos para a sala de aula e vinha uma professora dizer duas palavrinhas.

Como professora era a Reitora que reunia as professoras e dizia duas palavrinhas e depois programava o ano.

-Em alguns liceus aproveitava-se para fazer a entrega dos prémios aos melhores alunos. Quando era feita então?

- Eu lembro-me de poucos prémios ...

- Havia prémios nacionais ...

- Os prémios nacionais acho que era em Lisboa, que nem era cá...Não tenho a certeza. Lembro-me de ter tido um prémio ou dois, um livrinho que era na própria Reitoria.

- O Liceu tinha algum orfeão? A Dra. Maria Emília falou-me que tinha ouvido falar de um orfeão, mas que já não era do tempo dela...

-Tinha sim...do meu tempo de aluna havia um orfeão orientado pela D. Rosa Hália.

-Reuniam como? Periodicamente?

- Era uma vez por semana, que nós tínhamos as aulas de Orfeão.

- Faziam actuações?

- Poucas, muito poucas. Era mais para o Liceu. Só em dias de festa do Liceu que o Orfeão actuava. Eram escolhidas as melhores vozes e era ao sábado que tinham uma hora e depois no fim da aula, uma vez por semana nós tínhamos orfeão.

- Actuavam nas festas do Natal...

- Sim...sim, da Páscoa, nós quando íamos à Comunhão Pascal ...

- A Comunhão Pascal chegou a ser feita no ...

- No meu tempo foi feita dentro do Liceu, ia lá o sacerdote, era numa sala e depois tínhamos lá o pequeno-almoço, lembro-me como se fosse hoje, era café com leite, uma fatia de pão-de-ló, umas amêndoas embrulhadas, fazendo um saquinho ...Lembro-me até, já não sei em que comemoração foi, que o orfeão do Rainha Santa Isabel se juntou com o orfeão do Carolina Michaelis e fomos orientadas pelo maestro Afonso Valentim, sei que foi para uma festa da cidade e que nós íamos cantar era o “Porto amado – terra amiga”:

**“E por quanto vales
e por quanto és
quem nasceu portuense
é duas vezes português”**

Era a quatro vozes, mas já não me recordo quando foi, pode ser até que tivesse sido em 1947, no meu último ano.

- Actuaram para o público?

- Sim...sim. Foi uma actuação para o público.

- Sra. Dra. agora uma outra questão que gostaria que me falasse um pouco era da Assistência, das idas ao Abrigo dos Pequeninos, às Lazaras ... com que frequência é que se faziam?

- Fazia sempre uma saída que era “obrigatória” (sic) na Páscoa, essa era obrigatória ...As outras saídas não tinham propriamente data ...

- Faziam isso frequentemente!?

- Para aí uma ou duas vezes por ano ... e visitávamos famílias carecidas uma vez por semana, através da Conferência de S. Vicente de Paulo, que lá no Liceu tinha o nome de Conferência de N. Sra., da Conceição.

- Pensei que eram através dos centros da Mocidade que se fazia a assistência às famílias!?

- Não... não. Íamos às famílias acompanhadas por uma professora e cada turma tinha o seu pobre, nós íamos lá a casa, levávamos géneros, um dinheirinho. Todas as semanas, ao sábado, reunia a Conferência de S. Vicente de Paula, que tinha uma Presidente uma Secretária e uma Tesoureira e fazia-se a colecta, era um saquinho onde deitávamos umas moedas e que se iam guardando para depois distribuir pelas diversas turmas para irem fazer a distribuição.

- Quem estabelecia o contacto com a Conferência? Era o Centro da Mocidade?

- Não, era a própria escola que determinava, por exemplo, Maria Aurora vai para presidente, depois outra a secretária outra a tesoureira, formava-se um grupo, havia uma sala, havia um armário, e aquilo de vez em quando tinha uma professora a assistir à Conferência de S. Vicente de Paulo, que era um quarto de hora, vinte minutos. Tinha-se uma oração prévia, fazia-se uma leitura do Evangelho, falava-se dos protegidos, da visita que tínhamos feito, cada grupo dizia o que tinha feito na conferência com os pobres, eu lembro-me de se ter arranjado uma velhinha que estava muito doente, de se ter limpo o quartinho...

Portanto, não era da Mocidade era uma actividade do próprio Liceu, o Liceu tinha (acentua o termo) a Conferência de S. Vicente de Paula ...

- Era um grupo de professores...

-De alunas que tinha era de ser orientado por uma professora ...

- A professora de Moral, ou não necessariamente?

- Não necessariamente, podia ser ou não, conforme os anos, havia uma responsável professora, mas também uma responsável aluna, todo o trabalho era gerido pelas alunas que depois davam conhecimento à

professora, isto no meu tempo, no meu tempo de aluna e ainda continuei muitos anos como professora. Eu orientei a Conferência como professora durante muitos anos.

- Eu pensei que assistência acontecia pontualmente, como uma actividade formativa...

- **A Conferência servia também para dar-mos conta ao grupo das necessidades daquelas pessoas e dizer até ao grupo aquilo que nos parecia que era necessário para aquela família, íamos semanalmente.**

- Havia muita adesão das alunas? Não era obrigatória?

- **Não... não era voluntário. Dependia depois da professora que acompanhava as alunas aos pobres ...**

- Voltámos à tal dinâmica, voltámos sempre às pessoas...

- **Mas havia muitas pessoas, a própria reitora ia visitar aqui uma pobrezinha daqui desta zona das Antas, eu ia com outro grupo de uma turma minha ...**

- A zona envolvente ao Liceu era muito desfavorecida não era?

- **Sim...sim a zona de Campanhã, Passos Lima, havia ali umas ilhas...**

Portanto, a Conferência tinha um professor que estava por trás, digamos assim, do grupo a quem era confiada a direcção e a programação das actividades que iriam fazer junto dessas famílias, da acção social junto das famílias. As professoras tinham que estar presentes também, mas eram as alunas que orientavam a reunião. Começavam com a parte, como disse, da oração, com a leitura da Bíblia, uma reflexão muito rápida.

- Sra. Dra., e a Biblioteca como era? Como aluna procurava muito a Biblioteca?

- **A Biblioteca era muito pequenina, mas com os livros sempre muito bem, para época, catalogados ...eu lembro-me que procurava a biblioteca mais para trazer livros para casa.**

- Livros de estudo?

- **Não...não...não só. Romances da época, estava uma professora que nos dizia: “Podes levar este, aquele já não, não é para a tua idade”...**

- Faziam orientação?

- **Faziam orientação, a professora de Francês dizia-nos: “Olha vais à biblioteca requisitar aquele livro que é muito bom para ti e leva-o para o fim-de-semana.” Eu lembro-me que requisitava muito mais livros de conto.**

- A nível da Mocidade Portuguesa, como directora e como aluna, havia instruções, recebiam alguma formação ou recomendavam-vos algumas leituras?

- **Sim...sim faziam recomendações, dos livros adequados à idade, através das revistas da Mocidade...**

- Nunca escreveu nenhum artigo para a revista?

- **Para a revista penso que não ...**

- Não havia nenhum jornal na Escola?

- **Houve jornais de parede ...**

- E nesses jornais de parede o que aparecia?

- **Um conto, um poema, uma adivinha, uma anedota...qualquer caso passado no Liceu**

- Qualquer uma poderia chegar lá e escrever?

- **Escrevia e colocava ... Eu lembro-me depois na secção do Liceu (do Rainha), quando eu fui vice-reitora da secção, nós tínhamos um jornal muito engraçado, perdeu-se no tempo, que era o “Pirilampo”.**

-Em D.João IV?

- **Não...não, na antiga secção do Liceu Carolina Micaellis, na parte debaixo. E depois estive como reitora na parte de cima, por muito pouco tempo.**

- Quando é que a Sra. Dra. se tornou directora do Centro da Mocidade?

- **Eu nunca fui directora ...**

-Directora-adjunta.

-**Fui uma das directoras-adjuntas, quando fui Vice-Reitora, tinha mesmo que ser ...**

-Era inerente ao cargo, foi uma imposição?

-**Foi...foi...foi uma imposição e sempre muito submetida às directrizes da Mocidade e da Reitora. Simplesmente, porque a Reitora era**

uma mulher realmente muito inteligente e muito minha amiga ela deu-me uma certa liberdade para eu fazer na Secção coisas diferentes das que se faziam em cima. Em todos os campos, em todos os aspectos.

- A Dra. Maria Emília também me dá essa imagem, ela diz-me:” Eu não sei o que se fazia em cima, mas nós na parte debaixo fazíamos imensas coisas”

- Eu lembro-me uma vez, motivada por uma professora que me disse: “Eu gostava tanto de fazer um pequeno-almoço inglês. E eu respondi-lhe: Então, porque é que não se há-de fazer?”

Eu cheguei lá às 8,30h e a Sra. Reitora até me disse: “Olha que em cima não me venhas fazer uma coisa dessas.”

E ela fez todo o pequeno-almoço em inglês, convidou-me para eu ir e tudo ali se falava em Inglês.

Depois lembro-me de representar também uma peçazinha inglesa, no sótão, lá em cima, a Sra. Reitora foi assistir e gostou imenso, lembro-me de um almoço chinês ... portanto assisti lá a coisas muito bonitas e inéditas. A própria cantina era muito melhor do que a cantina de cima.

- Na cantina fala-se em sopas e almoços ...

- Quem quisesse só comer uma sopa ... depois havia os almoços...

-E os lanches?

- Os lanches não sei...!

VI) Registo da entrevista realizada à Dra. Elisa Olga Amaral em 13 de Abril de 2004

Esta entrevista foi bastante mais directiva do que outras efectuadas porque a minha interlocutora respondia de forma muito sintética e directa. Fala pausadamente e a sua voz não regista grandes alterações nas suas evocações, é mais racionalista do que emotiva.

A entrevista inicia-se com a indicação dos dados pessoais da entrevistada que entrou para o liceu com 10/11 anos, mas não retém memórias da entrada no mesmo. E é na sequência deste historial que se inicia o registo da mesma

- Como eventual eu fui para Guarda ...daqui passei para Lamego.

- Mas a Sra. Dra. quando acabou foi para o Rainha e depois daí é que foi para a Guarda?

-Ora bem quando acabei fui para o Rainha, mas como eventual também e depois concorri ... Eu saía daqui ao fim da tarde, pelas 7 da tarde, num rápido e na Pampilhosa mudava para uma automotora e quando chegava à Guarda eram duas da manhã... eu também quando estive na Guarda só vinha às festas, ao Natal e à Páscoa.

- No Liceu, enquanto aluna, a Sra. Dra. frequentava a Biblioteca?

- Para os livros de estudo, eu gostava muito de ver os atlas, a minha loucura era os atlas e de História também gostava muito.

-A Sra. Dra. licenciou-se em Ciências Biológicas, encaminhou-se para Biologia?

-Porque aqui não havia Letras quando eu me formei...

- Sra. Dra. e a Biblioteca?

-Eu ia à biblioteca fazer consultas indicadas pela professora, mas eu a parte de literatura nunca me entusiasmei porque em minha casa eu tinha um tio solteiro que tinha a mania dos livros e portanto eu li aqueles

livros todos que se usava ler, como o Eça de Queirós, Camilo eram os dois mais lindos...

-Mas os atlas era por prazer pessoal?

- Ai isso, eu tive sempre uma paixão pelos atlas...

(Cortei a parte em que se refere às viagens que fez, mas sempre pela Europa, nunca se entusiasmou por outros destinos. E outro aparte sobre questões pessoais)

-Sra. Dra. e as Sessões Culturais, lembra-se de alguma?

- Ora bem eu quando fui para o Liceu não havia, mais tarde é que já assisti.

- Ah, foi mais tarde mas como aluna não participou?

- Como aluna não.

-Eu estou a dizer isto, porque em 1940 já essas sessões começam ...

- Julgo que quando fui para lá que nem havia ...mas mais tarde...

- É já como professora que a Sra. Dra. se recorda dessas palestras?

- Sim...sim

- Chegou a fazer alguma?

- Não...nunca. As professoras dedicadas às Línguas e assim, a parte de Ciências não ...

- E peças de teatro Sra. Dra., no Liceu assistiu alguma? Participou em alguma?

- Também não.

- E de ter assistido?

- Lembro-me, às vezes umas participações Odeon. Serviam-se muito do Odeon.

- Até porque o liceu não tinha grandes instalações?

- Não, era tudo muito pequenino.

- Existia algum Orfeão?

- Havia um Orfeão unicamente com alunas, participei alguns anos enquanto fui pequena, depois não.

-Até ao 5º,6º ano?

- Não sei, depois não me convidavam, não sei lá por quê, se era o tipo de voz...já não me lembro.

- Faziam actuações cá para fora ou era só para dentro do Liceu?

- **Cá fora havia actuações, eu lembro-me de um evento, a morte do Bispo do Porto e de muitos eventos da Mocidade. Eu até me lembro que eu ia de chapéu, quando tudo ia de boina, aquelas mais adiantadas iam de chapéu. Foi na Igreja da Lapa e eu portei-me mal e depois fui chamada à Reitora. Sabe porquê? Foi a época do chicote e aquilo foi muito demorado e tal, foi um “Te Deum” e eu entretive-me com o chiclete na boca. Na altura havia assim uns graus era Chefe de Castelo e assim e a irmã da Maria Aurora era Chefe de Castelo, claro andava ali a vigiar como as outras se estavam a portar e ela achou que eu não devia estar ...Mas não era só eu estavam outras. Mas eu até gostei muito de ir, porque fomos a pé fardadas, foi a 1ª vez que saímos do Liceu, atravessamos a cidade até à Trindade.**

- Iam todas fardadas?

- **Quase todas tinham fardas, mas quem não tivesse não ia, porque destoava.**

- A Sra. Dra. recorda-se das festas do Natal?

-**Sim recordo-me, lá não havia grandes condições para isso, era feito em baixo, a mim parece-me que nunca cheguei a dar a volta aos berços que se faziam nem nada...**

- E das festas da Mocidade Portuguesa?

-**Recordo-me, mas não havia assim grande entusiasmo por isso, embora era uma festa.**

-Lembra-se de ter visitado o “Abrigo dos Pequeninos “ e as “Lázaras”?

- **Não sei se conheci...no meu tempo talvez alunas da Mocidade Portuguesa...**

- As alunas interessavam-se por estas visitas?

- **Interessavam-se, naquele tempo interessavam-se muito... Às “Lázaras” fui, há muitos anos.**

- Cantavam para os velhinhos, reconfortavam-nos era?

- **Era...era.**

- Mas a Sra. Dra. já era membro da Mocidade Portuguesa ...

- **Eu era nova, mas já não era muito nova porque eu usava o chapéu, as outras usavam a boina.**

- Achavam graça, sentiam-se vaidosas?

- **Não vaidosas propriamente não, mas assumiam aquele aspecto.**

Não cheguei assistir a palestra sobre a Mocidade Portuguesa...

(Cortei a parte referente à empregada que acompanha actualmente)

- Os valores são diferentes, as leituras eram diferentes?

- **Um dos livros que eu gostava muito de ler era “A Morgadinha dos Canaviais”, quem é que lê hoje isso e naquela altura toda a gente lia.**

- Sra. Dra. lembra-se de ter cantado o hino da Mocidade Portuguesa?

- **Lembro.**

- Cantavam quando?

- **Não sei se era ao sábado, era um dia na semana praticamente que a gente cantava. É verdade havia o Orfeão, não era aulas de Canto, era o Orfeão e as alunas eram escolhidas pela voz.**

- Mas o hino da Mocidade era cantado por todas filiadas?

- **Ah, isso aprendiam todas.**

- Para além das actividades da M.P.F. havia ainda uns cursos de corte...

- **Isso é mais recente... é mais recente.**

- Lembra-se do Campismo feito pela Mocidade...

- **Ainda não existia o campismo ...recordo-me disso, mas nunca participei. Ia a algumas excursões, por exemplo ao Buçaco, aí fui duas vezes, a Aveiro fomos muitas vezes, a Fátima também fui.**

- E os jogos praticados na Mocidade não se recorda?

- **Vamos lá ver se eu me recordo... o jogo do pau, é um jogo muito antigo, porque o meu pai que nasceu em Fafe contava-me ...e um que era assim uma massa do feitio de uma garrafa, mas não era no Liceu, pelo menos que eu me recorde. Eu estava num Clube era no Académico e jogávamos as duas coisas, o do pau e o outro. Quando a minha mãe soube ficou escandalizada. Mas fui filmada e depois apareceu aí um filme, chamava-se “Porto Artur”, era uma batalha da última guerra. Eu fui ao cinema e passavam sempre documentários e nisto dou com a minha cara...Agora dependia das escolas umas gostariam de aderir a um**

desporto, não havia assim uniformidade...dependia também dos professores de Ginástica.

- Como aluna frequentou sempre a parte de baixo, não foi?

- **Foi...foi ainda não havia a parte de cima.**

- E os Cadernos de Moral?

- **Foi tudo para o lixo... Dava-se muita importância à moral, uma professora de Moral tinha uma preparação, muitas delas eram freiras até...**

- Recorda-se do que se escrevia nos Cadernos de Moral?

-**Aquilo era para apoiar a professora de Moral.**

-Mas faziam-se exposições com os Cadernos...

- **Ah, isso não era do meu tempo. Mas não me recordo...**

- O que liam as jovens?

- **Elas liam uns romances que se lia muito nas escolas como a Colecção Azul, outras vezes eram as professoras que indicavam, por exemplo em História, tinha uma professora muito alta, magra e ela gostava muito de Napoleão e nas aulas lia as cartas Napoleão à Maria Luísa, falava naquele amor, ela era muito engraçada, a gente ria-se, eu ainda era novita tinha 14 ou 15 anos. Havia professoras que recomendavam Trindade Coelho, eu até comprei alguns dos livros dele....**

A década de 50 é marcada pela revisão do lugar da educação no mapa das prioridades nacionais. São os temas das "necessidades da economia" e da meritocracia a imporem-se e a marcarem as opções da política educativa.

\ Elas procuravam que a gente se entusiasmasse com os livros.

- Sra. Dra. e entre vocês de que falavam, da profissão, do futuro ...?

- **Havia a amizade umas com as outras, convidava-se em dias de anos, ou para uns passeiozinhos no Palácio e nos jardins...**

- Em termos de profissão não, porque os pais é que escolhiam de certo modo...

- **Bem se não houvesse aquilo que elas queriam, porque normalmente elas escolhiam...O meu pai, por exemplo, não me deixou ir para fora, eu queria Germânicas...**

- Aceitou de forma pacífica o facto de não ter ido para fora ...

- Naquela altura o natural era não nos separarmos dos pais.

- Viam as coisas de forma diferente dos jovens da actualidade, que pensam muito no futuro e no que vão ser quando forem grandes. Vocês era uma vivência diferente, era mais o convívio a amizade...

- Era...era. Quer dizer apreciávamos o problema de outra maneira. Eu, por exemplo tinha aquela ideia da História e do Oliveira Martins, chegava a casa, um bocado cansada e sentava-me a ler o Oliveira Martins, D. João I.

-Almoçava na escola?

- Almoçava. Havia cantina, mesmo na velha. Depois mais tarde deixei de frequentar a cantina.

(Perguntei-lhe se o liceu a tinha marcado no seu relacionamento com a sociedade, mas a qualidade da gravação é péssima, refere que foi marcada por um certo numero de professoras e transcrevo apenas um episódio que a marcou bastante)

- “Oh, Elisa olha vê lá se fechas a janela sim e a porta. Não deixes ficar o material todo disperso” E eu disse que sim, mas a porta ficou só encostada, estava a janela aberta e estava vento e o ecrã (de projectar os slides) caiu e rompeu-se. Sei que ela me prega uma descompostura. Eu não chorei ao pé dela, mas quando cheguei a casa ao pé da minha mãe fartei-me de chorar, e eu já era professora, tinha para aí vinte e tal anos.

- A relação com os professores era distante, não era?

- Era, mas eu tinha uma colega de Inglês que punha sempre as alunas a cantarem na aula sem ter a ver com o tema, havia sempre um bocado de tempo para elas cantarem. (Mas não parece ser o seu estilo, porque risse ao contar o episódio e refere que não tinha nada a ver com o texto da aula). Quer dizer, a pessoa tinha uma certa liberdade de conduzir as aulas.

(Refere que o relacionamento com os colegas foi normal, sem grandes divergências, tirando por vezes as questões relacionadas com atribuição de notas, como ainda hoje acontecem, mas parece que era com outros colegas e não com ela: Quanto ao relacionamento com os alunos refere que teve problemas com os pais, a seguir ao 25 de Abril, que parece estar na origem da

sua saída, por opção do Liceu, mas não relata o episódio com grandes pormenores, optei por respeitar o seu silêncio)

- Como aluna recorda-se de alguma cujo comportamento desse mais na vistas?

- **Eu lembro-me de uma que apareceu grávida de um explicador, mas naquela altura aquilo era gravíssimo e não ficou no Liceu, teve que sair.**

(Cortei o episódio que relata de uma aluna que faltava às aulas)

- Como professora, recorda-se do dia em que entrou no Liceu, pela 1ª vez? Marcou-a?

- **Não, eu já estava à espera daquilo há uns anos, dar aulas não foi por acaso.**

...

- **Eu fui ao Liceu ao tal almoço de despedida e vi áreas do Liceu descobertas, que eu desconhecia, não nos deixavam ir.**

- Sra. Dra. e as actividades circum-escolares? Envolveu-se muito, pouco?

- **Envolvi-me razoavelmente.**

- Participou em visitas de estudo, promoveu algumas...?

- **Por exemplo eu lembro-me quando fui uma vez ao Buçaco com os alunos já crescidinhos, para aí de 16 anos, sobre uma zona verde...**

- Que imagem retém da Reitora, da D.Hermengarda Guedes?

- **Antes de começarem as aulas ela vinha para junto das escadas, no 1º andar para ver se as professoras chegavam a horas. Mas de uma maneira geral ela foi muito capaz, embora tivesse sido ajudada como a Canto Moniz, a de Desenho, era uma pessoa muito amável, uma de Francês que eu gostava muito...**

- A D. Maria Helena Cardoso, a vice-reitora?

- **Ela é que apanhava o lado mau da coisa ... a outra não. Elas quando eu chegava ao Liceu velho, subia a escada, e tinham a porta aberta da Reitoria, estavam a tomar café.**

Quando eu estava a fazer exames do 1º ciclo com a vice-reitora ela com a vara punha o tecto numa desgraça, as alunas tinham um medo dela ...mas ela até era boa pessoa.

- A Sra. Dra. participou como professora nas actividades da Mocidade?

- **Não... não, em geral eram as de Ginástica, as dos Trabalhos, as de Canto Coral, de Moral, como Adelaide Aleixo, mas essa não fazia parte do grupo das pessoas importantes. Era muito religiosa e muito exigente, as alunas tinham que saber tudo, era um exagero, vírgulas e tudo. Tive uma prima que era muito boa aluna e esteve quase a mudar de Liceu por causa dela. Eu não ligava.**

- A Sra. Dra. sentia que dentro do Liceu havia o grupo das eleitas?

- **Sim, um bocado, por exemplo a irmã da Maria Aurora ...**

(Refere que nunca se interessou pelas actividades da Mocidade Portuguesa, que era uma pessoa muito reservada, que confirma com o testemunho de uma colega: "**andavas sempre com os livros na mão a ler, não ligavas nenhuma**")

- A educação das raparigas também era muito reprimida e isso contribuía para o carácter reservado, não era?

- **Era, até na vestimenta... tudo parecia mal.**

- No Liceu ensinava-se as posturas, as formas de receber, de tratar as pessoas ...?

- **Isso talvez fosse em Moral ...ensinavam a compostura, o amor aos pais, assim essas coisas.**

- O amor dos pais, da pátria...?

- **Exactamente, quer dizer enformavam-nos de coisas nobres...**

- Ajudavam os pais a preparar as raparigas para adolescência, para as transformações de mulher?

- **Ah, não...não.**

- E em casa, a Sra. Dra. falava com alguém?

- **Quando eu fui menstruada, fui ter com a minha mãe muito aflita e ela disse: "Vais beber este cálice de vinho do Porto", e não disse mais nada.**

-E as raparigas que não tinham o mesmo à vontade para falar com a mãe?

-Em geral era com a mãe ou irmãs mais velhas ...

- A vida da Sra. Dra. foi marcada por estes valores?

- Foi tudo, quer dizer, foi uma época, a época de Salazar e ainda hoje, às vezes, falo dele...

-Nos jovens o que é que a Sra. Dra. nota mais?

- Eu acho que é a falta de respeito e o amor ao próximo:

- Era um valor muito cultivado o amor ao próximo?

- Na minha família as pessoas de idade eram tratadas muito bem...

Agora as pessoas de idade estão sozinhas. Eu quando nasci a minha mãe era filha única, tinha mais rapazes como irmãos, a minha avó tinha sete rapazes. Foi para casa da mãe, como era o costume.

- Portanto, a Sra. Dra. ia trabalhar, estava no Liceu ...

- Sou muito calma, eu acabava as aulas e ia logo para casa, às três e tal já estava em casa. Só saía sábado, isto já na Universidade, porque no Liceu julgo que nem saía. Íamos ao Carlos Alberto ver filmes que tinham continuação, séries de filmes e depois de ver o filme íamos lanchar todos. Veja lá rapazes e tudo na Quinta do Paço. Falávamos, fazíamos brincadeiras. Outras vezes íamos à Foz era conforme o tempo. No Liceu quando saíamos não era sozinhas, saíamos com os pais.

...Nesse tempo, à mesa os adultos falavam contavam coisas e o que diziam os jornais e nós ficávamos calados, o meu pai não deixava...Agora as crianças não respeitam os mais velhos, metem-se nas conversas todas e a gente passa a não ter conversa nenhuma.

- Na sala dos professores também havia esse distanciamento entre os mais velhos e os mais novos?

- Não...não...não.

- Conversavam normalmente uns e outros.

- Ah isso não, também não tinham os mesmos interesses. Embora ultimamente isto estivesse muito diferente nos últimos tempos.